

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

Paulo Roberto Tauffer

**PARTIDO LIBERTADOR:
formação e atuação política**

São Leopoldo
2008

Paulo Roberto Tauffer

**PARTIDO LIBERTADOR:
formação e atuação política**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
História, Curso de Pós-Graduação em
História, Ciências Humanas, Universidade
do Vale do Rio dos Sinos.**

**Orientadora: Professora Dra. Marluza
Marques Harres.**

São Leopoldo
2008

T224p Tafer, Paulo Roberto

Partido Libertador : formação e atuação política / por Paulo Roberto Tafer. – 2008.

157 f. : il., gráficos; 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres”.

1. Partido político – História – Rio Grande do Sul. 2. Partido Libertador – História – Rio Grande do Sul. 3. História política – Rio Grande do Sul. 4. História – Rio Grande do Sul – 1945-1964.
I. Título.

CDU 981.65:329

Paulo Roberto Tauffer

**PARTIDO LIBERTADOR:
formação e atuação política**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovado em 28 de abril de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra Marluza Marques Harres – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Prof. Dr. René Gerdtz – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

RESUMO

Esta dissertação, tendo como marco temporal o intervalo entre 1945 e 1964, estuda o Partido Libertador nos processos eleitorais e no Parlamento Gaúcho, com o objetivo de analisar a atuação política desse partido e traçar seu perfil político-ideológico. Tendo em vista a importância da prática política, em especial para a compreensão do funcionamento do PL como oposição política ao trabalhismo, a ênfase foi dada para a conjuntura do final da década de 1950 e início dos anos 1960 em função das políticas reformistas dos trabalhistas, em especial para o campo. O texto está dividido em cinco capítulos. O primeiro busca as origens do Partido Libertador (PL) no período monárquico e na Primeira República, em função de que o mesmo é um partido herdeiro das tradições de lutas dos antigos maragatos. O segundo capítulo trata da reorganização partidária no país após a queda do Estado Novo, processo no qual é refundado o PL. O terceiro capítulo analisa o comportamento e a atuação do PL nos processos eleitorais em todos os níveis, entre 1945 e 1963. O quarto capítulo mostra a atuação política dos deputados estaduais do PL na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período entre fevereiro de 1959 a agosto de 1961, período que compreende o início do governo Brizola no Rio Grande do Sul até o Movimento da Legalidade. O quinto capítulo mostra também a atuação política dos deputados estaduais do partido na Assembleia Legislativa, no entanto, entre setembro de 1961 a abril de 1964, período marcado pelo contexto de intensa mobilização social e radicalização política. Para a concretização da pesquisa, foram utilizados, além do material bibliográfico, os resultados eleitorais do TRE/RS e os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Partido Libertador. Liberalismo. Antitrabalhismo.

ABSTRACT

This dissertation, with the time frame the interval between 1945 and 1964, studies the Liberator Party in the electoral process and in Parliament Gaucho aiming to analyze a party in such action policy and draw your profile político-ideological. In view of the importance of political practice, especially for the understanding of the operation of the PL as political opposition to trabalhismo, emphasis was given to the juncture of the end of the 1950 and the early 60.

The text is divided into five chapters. The first, seeking the origins of the Libertador (PL) in the period monárquico and the First Republic, according to a party that is heir to the traditions of the old maragatos struggles. The second chapter deals with the reorganization party in the country after the fall of the New State, which is refundado process in the PL. The third chapter examines the behavior and performance of the PL in the electoral process at all levels, between 1945 and 1963. The fourth chapter shows the political action of the Members of the PL in the state Legislative Assembly of Rio Grande do Sul in the period between February 1959 to August 1961, which includes the period beginning of the Government Brizola in Rio Grande do Sul by the Movement of Legality. The fifth chapter, also shows the political action of the Members of the party in the state Legislative Assembly, however, between September 1961 to April 1964 period marked by the context of intense social mobilization and political radicalization.

For the completion of the search, were used, in addition to the bibliographic material, the election results of TRE / RS and Anais the Legislative Assembly of the State of Rio Grande do Sul.

Keywords: Party Libertador. Liberalism. Antitrabalhismo.

Agradecimentos

A realização desse trabalho contou com a ajuda e incentivo de muitas pessoas. Nesse sentido, devo expressar um agradecimento muito especial à Professora Dra. Marluza Marques Harres, que durante o nosso convívio mostrou-se muito compreensível e disposta a auxiliar-me sempre que solicitada.

Agradeço também aos meus grandes e sinceros amigos desde os tempos da graduação: Angelita Moura, Homero Melo e Daniela Campos, pela força, pelo incentivo e pelas saudáveis discussões teóricas e políticas, que muito contribuíram para a concretização deste projeto de pesquisa.

Não poderia deixar de fazer um agradecimento muito especial à minha colega professora e grande e sincera amiga, Maria Clara Graff, que, sem ela, com certeza não teria conseguido em tempo hábil finalizar esse projeto.

Agradeço muitíssimo a colaboração e carinho de minha esposa e companheira, Sonia Maria Braga, que suportou bravamente as minhas ausências e meu estresse durante a realização deste trabalho.

Não posso esquecer também uma homenagem aos meus pais, porque se estou aqui hoje é graças aos ensinamentos e aos valores que me transmitiram. E às demais pessoas que colaboraram de forma direta ou indireta na confecção deste trabalho, que porventura não estejam aqui citadas.

*Não há problema nenhum com aqueles que não gostam de política,
no entanto serão governados por aqueles que gostam.*

(Platão)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Representação dos percentuais dos temas de cada categoria de discurso temático do período de fevereiro de 1959 a agosto de 1961.....	147
GRÁFICO 2 – Representação dos percentuais dos temas de cada categoria de discurso temático do período de setembro de 1961 a janeiro de 1963.....	155
GRÁFICO 3 – Representação dos percentuais dos temas de cada categoria de discurso temático do período de fevereiro de 1963 a abril de 1964.....	174

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 02/12/1945.....	72
TABELA 2 – Eleições para o Senado Federal no Rio Grande do Sul em 02/12/1945.....	72
TABELA 3 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 02/12/1945.....	72
TABELA 4 – Eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 19/01/1947.....	76
TABELA 5 – Eleições para o Senado Federal no Rio Grande do Sul em 19/01/1947.....	76
TABELA 6 – Eleições para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 19/01/1947.....	76
TABELA 7 – Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 03/10/1950.....	81
TABELA 8 – Eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 03/10/1950.....	81
TABELA 9 – Eleições para o Senado Federal no Rio Grande do Sul em 03/10/1950.....	82
TABELA 10 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 03/10/1950.....	82
TABELA 11 – Eleições para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 03/10/1950.....	82
TABELA 12 - Eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 03/10/1954.....	90
TABELA 13 – Eleições para o Senado Federal no Rio Grande do Sul em 03/10/1954.....	90
TABELA 14 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 03/10/1954.....	90
TABELA 15 – Eleições para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 03/10/1954.....	91
TABELA 16 – Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 03/10/1955....	94
TABELA 17 – Eleições para a Vice-Presidência da República no Rio Grande do Sul em 03/10/1955.....	94
TABELA 18 – Eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 03/10/1958.....	99
TABELA 19 – Eleições para o Senado Federal no Rio Grande do Sul em 03/10/1958.....	99
TABELA 20 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 03/10/1958.....	99
TABELA 21 – Eleições para Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 03/10/1958.....	100
TABELA 22 – Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 03/10/1960.....	103
TABELA 23 – Eleições para a Vice-Presidência da República no Rio Grande do Sul em 03/10/1960.....	103
TABELA 24 – Eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 07/10/1962.....	110
TABELA 25 – Eleições para o Senado Federal no Rio Grande do Sul em 07/10/1962.....	110

TABELA 26 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 07/10/1962.....	110
TABELA 27 – Eleições para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 07/10/1962.....	110
TABELA 28 – Percentuais dos Temas por categoria de discurso temático de fevereiro de 1959 a agosto de 1961.....	148
TABELA 29 - Percentuais dos Temas por categoria de discurso temático de setembro de 1961 a janeiro de 1963.....	154
TABELA 30 - Percentuais dos Temas por categoria de discurso temático de fevereiro de 1963 a abril de 1964.....	175

LISTA DE ABREVIATURAS

AALRGS. - Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul
AALRS. - Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul
ADP. - Ação Democrática Popular
ADP. - Aliança Democrática Parlamentar
AL. - Assembléia Legislativa
ARI. - Associação Rio-Grandense de Imprensa
CEEE. - Companhia Estadual de Energia Elétrica
CGT. - Comando Geral dos Trabalhadores
CP.- Correio do Povo
CPDOC. - Centro de Pesquisa e Documentação
CRB. - Confederação Rural Brasileira
ED. - Esquerda Democrática
EUA. - Estados Unidos da América
FAG. - Frente Agrária Gaúcha
FAPA. - Faculdades Porto-Alegrense
FARSUL. - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FD. - Frente Democrática
FGV. - Fundação Getúlio Vargas
FMP. - Frente de Mobilização Popular
FMP. - Frente Parlamentar Nacionalista
FNP. - Frente Nacionalista Parlamentar
FUG. - Frente Única Gaúcha
IBAD. - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IGRA. - Instituto Gaúcho Reforma Agrária
IPES. - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IRGA. - Instituto Rio-Grandense do Arroz
ITR. - Imposto Territorial Rural
JK. - Juscelino Kubitschek
LEC. - Liga Eleitoral Católica
MASTER. - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MST. - Movimento dos Sem Terra
MTR. - Movimento Trabalhista Rural
PCB. - Partido comunista Brasileiro
PD. - Partido Democrático
PDC. - Partido Democrático Cristão
PDN. - Partido Democrático Nacional
PIB. - Produto Interno Bruto
PL. - Partido Libertador
PRF. - Partido Republicano Federal
PRL. - Partido Republicano Liberal
PRP.- Partido Representação Popular
PRR. - Partido Republicano Rio-Grandense
PSD. - Partido Social Democrático
PSDA. - Partido Social Democrático Autonomista
PSP. - Partido Social Progressista
PTB. - Partido Trabalhista Brasileiro
RS. - Rio Grande do Sul
SRB. - Sociedade Rural Brasileira
UDN.- União Democrática Nacional
ULTAB.- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 AS ORIGENS DO PARTIDO LIBERTADOR E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA ENTRE 1928 A 1937.....	24
2.1 DA ORIGEM DO PENSAMENTO LIBERAL NO RIO GRANDE DO SUL A FUNDAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR.....	24
2.2 O PARTIDO LIBERTADOR E SUA VINCULAÇÃO AOS INTERESSES AGRÁRIOS.....	37
2.3 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR DE 1928 A 1937: DE SUA FUNDAÇÃO AO ESTADO NOVO.....	40
2.3.1 A aproximação do PL com o governo Vargas no RS.....	40
2.3.2 Da constituição da Frente Única Gaúcha (FUG) ao Movimento Reconstitucionalista.....	42
2.3.3 As eleições para a Assembléia Constituinte.....	47
2.3.4 Da crise do Sistema Partidário Rio-Grandense ao Estado Novo.....	49
3 A REFUNDAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR EM 1945.....	55
3.1 A FORMAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NO BRASIL.....	55
3.2 A FORMAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL.....	60
3.3 O PERFIL POLÍTICO-IDEOLÓGICO DO PARTIDO LIBERTADOR.....	65
4 O PARTIDO LIBERTADOR E SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL NO PERÍODO 1945-1964.....	71
4.1 AS ELEIÇÕES DE 1945.....	71
4.2 AS ELEIÇÕES DE 1947.....	74
4.3 AS ELEIÇÕES DE 1950.....	77
4.4 AS ELEIÇÕES DE 1954.....	84
4.5 AS ELEIÇÕES DE 1955.....	92
4.6 AS ELEIÇÕES DE 1958.....	95
4.7 AS ELEIÇÕES DE 1960.....	101
4.8 AS ELEIÇÕES DE 1962.....	103
5 A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO DE 1959 A AGOSTO DE 1961.....	114
5.1 A CONJUNTURA POLÍTICA DO PERÍODO ENTRE FEVEREIRO DE 1959 A AGOSTO DE 1961.....	116
5.2 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 1959.....	117
5.3 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NO ANO DE 1960.....	129
5.4 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL DE JANEIRO A AGOSTO DE 1961.....	141

5.5 SÍNTESE GERAL DAS CATEGORIAS DE DISCURSOS TEMÁTICOS ENTRE FEVEREIRO DE 1959 A AGOSTO 1961.....	147
6 ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 1961 A ABRIL DE 1964.....	153
6.1 A CONJUNTURA POLÍTICA DO PERÍODO ENTRE SETEMBRO DE 1961 A JANEIRO DE 1963.....	153
6.2 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE SETEMBRO DE 1961 A JANEIRO DE 1963.....	155
6.3 A CONJUNTURA POLÍTICA DO PERÍODO ENTRE FEVEREIRO DE 1963 A ABRIL DE 1964.....	173
6.4 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE FEVEREIRO DE 1963 A ABRIL DE 1964.....	174
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS.....	208

1. INTRODUÇÃO

As razões que me levaram a dedicar-me ao estudo sobre o Partido Libertador (PL) estão relacionadas com as minhas observações sobre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que, a partir de meados da década de 1990, passou a deslocar suas ocupações de terra da região norte do Rio Grande do Sul para a região sul (Campanha).

É importante lembrar que o MST não deixou de ocupar terras na região norte, como no Planalto Médio (berço do Movimento), mas a intensidade diminuiu. Nesse sentido, somos levados a concluir que, por um lado, as terras com possibilidades de desapropriação no norte do Estado estão se esgotando e, de outro, que há também regiões como a Campanha, na qual ainda hoje existe o predomínio absoluto do latifúndio, sendo que muitos deles são improdutivos.

Essa problemática instigou-me à pesquisa em uma especialização na Faculdade Porto-Alegrense – FAPA, em que pesquisei o período do governo Brizola no Rio Grande do Sul, entre 1959-1963, pois nesse governo houve a tentativa de desenvolver projetos de reforma agrária. No entanto, a metade sul de nosso Estado continuou com seu espaço latifundiário intocado. Naquela ocasião, chamou-me a atenção a forte atuação do PL como oposição ao Governo Brizola e ao Governo João Goulart, em função de suas políticas mobilizatórias e reformistas para o campo.

Procurei, então, me informar mais sobre esse partido e suas principais lideranças. Nesse processo de levantamento de dados constatei que tinha muita coisa escrita sobre vários partidos políticos do período entre 1945 e 1964, como sobre o PTB, UDN, PSD, PRP e PCB, mas quase nada a respeito do PL.

Assim sendo, decidi estudar esse partido, em especial sua atuação na conjuntura em que o trabalhismo passou a incorporar em seu discurso e em seus projetos, mudanças para o campo. Trata-se de estudar um partido político com fortes vinculações com uma região

(Campanha) em que historicamente sempre houve o predomínio absoluto de latifúndio, relacionando a atuação desse partido com o processo político nos níveis estadual e nacional.

O PL e seus antepassados maragatos possuíam uma longa tradição histórica de lutas e revoluções políticas, em que empunhavam as bandeiras da liberdade e da democracia, sob as quais se formou uma geração de líderes políticos que marcaram de forma significativa a política gaúcha e brasileira, como Gaspar Silveira Martins, Assis Brasil, Raul Pilla, Mem de Sá e Paulo Brossard. Assim sendo, acredito que se justifica estudar com mais profundidade esse partido essencialmente gaúcho e fortemente vinculado à nossa história.

Portanto, este trabalho tem por objetivo analisar a atuação política e examinar o perfil ideológico do PL, a partir de sua atuação nos processos eleitorais e no Parlamento Estadual, no período entre 1945 e 1964.

Primeiramente, apresento um resgate histórico do PL, buscando compreender suas origens e suas heranças maragatas, pois ele é um partido com uma longa tradição política no Rio Grande do Sul pré-45.

Em seguida, analiso a participação do partido em todas as eleições para cargos majoritários e proporcionais, em níveis estadual e nacional, no período compreendido entre 1945 e 1964. Nessas eleições são examinadas as alianças políticas, as campanhas eleitorais e os resultados eleitorais do partido.

Para a análise da atuação do PL no Parlamento, foram usados como fonte primária todos os discursos proferidos em plenário na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, pelos deputados estaduais do PL, no período entre fevereiro de 1959 a abril de 1964, que coincide com o início do governo Brizola em nível estadual, e com a queda do governo Jango no plano federal.

O período escolhido para a análise dos discursos na Assembléia Legislativa está relacionado com o contexto sociopolítico regional e nacional de intensa radicalização política e de grande mobilização social, em função das políticas reformistas empreendidas, especialmente a reforma agrária, inicialmente pelo governo Brizola e mais tarde pelo

Presidente João Goulart. Essas políticas reformistas atingiam os interesses das classes proprietárias, às quais os libertadores estavam diretamente vinculados, especialmente os grandes fazendeiros, pecuaristas da metade sul do Estado.

Nesse sentido, foram pesquisados nos Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul todos os discursos proferidos pelos parlamentares do PL, que totalizaram 2.468. Depois de fichados, os discursos foram categorizados e classificados por ordem de recorrência e relevância temática para a compreensão da conjuntura política. Desta forma, a partir da categorização denominamos os eixos temáticos mais relevantes de discursos temáticos, e esses foram decompostos em temas que correspondem a posições políticas.

Para a realização desse trabalho tivemos que nos apoiar também na História quantitativa como metodologia para viabilizar a organização das fontes e sua posterior interpretação. A serialização permitiu-nos identificar regularidades, desvios e mudanças no comportamento da atuação do partido na Assembléia Legislativa. Além disso, a quantificação nos possibilitou, por meio dos percentuais obtidos sobre cada categoria de discurso temático, ter uma idéia geral de como se comportou a bancada do PL ao longo do período. No entanto, esse método não pode estar desconectado do contexto histórico e de suas mudanças, pois, caso contrário, não poderemos problematizar os resultados obtidos pela pesquisa, caindo numa perigosa narração factual dos dados ao expor quantidades sem relacioná-las devidamente com o contexto. Sobre isso, José D'Assunção Barros afirma o seguinte:

O importante é que o historiador profissional compreenda bem que tipo de história estará fazendo: levantando fatos e dados, ou construindo uma história problematizada a partir destes fatos e dados? (BARROS, 2004, p. 152)

Apesar de que o presente trabalho ter como foco principal um partido político específico, o mesmo não terá como objetivo analisar as origens, trajetórias, programas ou conceituações sobre o conjunto dos partidos políticos do país, pois já existem diversos trabalhos específicos sobre isso¹. Da mesma forma, não será objeto de estudo da pesquisa a discussão sobre as diversas conceituações e explicações sobre o funcionamento do sistema partidário brasileiro, porque também há um bom número de trabalhos que tratam

¹ Sobre esse assunto ver: CHACON, Valmireh. *História dos partidos brasileiros*. 2. ed. Brasília: UnB, 1981; FELIZARDO, J. Joaquim. *Partidos políticos e eleições no Brasil*. Porto Alegre: Vozes, 1982; FLEISCHER, DAVID. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB. v(1). 1981; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

especificamente dessa temática².

No entanto, como pesquisamos a atuação política de um determinado partido, não poderemos negligenciar a compreensão em linhas gerais do funcionamento do sistema partidário nacional no período entre 1945 a 1964, pois o Partido Libertador, foco de nossa pesquisa, atuou politicamente dentro dos marcos desse sistema.

Nesse sentido, o sistema partidário nacional, apesar de suas várias interpretações, foi de certo modo determinado pelas estruturas centralizadoras e autoritárias estadonovistas, as quais se mantiveram, em grande medida, no período da redemocratização. Sobre isso, Maria Campello de Souza expõe o seguinte:

Afirmamos, sim, que ao pluralismo partidário, às eleições diretas em todos os níveis, ao retorno à separação de poderes do Estado, determinadas pela Carta Constitucional, foi acoplada a estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, pelo corporativismo sindical e pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória. (SOUZA, 1985, p. 93)

O eixo central do sistema partidário do período em questão constituía-se a partir da existência de três grandes partidos nacionais, o PTB, a UDN e o PSD. Além desses, havia alguns partidos regionais como o PR, PSP e PL, e outros ideológicos como o PRP e o PSB. Alguns partidos regionais sobreviveram em função das realidades regionais pré-45 que se mantiveram, dando origem a subsistemas partidários regionais, onde havia uma maior fragmentação partidária se comparada ao nível nacional. Assim, esses partidos regionais conseguiram uma maior representatividade regional na Assembléia Legislativa que no Congresso Nacional.

Em linhas gerais, o sistema partidário demonstrava que os partidos como PSD e a UDN eram partidos considerados conservadores e que possuíam amplas bases rurais. O PTB tinha um caráter reformista e urbano, vinculado às bases operárias. O PTB e o PSD constituíram-se em grande parte a partir dos aparatos burocráticos e administrativos estadonovistas sob a inspiração de Getúlio Vargas.

² Sobre esse assunto ver: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; SOARES, Gláucio A.D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *A democracia populista (1945-1964): realidades e limites*, p. 73-103. Em: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, JORGE (Org.) *Como renascem as democracias*. São Paulo; Brasiliense, 1985.

A UDN, juntamente com o PL, nasceu a partir das oligarquias dissidentes a Vargas, em 1930 e 1937. No caso específico da UDN, ela tinha forte penetração nos setores médios urbanos e entre os militares antivarguistas.

Desta forma, “a estrutura partidária, em seu corpo principal, formou-se em função de fatores marcadamente conjunturais (anti e pró ‘varguismo’) ou pela ligação e acesso a burocracia estatal, e não por clivagens sócio-econômicas nítidas, o que torna o conhecimento da estrutura decisória e das clivagens regionais fundamental para o entendimento da atuação das agremiações partidárias” (SOUZA, 1985, p. 94).

Assim, em função das estruturas estatais extremamente centralizadas, como vimos herança do Estado Novo, os partidos que surgiram a partir dessas estruturas, como o PSD e o PTB, tiveram mais facilidade para operar e se utilizar dos recursos das mesmas para beneficiarem suas respectivas bases. Esse fato, segundo Campello Souza, reforçou o caráter clientelístico do sistema partidário, dificultando a consolidação do mesmo, tendo em vista que os partidos dependiam basicamente dessas estruturas estatais para atenderem às demandas de suas respectivas clientelas, dificultando o desenvolvimento de partidos ideologizados, o que seria uma característica de um sistema partidário institucionalizado.

Por outro lado, os partidos que nasceram da sociedade em oposição a Vargas como a UDN e seu fiel aliado, o PL, tinham dificuldades de vencer eleições, pois não tinham condições de se beneficiar das estruturas estatais e do clientelismo. Nesse sentido, denunciavam seguidamente a ilegitimidade do regime, pois o mesmo estava corrompido pela corrupção e pela demagogia.

Nesse sentido, “a composição política PSD-PTB, se redundou em ganhos políticos para os partidos vitoriosos, teve também seu preço em deslegitimação do sistema partidário e do poder legislativo” (SOUZA, 1985, p. 97). Assim, essa aliança se sustentava em função dos ganhos que ambos os partidos tinham a partir do controle da máquina estatal, pois ambos os partidos representavam bases sociais distintas.

Por outro lado, Gláucio Soares praticamente não toca na contraditória aliança PSD-PTB, no entanto, constata a hegemonia dos partidos oligárquicos como o PSD e da UDN no Congresso Nacional, explicando esse fato a partir das heranças de um Brasil arcaico, rural e

dominado pelas oligarquias locais e regionais. Assim, segundo o autor:

A estrutura sócio-econômica que gerou o sistema político da República Velha não desapareceu com o advento da Revolução de 30, nem com a ditadura Vargas, nem mesmo depois de quase vinte anos de experiência democrática. Evidentemente, ela não permaneceu instável: o país sofreu um processo razoável de urbanização e industrialização, que foram acompanhadas de outras modificações fundamentais, sobretudo na estrutura de classes. A estrutura agrária, não obstante, transformou-se bem mais lentamente. A modificação mais significativa, no nível dos Estados, não foi a transformação da estrutura agrária, mas a redução da sua significação na estrutura global, provocada exatamente pelos processos de urbanização e industrialização. (SOARES, 1973, p. 99)

Nesse sentido, Gláucio Soares procura analisar o processo político e o sistema partidário a partir de uma abordagem marxista, que diz serem os fenômenos supra-estruturais determinados, em última instância, pela infra-estrutura socioeconômica, embora não de forma dogmática como o mesmo afirma:

Esta relação, entretanto, não pode ser concebida mecanicamente: tratou-se de uma relação em última instância, que permite mediações que a alteram, assim como variações temporais, sobrevivência de formas políticas que não são mais condizentes com a infra-estrutura. Em síntese, há variação não explicada, para cuja explicação é necessário fazer recursos e elementos de outra ordem. (SOARES, 1973, p. 15)

No entanto, segundo Campello Souza, apesar da baixa institucionalização do sistema partidário, em função de que as decisões do Estado se concentravam excessivamente no Executivo, condicionando assim a atuação dos diversos partidos, percebeu-se também, que havia uma tendência para o realinhamento partidário em favor do PTB e um fortalecimento do sistema partidário e não apenas uma tendência de erosão do mesmo como um todo.

Sobre o realinhamento em favor do PTB, Campello de Souza concorda com Gláucio Soares, pois as transformações econômicas e sociais do período possibilitam um crescimento do eleitorado urbano que era mais próximo dos partidos reformistas. Além disso, houve a ampliação da participação dos setores populares que ultrapassou o número de eleitores dos setores médios e mais ricos. Nesse sentido, segundo Gláucio Soares, a urbanização e a industrialização (mudanças na infra-estrutura econômica) contribuíram para o fim de domínio oligárquico e dos partidos vinculados à oligarquia como a UDN e o PSD. Desta forma, “o PTB que se desenvolveu a partir de uma base exclusivamente urbana, localizada, sobretudo, nos grandes estados, ampliava sua penetração nos estados menos desenvolvidos e também no interior” (SOUZA, 1985, p. 101).

Nesse sentido, Gláucio Soares como Campello Souza tomam como indício do fortalecimento do sistema partidário nacional a adaptação dos partidos às suas bases sociais mais nacionalizadas, em função das transformações sociais e econômicas. Isso provocou maior correspondência entre os partidos e o grupos sociais, em detrimento das antigas peculiaridades regionais. Dessa forma, constatou-se que houve um aumento do número de coligações dos partidos conservadores contra o PTB, evidenciando uma maior racionalidade do sistema partidário. Essa tendência também era percebida no legislativo federal onde ficava mais clara a associação entre partidos e suas respectivas bases sociais.

Isso posto, Campello Souza, a partir das constatações de Gláucio Soares, observa que em função da concorrência dos pequenos partidos ideológicos (PDC, PSB, MTR) e do PTB nos grandes centros urbanos e a penetração do PTB pelo interior, os partidos conservadores como a UDN, o PSD, o PR e o PL, viram-se forçados a fortalecer seus vínculos com suas tradicionais bases sociais. Esse fato vem confirmar também que estava em curso um processo de realinhamento e fortalecimento do sistema partidário, pois os partidos adquirem contornos sociais mais nítidos sobre o que e quem representam.

Outro trabalho importante sobre o sistema partidário foi realizado por Lima Júnior, onde o autor analisa as diferenças regionais no interior do sistema partidário nacional, onde afirma que havia subsistemas partidários regionais. Entre as conclusões a que ele chegou, e que mais nos interessam, é a que relativiza a tendência de declínio dos partidos conservadores proposta por Gláucio Soares, pois em alguns Estados isso não ocorreu em função da variação contextual de cada Estado. Assim, apesar da tendência dos grandes partidos nacionais espriarem-se pelos diversos Estados, nem sempre esses grandes partidos eram majoritários nos Estados, como pode ser percebido no Rio Grande do Sul, onde a UDN foi superada pelo PL, partido com fortes tradições regionais. Além disso, Lima Júnior constatou que em nível estadual havia uma maior dispersão eleitoral para as eleições para as Assembléias Legislativas, pois eram disputadas por um número maior de partidos, muitos deles circunscritos apenas ao próprio Estado. No entanto, para as eleições para a Câmara Federal nesses mesmos Estados, os partidos relevantes que tinham chances reais de elegerem representantes geralmente reduziam-se aos partidos com estrutura nacional.

Ainda com relação aos subsistemas partidários regionais, é importante também tecer algumas considerações sobre o sistema partidário do Rio Grande do Sul. Segundo os estudos

de Héglio Trindade, Leônidas Xausa e Francisco Ferraz havia uma tendência para o bipartidarismo³ no Estado, em função do crescimento da força eleitoral do PTB, fato que estimulou a união dos partidos conservadores tanto nas eleições majoritárias estaduais e municipais quanto nas eleições legislativas.

Como o presente trabalho tem com foco um partido político é natural que busquemos na História Política o nosso referencial teórico principal. Entretanto, não aquela que se convencionou chamar de História Política Tradicional, a qual enfatiza a narrativa dos grandes heróis, batalhas, grandes chefes de estado ou próprio Estado e instituições oficiais, ou ainda, os grandes eventos políticos. Essa corrente historiográfica sempre se caracterizou por ser factual e linear, não levando em conta outras dimensões da realidade histórica fundamentais para compreensão do processo histórico, como as contradições sociais, a economia, a cultura e as questões de natureza ideológica, como afirma Juliard:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista, e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa aos pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual. (JULIARD, Jacques apud. Francisco FALCON, *História e poder*, 1997, p. 68).

Entretanto, os inúmeros questionamentos que diversos historiadores fizeram sobre a história política tradicional, não quer dizer que o político foi excluído do processo histórico, como afirma Francisco Falcon:

Significativamente porém, a condenação da história política não levou à exclusão do político e, sobretudo, do poder, das preocupações de historiadores analista como Bloch Lefevre, Goubert, Duby, Mandrou, etc., embora a partir de premissas totalmente diferentes. (FALCON, 1997, p. 61-89).

No período de 1945 a 1970, temos a crise final da história política tradicional, no período seguinte, a progressiva constituição da nova história política, ou, como afirma René Rémond, em o “retorno do político”, que teria as seguintes premissas:

³ Ver sobre esse assunto em TRINDADE, Héglio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. Em: *Série Ensaios e Pesquisas n° 5*. PUCRS; XAUSA, Leônidas e FERRAZ, Francisco. *As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul*.

1. Não é a mesma política, nem a mesma história política, nem a mesma abordagem, nem inteiramente o mesmo objeto. É uma história renovada. Foi isto que nós quisemos dizer em *Pour une histoire politique*, que é um pouco manifesto por uma nova história política. O próprio político está em evolução permanente. (...) Certamente o poder é o ponto máximo. O poder supremo, aquele que se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo do poder de coerção, definindo a regra com a lei e sancionando as infrações, é o único poder que tem todos estes tributos. Mas há também a conquista e a contestação deste poder, e a relação de um indivíduo com a sociedade global política – de onde o estudo de comportamentos, das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória, da cultura. O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado. Ele está evidentemente em relação também, com os grupos sociais e as tradições de pensamento. (REMOND, 1999, p. 58).

Outro fator importante para a compreensão das estruturas dos partidos políticos está relacionado com seus princípios ideológicos, que norteiam sua atuação política. O PL foi um partido que possuía uma longa tradição política, a qual descende dos antigos federalistas e maragatos, que se batiam pela defesa das idéias liberais democráticas e pelo parlamentarismo. Inclusive, houve duas guerras civis que os antepassados dos libertadores travaram contra os republicanos positivistas, em que ficavam claras as contradições ideológicas dos dois grupos políticos.

Dessa forma, acreditamos que essa estrutura ideológica de longa data do PL estava enraizada em seus membros, desde a direção partidária até seus militantes menos instruídos culturalmente. No entanto, esses pressupostos ideológicos liberais para a grande maioria da base partidária não eram na sua plenitude compreendidos, porém se identificavam com ela, em função do significado histórico das lutas, da bravura e do heroísmo dos seus antepassados, que forjaram gerações de líderes partidários. Nesse sentido, Serge Bernstein desenvolve o conceito de cultura política, que contribui para pensarmos a atuação e a construção da identidade política do PL. Para ele:

Para a maioria dos membros de um partido político, como acabamos de ver, a base doutrinária da ideologia não é algo evidente. Na maior parte dos casos, é sob a forma de uma cultura política difusa que a ideologia se impõe aos membros de uma formação. O conceito de cultura política é relativamente recente (...). Mas o fato novo é provavelmente que o termo cultura política, durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, e ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão teórica. Essa cultura difusa se exprime por um sistema de referências em que se conhecem todos os membros de uma mesma família, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulários e palavras codificadas, etc.. É assim que os historiadores contemporâneos atribuem hoje uma importância fundamental aos ritos, como expressão de uma cultura política específica, remetendo aqueles que dela participam

a todo um contexto implícito cujo conteúdo ideológico eles sentem e nem sempre podem exprimir. (BERSTEIN, 1996, p. 88-89).

Tendo em vista a problemática levantada pelo trabalho, dividiremos o mesmo em cinco capítulos. O primeiro capítulo tratará da fundação do PL, em 1928, entretanto, antes disso, buscaremos as origens maragatas do partido e suas bandeiras liberais e parlamentaristas, que será o núcleo central da sua ideologia. Além disso, analisará a atuação política do PL, de sua fundação até a extinção dos partidos pelo Estado Novo, em 1937.

No segundo capítulo, será abordada a conjuntura política nacional de 1945, quando a Lei Agamenon estabeleceu os parâmetros para a organização dos partidos políticos. Assim, se analisará a formação do quadro partidário, como destaque especial para a refundação do PL, em que são resgatadas as bandeiras liberais e parlamentaristas dos antigos federalistas.

O terceiro capítulo analisará a participação do PL em todas as eleições de 1945 a 1962, tanto estaduais quanto federais. Nessas eleições serão examinadas as alianças políticas, os discursos de campanha e os resultados eleitorais.

O quarto capítulo analisará a atuação parlamentar do PL a partir do exame de todos os discursos proferidos na ALRS pelos deputados estaduais do partido, no período de fevereiro de 1959 a agosto de 1961, que corresponde à primeira fase do governo Brizola no Rio Grande do Sul e que vai até o Movimento da Legalidade. Além disso, esse período foi marcado pela crise da economia gaúcha provocada em grande parte pelo modelo econômico implantado pelo Governo JK, que não priorizava a agropecuária e também pela política econômica implementada por Brizola que procurava diversificar a matriz econômica do Rio Grande do Sul.

O quinto capítulo analisará a atuação parlamentar do PL a partir do exame de todos os discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, pelos deputados estaduais do PL, no período de setembro de 1961 a abril de 1964, que corresponde à segunda fase do governo Brizola e do governo Jango, e suas políticas reformistas e mobilizatórias até os desdobramentos do Movimento Político-Militar de 1964 que derrubou o Presidente Jango.

2 AS ORIGENS DO PARTIDO LIBERTADOR E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA ENTRE 1928 - 1937

Este capítulo⁴ tem como objetivo demonstrar como surgiu o Partido Libertador no Rio Grande do Sul e os traços principais de seu perfil político-ideológico, bem como analisar sua atuação política na conjuntura entre 1928 e 1937.

2.1 DA ORIGEM DO PENSAMENTO LIBERAL NO RIO GRANDE DO SUL A FUNDAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR

Para compreendermos as origens do Partido Libertador (PL), devemos primeiramente examinar a base ideológica desse partido e como a elite estancieira da campanha gaúcha que, como veremos ao longo do trabalho, foi o principal grupo social que deu sustentação política ao PL, se apropriou da ideologia liberal ao longo dos séculos XIX e XX.

As idéias liberais, de certa forma, já estavam presentes na Revolução Farroupilha, como pode ser percebido no próprio lema da revolução “Liberdade, Igualdade e Humanidade”. Os principais líderes farroupilhas, a maioria estancieiros da Campanha, também já tinham tido algum contato com as idéias liberais, pois nesse momento, uma onda liberal varria a América, especialmente a Região do Prata, onde vários oficiais gaúchos entraram em contato com essas idéias através das guerras de libertação que ocorriam nessa região.

Da mesma forma, as lojas maçônicas, a imprensa, a circulação de livros pela fronteira e as faculdades de direito divulgavam o ideário liberal. O liberalismo nesse período era apropriado pelos líderes gaúchos como uma idéia de autonomia provincial, de descentralização do poder, valorização do parlamento, crítica ao poder absoluto dos

⁴ Para a composição desse capítulo trabalharemos especialmente com as memórias de um líder histórico do PL, Mem de Sá e com a bibliografia de Velez Rodrigues, Paulo Brossard, Héglio Trindade.

governantes e, mais tarde, associado ao republicanismo.

Portanto, no Rio Grande do Sul, principalmente na Campanha gaúcha, o liberalismo político serviu de motor para as reivindicações da elite rural durante o século XIX até meados do século XX. Nesse sentido, essa elite rural fundou após a Revolução Farroupilha o Partido Liberal, sob comando de Gaspar Silveira Martins, advogado e rico estancieiro de Bagé, que dominou a política no Rio Grande do Sul até a Proclamação da República.

Como aponta Velez Rodrigues, apesar de ter construído sua trajetória política junto ao Império, inclusive ocupando cargos importantes no governo, Gaspar Silveira Martins mostrou-se bastante crítico ao regime monárquico e ao processo político daquele período. Além disso, defendia teses liberais no tocante à representação política, sistema eleitoral, independência e equilíbrio dos poderes. Gaspar Martins também se mostrava simpático à instauração de uma república parlamentar, como forma de superar a monarquia absoluta, tese essa que será muito cara para os liberais gaúchos e que será, futuramente, uma das características principais do PL.

Uma autêntica representação, segundo Silveira Martins, exige as seguintes condições: em primeiro lugar, o voto direto, através do qual o povo manifesta a sua vontade; o liberal gaúcho critica duramente o poder moderador do império, por tergiversar a expressão da vontade popular, interpondo seus designados. (...) A pessoa do imperador é limitada, diz Silveira Martins, e sujeita portanto à possibilidade de erro, motivo pelo qual deveria submeter-se a uma constituição. A segunda condição para alcançar uma autêntica representação consiste em que os cidadãos tenham a possibilidade de votar por idéias e não simplesmente por pessoas; daí se conclui que os diferentes deputados seriam representantes dos respectivos partidos, os quais poderiam canalizar as inquietude e interesses populares. (...) A terceira condição reside na autonomia do poder legislativo, “que deve ser absolutamente independente do executivo e estar somente submetido à lei”. A República, entendida na pureza do seu significado original como “coisa pública” e organizada constitucionalmente sob um governo de caráter parlamentar, seria a única forma de superar a monarquia absoluta. A existência da república depende eminentemente para o ilustre tribuno, do respeito às liberdades individuais. (RODRIGUES, 1980, p. 132).

Durante a transição do Império para a República havia uma discussão de como organizar o Estado: república federativa ou unitária, centralizada ou descentralizada, presidencialista ou parlamentarista, eram alguns dos temas e propostas em discussão. No Rio Grande do Sul, nesse momento, ascendeu ao poder o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos e influenciado pelas idéias positivistas de Augusto Comte. Tal grupo excluiu sistematicamente os membros do antigo Partido Liberal que, não

tendo alternativa para recuperar o espaço político de antes, buscaram a via revolucionária, fato que desencadeou a Revolução Federalista (1893-1895).

Os liberais construíram uma representação de si como os continuadores dos ideais farrapos, lembrando os feitos do passado, garantidores da liberdade dos gaúchos e se identificando com os mesmos. Segundo os liberais, os rio-grandenses eram um povo de tradições liberais, e essas tradições estavam sendo desrespeitadas e destruídas pelos republicanos castilhistas do PRR.

Assim, os liberais criaram uma representação dos líderes do PRR que os associava à tirania e à opressão. Um dos artigos mais ilustrativos do pensamento liberal no início do período republicano é quando eles reagem à promulgação da Constituição Castilhista de inspiração positivista, de 1891, e à eleição de Júlio de Castilhos para o governo do Estado. Em 1º de outubro de 1891, o jornal dos liberais *A Reforma*, afirmava em um de seus artigos:

Está feita a obra! Todas as lutas do passado, todas as grandezas das gerações que se foram, os sacrifícios inauditos dos heróis de outrora, vieram quebrar-se de encontro a prepotência, mais forte que tudo, subjugando a vontade popular a qual opôs o capricho de um homem só, bastante astuto para avassalar consciências, comprando-as onde havia um sórdido interesse, amedrontando-a onde havia uma covardia. (apud DA COSTA e PADOIN, 2005, p. 9).

Os liberais continuam caracterizando primeiro a Constituição Positivista de 1891 e depois o próprio governo do Castilhos.

A primeira (constituição) é o conjunto horrível de tudo quanto há de compreensivo para as manifestações populares, o resumo de tirania vil que esmaga um povo habituado a viver sob instituições libérrimas (grifo nosso), a condição dos interesses dominantes que estimulam os corifeus da época à realização do ideal de um homem perdido na opinião (...).
O segundo (o governo) é o estabelecimento definitivo do juízo que tanto combatemos, é a implantação do nosso solo do absolutismo (grifo nosso) que disfarça-se com a roupagem pantafaçada de uma doutrina filosófica, (...) a chicotada sobre um povo reduzido a besta, a cruz que nos impõe para levarmos ao Calvário, onde o sangue será o preço de nossa libertação. (apud DA COSTA e PADOIN, 2005, p. 9).

Dentre as características da constituição de 14 de julho de 1891, que eram alvos das críticas dos liberais, estava em primeiro lugar a excessiva concentração de poderes na pessoa do presidente do Estado, a qual excluía a separação de poderes e principalmente a existência de uma assembléia legislativa submissa ao Poder Executivo, cujas leis não eram observadas e acatadas pelo Poder Executivo. Além do mais, o chefe do Executivo também exercia funções

do Legislativo e dominava o Judiciário.

Assim, o poder de elaborar leis cabia ao Presidente do Estado, ficando o poder legislativo apenas com tarefas orçamentárias. Já o Judiciário era composto por pessoas nomeadas diretamente pelo chefe do executivo estadual, desde juízes até promotores, fato que lhe tirava toda a autonomia.

Além disso, o poder excessivo do chefe do Executivo estadual também se dava sobre as intendências municipais, pois as mesmas não tinham nenhuma autonomia em relação ao governo estadual, pois os intendentes eram todos ligados ao Presidente do Estado, devido ao sistema eleitoral fraudulento, organizado pelo próprio Presidente do Estado, pois o mesmo indicava a comissão eleitoral encarregada de controlar o processo eleitoral, contar os votos, impugnar candidaturas, além de que ele mesmo poderia ser eleito e reeleito quantas vezes quisesse pela própria máquina por ele montada.

Nesse contexto, os liberais, ao deflagrarem a oposição ao governo do PRR, passaram a projetar como líder da oposição Gaspar Silveira Martins, o qual era representado como o grande defensor dos direitos dos rio-grandenses, da liberdade e da democracia. Ele, ao retornar do exílio em 1892, juntamente com os antigos líderes liberais, fundou em Bagé o Partido Republicano Federal, que passou a organizar a oposição ao PRR.

As principais lideranças liberais do PRF eram grandes fazendeiros da Campanha, como Gaspar Silveira Martins, de Bagé; Gumercindo Saraiva, de Santa Vitória do Palmar; Joca Tavares, de Bagé; Rafael Cabeda, de Santana do Livramento. Esses líderes passaram a intensificar a oposição a Júlio de Castilhos, que desencadeou uma forte perseguição aos membros do PRF. Entre 15 e 20 mil pessoas ligadas a esse grupo exilaram-se no Uruguai e nas províncias do litoral argentino, de onde passaram então a preparar a Revolução.

A justificativa do movimento armado está de acordo com os princípios do liberalismo, onde a revolução é o último recurso contra a tirania e a opressão. Assim, a revolução contra um governo tirânico e opressor era uma reação do povo contra o desrespeito aos seus direitos naturais, pelos crimes contra a vida, à propriedade e à liberdade dos cidadãos, cometidos com o aval do governo. Isso tudo pode ser verificado no manifesto dos revolucionários logo após o

início da revolução.

Os povos oprimidos em armas, no Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo injusta e atrozmente caluniados em seus nobres e elevados ideais patrióticos.

Nossos adversários com o inteno pérfido de fazer antipáticas a revolução rio-grandense, nos apresentam aos pais como restauradores da Monarquia! É uma monstruosa calúnia! É uma torpe e miserável especulação! Não! O objetivo dos revolucionários rio-grandenses não é a restauração da monarquia: é libertar o Rio Grande do Sul da tirania que faz oito meses o oprime, restabelecendo a garantia de todos os direitos individuais, é acabar com o regime das perseguições, das violências inauditas, do latrocínio, do sangue e do assassinato oficial, que desgraçadamente tem sido apoiado pelo governo do marechal Floriano Peixoto.

(...) nos chamam restauradores! Mentira! Queremos a restauração da lei, do direito, da justiça, da liberdade e da garantia dos bens e da vida de todos os cidadãos. Lamentamos que os nossos irmãos do norte acreditem, em mais essa perfídia oficial, inventada para desnaturar os intuits patrióticos do único direito que resta a um povo oprimido – a revolução. (apud DA COSTA e PADOIN, 2005, p. 21).

Após o esmagamento da Revolução de 1893, os liberais-federalistas, também conhecidos como maragatos do lenço vermelho, vencidos, perseguidos, conseguiram manter por trinta anos o partido. Sempre na oposição, sem apoio oficial, disputaram todos os pleitos com candidatos próprios. E, apesar de tudo e contra tudo, principalmente a fraude oficial imposta pelo PRR, ainda operavam o milagre de serem vitoriosos em alguns municípios da Campanha, como Caçapava, São Sepé e Dom Pedrito, e outros disputavam em pé de igualdade com o PRR, como em Alegrete, Bagé, Livramento, Rosário do Sul e Jaguarão (NOLL, 1991, p. 49). No entanto, com o passar dos anos, as dificuldades foram enfraquecendo o Partido Federalista e lhe reduzindo as possibilidades eleitorais.

Assim, ao entrar a década de 1920, Borges de Medeiros, líder do PRR após a morte de Júlio de Castilhos, depois de 20 anos de governo, novamente se apresentou como candidato, disputando pela quinta vez a Presidência do Estado. Após esse longo período no governo, estava desgastado em sem prestígio junto à sociedade rio-grandense, inclusive dentro do PRR. Sinais desse desgaste podiam ser vistos em bares e cafés de Porto Alegre, onde se reuniam membros da oposição liberal e republicanos descontentes. Essas reuniões eram freqüentemente dispersadas pelas tropas da Brigada Militar (SÁ, 1973, p. 50).

Dentro de tal quadro, a nova eleição de Borges de Medeiros fez levantar no Rio Grande do Sul uma onda de protestos e repúdios. Os federalistas sozinhos nada poderiam fazer, mas diariamente pessoas apartidárias e republicanos descontentes começaram a se juntar aos federalistas. No entanto, era necessário achar um nome que unificasse as oposições.

Nesse contexto, vários políticos da oposição, intelectuais, estudantes e pessoas em geral cansadas com os sucessivos governos do PRR, pensaram em apoiar Joaquim Francisco de Assis Brasil. Republicano histórico, cunhado de Júlio de Castilhos com quem rompeu politicamente por questões ideológicas (era contrário à constituição positivista), diplomata, deputado, intelectual brilhante com vários livros publicados sobre política, direito e também agropecuária. Assis Brasil tinha um passado honroso, moral ilibada e tinha se retirado da política por desencanto, dedicando-se até aquele momento somente a sua fazenda em Pedras Altas.

Assis Brasil, após longo período afastado da política, resolveu aceitar o convite feito a ele, a partir de um abaixo-assinado com mais de 120 assinaturas de notáveis da sociedade rio-grandense. A última participação política de Assis Brasil tinha sido na campanha de 1908, quando apoiou o dissidente republicano Fernando Abbot para a Presidência do Estado. Após uma derrota fragorosa baseada na fraude institucionalizada pelo PRR, desencanta-se com o sistema político reinante no Rio Grande do Sul e no Brasil e se retira para sua fazenda em Pedras Altas, passando a dedicar-se às atividades agropecuárias, uma de suas paixões preferidas desde a infância, da qual era grande conhecedor e incentivador. Aliás, atividade que nunca renunciou ou esqueceu mesmo quando era diplomata.

Para Assis Brasil, republicano histórico e liberal, assumir o projeto do PRR representava tudo aquilo que sempre combateu, pois para ele o que mais “importa num governo são duas coisas: a representação do povo e o controle do poder por parte do mesmo, a fim de evitar o despotismo” (RODRIGUES, 1980, p. 148). E isso ele nunca viu no projeto instalado no Rio Grande do Sul pelo seu cunhado Júlio de Castilhos, com o qual logo rompeu, pois discordava do projeto positivista do PRR. Portanto, nesse momento, ao aceitar o convite para concorrer, ele percebeu a oportunidade histórica de derrotar esse projeto ao qual sempre se opôs ao longo de sua trajetória política.

Conforme Mem de Sá, apesar da bela campanha que fez Assis Brasil, percorrendo com grande disposição o interior do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros conseguiu sua quinta reeleição, graças à fraude institucionalizada e à violência desenfreada, que nessa eleição extrapolou todos os limites do tolerável. Sobre as eleições de novembro de 1922, é

interessante ler o relato do velho líder libertador Mem de Sá:

Além da fraude, a violência que se verificou em graus diversos, em numerosos pontos do Estado. O pior episódio foi o que teve por palco a mesa eleitoral instalada na Intendência de Alegrete. Consoante a melhor versão, a responsabilidade do conflito coube aos borgistas, quando verificaram que Assis Brasil estava vencendo naquela urna, com 482 votos contra 46 granjeados por Borges de Medeiros. Apresenta-se um eleitor que, já havendo votado duas vezes, queria votar uma terceira. O fiscal assistiu protestou, e ao clamor e confusão que se estabeleceram, seguiu-se cerrado tiroteio que durou cerca de meia hora. Ao final, estavam mortos o coronel Vasco Alves, chefe maragato – que procurava, por todos os meios, serenar os ânimos – o major Marcirio Rodrigues e João Pombo. Feridos, doze. Em suma: a eleição decorreu no pior clima e na mais desbragada irregularidade, para usar, apenas, eufemismo. (SÁ, 1977, p. 63).

Encerrada a votação, iniciou-se a apuração dos votos sobre a fiscalização de uma comissão escolhida a dedo por Borges de Medeiros. Sobre este fato Mem de Sá relata:

Feita a apuração com a presença unicamente dos interessados a falsearem-na, faleciam à oposição meios e oportunidades para a comprovação imediata da violação das atas (...) bem como a substituição das mesmas por outras evidentemente falsificadas e a multiplicação propositada de cédulas com a mesma assinatura, para depuração de votos legítimos dados ao Dr. Assis Brasil... (SÁ, 1972, p. 56).

No dia 25 de janeiro de 1923, um dia após a declaração oficial da vitória de Borges de Medeiros tem início a revolução armada. O deputado Artur Caetano da Silva levanta em Carazinho, distrito de Passo Fundo, uma improvisada e precária coluna de gaúchos e proclama a Revolução. O movimento logo se espalhou pelo Estado, inclusive com a participação de revolucionários veteranos de 1893 (SÁ, 1973, p. 58).

Os líderes da Aliança Libertadora, grupo político que sustentou a campanha de Assis Brasil, bem como o próprio se apegavam no ideário liberal para justificar essa nova revolução. Segundo Rodrigues (1980, p. 148):

[...] todos eles se inspiram na idéia liberal de que, quando o poder legítimo dos povos é usurpado por um tirano que pretende tirar-lhe a liberdade, cessam todos os vínculos de obediência e é legítima a rebeldia, pois desapareceu a razão de ser do governo. Esta consiste, como víamos, em conservar vida e propriedades dos cidadãos, para os quais a liberdade é o maior bem, porque é o fundamento de tudo. (RODRIGUES, 1980, p. 148).

Aqui novamente fica claro que os revolucionários se inspiraram no direito legítimo à rebelião conforme defendido por John Locke.

Os revolucionários sabiam que não tinham condições de vencer, no entanto, sabiam que era importante criar um clima de tensão que provocasse a intervenção federal no Estado. E isso eles conseguiram, pois o Presidente da República mandou o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, vir ao Estado para intermediar o processo de paz entre as duas facções em luta.

Assim, o ato de pacificação ocorreu no castelo de Pedras Altas, residência de Assis Brasil, em 14 de dezembro de 1923. Ao todo foram dez artigos, assim descritos pelo General Setembrino de Carvalho:

CONDIÇÕES DA PACIFICAÇÃO GERAL:

1ª – Reforma do art. 9º da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato.

Idêntica a disposição quanto aos intendententes.

2ª – Adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal.

3ª – Consignar no projeto da reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes à eleições municipais.

4ª – As nomeações de intendententes provisórios serão sempre limitadas aos casos de completa acefalia administrativa, quando, em virtude de renúncia, morte, perda do cargo ou incapacidade física, ou por falta de eleição, não houver intendententes, vice-intendententes e conselhos municipais.

5ª – os intendententes provisórios procederão às eleições municipais no prazo improrrogável de 60 dias, a contar da data das respectivas nomeações.

6ª – o vice-presidente será eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente.

Se, por qualquer causa, o vice-presidente suceder ao presidente, antes de decorridos três anos do período presidencial, proceder-se-á à eleição dentro de 60 dias.

Idêntica disposição quanto aos vice-intendententes.

7ª – As minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada distrito, salvo a hipótese de uma nova divisão eleitoral.

8ª – Para as eleições estaduais, o Estado será dividido em 6 distritos, ficando garantida a eleição de um representante das minorias em cada distrito.

9ª – A representação federal do Estado promoverá a imediata aprovação do projeto de anistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o governo federal dará todo o seu apoio a essa medida.

Enquanto não for ela decretada, o Governo do Estado, na esfera de sua competência assegurará às mesmas pessoas a plenitude das garantias individuais e não promoverá nem mandará promover processo algum, relacionado com os referidos movimentos, que serão também excluídos de qualquer ação policial.

10ª – O Governo Federal e o Governo do Estado, em ação harmônica, empregarão os meios necessários à eficácia das citadas garantias. (CARVALHO, apud BROSSARD, 2004, p. 143).

Como se vê, a ata de pacificação fazia uma concessão ao PRR, ou seja, permitia que Borges de Medeiros se mantivesse no cargo até o final do seu mandato. Nas demais disposições do tratado foram contempladas as posições da oposição liberal, sendo considerado um duro golpe nas pretensões dos republicanos em se manterem indefinidamente no poder, pois se garantiu o fim da reeleição indeterminada e uma justiça eleitoral mais transparente que

garantia a eleição de opositoristas.

Entretanto, o mais importante de tudo isso foi a instituição definitiva do partido libertador no Congresso de Bagé de 1928. Desde a pleito de 1922, Revolução de 1923 e eleições de 1924 e 1927, havia-se promovido uma coligação transitória – a Aliança Libertadora – integrada pelos federalistas de Gaspar e pela poderosa dissidência republicana chefiada por Assis Brasil. Deu-se-lhe uma direção, também provisória, para conduzir as campanhas revolucionárias e políticas, liderada por Assis Brasil e Raul Pilla. (SÁ, 1973, p. 67).

Ainda sobre a fundação do PL, Mem de Sá continua:

Chegara-se, porém, ao momento da decisão. Não era possível permanecer com uma simples Aliança, provisória e, portanto, precária. Impunha-se a criação de um partido. Daí a convocação do Congresso de Bagé, em 1928. Federalistas de Gaspar e republicanos de Assis haviam cimentado, no sangue dos combates e das agruras das campanhas eleitorais, mais do que uma sólida amizade, verdadeira coesão política. Estavam irmanados. (SÁ, 1973, p. 67).

No entanto, no momento de definir o programa partidário, surgiram divergências entre os republicanos que eram presidencialistas, liderados por Assis Brasil, e os federalistas, que eram parlamentaristas, liderados por Raul Pilla. Após longos debates chegaram a um acordo, como descreve Paulo Brossard:

Vencidas as divergências doutrinárias, mediante inteligente transação entre parlamentaristas e presidencialistas, aceita a fórmula do Governo coletivo e responsável, e assegurado o direito dos federalistas retomarem a bandeira parlamentarista quando oportuno, chegou-se à tese programática de 1928. (BROSSARD, 2004, p. 178).

Assim, contemplaram-se os dois grupos políticos que formavam o PL, pois as idéias de Governo Coletivo e de eleições indiretas via legislativo para presidente, de Assis Brasil foram aceitas, bem como a possibilidade de se retomar a bandeira parlamentarista, de Raul Pilla, quando os federalistas fossem maioria dentro do partido, como ocorreu mais tarde, em 1945, quando houve a reorganização partidária no país após o fim do Estado Novo.

Com relação ao Programa do PL, é importante salientar que o partido adotou o mesmo programa do Partido Democrático Nacional, como consta no artigo II, do projeto de resolução nº 1 no momento da fundação do Partido Libertador, no Congresso de Bagé, em 1928.

II o programa do Partido Libertador é o mesmo do Partido Democrático Nacional, proclamado a 21 de setembro de 1927, na Capital Federal, com a colaboração e as assinaturas dos Deputados Libertadores. (apud TRINDADE, 1980, p. 36).

É importante salientar que no ato da fundação do PDN, onde foi aprovado o programa do partido, estiveram presentes os deputados da Aliança Libertadora, que deu origem ao PL no ano seguinte, Assis Brasil, Batista Luzardo e Plínio de Castro Casado. Parece-me que há nesse momento uma tentativa das forças liberais de mudarem as estruturas nacionais do sistema político brasileiro e que para isso se efetivasse era necessário contar com o apoio das forças políticas estaduais comprometidas com o ideário democrático resguardando-lhes uma certa autonomia regional, como pode ser identificado no ato de fundação do PDN:

Convidamos, pois, os democratas de todos os Estados e circunscrições do Brasil a se organizarem em partidos regulares, com plena autonomia em tudo quanto disser respeito às peculiaridades regionais, e a participarem no Diretório Central a sua disposição de colaborar na obra comum. (CHACON, 1998, p. 317).

Acreditamos que alguns artigos do programa do PDN, que ilustram bem o ideário liberal democrático do partido e seu propósito de mudar o sistema político nacional devam ser citados, como os que seguem abaixo:

1º - Defender os princípios democráticos e liberais consagrados na Constituição da República, para que se torne uma realidade o Governo do povo e para o povo, promovendo a regeneração dos costumes políticos e apoiando-se a qualquer reforma constitucional que implique restrição à liberdade e à garantia de direitos.

2º - Pugnar pela revisão constitucional, não só para que se restaurem as disposições democráticas e garantias cercadas pela reforma de 1926, senão também para que se adotem outras reclamadas pela vida contemporânea e generalizadas pela aspiração da Nação. (CHACON, 1998, p. 318).

Também identificamos no programa uma preocupação com a moralização do sistema eleitoral, para que o mesmo garantisse a representação proporcional justa e sem distorções.

3º - Impor, pelo voto secreto, o sigilo absoluto do sufrágio eleitoral, como condição impreterível à sua moralidade, assegurando-o com a independência do funcionalismo público, do eleitorado em geral e com o castigo dos fraudadores e com medidas cauteladoras do alistamento, do escrutínio, da representação proporcional, da apuração e do reconhecimento. (CHACON, 1998, p. 318).

A questão social também foi alvo da preocupação do PDN, como pode ser observado no seguinte artigo:

4º - Propugnar todas as medidas que interessem à questão social, no sentido de reivindicar, para todas as classes, o direito, o direito que lhes cabe de interferir na direção dos negócios públicos animando entre elas o espírito de fraternidade por leis protetoras do trabalho, da cooperação e da assistência. (CHACON, 1998, p. 318).

Além disso, verificaremos a defesa do princípio liberal que trata da independência dos poderes, no caso sobre o poder judiciário.

8º - Pleitear independência econômica da magistratura, assentando princípios básicos d organização judiciária, igualmente obrigatória na Jurisdição Federal e Estadual de modo a se precaverem, por um lado, as possibilidades dos Juízes, a composição dos tribunais e o acesso dos magistrados independentes de qualquer poder político. (CHACON, 1998, p. 318).

Como vimos, o programa do PDN dava margem para que os grupos políticos estaduais constituíssem partidos com autonomia sobre questões ou assuntos de caráter regional, desse que não contrariasse o projeto nacional.

Nesse sentido, conforme o Projeto de Resolução nº 1 da fundação do PL, no congresso de Bagé, em 1928, ficou estabelecido o seguinte:

III – Na atividade regional de acordo com o expressamente estatuido naquele diploma, reserva-se completa autonomia. (...)

IV – O Partido Libertador adota o lema – Representação e Justiça como síntese das suas aspirações na atividade nacional e local: (...).

V – Entre outras teses de natureza regional que devem considerar-se implicitamente perfilhadas pelo Partido Libertador (...) estão as seguintes:

Tornar a Constituição deste Estado harmônica com a federal, com os aperfeiçoamentos propostos para esta;

Promover o povoamento do solo e sem recorrer ao aliciamento ou a paga, mas pelas facilidades oferecidas ao colono – nacional ou estrangeiro – pelo barateamento da vida, pela construção de vias regulares de comunicação, pelo cuidado da educação e da higiene e pela confiança na Justiça;

Buscar o acréscimo das rendas públicas no aumento da produção e de riqueza, na boa distribuição dos tributos e só excepcionalmente na agravação deles;

Suprir os impostos de exportação, de transmissão de propriedade e todos os que embaraçaram a produção e circulação da riqueza fazendo o imposto territorial incidir exclusivamente sobre o valor intrínseco do prédio, sem incluir o das benfeitorias que sobre ele realize o dono ou ocupante;

Desenvolver a instituição de crédito econômico, especialmente pela efetiva possibilidade da mobilização dos valores imóveis e seus acessórios;

Consagrar a maior quota possível das rendas do Tesouro ao serviço da instrução e da educação profissional, principalmente no que toca a agricultura e indústrias rurais;

Reduzir ao mínimo as despesas improdutivas, a começar pela da força pública, que deve limita-se ao suficiente para apoiar a execução das sentenças e outros atos legais, para o que contribuirão também eventualmente as milícias municipais e o exército federal, quando requisitado;

Respeitar invariavelmente a autonomia municipal, só intervindo em assuntos locais em casos claramente determinados por lei e confiando em que o mau uso da

liberdade que por ventura façam alguns municípios desapareça mais facilmente no regime da própria liberdade que da tutela;

Estabelecer em lei bases claras e positivas para o progresso moral e material dos trabalhadores, criando a proteção legal para a atividade do operário, especialmente no que se refere à saúde, a instrução e ao amparo na invalidez.

Bagé, 3 de março de 1928.

J.F. de Assis Brasil, Firmínio da Silva Torelli, Edmundo Berchom des Essaris, Alexandre da Silva Lisboa. (apud TRINDADE, 1980, p. 36).

Conforme o trabalho de Antônio Padilha Bueno, foi importante também para a constituição do PL a declaração de princípios que foi gestada no Congresso de Bagé de 1928, sendo a síntese do pensamento dos libertadores (PADILHA, 2006, p. 63).

Na primeira parte dessa declaração de princípios, identificamos a preocupação de bem comum dentro de uma perspectiva liberal.

I

O Partido Libertador quer realizar, em todos os setores da vida nacional, a sua aspiração originária de liberdade, concretizada em reais possibilidades materiais e espirituais, de normal desenvolvimento da pessoa.

Daí decorrem os seguintes princípios de sua concepção político-social:

1º) A primazia da pessoa sobre a sociedade;

2º) A primazia do bem comum da sociedade sobre o bem individual e sobre os bens particulares dos grupos;

3º) Perfeita harmonia entre os dois princípios enunciados, pela conceituação de Bem Comum como “conjunto de recursos, espirituais e materiais, necessários à comunidade para que possa viver e oferecer aos seus membros o meio de realizar, o mais perfeitamente possível, o seu destino pessoal;

4º) A Política fica, assim, subordinada à Ética. O Estado tem por finalidade promover o Bem Comum, e este não se realiza sem o respeito pelos direitos naturais da pessoa;

5º) No que tange à esfera da ação estatal, a liberdade e a expansão da Pessoa, condicionada pela moral e pelo Bem Comum, deve ter possibilidade de realização em todos os sentidos, isto é, pela Democracia Social, Econômica e Política. (apud PADILHA, 2006, p. 63).

III

A ordem econômica deve ser governada pelas necessidades do homem e não pelas exigências do lucro. Todos têm direito de participar dos benefícios da riqueza. A democracia econômica se realiza pela difusão da propriedade. Esta constitui “um direito inerente à própria natureza do homem, no que tange à apropriação individual dos bens necessários à sua subsistência, podendo, no entanto, a propriedade de outros bens ser justificada por motivos de conveniência social”.

Em uma democracia humanista, o trabalho deve primar sobre o capital. Deve-se tender, pois – como ideal a ser atingido gradualmente – para um regime econômico humanista, em que ressaltem duas diretrizes fundamentais:

1º) Participação dos trabalhadores na propriedade dos meios de produção, com a crescente primazia, na empresa privada, na empresa, do regime de sociedade sobre o de assalariado e com prática do autêntico cooperativismo.

2º) Nos setores em que este ideal de economia distributista não se puder realizar plenamente, dada a natureza da empresa, e quando integrada à sociedade em sistema

de governo verdadeiramente democrático – coletivo e responsável – preferir, ao regime de exploração capitalista, a propriedade coletiva de tais meios de produção através de sua nacionalização.

Entre o domínio econômico de um grupo, movido pelo desejo exclusivo de lucro, e a nacionalização realizada através de estado democrático – e, por isso, ao alcance da opinião pública – não há que vacilar: a última solução é a mais justa, mais humana e mais “libertadora”.

A democracia econômica, pois, equidistante do individualismo e do socialismo, só pode se realizar em um regime de economia distributista. (apud PADILHA, 2006, p. 65-66).

Na última parte, enfatiza o documento que o regime democrático somente se realiza plenamente quando houver o respeito aos direitos naturais das pessoas e da harmonia entre os aspectos sociais, políticos e econômicos.

IV

A ordem política se funda na ordem moral, que ao estado cabe reconhecer, respeitando-lhe as determinações. A democracia assenta-se no reconhecimento dos direitos naturais das pessoas e dos grupos sociais, direitos estes que sobrepõem e governam a ordem jurídica positiva estabelecida pelo Estado.

É condição essencial da democracia política a efetiva participação do povo nas responsabilidades de governo, o que importa na liberdade de pregação e de organização político-partidário, direito este que se reconhece condicionado pelo dever que tem a democracia de assegurar legalmente a sua existência.

Não podendo a sociedade substituir sem cooperação regulada e não sendo esta senão ordenação jurídico-política, reafirma a importância do fato político como aspecto funcional da vida coletiva, reconhecendo-se, entretanto, que a democracia não se realiza sem a harmônica integração dos três aspectos fundamentais: o social, o econômico e o político. (apud PADILHA, 2006, p. 67).

Nesse sentido, o programa do PL procurava conciliar as teses liberais clássicas de respeito aos direitos naturais, separação dos poderes, eleições livres e limpas, representação proporcional, com a preocupação de construir uma sociedade mais justa, que caminhasse em direção a uma democracia social, humanista e cristã.

Surgiu então, em 1928, na cidade de Bagé, o Partido Libertador, com Assis Brasil na presidência e Raul Pilla na vice-presidência.

2.2 O PARTIDO LIBERTADOR E SUA VINCULAÇÃO AOS INTERESSES AGRÁRIOS

Retomando a história, os antigos liberais, chefiados por Gaspar Silveira Martins, deram origem ao Partido Federalista em 1892, e, mais tarde, somados aos dissidentes republicanos liberais, como Assis Brasil, fundaram o Partido Libertador, em 1928. Sendo ambos partidos fundados em Bagé.

Essas lideranças liberais no Rio Grande do Sul, em sua maioria, pertenciam à elite estancieira da Campanha gaúcha. E foi dessa região que saíram as principais lideranças políticas liberais, como Gaspar Silveira Martins e Assis Brasil. Também era dessa região que vinha a maioria dos votos do Partido Federalista e, mais tarde, do PL.

Portanto, não tem como desvincular as lideranças políticas liberais dos interesses econômicos dessa região e da classe social que representam, no caso, os grandes proprietários rurais da Campanha. Dessa forma, a defesa dos interesses do modelo econômico que privilegiava a agropecuária vai ser um traço fundamental dos políticos liberais em questão e também do próprio PL.

Nesse sentido, as lideranças políticas liberais do Rio Grande do Sul, especialmente Gaspar Silveira Martins, durante o século XIX, barganhavam favores e privilégios para a agropecuária gaúcha junto ao Império, como tarifas alfandegárias privilegiadas e pouca fiscalização sob o contrabando na fronteira com a Argentina e o Uruguai (LOVE, 1975, p. 49).

Com a Proclamação da República e o crescimento do PRR, os liberais até então hegemônicos no Rio Grande do Sul, passaram a disputar o poder com os republicanos de Júlio de Castilhos, que se inspiravam no positivismo de Augusto Comte. As rivalidades com os republicanos positivistas não eram apenas de caráter político, em função da Constituição de 14 de julho de 1891, considerada excessivamente autoritária e centralizadora das ações no executivo, mas também se davam por conta da orientação econômica positivista, que consistia

na interferência estatal no direcionamento da economia, diversificando-a e promovendo a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo, dentro de uma perspectiva de progresso com ordem social.

Analisando dessa forma, podemos observar o que diz Sandra J. Pesavento:

No contexto europeu, a ideologia positivista surgiu como defensora da sociedade burguesa em ascensão e do desenvolvimento capitalista. Para conservar a ordem burguesa, era essencial que se acelerasse o desenvolvimento industrial. Desta forma, a ordem era a base do progresso, o progresso era a continuidade da ordem. Assim, a visão positivista era progressista e conservadora ao mesmo tempo, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social.

No contexto gaúcho, tratava-se antes de implantar o capitalismo, para o que se apresentava uma série de entraves. Antes tais problemas que se antepunham, o PRR propunha-se a realizar a modernização econômica exigida. A ideologia importada, posta a serviço das condições histórico-objetivas locais, forneciam os elementos básicos que nortearam a ação do grupo no poder: desenvolver as forças produtivas no estado, favorecer a acumulação privada do capital e propiciar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas. (PESAVENTO, 1984, p. 67).

Portanto, as disputas políticas durante o período da República Velha entre liberais-federalistas e republicanos-positivistas que resultaram em dois conflitos armados, o primeiro, entre 1893-1895, e o segundo em 1923, foram causados não só em função das fraudes eleitorais e da Constituição autoritária de 1891, mas também pela política econômica adotada pelos republicanos, a qual não privilegiava nenhum setor econômico em especial, procurava diversificar a economia e ainda intervinha excessivamente na economia através do Estado. Assim, contrariavam os princípios do liberalismo econômico defendidos pelos liberais-federalistas, que seguiam a teoria da especialização em uma determinada atividade econômica, no caso, a especialização pecuário-charqueadora com base na teoria das vantagens comparativas, além de serem contrários a intervenção estatal na economia.

Essa disputa de projetos no campo econômico fica bastante clara no debate que o então deputado estadual Getúlio Vargas travou na Assembléia Legislativa com o deputado Gaspar Saldanha, em 1919. Nesse sentido, Getúlio coloca:

(...) permita-me dizer que V. Ex.a. Está filiado à velha teoria econômica do “laissez-faire”, teoria essa que pretende atribuir unicamente à iniciativa particular o desenvolvimento econômico industrial de qualquer país, deixando de lado a teoria da nacionalização desses serviços por parte da administração pública, amplamente justificada pelas lições da experiência, não levando V. Ex.a., em linha de conta, que nos países novos, como o nosso, onde a iniciativa é escassa e os capitais ainda não tomaram o incremento preciso, a intervenção do governo em tais serviços é uma

necessidade real.

Tanto não é assim que após a terminação da guerra, os poderes públicos continuaram intervindo na atividade privada, mantendo-se esses serviços com o intuito de restringir a excessiva ganância dos particulares. E uma prova de eficácia e oportunidade dessas intervenções está na tendência, quase generalizada na Europa, do operariado para a nacionalização das indústrias. É em face desta situação que S. Ex.a. vem colocar-se como defensor nesta Assembléia dos interesses dos grandes proprietários de terras. (apud FONSECA, 2004, p. 7).

Nesse sentido, os liberais-federalistas sentiam-se prejudicados ao não terem suas demandas atendidas, ou seja, privilégios para a atividade agropastoril, como nos mostra a seguinte afirmação de Loiva Otero Félix:

É imprescindível que tenhamos bem presente, no contexto da instalação da república, que os ressentimentos da elite tradicional, afrontada pelos novos quadros e ferida nos seus interesses, foram fatores mobilizadores para a luta. O objetivo era o esmagamento do Castilhismo pelo que ele representava de opressão e perda econômica. Esses aspectos não podem ser dissociados. A perda econômica referida estava ligada ao fim do pacto imperial entre os notáveis da província, os coronéis e o centro, com a extinção da tarifa alfandegária privilegiada, repressão ao contrabando e a fiscalização da legitimação da posse de terras no centro e norte do estado do Rio Grande do sul. (FÉLIX, 1987, p. 55-56).

Dessa forma, a Revolução de 1923 foi a última tentativa de retomada de poder perdido, em 1893, por parte da elite estancieira liberal da Campanha. Assim, o tratado que pôs fim à disputa entre republicanos-positivistas e liberais-federalistas representou uma verdadeira reconciliação da classe dominante gaúcha, completada mais tarde, em 1929, pela criação da Frente Única Gaúcha, que lançou Getúlio Vargas à Presidência da República. Esse episódio representou a última tentativa de uma classe economicamente em decadência de participar do poder e garantir a hegemonia em sua região, como muito bem analisa Rogério H. da Costa:

Esta recomposição do bloco hegemônico incluindo interesses de segmentos sociais e emergentes, era a única via possível para a permanência no poder de uma fração de classe que não podia mais negar sua decadência como esteio econômico do estado, na nova divisão territorial do trabalho introduzida no país pelo capitalismo industrial. Cedia em alguns pontos assimilando novas estratégias, mas garantia a manutenção de seu regionalismo. (COSTA, 1988, p. 47).

Dessa forma, depois de selada a aliança da classe dominante gaúcha, uma nova perspectiva abriu-se para os libertadores, pois o acordo com os antigos adversários era a única maneira de eles participarem do poder, mesmo que de forma subalterna, para garantirem seu espaço político e a defesa de seus interesses econômicos junto ao Estado. Por isso, não fizeram oposição a Vargas nas eleições de 1927 para o executivo estadual, apoiaram a campanha presidencial de Vargas em 1929 e o movimento revolucionário de 1930, que

colocou Vargas no comando da nação.

Por outro lado, Vargas sabia que para desenvolver o Estado e lançar-se a vôos mais altos era necessário pacificar o Rio Grande Sul e isso também foi percebido pelos libertadores. Assim, ele não tardou a atender aos interesses da elite agropastoril vinculada aos libertadores, concedendo incentivos fiscais e creditícios, combatendo o contrabando, construindo ferrovias, portos e estradas, financiando frigoríficos, etc. Além disso, Vargas garantiu eleições limpas no Estado e também contemplou os libertadores com postos importantes na administração federal, como Assis Brasil no Ministério da Agricultura.

Posto tudo isso, podemos verificar que o PL (herdeiro político das lutas da elite agrária liberal da Campanha), além de possuir sólidos princípios liberais tanto políticos quanto econômicos, também foi porta-voz dos interesses agropastoris e de um modelo de desenvolvimento alicerçado sobre essa base econômica, que será visto com maior profundidade a partir da análise da atuação da bancada libertadora na Assembléia Legislativa no pós-45, especialmente durante o governo de Leonel Brizola, em que seus interesses econômicos foram seriamente contrariados.

2.3 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR DE 1928 A 1937: DE SUA FUNDAÇÃO AO ESTADO NOVO

2.3.1 A aproximação do PL com o governo Vargas no RS

Os libertadores não disputaram as eleições para Presidente do Estado em 1927, pois estavam desgastados e fragilizados politicamente devido aos levantes de 1923, 1924 e 1926, além de já terem disputado as eleições legislativas de 1924. Além do mais, no campo republicano estava surgindo uma nova geração de lideranças políticas mais abertas ao diálogo, conhecida como a geração de 1907. Faziam parte desse grupo Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Essas novas lideranças partidárias do PRR, ao contrário de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, procuravam governar pela conciliação,

fazendo concessões aos adversários libertadores. Isso pode ser constatado quando Getúlio Vargas em discurso comemorativo à sua vitória na eleição para a presidência do Estado, em 10/12/1927, pouco antes de assumir o governo em 1928, insinuou que a batalha ideológica no Rio Grande do Sul deveria ser abandonada no interesse da paz com os libertadores (LOVE, 1975, p. 236).

Enquanto Ministro da Fazenda, Getúlio teve êxitos na condução da política econômica, pois conseguiu estabilizar a inflação e o PIB teve um grande crescimento. Isso tudo contribuiu para o bom desempenho das atividades agroexportadoras e também para qualificá-lo para disputar a sucessão de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul.

Como vimos anteriormente, Getúlio fazia parte de uma nova geração de políticos do PRR e desde logo apresentou-se como candidato de perfil bem diferente de Borges de Medeiros. Levantou a bandeira da pacificação e de harmonia do Estado. Aproximando-se do PL essa proposta de pacificação tinha por objetivo além da questão humanitária, um objetivo de natureza econômica, pois para haver progresso e desenvolvimento era necessário haver paz. Nesse sentido, era fundamental entrar em acordo com as classes produtoras da Campanha, região historicamente dominada pela oposição libertadora.

Quando Getúlio assumiu o executivo estadual procurou colocar em prática sua estratégia política. Nesse sentido, é interessante observar a firmação de Héglio Trindade:

Quando Vargas assume o poder executivo regional em janeiro de 1928, dará início a um governo cujo estilo será marcado pela conciliação política interna e realizações no plano econômico. Esta nova estratégia da elite republicana emergente, consubstanciada num modelo político mais dinâmico e flexível, reconhece o espaço conquistado pela oposição e ampliando sua legitimidade renunciando à dominação excludente baseada na coerção. Vargas abre um campo maior à participação do grupo oponente na arena política, reconhecendo candidatos eleitos em vários municípios e acenando a possibilidade de vantagens econômicas – empréstimos ou auxílios que o governo propiciará através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. (TRINDADE, 1980, p. 22-23).

Com relação às vantagens econômicas que Getúlio concedeu aos estancieiros e charqueadores da Campanha, podemos observar o que Héglio Trindade expõe sobre o assunto:

(...) O sucesso da organização dos plantadores de arroz levou os produtores de charque a também criarem o seu sindicato em 1928. Para esse setor, Vargas obteve

uma legislação federal que praticamente eliminou o problema do contrabando platino (antiquíssimo concorrente no setor). O Congresso aprovou um projeto que proibia o transporte de charque brasileiro por portos estrangeiros. (...) Outra medida de alta significação e de caráter dinâmico para a vida econômica do Estado, foi a fundação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de conceder crédito a baixo preço aos criadores e agricultores. Ao que consta, no primeiro ano, mais da metade dos empréstimos concedidos pelo Banco, foram dados a produtores de charque. Vargas fez concessões aos produtores de arroz e charque, subsidiados estes produtos no comércio de exportação através da diminuição das taxas ferroviárias nas remessas para o estrangeiro. (TRINDADE, 1980, p. 22).

Portanto, a partir do Governo Vargas, a oposição liberal, agora organizada em torno do Partido Libertador, aproximou-se dos antigos adversários, como forma de garantir sua permanência no bloco de poder, bem como sua influência política regional, apesar de se integrar nessa aliança de forma subordinada.

2.3.2 Da constituição da Frente Única Gaúcha (FUG) ao Movimento Reconstitucionalista

Nesse momento, em nível nacional assumia relevo o processo de cisão entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo diante da aproximação das eleições presidenciais de 1930. O rompimento da política do café-com-leite está relacionado ao fato de que o presidente Washington Luís apoiou o candidato paulista Júlio Prestes para a sua sucessão, em vez do mineiro como previu o acordo político em vigor. Sentindo-se traído pelos paulistas e pelo presidente, as forças políticas mineiras lideradas pelo governador Antônio Carlos de Andrada procuraram fortalecer a oposição, aproximando-se dos gaúchos. Em junho de 1929, os deputados federais João Neves da Fontoura, do PRR, Francisco Campos e José Bonifácio de Andrada, ambos do Partido Republicano Mineiro, fizeram um pacto eleitoral, do qual resultou na formação da Aliança Liberal. Logo a seguir, essa aliança política recebeu o apoio do presidente da Paraíba, João Pessoa, dos tenentes e das demais oposições estaduais, como do Partido Democrático Nacional, de São Paulo, que tinha forte vinculação política como Partido Libertador.

Em julho, a executiva do PRM, em nome da Aliança Liberal, lançou a candidatura de Getúlio Vargas e de João Pessoa, respectivamente, à presidência e à vice-presidência da República. A indicação de Vargas fortaleceu no Rio Grande do Sul a idéia de uma aliança

entre republicanos e libertadores, até pouco tempo atrás impensável.

Getúlio Vargas sabia que para vencer a eleição presidencial seria fundamental a unificação política do Rio Grande do Sul. Para atingir esse objetivo ele deu continuidade ao processo de aproximação com os libertadores. Nesse sentido, Getúlio enviou um emissário seu à convenção do PL, em Bagé, em agosto de 1929, na qual os libertadores discutiam o apoio a Aliança Liberal. A mensagem de Getúlio aos libertadores era no sentido de incorporar as teses liberais de representação e de justiça do PL ao programa da Aliança Liberal.

Assim, os libertadores, liderados por Assis Brasil e Raul Pilla, deixaram de lado as mágoas e ressentimentos do passado e conseguiram convencer o diretório do PL a apoiar candidato da Aliança Liberal para a presidência da República.

Sobre as exigências dos libertadores para concretizar a aliança, Paulo Brossard disse:

(...) Assis Brasil assumiu imensa responsabilidade em troca de exigência puramente institucional – a anistia, o voto secreto, o voto feminino, a representação proporcional, a independência dos juizes, a justiça eleitoral, a proteção ao trabalho (...). (BROSSARD, 2004, p. 183).

Assim, finalmente, ainda em agosto de 1929, o PL e o PRR uniram-se na Frente Única Gaúcha (FUG), com o objetivo de garantir a eleição de um gaúcho para presidente da República.

A eleição ocorreu em primeiro de março de 1930 e as fraudes ocorreram de ambos os lados, mas os paulistas foram mais eficientes nesse quesito, vencendo as eleições. Inicialmente, Getúlio Vargas e Borges de Medeiros aceitaram os resultados das eleições, pois tinham feito acordos com o candidato situacionista e com o presidente Washington Luís. Entretanto, lideranças mais radicais do PRR, como João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, e do PL, como Assis Brasil, Raul Pilla e Batista Luzardo não aceitaram o resultado eleitoral que teria sido obtido a partir da fraude. Assim, essas lideranças passaram a articular, juntamente com líderes mineiros e paraibanos o movimento revolucionário.

Sobre esse episódio é importante analisar a carta que Assis Brasil enviou à bancada libertadora na Câmara dos Deputados, em 7 de abril de 1930:

(...) Desde o início do presente episódio político, nós, libertadores, bem como todos os elementos que surgiram para a ação estimulados pelo nosso incitamento, estamos vendo nele uma fase, talvez a última, da Revolução Brasileira definida no manifesto de 21 de abril 1925. O objetivo da Revolução Brasileira é a remodelação da República no sentido democrático pela realização da fórmula – Representação e Justiça.

(...) A coisa mais essencial e primária que a lógica, a decência, e até mesmo a sagacidade política, impõe à Aliança Liberal é declarar, no momento oportuno, a sua desobediência a quem quer que seja proclamado Presidente da República provindo de eleição violenta ou fraudulenta. (apud BROSSARD, 2004, p. 194-195).

Deflagrado o movimento revolucionário em 3 de outubro de 1930, o diretório central do PL reuniu-se para decidir a orientação a ser seguida após a derrubada de Washington Luís. Nessa reunião, Raul Pilla defendeu a formação de uma junta militar que convocasse eleições de uma assembléia constituinte no prazo de três a quatro meses. Assis Brasil, por outro lado, manifestou-se favoravelmente à entrega do poder a Vargas, na condição de chefe de um governo provisório. Realizada a votação, a posição de Assis Brasil saiu-se vitoriosa.

Vitorioso o movimento revolucionário, Getúlio Vargas assumiu provisoriamente o poder e indicou alguns líderes do PL para cargos importantes da nova administração, como Francisco Antunes Maciel Jr. para a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, Ptolomeu Assis Brasil para a Interventoria de Santa Catarina, Batista Luzardo para a Chefia de Polícia do Distrito Federal e Joaquim Francisco de Assis Brasil para o Ministério da Agricultura. Essa nomeação de dirigentes do PL para cargos de alto escalão está relacionada com o papel importante que teve o mesmo na formação da Aliança Liberal e no Movimento Revolucionário de 1930. Sobre isso o líder libertador Mem de Sá afirma:

Feita a exposição, Getúlio, quebrando sua parcimoniosa oratória, rasgou-se em agradecimentos, declarando expressamente que ao Partido Libertador tudo devia. Não fora o Partido Libertador não teria sido possível constituir-se a Frente Única. Não lhe houve-se apoiado a candidatura presidencial o Partido, fácil teria sido ao Washington Luís obter grande votação para o seu candidato no Rio Grande, tornando inviável a sua vitória, dele, Getúlio. Não tivesse o Partido Libertador esposado a Revolução, impossível haveria sido essa, pois, amparado nos caudilhos e nas aguerridas hostes libertadoras, inexequível teria sido qualquer movimento armado contra o governo central. E agora, concluía Vargas, era o Partido Libertador o primeiro a lhe vir declarar solenemente que só aceitaria a ele como Presidente da República a ser empossado, mantendo-se em armas enquanto tal não se desse. Tudo devia, portanto, ao Partido Libertador e não tinha palavras com que manifestar sua gratidão por tão grandes dívidas. (SÁ, 1973, p. 84-85).

Ao longo do ano de 1931, o debate político concentrou-se no processo de reconstitucionalização do país. Em todo o país, acirrava-se a luta entre os adeptos da reconstitucionalização imediata e os tenentes favoráveis ao centralismo e à continuidade do

governo provisório como meio de garantir e aprofundar as reformas introduzidas pelo movimento de 1930.

Sobre a liderança de Raul Pilla, presidente e principal liderança do PL no Estado após a indicação de Assis Brasil para o Ministério da Agricultura, floresceu aqui o Movimento Constitucionalista. Em editoriais do jornal do Partido *O Estado do Rio Grande*, Pilla defendia as posições do PL, acusando Vargas e Osvaldo Aranha de ligações com as legiões revolucionárias organizadas pelos tenentes, que não queriam a reconstitucionalização imediata do país.

As milícias revolucionárias foram criadas e incentivadas, principalmente pelo Ministro Osvaldo Aranha, para defenderem a obra revolucionária. “Aranha caracterizava a Legião como um movimento renovador das instituições brasileiras, despido dos vícios das práticas oligárquicas e incumbido de nacionalizar as estruturas políticas” (TRINDADE, 1980, p. 80). Dessa forma, a Legião constituía-se em um “exército civil para defesa das conquistas revolucionárias e para a execução das propostas da Aliança Liberal” (TRINDADE, 1980, p. 81).

A reação do PL foi imediata e se deu por meio de seu jornal *O Estado do Rio Grande*, em editorial, o órgão libertador protesta contra a entrevista do Ministro Osvaldo Aranha que teria afirmado que “só os partidos fracos, que não tem confiança em si mesmos podem temer a influencia da organização que se pretende criar para defender a ordem revolucionária”. Os libertadores consideram, desde dezembro de 1931, que a Legião “dados os seus indisfarçáveis caracteres de milícia fascista” não tem “e sequer o mérito da originalidade. Hoje a milícia fascista declara guerra aos partidos, por incapazes de realizar os ideais da revolução; amanhã suprimirá a imprensa”. (TRINDADE, 1980, p. 85)

Nesse sentido, esse tipo de política levada a cabo pelo governo central, que tendia a centralizar o poder e controlar os Estados via Interventoria e legiões revolucionárias, tinha o objetivo de reorganizar o Estado brasileiro fazendo reformas de cima para baixo, de forma autoritária e antidemocrática, acabou fechando a possibilidade de participação política de vários grupos que apoiaram a Aliança Liberal. Por isso, o PL iniciou o movimento para a rápida constitucionalização do país, exigindo eleições e uma Assembléia Constituinte.

Dada seqüência à campanha pela reconstitucionalização do país, líderes da FUG como Raul Pilla, Assis Brasil e Flores da Cunha reuniram-se em Pelotas, em abril de 1931. Nessa reunião, houve consenso sobre a necessidade de convocação de uma Assembléia Constituinte logo após a finalização da reforma da lei eleitoral, confiada a Assis Brasil pelo Governo Provisório. Aliás, a reforma eleitoral foi a principal exigência dos libertadores para apoiarem a Aliança Liberal. Nesse sentido, o projeto de reforma propunha o voto secreto, a apuração escrupulosa, a representação proporcional, a independência dos juízes e voto feminino.

Em maio de 1931, reunido em um congresso geral, o PL aprovou uma moção exigindo a imediata volta do país ao regime constitucional. Em setembro de 1931, Raul Pilla convocou um novo congresso do Partido, em que foram aprovadas várias monções referentes às políticas estadual e nacional, que ficaram conhecidas como o Decálogo do PL. O ponto central de todas as reivindicações ao governo provisório eram medidas que viabilizassem a rápida reconstitucionalização do país. Para eles, a reconstitucionalização era a chave do sucesso da revolução.

Em fins de 1931, líderes da FUG, entre os quais Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores Cunha reuniram-se na cidade de Cachoeira do Sul. Lá iniciaram um movimento de solidariedade aos paulistas do Partido Democrático (aliados da Aliança Liberal agora traídos por Getúlio), que lutavam contra as Legiões Revolucionárias Tenentistas que controlavam a interventoria deste Estado. A apreensão sobre o que ocorria em São Paulo foi comunicada pelos líderes da FUG a Getúlio Vargas.

As relações entre os partidos políticos do Rio Grande do Sul e o governo provisório chegaram ao máximo de tensão quando ocorreu o empastelamento do jornal *Diário Carioca*, em fevereiro de 1932, no Rio de Janeiro, realizado por grupos ligados aos tenentes. Os líderes da FUG, que ocupavam cargos no Governo Provisório, exigiram que fossem investigados os responsáveis pelo atentado. Em função do protelamento do inquérito, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso pediram demissão de seus cargos no início de março de 1932. Logo em seguida, Raul Pilla fez algumas exigências a Getúlio Vargas para o restabelecimento da aliança entre a FUG e o Governo Provisório. Em função do não-atendimento às exigências da FUG e da radicalização do Movimento Constitucionalista Paulista, ao qual os líderes da FUG eram solidários, Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e Batista Luzardo divulgaram, em junho de 1932, um manifesto

reafirmando seus compromissos com os paulistas e defendendo a via revolucionária para garantir a autonomia de São Paulo e a reconstitucionalização do Brasil.

O Partido Libertador dividiu-se nesse episódio, pois dentro do partido havia uma ala liderada por Pilla que defendia a saída revolucionária para a crise, e outra majoritária, liderada por Assis Brasil, que considerava o derramamento de sangue desnecessário.

Os líderes da FUG esperavam contar com a adesão de Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul que, no entanto, preferiu ficar solidário a Getúlio Vargas. Assim, sem o apoio da Brigada Militar, o levante constitucionalista, que teve a participação de lideranças libertadoras, como Pilla e Luzardo, foi facilmente derrotado, fazendo com que vários líderes do PL se exilassem no Uruguai.

2.3.3 As eleições para a Assembléia Constituinte

O movimento revolucionário constitucionalista, apesar de derrotado militarmente, obteve uma importante vitória política, pois Getúlio Vargas cedeu e convocou uma Assembléia Constituinte. Assim, o ano de 1933 caracterizou-se em todo o país pela efetivação do processo de reconstitucionalização do país.

No Rio Grande do Sul, é criado um novo partido pelas mãos dos interventores Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, para dar sustentação aos governos estadual e federal, em função do rompimento da FUG com o Interventor e o Governo Provisório, devido ao apoio da FUG ao levante constitucionalista. Sobre esse fato Maria Izabel Noll expõe o seguinte:

Transformando-se a FUG (PRR aliado ao PL) sob a liderança de Borges de Medeiros e Raul Pilla, num centro de oposição aos governos revolucionários (federal e regional), não resta à situação senão criar o seu próprio canal de expressão – o que se dá com a fundação do Partido Republicano Liberal (PRL) por Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. O PRL é um partido criado para dar respaldo à ação governamental, tanto ao nível federal como estadual, congregando todos os elementos beneficiados com a Revolução de 1930, vinculados de uma forma ou de outra à Interventoria, ou aos que apoiavam a política de Vargas no plano federal ou de Flores no estadual. (TRINDADE e NOLL, 1991, p. 57).

Nesse novo contexto político, tanto nacional como estadual, fez com que se

solidificassem os laços entre o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano Riograndense (PRR). Sem contar com as suas principais lideranças, que estavam no exílio, e com a perda de vários de seus membros para o Partido Republicano Liberal (PRL), PL e PRR, procuraram reorganizar-se para a disputa das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, a serem realizadas em maio de 1933. Assim, em abril de 1933, o PL realizou um congresso no Uruguai para estabelecer o programa a ser defendido na futura Assembléia Constituinte, definir as bases para uma ação conjunta com o PRR escolher os nomes de seus candidatos. A plataforma política definida nesse encontro manteve-se dentro das determinações e dos princípios programáticos do Partido, ou seja, do liberalismo político, com ênfase nas questões sobre Representação e Justiça, lema histórico dos Libertadores e com pouca atenção às questões sociais. Sobre isso, Héglio Trindade expõe:

Os libertadores se baterão pela: defesa do voto secreto; alistamento automático aos 21 anos de idade; voto feminino; manutenção dos juizes e tribunais eleitorais com garantias de independência para tratarem privativamente das questões eleitorais; (...) instituição do referendun e do plebiscito para manifestação direta do povo em assuntos fundamentais; interdição da reeleição para Presidência da República e Governo do Estado; supressão do Senado; criação de um Conselho de Estado; representação proporcional à população dos Estados; possibilidade de cassação dos mandatos; (...) decretação de intervenção federal nos Estados apenas pelo Legislativo; (...) a decretação do estado de sítio não poderá ser preventiva e nem realizada pelo poder executivo; manutenção dos direitos individuais durante o estado de sítio; liberdade de opção na questão do divórcio; difusão do ensino primário pelo Estado e município auxiliados pela União. (TRINDADE, 1980, p. 160).

Três eleições marcaram respectivamente a vida política desse período. Em 1933 para a Constituinte Federal, em 1934 para Deputado Federal e Constituinte Estadual, e 1935 para Prefeito Municipal. Nessas eleições o PRL saiu-se vitorioso sobre a FUG, pois controlava a maioria das administrações municipais, abriu espaço para os novos segmentos sociais e econômicos, até então excluídos do processo político, e tinha como grande líder o próprio interventor, abusando dessa forma da coerção e do uso da máquina pública a seu favor. O PRR foi o partido que mais perdeu representatividade, pois perdeu boa parte de suas lideranças para o PRL. O PL manteve seu tradicional reduto eleitoral na Campanha, elegendo Assis Brasil para a Constituinte Federal e Ra ul Pilla para Constituinte Estadual.

Para a melhor compreensão do processo eleitoral da década de 1930 no Rio Grande do Sul, é importante observar as análises de Héglio Trindade e Maria Izabel Noll:

Em 1933, das 16 cadeiras que cabiam ao Rio Grande, o PRL consegue obter 13, sendo derrotados em apenas 5 municípios (Candelária, São Pedro, Dom Pedrito, Caçapava e São Sepé), dos 82 municípios do Estado. A FUG permanecia encravada na zona sul do Estado mostrando seu traço libertador mais marcante.

Em 1934, para a Câmara Federal o PRL elege 13 deputados das 20 cadeiras que cabem ao Rio Grande do Sul, ao passo que na Constituinte Estadual domina 21 das 32 cadeiras existentes. O PRL mantém-se hegemônico no Planalto Norte, mas perde votos na zona colonial (provavelmente para a AIB que cresce sensivelmente nesse período).

Ampliando um pouco mais seu espectro, a Frente Única domina a Campanha e tende a crescer no centro e zonas mais urbanas.

(...) As eleições municipais de 1935 apresentam características particulares. (...) O caráter de violência que essa eleição vai adquirir deve-se, em grande parte, ao fato de inúmeros prefeitos nomeados pelo interventor/governador) concorrem ao cargo sem que dele se desencompabilizem, no prazo estabelecido pela lei. Como já foi observado anteriormente, a máquina administrativa municipal tinha um papel crucial na atividade político-eleitoral. A tendência ao uso da força e constrangimento pessoal foi constante em zonas onde a FUG tinha possibilidades de êxito (...).

Deste modo, há a de se considerar os casos extremos onde o PRL obteve o total da votação, pois não havia candidato de oposição, nem segurança para os eleitores de correntes contrárias (...).

Dos 20 municípios onde a FUG foi vitoriosa, 13 prefeitos são membros do Partido Libertador. Os resultados de 1935 podem sugerir que o Partido Libertador manteve-se mais intacto do que o Partido Republicano, obedecendo a uma trajetória constante de votação, o que não teria acontecido com o PRR, mais atingido pela criação do PRL, que lhe provocou uma sangria, possivelmente mortal. A validade dessa afirmação pode ser inferida após 45, quando PL mantém suas bases políticas tradicionais e as lideranças do PRL e PRR (Flores da Cunha e Borges d Medeiros) vinculam-se à pequena UDN. (TRINDADE e NOLL, 1991, p. 58-59, 61-62).

2.3.4 Da crise do Sistema Partidário Rio-Grandense ao Estado Novo

Como vimos anteriormente, as eleições ocorridas entre 1933 e 1935 fortaleceram o interventor Flores da Cunha. Os partidos que compunham a FUG foram derrotados, sobretudo o PRR, mas já o PL manteve suas bases tradicionais praticamente intactas, ou seja, continuou com forte presença na região da Campanha.

Nesse sentido, o interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha fortaleceu-se politicamente, inclusive tentando influenciar a política em nível nacional. Por outro lado, há uma tendência centralizadora e autoritária do governo federal, principalmente a após a intentona comunista de 1935.

Sobre essa nova conjuntura política de intensa radicalização e de forte tendência a uma centralização autoritária em nível federal, Héglio Trindade coloca o seguinte:

A revolta de 35 levará as elites do poder a um radicalismo defensivo, solicitando ao Congresso a permissão para declarar estado de sítio e encaminhando uma nova solicitação para prorrogá-lo por mais 90 dias, em março de 36.

O governador gaúcho, entretanto, continuava afirmando que as milícias estaduais eram capazes de suprimir eventuais levantes ou perturbações da ordem sendo desnecessária, desta forma, a dotação ao executivo de uma dose tão significativa de poder. Além do estado de sítio, o governo recebe maior reforço legal para repressão que passa a desenvolver, com a incorporação de novos dispositivos à Lei de Segurança Nacional através da ampliação do conceito de crime contra a segurança interna. (TRINDADE, 1980, p. 251).

Dessa forma, ampliou-se o leque de opções para enquadrar na Lei de Segurança Nacional grupos políticos que ameaçassem a consolidação do processo revolucionário iniciado em 1930, possibilitando dessa maneira, que forças políticas regionais autônomas pudessem ser enquadradas nessa categoria.

Essas ações do Governo Provisório de cunho autoritário e centralizador possibilitaram a unificação da elite política gaúcha, em uma tentativa de reter para o Estado a parcela de poder que até então lhe correspondera.

Flores da Cunha se articula e aceita barganhar com a FUG não somente porque pressente alguma movimentação de base popular (que seu esquema policial-repressivo absorve absolutamente), mas porque identifica na política antiextremista de Vargas, Vicente Rao, Filinto Muller, Góes Monteiro e outros, a origem e o fundamento de uma estratégia centralizante, autoritária e conseqüentemente anti-regionalista. (TRINDADE, 1980, p. 252).

O acordo entre a FUG e o PRL é celebrado em 17 de janeiro de 1936, estabelecendo um governo misto, o chamado *modus vivendi* gaúcho. Pelo acordo, havia possibilidade de ingerência do Legislativo nas decisões implementadas pelo Executivo e também o comprometimento dos partidos para que houvesse o funcionamento de um sistema parlamentarista. Assim, Raul Pilla foi nomeado Secretário da Agricultura e Lindolfo Collor Secretário da Fazenda.

O acordo entre a FUG e o PRL fortaleceu Flores da Cunha, projetando-o politicamente em nível nacional, levando-o a ficar interessado em concorrer à Presidência da República, ou pelo menos em participar da indicação de um candidato com possibilidade de vitória. Em função disso, Vargas percebeu que Flores era uma ameaça ao seu continuísmo no governo federal e passou a tomar medidas para enfraquecê-lo.

Assim, Vargas iniciou um processo de cooptação das lideranças da FUG e do PRL,

com o objetivo de enfraquecer Flores da Cunha. Essa estratégia de Vargas provocou o fim do acordo político gaúcho chamado *modus vivendi*. Além disso, gerou uma dissidência pró-Getúlio dentro do PRL. Outra atitude dele foi o afastamento de líderes militares floristas do comando do III Exército e da federalização da Brigada Militar. Sem apoio militar e político Flores da Cunha renunciou em 16 de outubro de 1937, exilando-se no Uruguai.

Apesar da insistência de Collor e Pilla em manter o acordo entre a FUG e PRL, isso não foi possível, pois o processo de cooptação de Vargas era muito mais forte. Pilla também procurou impedir a adesão do PL ao governo do novo interventor Daltro Filho, mas também não foi possível, porque o PL já não se mostrava mais coeso. Em função disso Raul Pilla desligou-se do diretório do partido e renunciou ao cargo de presidente, sendo acompanhado por vários correligionários. Logo a seguir, alguns dias depois, Vargas extinguiu os partidos, consolidando a ditadura do Estado Novo.

Nesse sentido, o último ano de vida democrática, que antecedeu ao Estado Novo foi marcado pela redefinição de toda a estrutura dos partidos, pois ocorreu uma grave desarticulação interna dos partidos gaúchos, ou seja, os três partidos (PL, PRR e PRL) sofreram cisões profundas nessa mesma conjuntura.

Portanto, nessa nova conjuntura política, não havia mais a possibilidade de se desenvolver uma política no estilo pinheiro-machadista, que foi pretendida por Flores, de articular oligarquias. As lealdades, agora, deviam ser redimensionadas: não mais aos poderes regionais, mas sim a um poder central que as devia, aceitava, correspondia. (TRINDADE, 1980, p. 261).

Em função disso, abriu-se caminho para a implantação do Estado Novo praticamente sem resistências, apesar da forte tradição liberal-democrática do Partido Libertador e de seu histórico revolucionário na defesa de seus ideais de Representação e Justiça.

Com relação ao Partido Libertador, que é o que mais nos interessa, podemos observar que ele vai ao longo desse período reforçando seu caráter liberal-conservador, pois, devido a cisões internas, perdeu várias de suas lideranças para o projeto varguista, mais centralizador e autoritário, como Alberto Pasqualini e Valter Jobim, que inclusive no pós-45 tornaram-se líderes do PTB e PSD, respectivamente, partidos fundados sob a orientação getulista. Por

outro lado, o PL também sofreu defecções mais à esquerda, pois surgiram lideranças mais preocupadas com as questões sociais, como Bruno Mendonça Lima e Pedro Gabriel Moacyr, os quais não se contentavam apenas com as aspirações de cunho liberal de Representação e Justiça. Sobre esse fato Héglio Trindade afirma:

A crise do Partido Libertador, porém, havia se manifestado, embrionariamente, antes do rompimento do *modus vivendi* e do manifesto de Collor que alguns membros irão apoiar. Ainda em setembro a direção do partido em Pelotas renuncia coletivamente. Cabe lembrar que o diretório pelotense é constituído de personalidades políticas importantes (Bruno Mendonça Lima, José Pereira Lima, Anacleto Firpo, Alberto Amaro da Silveira, João Barros Cassal e outros). A análise da origem desta cisão revela que ela já encontra-se vinculada a existência de duas correntes dentro do partido; a corrente dominante, subordinada à direção de Pilla, de tendência conservadora liberal e uma nova ala, considerada como a esquerda do partido que irrompe sobre a inspiração de alguns membros preocupados com o crescimento dos problemas sociais e com a incapacidade do PL de apontar soluções. A corrente esquerdista é encabeçada por Bruno Lima e pretende uma revisão do problema do PL no sentido de acompanhar o momento histórico que requer proposições mais amplas do que, apenas, representação e justiça. (TRINDADE, 1980, p. 256).

Dessa forma, verificamos que na trajetória política do PL, nesse período em questão (1928-1937) pudemos constatar o seu perfil liberal-conservador, porque em suas campanhas cívicas o partido continuou sólido na defesa de seus ideais liberais de representação e justiça. Isso pode ser observado nos discursos e na plataforma que selaram a Aliança Liberal, na determinação para a implementação do novo Código Eleitoral, no apoio ao movimento constitucionalista e no programa a ser defendido na Assembléia Nacional Constituinte. Por outro lado, as questões sociais não receberam grande atenção dos libertadores, evidenciando seu caráter elitista e avessos a qualquer possibilidade de mudança nas estruturas socioeconômicas, como bem analisou Héglio Trindade em sua pesquisa sobre o jornal do PL, *O Estado do Rio Grande*:

Quanto às notícias de cunho regional, *O Estado do Rio Grande* aborda questões político-administrativas e também problemas econômicos ligados ao comércio, à indústria e principalmente à agropecuária que, além de ser o setor mais importante da economia gaúcha, vinculava-se à zona da Campanha, onde o Partido Libertador tinha suas bases políticas mais fortes. Observa-se ainda que o jornal dá pouca importância a notícias referentes a movimentos sociais, por exemplo: a atuação do operariado através de greves, movimentos sindicais etc. Somente quando a crise assumia dimensões nacionais e que os libertadores se referem a ela, embora sempre encarando a questão social numa ótica conservadora liberal. Como já se teve oportunidade de referir anteriormente, os temas sociais não representam o núcleo da temática desenvolvida no Estado do Rio Grande. Ainda que os libertadores não a deixam de lado enfocá-la de um ângulo liberal, procurando encontrar soluções para o problema social sem preocupar-se com grandes mudanças na sociedade numa atitude anti-comunista. Em editorial intitulado: “Proletariado”,

escreve seu redator: “não só o proletariado, mas a nação inteira, reclamam a efetividade das medidas e das reformas de que o trabalho está carecendo instantemente no Brasil”. “Fatos importantes a combater é o perigo da infiltração comunista, assim, o Ministério do Trabalho, melhor do que a policia, poderá combater em terras brasileiras, o messianismo bolchevista”. (TRINDADE, 1980, p. 358 e 365).

Nesse sentido, podemos perceber também que apesar do programa do PL e a declaração de princípios do partido apresentarem alguns artigos sobre a questão social, como os direitos dos trabalhadores, a preocupação com uma sociedade mais justa socialmente e igualitária, inclusive com a distribuição de propriedades, percebemos que os temas que polarizavam os debates políticos nessa época e que mobilizavam os libertadores eram as teses liberais relativas a formas de governo, representação política justa, sistemas eleitorais limpos, liberdade de opinião e de organização, justiça e parlamento independentes do executivo e limitação dos poderes do executivo.

Nesse sentido, o próprio Assis Brasil afirmava que a síntese de seu projeto político e do próprio PL podia ser escrito com o lema Representação e Justiça. Isso pode ser observado na carta circular que enviou, em 6 de janeiro 1933, aos correligionários libertadores:

Muito menos em se tratando do Partido Libertador cujos princípios exarados em fórmulas positivas, são hoje o lábaro de mais numerosa opinião. O Partido Libertador é imortal. Não se matam ideais. As aparências, a mesma denominação podem mudar, talvez mesmo devam mudar; mas a essência ficará. O fato irreduzível da atualidade é que todos os órgãos vivos e conscientes da opinião nacional esposaram o credo Libertador, na sua luminosa síntese – Representação e Justiça. (apud BROSSARD, 2004, p. 259).

Podemos observar também, que as questões sociais apesar de já fazerem parte da agenda política dos principais partidos rio-grandenses, não eram elas que mobilizavam os partidos para os embates políticos, até mesmo porque os mesmos, em especial o PL, eram ligados aos grupos sociais dominantes no Estado. A temática social passou a ser mais importante no cenário político brasileiro somente no pós-45, quando os setores populares passaram a participar mais intensamente do processo político, pressionando o Estado e a sociedade por mudanças sociais e pela ampliação de seus direitos. Sobre isso, é importante observar a afirmação de Mem de Sá:

Fator de vigorosa perturbação nos hábitos e costumes políticos do Rio Grande decorreu, porém, da evolução das idéias e das questões econômicas e sociais – verificadas, aliás, em todo o mundo. Eram, pelo menos até 1930, para nós,

simplesmente inexistentes e, por isso, não constituíam temas para alusão em panoramas partidários, comícios ou reuniões cívicas. Unicamente, como já mostramos, o Programa do Partido Libertador, de 1928, tratava delas, largas e corajosamente. Mas, quando surgiram, após 1930 e, sobretudo, após 1945, dominaram a cena, deixando os assuntos estritamente políticos, discussão de tese liberal ou de formas de governo, em posição cada vez mais secundária. Tais matérias perderam o appeal. E, em seu lugar, introduziram-se largas, fartas, abundantes, desabusadas, atrativas, a questão social, a econômica e a ideológica (...). (SÁ, 1973, p. 99-100).

Assim, essas características acima expostas constituirão a base do perfil político ideológico do PL no pós-45, como ficará evidenciado a partir da análise dos processos eleitorais e dos discursos e projetos dos deputados estaduais do partido entre 1959 a 1964. Período esse marcado pela grande mobilização social das classes populares e da intensa radicalização política, em que os interesses dos grandes proprietários rurais, principal base social e política do PL, serão ameaçados pelas ações dos governos de Leonel Brizola, em nível estadual, e de João Goulart, em nível nacional.

3 A REFUNDAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR EM 1945

Neste capítulo, procuraremos caracterizar o contexto político do período da redemocratização, buscando identificar os principais elementos que determinaram a formação inicial do sistema partidário no Brasil e no Rio Grande do Sul. Dessa forma, será possível compreender como ocorreu a refundação do PL, em 1945, bem como os principais traços de seu perfil político-ideológico.

3.1 A FORMAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NO BRASIL

A formação do sistema partidário no Brasil, em 1945, está relacionada com a conjuntura de transição do Estado Novo para o regime democrático, o qual foi profundamente marcado pelo debate em torno da figura de Getúlio Vargas. Assim, a polêmica entre varguismo e antivarguismo domina os debates políticos desse momento, debate esse marcado pela discussão entre democracia e ditadura. Será então em torno das posições relativas a Vargas que se constituíram os principais partidos políticos brasileiros desse período (CANEPA, 1999, p. 93).

Nesse sentido, a partir de 1942 houve uma reorganização das oposições ao regime estadonovista, formada por grupos como as oligarquias rurais dissidentes, setores médios, oficiais das forças armadas e comunistas, que lutavam pelo retorno da democracia. Dentro do grupo oligárquico foi organizado o Manifesto dos Mineiros, primeiro movimento de oposição aberto ao Estado Novo, que formaria futuramente um dos grupos fundadores da UDN. Esse manifesto defendia basicamente as liberdades individuais e maior participação política e econômica para as elites.

Além das pressões internas mencionadas, houve também pressões externas pela redemocratização, como afirma Edgar Carone:

A degradingolada da ditadura vai Ter um ponto final no momento em que Eduardo Stetinius Júnior, subsecretário de Estado dos Estados Unidos, vem da conferencia de Yalta (Rússia) ao Brasil em 16 de fevereiro de 1945, para manter entrevista com Getúlio Vargas: em nome de Roosevelt, o subsecretário impõe a democratização do Brasil (...). (CARONE apud OLIVEIRA, 2001, p. 29).

Portanto, o mundo nesse momento era bem diferente de quando Vargas chegara ao poder. As idéias autoritárias, muito difundidas no Brasil durante os anos 1920 e implementadas aqui nos anos 1930, passavam agora por severas críticas.

Os ideais democráticos estavam sendo revalorizados. Os altos escalões da Forças Armadas não mais endossavam o regime. No palácio do Catete, o grupo que apoiava Vargas estava bastante dividido. O presidente perdera suas bases de sustentação políticas. Restava, portanto, controlar o processo de democratização. (FERREIRA, 2006, p. 14).

Nesse sentido, os dirigentes autoritários do Estado Novo, em função das pressões internas e externas, decidiram iniciar a abertura do regime convocando eleições. Em 28 de fevereiro de 1945 a Lei Constitucional nº 9 (Ato Adicional) fixava o prazo de 90 dias para o estabelecimento da data para as eleições gerais e, em 28 maio, em um momento em que as forças políticas situacionistas e opositoristas estavam articulando-se politicamente para a formação dos partidos, foi decretado o novo Código Eleitoral (Decreto nº 7.876/45) que regularia a formação dos partidos e o processo eleitoral no país, além de marcar as eleições presidenciais para 2 de dezembro de 1945. Esse processo de abertura, pelo menos inicialmente, foi marcado pela incerteza, pois Getúlio continuava na presidência manipulando o processo. Ao mesmo tempo manifestações queremistas de apoio à continuidade de Getúlio no poder aumentavam em todo o país. Assim, setores da oposição liberal e da própria situação uniram-se para desfechar um golpe contra Getúlio, afastando-o do poder em 29 de outubro de 1945.

Sobre esse movimento que retirou Vargas do poder e sobre o futuro sistema político que se estava sendo implementado no Brasil, é importante levar em consideração as observações que Maria Amélia Soares Dias da Costa fez sobre esse processo:

O resultado final constituiu-se na mobilização reativa do golpe do Estado, resultante da negociação entre o conservantismo autoritário que atuava no interior do próprio Estado Novo – polarizando na oficialidade militar superior, em Góes Monteiro, na candidatura Dutra e em expressa parcela do PSD – e o conservantismo liberal, protagonizado pelo UDN e pela candidatura igualmente militar e de origem tenentista de Eduardo Gomes. Afastado o ditador foi substituído por um governo de magistrado, no curso do qual a engenharia institucional, que redefiniria o sistema

político flexionaria, não propriamente do projeto de uma democracia pluralista e liberal de participação limitada, mas para uma singular combinação entre o autoritarismo conservador que, deposto o ditador, faria permanecer, contudo, intacta, à máquina centralizadora e concentradora de poder do Estado Novo, e o liberalismo igualmente conservador que, todavia, confirmar-se-ia ao nível epidérmico do Congresso e dos mecanismos de representação política. Com tais mecanismos conviveria soberanamente a extensa e complexa máquina do Poder Executivo estadonovista, que não apenas permaneceria inalterada, mas conservaria de modo consistente e extraordinário no curso de todo o período (...). (DA COSTA, 1983, p. 12-13).

Assim, percebe-se que houve uma permanência dos elementos autoritários nas instituições políticas, confirmadas pela Constituição de 1946 (SOUZA, 1976, p. 105-106). Nesse sentido, a defesa do caráter democrático que deveriam assumir as instituições, adquire no contexto uma característica quase meramente estratégica de discurso, não envolvendo compromissos de maior profundidade com visões ou propostas diferenciadas de organizações de vida política. (CÁNEPA, 1999, p. 92)

Então, a Lei Eleitoral nº 7.586/45 que foi imposta à nação, está relacionada com esses objetivos. Nesse sentido, essa lei obrigava os partidos a se organizarem com bases nacionais, com no mínimo 10 mil assinaturas (em 46 o número de assinaturas subia para 50 mil), distribuídos em pelo menos cinco Estados, não podendo nenhum desses Estados ter menos que 500 assinaturas. Dessa maneira, a lei eleitoral impedia a excessiva fragmentação partidária e impedia a reorganização dos tradicionais partidos oligárquicos regionais que poderiam ameaçar a centralização política iniciada em 1930 e a própria forma de Estado.

Assim, a partir da conjuntura exposta, tendo como baliza a Lei Eleitoral nº 7.586/45 (Lei Agamenon), organizaram-se os partidos políticos brasileiros em 1945. Dessa forma, conforme a caracterização realizada por Miguel Bodea (1992, p. 14-16), os grupos opositoristas a Vargas e ao Estado Novo formaram uma grande frente liberal-democrática que incluía desde setores oligárquicos excluídos em 1930 e 1937, representantes da burguesia liberal urbana, elementos da esquerda não-comunista, que ficariam conhecidos como Esquerda Democrática e militares anti-varguistas. Essa frente organizou-se em torno da União Democrática Nacional (UDN), a qual se tornou um dos grandes partidos do período 1945-64. Durante o ano de 1945 a UDN juntou-se em torno da candidatura presidencial antivarguista do brigadeiro Eduardo Gomes. A direção do partido e seu conteúdo programático e ideológico vão sendo aos poucos controlados por grupos liberal-conservadores, que em nível internacional se posicionavam a favor de uma aliança com os Estados Unidos na conjuntura

da Guerra Fria. A partir de meados de 1945, os grupos ligados a Esquerda Democrática (na maioria socialistas antigetulistas) começaram a se afastar da linha liberal-conservadora da UDN, fundando o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nesse sentido, a oposição a Vargas, não-comunista, deu origem a dois grupos políticos distintos: um partido liberal - conservador, marcadamente elitista e com grande penetração em setores da oligarquia, da burguesia e da classe média urbana – a UDN; e um partido de esquerda independente, composto por intelectuais socialistas, voltado para a classe operária, mas que nunca conquistou uma ampla base popular: o PSB.

No lado oposto, as forças getulistas deram origem a duas correntes políticas distintas. Inicialmente, Getúlio Vargas e toda a estrutura estadonovista, organizaram a formação de um forte partido situacionista, isto é, o Partido Social-Democrático (PSD). Esse partido surgiu a partir da força das interventorias estaduais (os governadores e os burocratas nomeados por Vargas), em que houve a tentativa de centralizar as forças oligárquicas locais fiéis a Vargas em uma organização partidária que tivesse algumas nuances reformistas e fosse fiel a um programa nacionalista. Entre seus principais fundadores estão os interventores do Estado Novo, como Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, e Amaral Peixoto, governador do Rio de Janeiro. No entanto, da mesma forma que aconteceu com a UDN, no interior do PSD também passou a predominar uma tendência liberal-conservadora, vinculada às oligarquias e elites locais.

Ainda dentro de corrente getulista, surgiu o PTB. Graças à visão de Vargas de aproveitar a estrutura sindical estadonovista e a necessidade de mobilizar o voto de massa urbano em torno de uma legenda específica, Getúlio ajudou a fundar um partido essencialmente voltado para o voto operário: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Dessa forma, o PTB conseguiu mobilizar gradativamente importante parcela do voto dos trabalhadores urbanos, sobretudo operários, dessa forma, foi ampliando sua votação a cada eleição, até tornar-se o maior partido no Congresso após as eleições de 1962.

Além dos três grandes partidos nacionais , UDN, PSD e PTB , e do pequeno PSB, organizaram-se também outros partidos a partir de 1945, como o Partido Comunista Brasileiro que, graças à sua estrutura de organização fortemente centralizada e à sua disciplina ideológica, surgiu como uma grande força em 1945, capitalizando inclusive as perseguições que foram vítimas durante o Estado Novo e da simpatia geral que desfrutava a URSS naquele

momento histórico, devido à vitória sobre as forças Nazi-facistas.

Os estudiosos desse período afirmavam que nas eleições de 1945, o PCB obteve mais em votos que o PTB nos principais centros urbanos. Nas eleições municipais de 1947, ele teve maioria relativa dos votos na capital do país (Rio de Janeiro) e conquistou a maior bancada de vereadores em importantes cidades como Santos e Recife. O início da Guerra Fria e o alinhamento do Governo Dutra com os Estados Unidos fizeram com que o PCB fosse novamente posto na ilegalidade. A partir desse episódio acredita-se que grande parte de sua votação e de suas lideranças no meio operário tenha se dirigido para o PTB.

No extremo oposto do espectro político surgiu, em 1945, o Partido de Representação Popular (PRP), herdeiro ideológico da antiga Ação Integralista, grupo de orientação fascista da década de 1930. O PRP, partido de ideologia de extrema direita teve pouca penetração nos grandes centros urbanos. Entretanto, teve algumas fortes bases regionais em áreas de pequenos agricultores, principalmente nas regiões de colonização alemã e italiana nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O PRP entrou em decadência a partir da década de 1950, sendo gradativamente superado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), um partido de centro-direita mais dinâmico e moderno, com influência crescente nas grandes cidades do Sul e Sudeste.

Por fim, também houveram alguns partidos que tiveram influência circunscrita apenas a algumas regiões determinadas, mas com pouca relevância no cenário político nacional. Entre eles podemos citar o Partido Republicano (PR) – herdeiro dos antigos Partidos Republicanos da República Velha e com alguma força, sobretudo em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, manteve-se o Partido Libertador, herdeiro político dos antigos federalistas da região da Campanha e defensor intransigente do parlamentarismo. E por último, tivemos em São Paulo, o Partido Social Progressista (PSP), do líder populista local e ex-interventor do Estado Adhemar de Barros.

Portanto, é nessa conjuntura da redemocratização e da formação dos partidos nacionais que devemos situar o processo de reorganização partidária no Rio Grande do Sul e as especificidades que o sistema partidário terá no Estado. A partir disso, podemos compreender como se estrutura o PL e também suas principais características enquanto partido político, pois era um partido essencialmente regional e gaúcho.

3.2 A FORMAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL

A formação de partidos nacionais previstos pelo novo Código Eleitoral (Lei Agamenon) obrigou a elite política do Rio Grande do Sul a ingressar nesses novos partidos. Entretanto, essa opção partidária ocorrerá em função de aspectos importantes da conjuntura nacional de 1945, como também pelas clivagens históricas em nosso Estado.

Como foi visto no primeiro capítulo, a política do Rio Grande do Sul distinguiu-se em relação aos demais Estados durante a República Velha, pois as disputas políticas aqui não se davam a partir de rivalidades familiares, pelo contrário, a luta entre oposição e situação era marcada pela intensa disputa partidária, em que os partidos tinham sólidos princípios ideológicos. Essas rivalidades partidárias, inclusive, provocaram duas guerras civis e contribuíram para a formação político-ideológica de uma geração de líderes políticos, que na conjuntura de 1945 tiveram que fazer novas opções partidárias.

Outro fato importante a ser destacado nesse processo é a divisão ocorrida na elite política rio-grandense no apoio ou na oposição a Vargas como ocorreu na década de 1930. Dessa forma, as lideranças partidárias tradicionais dos três principais partidos gaúchos dos anos 1930 (PRR, PRL e PL), Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Raul Pilla, tornaram-se peças fundamentais no momento da reorganização partidária de 1945. E, apesar das várias manifestações espontâneas da sociedade ocorridas nesse período, será em torno dessa elite política que será definida a reorganização partidária no Rio Grande do Sul. A única exceção à regra é com relação às lideranças do PCB.

Apoiado em Maria Amélia Dias da Costa, Miguel Bodea, Hélió Trindade, Lisandri Oliveira e Mercedes Canepa, procuraremos fazer uma breve descrição dos partidos que se formaram no Rio Grande do Sul, dando ênfase especial para o PL, tema de nossa pesquisa. Além disso, serão relacionadas às clivagens regionais com os novos vínculos nacionais.

Partido Social Democrático (PSD): a formação do PSD no Rio Grande do Sul de maneira geral não difere do que tem sido observado como característica fundamental desse partido em nível nacional: partido estruturado principalmente a partir das interventorias

estaduais estadonovistas, em torno de sua máquina burocrático-administrativa. Aqui, no Rio Grande do Sul, o trabalho de reorganização e estruturação do PSD contou com o apoio do interventor Ernesto Dornelles, no entanto, é o seu secretário do Interior, Cylon Rosa que foi o grande responsável pelo feito, pois foi ele quem participou das primeiras reuniões em nível nacional com membros da administração federal, já no início de 1945, para a articulação do novo partido situacionista. A comissão executiva do PSD gaúcho, formada em junho de 1945, é composta por representantes das três dissidências partidárias do período anterior que aprovaram Vargas em 1937, todos eles pertenciam à máquina administrativa do Estado na gestão do Interventor Ernesto Dornelles: Cylon Rosa e Coelho de Souza, membros da dissidência liberal do PRL, em 1937, Brochado da Rocha e Osvaldo Vergaras, oriundos do PRR, Walter Jobim e Oscar Fontoura, oriundos do PL. O PSD não teve dificuldades em se organizar em vários municípios, pois, como vimos, aproveitou-se da estrutura burocrática montada no Estado Novo. Em junho de 1945 ocorreu sua primeira convenção estadual, em que é constituído o diretório, com Getúlio Vargas na presidência regional do partido, sendo indicados como candidatos Eurico Gaspar Dutra para a presidência e Walter Jobim para o governo estadual. Uma observação importante a se fazer sobre essa fase inicial do PSD gaúcho é essa estreita relação com Vargas, da qual haverá uma ruptura entre ambos a partir do final da década de 1940, denominado pelos estudiosos de “Desgetulização do PSD” ou “Udenização do PSD gaúcho” (CANEPA, 1999, p. 176).

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): diferentemente dos demais partidos (PSD, PL, UDN), o PTB gaúcho, mesmo em sua fase inicial, não pode ser entendido apenas em função das clivagens no interior da elite política gaúcha, pois essas contribuíram para a formação de lideranças sindicais vinculadas ao aparelho burocrático-sindical do Estado Novo, intelectuais reformistas de esquerda e grupos getulistas provenientes do PSD vinculados à máquina burocrática do Estado. Sobre a fundação do PTB no Rio Grande do Sul é importante referir o trabalho de Miguel Bodea, em que o mesmo afirma: “O PTB rio-grandense é formado pela confluência de três vertentes: a) corrente sindicalista; b) a corrente doutrinário-pasqualinista; c) a corrente progmatóico-getulista” (BODEA, 1992, p. 20). Ainda, segundo as observações de Bodea, o “PTB/RS acabou se tornando um partido de esquerda, reformista, inclusive com alta capacidade de elaboração teórica e doutrinária” (BODEA, 1992, p. 28).

Partido Comunista Brasileiro (PCB): O PCB foi o único partido que não teve nenhuma relação com as elites políticas da década de 1930 no Estado. O partido foi organizado em 30

de julho de 1945 e fundou 18 comitês municipais, geralmente em cidades com grande concentração operária (Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, etc.). Sofreu grande resistência da Igreja Católica e dos partidos liberais-conservadores, mas contou com o apoio de parte da intelectualidade gaúcha, como o escritor Dionélio Machado. Teve vida efêmera, pois seu registro foi cassado em 1947.

Partido de Representação Popular (PRP): O PRP não encontrou resistência da Igreja e dos demais partidos tradicionais. Estruturou-se a partir dos ideais integralistas de Plínio Salgado, principal líder nacional do partido e teve forte penetração nas regiões de colonização alemã e italiana, onde predominavam as áreas de pequenas propriedades rurais.

União Democrática Nacional (UDN): A fundação da UDN no Estado segue em linhas gerais a fundação do partido em nível nacional, já que manteve o ideário liberal-conservador, antivarguista e pró-Estados Unidos na política externa. Sua composição regional foi formada, basicamente, por lideranças políticas intimamente associadas às clivagens tradicionais do Estado nas décadas de 1920 e 1930 e às dissidências no interior do PRR e PRL. Essas dissidências organizaram-se de início em torno da candidatura oposicionista de Eduardo Gomes e, logo a seguir, ainda em 1945, no mês de outubro, a UDN gaúcha é fundada. As primeiras lideranças estaduais da UDN foram Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, que correspondem a três cisões decorrentes de três diferentes momentos das relações entre esses políticos e Getúlio Vargas. A UDN no Rio Grande do Sul acabou perdendo parte de seu espaço político de partido liberal, elitista e antivarguista que tinha em nível nacional, pois esse espaço foi ocupado em grande medida pelo Partido Libertador.

Partido Libertador (PL): O PL foi um dos únicos partidos regionais pré-30 que conseguiu obter o registro de o partido nacional em 1945 como previa a lei eleitoral (Lei Agamenon). Isso se deu graças à obstinação de um de seus maiores líderes, Raul Pilla. Pilla era veterano do partido desde a sua fundação em 1928 e oposição declarada a Getúlio Vargas desde 1937, quando se retirou da presidência do diretório do PL devido ao apoio que o seu partido prestou ao novo interventor Daltro Filho e à ditadura que estava em curso, e que se efetivou com a decretação do Estado Novo. Raul Pilla chegou a participar, no início de 1945, de reuniões com outros grupos oposicionistas vinculados ao PRR e PRL para fundarem a UDN no Estado (OLIVEIRA, 2001, p. 69) e para organizarem a campanha de Eduardo Gomes à Presidência. No entanto, o mesmo preferiu refundar o PL, com vistas a criar um

partido autenticamente parlamentarista, aproveitando-se que os outros federalistas nesse momento eram a maioria dentro do partido sobre os ex-republicanos assististas⁵.

Mesmo na legalidade durante o Estado Novo, os libertadores liderados por Raul Pilla reuniam-se quase todos os finais de semana para discutir a conjuntura política (SÁ, 1973, p. 63). Assim, mesmo desligado oficialmente do partido, Pilla continuou a ser um importante líder dos libertadores, tanto é, que no movimento da abertura política em 1945 entrou em choque com os componentes do PL que tinham aderido ao Estado Novo. Assim, na qualidade de antigo líder do PL, convocou uma reunião do partido para março de 1945, convidando os antigos companheiros e todos aqueles que queriam participar desde que comprometidos com a oposição ao regime varguista. Nessa reunião, defendeu a candidatura de Eduardo Gomes para a presidência, no entanto, é questionado sobre a legitimidade do evento, tendo em vista que estava desligado do partido desde 1937. Dois dias depois, os antigos membros do diretório do PL que em 1937 haviam apoiado o regime estadonovista, que nesse momento faziam parte do governo Dornelles, realizaram um encontro dos antigos membros do último diretório do PL, onde elaboraram um documento publicado no *Correio do Povo* de 15 de março de 1945, com o título “Advertência aos Libertadores”. Nesse documento, eles chamam a atenção dos antigos militantes do PL para que “não assumam de momento qualquer compromisso político com referência à próxima eleição presidencial”, entre outros motivos “pela necessidade de convocação de um congresso (...) tendo em mira os altos interesses do Estado e da Nação...” e, também, “porque é da tradição dos libertadores comprometerem a sua solidariedade a qualquer candidato somente depois de conhecido o seu programa e de bem caracterizados os elementos políticos que o apóiam” ⁶. O documento é assinado por todos os membros do antigo diretório do PL, que mais tarde, com exceção de Pasqualini, ingressaram no PSD, como Walter Jobim, Oscar Fontoura, etc.

A resposta de Pilla veio em seguida, por meio de uma manifestação em que não reconhecia a autoridade dos que assinavam a nota para se pronunciarem em nome do partido, pois “considera que em 37 o PL assinou sua sentença de morte e, ao rasgar o programa do partido, seu Diretório colocou-se ao lado da Ditadura, posição em que permaneceram seus

⁵ Sobre este episódio ver BUENO, A.A.P. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. Porto Alegre: PUC/RS, 2006, p. 202. Veja também entrevista de Raul Pilla ao *Correio do Povo*, em Maria Amélia Dias da Costa (op. cit., p. 41).

⁶ Este documento encontra-se na íntegra no trabalho de Maria Amélia Dias da Costa (op. cit., p. 31-33).

membros, agora em 45, buscando postergar a luta política oposicionista na expectativa de um programa, quando a questão é retomar a democracia” (DA COSTA, 1983, p. 45).

Raul Pilla chegou a participar da reunião nacional das oposições coligadas, juntamente com Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Raul Bittencourt e Pedro Aleixo e ainda assinou o manifesto conjunto do PRR, PRL e PL, constituindo a junta estadual da UDN. Entretanto, em agosto de 1945, o PL realizou um Congresso em Bagé, onde Raul Pilla é eleito presidente do partido⁷. O registro como partido nacional foi obtido em setembro de 1945.

Portanto, podemos perceber que o PL foi um partido que surgiu da sociedade para o Estado, pois não se aproveitou das estruturas estatais como o PTB e o PSD para se organizar, pelo contrário, ele continuou a ser porta-voz de uma longa e histórica tradição política liberal, parlamentarista, elitista e conservadora, vinculada principalmente à elite estancieira da campanha gaúcha, que no momento da abertura democrática floresceu com o mesmo vigor de antes, inclusive superando a UDN como partido liberal e antivarguista em nível nacional. Sobre isso Bodea afirma:

O PL era um partido essencialmente gaúcho e ocupou, no cenário local, uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria ocupado pela UDN. Tratava-se de um partido elitista, liberal, visceralmente antivarguista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária. Ao nível regional, o PL levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição política, cultural e até militar. (As guerras civis de 1893-95 e 1923) que remontava aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-28). Com este cacife, o PL suplantara a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947. (BODEA, 1992, p. 18).

Apesar de não se integrar à UDN e manter sua individualidade partidária, o PL alia-se à UDN na defesa da candidatura presidencial de Eduardo Gomes nas eleições de 1945. Os processos eleitorais e a atuação político-partidária do PL no período 1945-1964 serão assuntos discutidos no próximo capítulo.

Com isso estava composto o quadro partidário em 1945 no Rio Grande do Sul: dois partidos oligárquicos fortemente antigetulistas e de caráter liberal-conservador, a UDN e o PL. Dois partidos, PTB e PSD, que representavam as forças getulistas e dois partidos extremistas do ponto de vista ideológico, o PCB e o PRP.

⁷ A composição dos demais membros do diretório do PL está na obra de Maria Amélia Dias da Costa (op. cit., p. 46).

3.3 O PERFIL POLÍTICO-IDEOLÓGICO DO PARTIDO LIBERTADOR

Como já vimos anteriormente, o PL foi refundado sob a liderança do veterano maragato Raul Pilla, resgatando as antigas bandeiras federalistas, ou seja, o liberalismo⁸ e o parlamentarismo⁹. Sobre esse fato Antônio Padilha Bueno expõe o seguinte:

Na lei orgânica do PL, a partir de 1947, foi reestruturada, mostrada a força dos federalistas, ao refundar o partido. Registraram no seu estatuto, o programa do antigo partido federalista fundado por Gaspar Silveira Martins. Houve, de fato, uma disputa feita em dois tempos, sendo que num primeiro em 1945 em que ficou suspensa uma definição sobre os rumos do partido e, um segundo momento foi votada a mudança política no estatuto partidário. Essa mudança passou a vigorar a partir de 1947, dois anos após a retomada do PL, evidenciando que os federalistas não estavam mais dispostos a ceder espaço para os ex-republicanos. Este programa havia sido suspenso para que coubessem Assim Brasil e os ex-republicanos no ano de 1928. A herança dos federalistas estava novamente sendo retomada (...). O que foi aprovado foi um programa que era praticamente uma cópia do programa maragato, do Partido Federalista. (BUENO, 2006, p. 202).

A luta pela implantação do parlamentarismo no Brasil foi uma das principais bandeiras do PL, especialmente de Raul Pilla, que apresentou várias emendas constitucionais no Congresso com esse propósito. Inclusive no Rio Grande do Sul, o PL liderou o movimento para a implantação do parlamentarismo na constituição estadual de 1947, que foi aprovado, mas derrubado pelo Supremo Tribunal Federal.

Outro traço fundamental do PL nesse momento é seu conservadorismo, maior que nos demais partidos do campo liberal-conservador, como a UDN e o PSD. A UDN em sua composição inicial tinha inclusive membros oriundos da Esquerda Democrática (ED) que saíram posteriormente para fundar o PSB. No Rio Grande do Sul, Bruno de Mendonça Lima da ED era ex-integrante do PL. A ED contribuiu de início para tornar o programa da UDN, com algumas características reformistas, de cunho social, havia inclusive um grupo dentro da UDN, chamado Bossa Nova, de tendências reformistas. No PSD também tinha um grupo

⁸ Liberalismo segundo principalmente as idéias de Tocqueville e Locke, onde há a defesa da propriedade privada, a democracia representativa, os direitos individuais, a presença regulatória e não intervencionista do Estado, o equilíbrio e a independência entre os poderes, direito à rebelião e liberdade de expressão. Ver discussão sobre as influências liberais de Tocqueville e Locke sobre o pensamento político de Assis Brasil e Gaspar Silveira Martins em RODRIGUES, Ricardo Veles. *Castilhisismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1980, p. 123-155.

⁹ Maiores detalhes sobre o projeto parlamentarista do PL podem ser vistos em BUENO, Antônio Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2006.

minoritário chamado Ala Moça também de tendência reformista. Já no PL, os grupos reformistas abandonaram o partido em direção ao PSB, PCB e PTB, como Bruno de Mendonça Lima, Pedro Gabriel Moacyr e Alberto Pasqualini respectivamente.

Portanto, o partido que ressurgiu em 1945 tem reforçado o seu perfil liberal-conservador, avesso às mobilizações sociais de caráter reformista e muito mais próximo à ala mais conservadora da UDN, liderada por Carlos Lacerda, conhecida como “A Banda de Música”. Sobre isso é importante observar a afirmação do velho líder libertador e senador Mem de Sá:

A esquadra libertadora, embora diminuta, formava ao lado da famosa “banda de música” da União Democrática Nacional, compila à frente, incedível na bravura e na fidelidade às causas da nacionalidade e aos princípios do liberalismo. Pilla foi e em sido, a vida inteira, um liberal convicto e fervoroso. Assim em economia como em política. Um palatino e um batalhador, um sacerdote e um espadachim, sem medo e sem mancha, sem pausa e sem limite, dos dogmas da liberdade, dos direitos civis, das franquias constitucionais, do Estado de Direito, da iniciativa e da empresa privada na economia de mercado, entregue às leis que lhe são próprias, com o mínimo de interferência estatal. (SÁ, 1973, p. 142).

Nesse sentido, como foi visto, além do conservadorismo, o PL defendia firmemente posições liberais, tanto na economia quanto na política. Por isso, talvez, Octávio Dulce tenha afirmado: “(...) os libertadores, além de sua forte tradição regional, eram mais radicalmente liberais, no sentido clássico da palavra (...)” (apud OLIVEIRA, 2001, p. 54).

Outro fato que contribuiu para a manutenção da essência liberal do PL foi a transferência de ex-libertadores que aderiram ao projeto autoritário estadonovista para o PSD, como Walter Jobim e Oscar Fontoura entre outros. Assim, os libertadores puderam criticar duramente o Estado Novo, em função de que eles sempre foram contrários a qualquer tipo de ditadura, pois a mesma retira as liberdades individuais e anula completamente o parlamento, considerado pelos libertadores a essência da democracia representativa, pois ele encarna a opinião da maioria da sociedade, que se faz representar através da escolha livre e direta de seus representantes, sendo assim, o poder Legislativo é o mais importante de todos os poderes.

Ainda com relação ao conservadorismo do PL, não podemos esquecer as fortes vinculações que o partido tinha com a Liga Eleitoral Católica (LEC), em que seu presidente na Arquidiocese de Porto Alegre era o professor Armando Câmara, senador eleito pelo PL,

em 1954. Armando Câmara foi também fundador do jornal católico *Jornal do Dia*, de tendência conservadora e anticomunista¹⁰, que fez intensa oposição ao governo Brizola em nível regional e João Goulart em nível federal.

O líder libertador, senador Mem de Sá, ao comentar as emergências das questões sociais no pós-45, as quais passaram a se sobrepor às discussões meramente políticas, deixa evidente o perfil conservador do PL, ao desqualificar a ação política do PTB em favor das questões sociais:

Tais matérias perderam o appeal. E em seu lugar, introduziram-se largas, fartas, abundantes, desabusadas, atrativas, a questão social, a econômica e a ideológica. Com essas, infiltrou-se violentamente, desabaladamente, irresistivelmente a demagogia – que é a diátese ou cângruo da democracia. À velha oratória política e bem parlante de outrora cedeu vez para o desconchavo de uma linguagem de terceira classe, tanto mais fecunda como mais estropiasse o português, e mais inexequíveis ou irracionais promessas elaborasse. O PTB trouxe o império da demagogia somada à ignorância da grande maioria dos oradores, multiplicada pelo agressivo apetite de dominação do Estado. (SÁ, 1973, p. 100).

Vale lembrar que para um partido liberal de clara tendência parlamentarista, além de árduo defensor da democracia representativa, a pressão social sobre o legislativo, bem como a democracia direta, ou ainda a existência de um executivo todo poderoso eram coisas impensáveis, pois segundo a tradição liberal o parlamento seria “o poder supremo da sociedade por encarnar a vontade da maioria, os outros poderes existentes devem-lhe estar subordinados, de tal forma que perdem a autoridade quando ultrapassam o limite” (RODRIGUES, 1980, p. 135). Nesse sentido, para um dos maiores líderes e intelectuais do PL, Assis Brasil, “a natureza da democracia moderna é essencialmente representativa. Assim, ele considera a Antigüidade clássica como um período rudimentar da democracia, no qual os povos se reuniam direta e soberanamente decidiam os destinos da nação” (PASSOS, 2006, p. 115).¹¹

Ainda sobre o pensamento de Assis Brasil, Passos afirma:

¹⁰ Sobre a participação política do clero católico no período em questão e sua pregação anticomunista, ver em RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003.

¹¹ PASSOS, Manoel Caetano Araújo. *Entre os direitos dos cidadãos e o interesse do estado: representação política no pensamento político de Joaquim Francisco de Assis Brasil*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

Com seu juízo franco, Assis Brasil (1908, p. 28-29) afirmava que o povo é material e incapaz de exercer o governo diretamente. Ele só pode escolher representantes, e o elemento determinativo dessa escolha é a confiança política. (PASSOS, 2006, p. 115).

Outra característica importante da ideologia liberal é a defesa do direito da propriedade privada. Nesse sentido, segundo essa ideologia, “a maioria da sociedade deposita a sua única vontade no Legislativo com uma finalidade muito clara; assegurar o gozo da propriedade e da liberdade dos indivíduos. O meio para conseguir isso são as leis e é ao Legislativo, nomeado pelo público, a quem compete exclusivamente essa função” (...) quando o legislativo deixa de cumprir a missão que lhe foi encomendada o povo pode tirar o poder de legislar aos representantes que tenha eleito e entregá-lo a outros, para preservar suas propriedades e a sua liberdade, bens aos quais homem nenhum poderá jamais renunciar. “Este ato de preservação recebe de Locke o nome de bem público” (RODRIGUES, 1980, p. 133).

Dessa forma, percebemos que a propriedade privada é um elemento essencial à doutrina liberal, sendo a mesma considerada um direito natural como a vida e a liberdade. No entanto, quando no país emergem nas décadas de 1950 e 1960 as mobilizações sociais em prol da reforma agrária, os libertadores que, como já vimos, tinham fortes vínculos com os grandes proprietários rurais do Rio Grande do Sul, passaram-na a combater em função de ser uma ameaça ao “sagrado” direito de propriedade, e assim, tornando-se também uma ameaça ao Estado Democrático de Direito, como pode ser constatado no seguinte discurso realizado no Congresso Nacional pelo deputado Raul Pilla, proferido em 18 de junho de 1963:

Emendar a constituição em ponto fundamental do regime, para fazer a reforma agrária, é implicitamente reconhecer que tal reforma, pelo menos num dos seus aspectos, já não é democrática, já não condiz com o regime, já lhe abre uma brecha. Brecha de limitada extensão e reduzida importância? De limitada extensão poderá ser, pois, por ela se atinge somente os proprietários de terra. De reduzida importância, nunca, pois, por uma pequena brecha que apenas dê passagem, se pode dominar uma fortaleza. (PILLA, 1980, p. 473).

Se isso, não obstante, se insiste em desapropriar, ou expropriar uma enorme área de terras de domínio privado, deixando à margem as extensas áreas de domínio público, largamente predominantes, é que não passa a reforma agrária de mero instrumento de agitação e subversão políticas, e portal deve ser considerada pelos que tenham consciência de suas responsabilidades ante a nação. (PILLA, 1980, p. 481).

Nessa última parte do discurso, Pilla chama a atenção para o perigo da subversão políticas que ameaça o regime democrático. Assim, na medida em que se radicalizavam as

discussões político-ideológicas e aumentavam as mobilizações sociais em defesa das reformas, sobretudo a agrária, os discursos das lideranças do PL procuravam relacionar a influência comunista no governo e na sociedade com a ameaça ao regime democrático, e, obviamente ao sistema de propriedade privada, como pode ser percebido no discurso que se segue do deputado Raul Pilla, realizado no Congresso Nacional, em 21 de agosto de 1963:

Entretanto, nunca, mais do que agora, esteve a democracia em perigo neste País. Já não falo, senhor Presidente, nas tristes e mesquinhas perversões a que o presidencialismo levou o regime democrático representativo na América Latina (...) Total é o risco que está correndo a nossa democracia. Dela nada restará, nem o mísero simulacro que aí se vem arrastando. Não, senhor Presidente. Completa, total, absoluta é a contradição entre democracia e comunismo. E o que estamos vendo neste País é a presença, a ação, o crescente do comunismo. (...) O que temos é infiltração. O comunismo esta infiltrado no Governo, está infiltrado nas Forças Armadas, está infiltrado nas escolas e até na igreja está infiltrado, por haver sacerdotes que imaginam estar praticando o Evangelho, ao favorecerem os que, pretendendo igualar os homens, os escravizam. Infiltração é a palavra usada para exprimir o fenômeno. Parece-me, porém, insuficiente. Impregnação representa melhor. Pelo menos no Governo, impregnação é o que há, não simples infiltração. Comunismo e Governo já não se podem facilmente distinguir, nem separar. (PILLA, 1980, p. 482-483).

Outra característica fundamental do PL que o mesmo manteve desde a sua fundação em 1928, são os fortes vínculos com os interesses agropecuários dos grandes proprietários rurais, especialmente da região da Campanha Gaúcha (assunto já discutido no primeiro capítulo), tanto é que dessa região vinha grande parte de suas lideranças, bem como a grande maioria de seus votos, desde as eleições da República Velha até as últimas eleições do período democrático de 1962. Assim, o PL terá como uma de suas principais bandeiras a defesa de um modelo econômico que privilegiava a agropecuária, principalmente ligado aos interesses da elite agropastoril da Campanha.

Posto tudo isso, chegamos à essência do Partido Libertador, isto é, um partido parlamentarista, que via nesse regime político a solução de todos os problemas do país¹². Liberal no sentido clássico dessa ideologia, tanto em seus aspectos econômicos quanto políticos. Conservador no campo social, pois era avesso às mobilizações sociais por reformas ou ampliações de direitos, bem como era contra a democracia direta. Para eles, é o Parlamento que representa legalmente a sociedade e que, ao agir soberanamente por meio dos partidos, tem a função de mudar a legislação, livre de qualquer coação ou pressão. Antivarguista e

¹² Para Raul Pilla, os problemas principais do país tinham a sua origem o sistema político presidencialista, que era ineficaz, gerando assim todos os demais problemas na área social e econômica. Sobre isso consultar BUENO, Antônio Padilha, op. cit.

antipetebista, o primeiro, por implantar uma ditadura no país que extinguiu os partidos, fechou o Parlamento e que acabou com as liberdades individuais (essa mesma crítica era feita ao PRP de origem integralista-fascista), o segundo, por agir demagogicamente, enganando as massas e estimulando os conflitos de classes com falsas promessas de ampliação de direitos e justiça social, com o único objetivo de conquistar e se perpetuarem no poder. Também viam na obra de Getúlio e em sua continuidade com os líderes do PTB, bem como o projeto socialista-comunista, uma excessiva interferência estatal na economia, que ia contra os princípios liberais do livre mercado, essência do sistema capitalista. Anticomunista, porque este sistema liquidaria com a democracia, com o direito de propriedade, com a religião cristã e as liberdades e as diferenças individuais, escravizando a todos ao nivelar todo mundo da mesma forma. E, finalmente, elitista, regional e agrário, pois era porta voz dos interesses de uma elite agropastoril com fortes raízes regionais.

Portanto, é a partir desse corpo ideológico que verificaremos a atuação política do PL, tanto na esfera eleitoral, através de alianças políticas e programas e resultados eleitorais, quanto em sua atuação no parlamento a partir da análise de projetos de lei e discursos parlamentares, os quais serão vistos nos próximos capítulos.

4 O PARTIDO LIBERTADOR E SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL NO PERÍODO 1945-1964

Neste capítulo, analisaremos com maior ênfase as eleições para os cargos majoritários, como Presidente da República, governadores, senadores e também para cargos proporcionais, como deputados Federais e deputados estaduais. Nesses processos eleitorais os aspectos políticos-ideológicos dos partidos tornam-se mais importantes, principalmente para a definição dos programas e das estratégias eleitorais, bem como para a formação das alianças políticas.

4.1 AS ELEIÇÕES DE 1945

A primeira eleição que ocorreu após a redemocratização foi para os cargos de Presidente da República, duas vagas para senador e deputado federal, realizada em 2 de dezembro de 1945, já sob a nova legislação eleitoral. Na eleição para presidência, o PL apoiou o candidato da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes, em função de sua origem democrática e liberal e antivarguista. A outra candidatura, a do general Eurico Gaspar Dutra, representava as forças situacionistas e tinham o apoio de Getúlio Vargas. Além dele também havia o candidato comunista Yeddo Fiúza, e assim, por questões ideológicas, o apoio a esses dois candidatos era impensável.

Nessas eleições, o candidato apoiado pelos libertadores, Eduardo Gomes, sofreu uma grande derrota no país, e, em especial no Rio Grande do Sul, onde foram alcançados somente 17,54% dos votos, ficando claro que a força do arqui-rival dos libertadores, Getúlio, em sua terra natal, pois além de se eleger senador pelo PSD com grande votação, transferiu seus votos para Dutra. As tabelas a seguir mostram os resultados das eleições de 1945 no Rio Grande do Sul. O percentual indicado refere-se aos votos.

Tabela 1 – Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 02/12/1945

Candidatos	Partidos	Votos	%
Eurico Gaspar Dutra	PSD	447.517	71,50
Eduardo Gomes	UDN-PL	110.444	17,54
Yeddo Fiúza	PCB	50.200	8,02
Mário Rolim Telles	PAN	341	0,05
Branços	-	15.001	2,39
Nulos	-	2.337	0,37
Total	-	625.840	100

Eleitorado inscrito: 753.232, votantes: 625.84.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 22).

Tabela 2 – Eleições para o Senado Federal no Rio Grande do Sul em 02/12/1945

Candidatos	Partidos	Votos	%
Getúlio Vargas	PSD	461.913	73,80
Ernesto Dornelles	PSD	460.113	73,51
Joaquim Luiz Osório	UDN-PL	95.794	15,30
Suplente: Francisco Maciel Júnior		95.154	15,20
Luiz Carlos Prestes	PCB	37.033	5,91
Suplente: Álvaro Moreira	PCB	35.033	5,59
Branços	-	27.772.	4,43
Nulos	-	3.328	0,53
Total		25.840*	(2x100)

***O total indicado é o de número de votantes, mas cada eleitor sufragava dois votos.**

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 25).

Tabela 3 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 02/12/1945

Partidos	Votos	%	Cadeiras
PSD	389.975	62,31	17
UDN	58.663	9,37	2
PL	51.409	8,21	1
PTB	40.146	6,41	1
PCB	38.159	6,09	1
PRP	21.197	3,38	-
Branços	9.244	1,47	-
Nulos	17.047	2,72	-
Total	25.840	100	22

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 28).

Nessas eleições, o PL reforça seu caráter de partido regional, pois “embora também houvesse candidatos libertadores no Maranhão, no Piauí e no Ceará, Raul Pilla foi o único deputado eleito na legenda do novo PL para Assembléia Nacional Constituinte” (FGV/CPDOC, 1984, p. 2721)¹³. Raul Pilla elegeu-se continuamente para deputado federal

¹³ Fundação Getúlio Vargas. Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário*

até renunciar em 1966, devido ao seu descontentamento com os rumos do movimento político-militar iniciado em 1964. Nesse período, foi a maior referência dos libertadores em nível nacional, sempre defendendo o parlamentarismo e sempre muito atuante na oposição aos governos populistas da aliança PSD-PTB no plano federal, inclusive sendo indicado em 1956 para o cargo de vice-líder do bloco oposicionista UDN-PL no Congresso Nacional.

O antipetebismo e o antivarguismo são marcas do PL e de Pilla, tanto é que “ainda durante os trabalhos constituintes, por ocasião do juramento de Getúlio Vargas como Senador pelo Rio Grande do Sul em julho de 1946, Raul Pilla, representando o PL, foi um dos signatários de uma declaração que evoca a implantação do Estado Novo e a dissolução do Poder Legislativo, e de uma moção que enaltecia o papel das forças armadas no golpe derrubara o ditador. Os documentos foram apresentados por Otávio Mangabeira e assinados também por representantes da UDN” (FGV/CPDOC, 1984, p. 2721). Esse documento também foi assinado por grande parte da bancada federal gaúcha do PSD (8 dos 17 deputados federais), fato que evidencia o início do processo de desgetulização do PSD gaúcho, que veremos com mais profundidade logo a seguir.

Assim, apesar do antigetulismo do PL e de sua aliada UDN, o getulismo saiu-se amplamente vitorioso nessas eleições no Rio Grande do Sul em quase todos os municípios. A única região do Estado onde o udenista Eduardo Gomes equilibrou a eleição foi no reduto dos libertadores, ou seja, na Campanha e alguns municípios onde há predominância do latifúndio pastoril, de onde veio também a maioria dos votos do PL para a eleição proporcional¹⁴. Além disso, ficou evidente nessa eleição a coerência ideológica do PL ao aliar-se somente com a UDN também antivarguista e liberal.

histórico biográfico brasileiro: 1930-1983/Equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea [Sob a] coordenação de Israel Beloch e Alcira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Forense Universitária; FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, 1984.

¹⁴ Maiores informações sobre o processo eleitoral do período em questão ver: NOLL, Maria Izabel e TRINDADE, Hélgio, op. cit.

4.2 AS ELEIÇÕES DE 1947

As eleições que ocorreram em 1947 foram para os cargos de governador, deputados estaduais e uma vaga para senador. Muitos analistas¹⁵ afirmam que essa eleição foi muito importante para a “definição dos marcos da reorganização partidária no Estado, aberta pela conjuntura política de 1945” (CANEPA, 1999, p. 114).

Assim, no transcorrer do processo eleitoral entre 1945 e 1947, uma série de acontecimentos marcou profundamente o quadro partidário gaúcho por todo o período em questão. Entre esses fatos podemos resumir-los da seguinte forma: “1) Afastamento das lideranças do PSD gaúcho de seu principal inspirador, Getúlio Vargas, abrindo caminho para a aproximação com PL e UDN; 2) Cisão no PSD provocando a emigração de suas lideranças “getulistas” para o PTB; 3) A aproximação do PTB gaúcho com Getúlio Vargas; 4) Emergência do PTB como maior partido do Estado, posição que manterá durante todo o período; 5) Identificação e diferenças doutrinárias entre as duas lideranças (Getúlio e Pasqualini), permitindo um certo doutrinário no PTB gaúcho (nacionalismo/antiimperialismo em Vargas e capitalismo solidarista em Pasqualini); 6) Emergências de novas lideranças no PTB, que terão grande presença no cenário regional e nacional (Ex.: João Goulart, Brizola e Ferrari); 7) Projeção do PTB do Rio Grande do Sul na direção do PTB nacional, etc... Além disso a própria implantação inicial dos partidos em diferentes zonas do Estado adquiri maior nitidez” (CANEPA, 1999, p. 114-115).

Assim sendo, o pleito de 1947 ocorreu em um processo de transformação e ao mesmo tempo de definição do sistema partidário gaúcho. Portanto, foi dentro desse quadro político que o PL teve que se definir e atuar.

Nesse sentido, o PL lançou candidatura própria ao Governo do Estado, o veterano libertador Décio Martins Costa, em aliança com a UDN, aliás, UDN e PL andavam sempre juntos nesse período, tanto em nível estadual como em nível nacional, pois ambos os partidos eram herdeiros de uma tradição liberal, oligárquica e visceralmente antigetulista e

¹⁵ BODEA, Miguel, op. cit., e XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. *RBEF*, n. 23. (comp letar a referência)

anticomunista.

A candidatura de Walter Jobim para o Governo do Estado (PSD) não foi apoiada pelo PL, pois o candidato, além de ser dissidente do PL, em 1937, ou seja, fazia parte daquele grupo do PL que apoiou a instauração do Estado Novo e depois participou da interventoria, ainda tinha vínculos com o getulismo, apesar dos indícios da ruptura entre PSD e Getúlio. Além disso, Jobim tinha um apoio do PRP e do PCB, partidos ideologicamente antagônicos ao projeto do PL, o primeiro de inspiração fascista e o segundo comunista.

A outra candidatura, de Alberto Pasqualini (PTB), também não podia ser apoiada pelo PL, pois o candidato também era dissidente do partido, em 1937. Assim como Jobim, também aderiu ao Estado Novo e possuía vínculos com Getúlio, por isso não podia ser apoiado pelo partido. Assim, no transcorrer de 1947 Getúlio vai se afastando gradativamente do PSD, juntamente com outras lideranças para organizar o PTB, tanto é, que Getúlio declarou apoio oficial a Pasqualini ao final da campanha. Além disso, o programa do PTB, formulado principalmente por Pasqualini, tinha um conteúdo reformista de cunho esquerdizante bastante avançado para a época, que assustou as elites mais conservadoras, especialmente em um momento de agitação sindical com várias greves ocorrendo na capital e no interior. Outro motivo que contribuiu para afastar os liberais do PTB foi a radicalidade do discurso de Getúlio em apoio a Pasqualini, onde o mesmo levantou as bandeiras do nacionalismo econômico e do antiimperialismo, frontalmente contra os princípios do liberalismo econômico e do alinhamento externo aos Estados Unidos defendidos pelo PL e UDN¹⁶.

Nesse sentido, o discurso de campanha do “PL e UDN defenderão a liberdade e a democracia contra o fascismo, num discurso quase que eminentemente antigetulista (tentando beneficiar-se da divisão no seio do “getulismo tradicional”) e, como manda ao momento, inteiramente anticomunista” (CANEPA, 1999, p. 118).

Os resultados de 1947 foram os seguintes:

¹⁶ Ver BODEA, op. cit.

Tabela 4 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 19/01/1947

Candidatos	Partidos	Votos	%
Walter Jobim	PSD/PRP/PCB	229.129	41,23
Alberto Pasqualini	PTB	209.164	37,54
Délcio Marins Costa	PL/UDN	105.062	18,91
Branços	-	10.254	1,85
Nulos	-	2.000	0,37
Total		55.609	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 32).

Tabela 5 – Eleições para Senador Federal (3ª vaga) no Rio Grande do Sul em 19/01/1947

Candidatos	Partidos	Votos	%
Salgado Filho	PTB	195.658	35,21
Oswaldo Vergara	PSD	155.329	27,95
João Carlos Machado	UDN/PL	85.338	15,35
Félix Contreiras Rodrigues	PRP	43.436	7,81
Trifino Corrêa	PCB	28.550	5,13
Mendonça Lima	ED	1.815	0,33
Branços		43.611	7,84
Nulos		1.872	0,34
Total		555.609	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 35).

Tabela 6 – Eleições para Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul em 19/01/1947

Partidos	Votos	%	Cadeiras
PTB	171.605	30,88	23
PSD	170.786	30,73	16
PL	54.832	9,86	5
UDN	47.280	8,50	4
PRP	46.783	8,42	4
PCB	32.009	5,76	3
PSP	2.727	0,49	-
ED	2.543	0,46	-
Branços	25.172	4,55	-
Nulos	1.876	0,35	-
Total	55.609	100	55

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 44).

Os resultados eleitorais deram a vitória a Walter Jobim (PSD) apesar da ampla vitória de Pasqualini na capital. O PSD beneficiou-se amplamente do controle da máquina pública, pois na maioria das localidades do interior saiu-se vitorioso em função de ter uma máquina partidária implantada em todo o Estado, já que o PSD se aproveitou das estruturas estatais estadonovistas para organizar-se.

O PTB ganhou a vaga para o Senado (beneficiou-se da divisão de candidatos que

apoiaram Jobim, pois PSD, PRP e PCB lançaram candidatos) elegendo Salgado Filho, e conquistou também a maior bancada da Assembléia Legislativa. O PL elegeu cinco deputados estaduais e obteve seu melhor desempenho tanto para as eleições majoritárias quanto proporcionais nos municípios da Campanha e municípios em que predominavam o latifúndio pastoril, como Alegrete, Caçapava do Sul, São Sepé, Quaraí, Santiago, Taquari, etc. ¹⁷. Fato que mostra a tradicional força do PL nessa região, que se manteve praticamente inalterável desde os tempos da República Velha. Somando os votos da UDN e do PL para a eleição proporcional, eles fizeram praticamente a mesma votação para a eleição majoritária, evidenciando a fidelidade partidária de suas bases eleitorais.

Portanto, as eleições de 1947, bem como as de 1945, fazem parte do processo de formação inicial do sistema partidário gaúcho que se completou com nas eleições de 1950, quando houve o rompimento definitivo do PSD gaúcho com Vargas, que final e juntamente com várias lideranças transferiram-se em bloco para o PTB. Esse fato possibilitou mais adiante a unificação do campo liberal conservador (PL, PSD e UDN) contra o PTB.

Assim, constatamos que o Partido Libertador mostrou-se muito fiel a seus princípios ideológicos, pois se coligou somente com a UDN, que também é um partido liberal, antivarguista e anticomunista, não aceitando compor alianças com partidos que não compartilha-se o seu projeto político-ideológico.

4.3 AS ELEIÇÕES DE 1950

As eleições a partir de 1950 no Rio Grande do Sul são realizadas em um período de desenvolvimento em vias de consolidação do sistema partidário gaúcho¹⁸. Essas eleições constituem as únicas eleições casadas para Governador do Estado e Presidência da República em todo o período em questão no Rio Grande do Sul, “a coincidência dos dois níveis emprestará um caráter extremamente particular a essa eleição no que diz respeito à articulação regional/nacional dos partidos. (...) Em todo o caso, a presença de Vargas como candidato a Presidência da República, nas eleições brasileiras em 1950, determinará por certo, uma

¹⁷ NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hégio, op. cit.

¹⁸ Ver CANEPA, op. cit., p. 126.

“sobredeterminação” da campanha nacional sobre às clivagens regionais, com efeitos em todo o território nacional. No Rio Grande do Sul, a candidatura de Vargas pelo PTB, combinada com a cisão no PSD e formação do PSD, levará definitivamente para o seio do PTB o restante da ala “getulista” do PSD gaúcho, determinando, como bem o caracterizaram Xausa e Ferraz¹⁹, a precoce “udenisação” do PSD gaúcho” (CANEPA, 1999, p. 128).

Entretanto, apesar da desgetulização ou udenisação do PSD gaúcho, não foi possível ainda nesse momento a união das forças liberais-conservadoras no Rio Grande do Sul, em função da conjuntura política nacional que provocou desdobramentos no plano estadual. Tudo indicava que essa frente liberal-conservadora reunindo PSD, UDN e PL ir-se-ia concretizar, no entanto, as articulações nacionais para o fortalecimento das candidaturas a Presidência, assim como alguns problemas relativos às clivagens regionais, não permitiram a formação dessa aliança nesse momento.

Como falamos anteriormente, a presença de Getúlio Vargas como candidato a Presidente será fator determinante nas articulações políticas. Getúlio, como já vimos, afastou-se politicamente do governo Dutra, principalmente em função das medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, como o congelamento dos salários e a repressão ao movimento sindical, além de ter criado condições de livre entrada de capitais estrangeiros no país e adotado medidas liberais e anti-estabilizantes na economia, fato que contrariava frontal o nacionalismo econômico varguista²⁰. Devido a isso tudo, Vargas retirou-se do PSD em 1948, assumindo a Presidência Nacional do PTB, de onde passou a construir sua candidatura presidencial, costurando o apoio do PSB de Ademar de Barros e estimulando a defecção de lideranças do PSD a sua candidatura, como no Rio Grande do Sul com a fundação do PSDA, quando migraram para o PTB os últimos elementos getulistas do PSD, como o senador Ernesto Dornelles entre outros²¹.

Mas o PSD nacional, apesar de constituir a principal base de apoio do Governo Dutra, ainda não conseguia superar o seu “pecado original”: – a origem varguista – e temia enfrentar nas urnas o seu ex-mentor aliando-se abertamente aos arquiinimigos udenistas de Vargas. A cúpula do PSD nacional procurava, por todos os meios, repetir o padrão de 1945: encontrar um candidato que concorre-se pelo PSD e obtivesse o endosso e beneplácito do ex-presidente”(BODEA, 1992, p. 61).

¹⁹ XAUSA e FERRAZ, op. cit.

²⁰ Sobre esse assunto ver em IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

²¹ Sobre as lideranças do PSD que migraram para o PTB no Rio Grande do Sul, ver em CANEPA, op. cit., p. 134.

Entretanto isso não foi possível, pois Getúlio se lançou candidato, obrigando o PSD a lançar candidato tardiamente, o mineiro Cristiano Machado, que como era previsto foi traído por grande parte de seu partido que aderiu a Vargas, inclusive em seu Estado, como por exemplo, o apoio dado a Vargas pelo tão prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek. Dessa forma, a estratégia varguista deu certo, pois “até o final de 1949 Vargas procurava ganhar tempo e evitar lançamento de um candidato do PSD, impedido que se consolidasse previamente algum nome ou, talvez, na remota esperança de recompor a aliança PTB-PSD em torno de seu próprio nome. (BODEA, 1992, p. 61).

Em nível nacional, apesar do pacto conservador entre PSD, UDN, PL e PR em apoio ao governo Dutra e suas medidas reacionárias na área social e liberalizante na área econômica, não foi o suficiente para selar a aliança, pois a UDN preferiu “preservar seu distanciamento de oposição antivarguista lançando seu candidato, brigadeiro Eduardo Gomes para a Presidência da República” (CANEPA, 1999, p. 134), dando a entender que as cicatrizes do passado ainda não estavam totalmente curadas.

Assim sendo, em função desse quadro partidário nacional em que se definiram as candidaturas e alianças políticas no Rio Grande do Sul, o PSD gaúcho, para enfrentar a aliança PTB, PSDA e PSP e aos nomes extremamente populares de Getúlio Vargas para a Presidência e do senador Salgado Filho para o governo estadual e de Alberto Pasqualini para o senado, tentou construir uma frente conservadora que reunisse o PSD, UDN, PL e o PRP. Essa aliança em tese seria mais fácil no Rio Grande do Sul, pois o PSD estava totalmente rompido com Getúlio e a UDN já era aliada do governo Jobim em nível estadual e ao governo Dutra em nível nacional. O PRP também já era aliado do PSD desde as eleições de 1947, por isso para consolidar essa aliança falta apenas atrair o PL.

No entanto, surgiu um fator complicador no cenário político nacional que inviabilizou a formação dessa frente liberal-conservadora no Estado, que afastou o PL da mesma.

Para fortalecer a candidatura Eduardo Gomes, a UDN nacional fizera um acordo com o PRP, que apoiaria o brigadeiro, em troca do apoio udenista às pretensões senatoriais de líder integralista Plínio Salgado. A vítima dessa esdrúxula aliança seria o Rio Grande do Sul: como ali encontrava-se a mais forte seção regional de PRP, ali decidiu-se candidatar-se Plínio Salgado ao Senado. Ora, qualquer acordo vantajoso da UDN e do PL com o PSD envolveria, necessariamente, a candidatura ao Senado, uma vez que o PSD, como o partido mais forte, não abriria mão de seu candidato a governador, o ex-interventor Cylon Rosa para quem o partido tinha forte débito, pela ajuda dada a Jobim em 1947. (BODEA, 1992, p. 63-64).

Essa aliança da UDN com o PRP em nível nacional como vimos, acabou influenciando no processo de formação de alianças no Rio Grande do Sul. O PL, que tinha uma longa tradição liberal, antivarguista e antifascista não via com bons olhos essa

aproximação, mas em âmbito nacional não tinha outra escolha a não ser fechar aliança com a UDN, apoiando o brigadeiro Eduardo Gomes para a Presidência. No entanto, em nível estadual, nem mesmo o cacique maragato Raul Pilla estava disposto a engolir tão incômoda aliança que envolveria apoiar um ex-interventor do PSD ao governo do Estado e o líder máximo do integralismo nacional ao Senado, desfigurando totalmente o Partido Libertador que fazia inclusive oposição ao governo pessedista de Jobim. Diante desse dilema, o PL acabou lançando candidatos próprios ao governo do Estado – Edgar Scheneider – ao Senado, Décio Martins Costa. (BODEA, 1992, p. 64).

O PSB surgido em 1947 em substituição à antiga Esquerda Democrática separou-se da UDN, lançando João Mangabeira para Presidência e o ex-libertador Bruno de Mendonça Lima para o governo do Estado.

Dessa forma, completou-se o quadro de candidaturas tanto em nível nacional como em nível estadual. No entanto, o PTB perdeu seu candidato a governador, o senador Salgado Filho, que morreu em um acidente aéreo em plena campanha, no dia 30 de julho de 1950, o mesmo foi substituído pelo ex-interventor e senador Ernesto Dornelles.

Como já destacamos anteriormente dada a concomitância das eleições e, especialmente, a presença de Vargas como candidato, a disputa para Presidência da República dominará discurso dos partidos políticos no cenário político rio-grandense nas eleições de 1950. (CANEPA, 1999, p.137).

Nesse sentido, “o PL, principal adversário de Vargas no Estado, fará aqui o discurso dos ‘puros’ da UDN em âmbito federal, Liberdade e Democracia contra a Ditadura e o Fascismo. Consideravam-se oposição ao governo Jobim, ao qual sempre que possível combater na Assembléia Legislativa” (CANEPA, 1999, p. 137).

A campanha de Edgar Scheneider não fugiu aos princípios ideológicos do PL e manteve sua histórica ligação com a região da Campanha, como pode ser percebido na entrevista que o candidato libertador concedeu ao Correio do Povo, referente à sua plataforma eleitoral:

A definição da campanha deve emergir da planície, onde sempre batalharam os discípulos de Gaspar Martins e de Assis Brasil. Menos vale apontar que sentir os problemas. Graças ao contato com as classes que trabalham e produzem. É nesse ambiente, vivido e auscultado, que se recolhem as sugestões e se surpreendem os

remédios, tendo em vista uma solução mais íntima, substancial e duradoura. (SCHENEIDER, *CP*: 03.09.50) ²²

Segundo Canepa, a imprensa teve dificuldades de cobrir a campanha do candidato libertador, pois o mesmo sempre falava de improviso, dificultando a reprodução de seus pronunciamentos. Entretanto, as impressões captadas foram as seguintes:

1) São freqüentes as referências ao brigadeiro Eduardo Gomes, candidato apoiado pelo PL para Presidente da República; 2) O conagraçamento com representantes dos partidos contendores em várias oportunidades; 3) A valorização da luta do PL pela redemocratização do país, indireta ou diretamente associada ao antivarguismo já conhecido da agremiação. (CANEPA, 1999, p. 156-157).

Abertas as urnas e computados os votos, verificou-se uma ampla vitória do trabalhismo, conforme pode ser observado nos quadros a seguir:

Tabela 7 – Eleições para Presidência da República no Rio Grande do Sul 03/10/1950

Candidatos	Partidos	Votos	%
Getúlio Vargas	PTB + PSDA+PSP	346.798	48,21
Cristiano Machado	PSD (+PCB)	207.613	28,86
Eduardo Gomes	UDN + PL +PRP	147.571	20,51
João Mangabeira	PSB	.636	0,06
Branços		11.893	1,68
Nulos		4.823	0,68
Total		719.337	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 48).

Tabela 8 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 03/10/1950

Candidatos	Partidos	Votos	%
Ernesto Dornelles	PTB + PSDA + PSP	329.884	45,85
Cylon Rosa	PSD + UDN + PRP	283.942	39,47
Edgar Schneider	PL	80.798	11,23
Mendonça Lima	PSB	.858	0,11
Branços		18.401	2,56
Nulos		5.451	0,76
Total		719.334	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 60).

²² Em CANEPA, op. cit., p.156.

Tabela 9 – Eleições para senador da República no Rio Grande do Sul em 03/10/1950

Candidatos	Partidos	Votos	%
Alberto Pasqualini	PTB – PSDA – PSP	343.741	47,78
Plínio Salgado	PRP – PSD – UDN	244.769	34,02
Délcio Martins Costa	PL	88.614	12,31
Branços		37.005	5,14
Nulos		5.205	0,75
Total		719.334	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 54).

Tabela 10 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 03/10/1950

Legenda	Votos	%	Cadeiras
PTB	296.421	41,20	10
PSD	225.129	31,29	8
PL	54.195	7,23	2
PRP	48.728	6,77	1
UDN	46.505	6,46	1
PSP	11.329	1,57	0
PR	7.135	0,99	0
Branços	21.809	3,03	-
Nulos	8.083	1,12	-
Total	719.334	100	22

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 63).

Tabela 11 – Eleições para Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul em 03.10.1950

Legendas	Votos	%	Cadeiras
PTB	250.108	34,76	21
PSD	209.404	29,11	17
PL	70.343	9,77	6
PRP	53.861	7,48	4
UDN	53.423	7,42	4
PSP	26.165	3,63	2
PSB	12.867	1,78	1
PR	12.329	1,71	0
Branços	20.321	2,88	-
Nulos	10.513	1,46	-
Total	719.334	100	55

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 66).

Ao analisarmos os resultados eleitorais do PL, inicialmente verificamos que houve uma redução do número de votos para governador, pois em 1947 o partido obteve 105.164 votos, somando 18,91% do total. Porém, nessa eleição o PL contou com o apoio da UDN que, para se ter uma idéia da sua força eleitoral, fez 8,5% dos votos para a Assembléia Legislativa. Agora, na eleição de 1950, o PL obteve 80.798 votos, alcançando 11,23% do total,

concorrendo sozinho, sendo que a UDN obteve 7,42% dos votos para a Assembléia Legislativa. Dessa forma, pode-se constatar que a redução do percentual de votos para governador deveu-se à estratégia eleitoral de o partido concorrer sem alianças, fato que ocasionou a perda dos votos dos eleitores da UDN, que apoiaram nessa eleição candidato Cylon Rosa do PSD. Portanto, podemos perceber que o PL manteve uma votação constante para os cargos majoritários, pois basta reduzir o percentual de votos dados à UDN conforme sua força eleitoral para a Assembléia Legislativa e observaremos que a densidade eleitoral do PL praticamente não mudou nas duas eleições.

Da mesma forma, se compararmos o desempenho do PL nas eleições de 1947 e 1950, somente no que diz respeito ao desempenho do partido para Assembléia Legislativa, perceberemos novamente que sua votação permaneceu estável, pois em 1947 obteve 9,86% dos votos e, em 1950, 9,77% dos votos.

Os resultados eleitorais das eleições de 1950 nos permitem analisar e fazer algumas observações sobre as características geográficas do sistema partidário gaúcho que estava em vias de consolidação nesse momento, e que, com pouquíssimas variações, permanecerá o mesmo durante todo o período em questão. Assim, o mesmo é descrito por Héglio Trindade:

Observando-se os mapas geográficos descritivos relacionados com a distribuição da força relativa dos diversos partidos regionalmente, registra-se que o trabalhismo predomina fortemente na zona sul do Estado, especialmente na zona da Campanha e das Missões, onde, apesar da paradoxal concentração de grandes propriedades indicadas à pecuária, localizam-se municípios com altos índices de urbanização e com um relativamente inflacionado terciário ocioso. Além disto, o trabalhismo se faz presente, de forma expressiva, na totalidade das cidades denominadas pólos regionais ou sub-regionais, especialmente na região industrializada e intensamente urbana da área metropolitana de Porto Alegre.

Os partidos conservadores-liberais, por sua vez, cristalizam sua presença na zona norte do Estado, de modo particular na região nordeste, mas com algumas incursões também na serra do sudeste. Não havendo uma distribuição igualitária da força partidária do conglomerado conservador-liberal, parece válido separar as áreas de influência do PSD e do PL. O PSD tem suas bases eleitorais fundamentalmente na metade norte do estado (com exceção da serra do sudeste), zonas onde predominam fortemente pequenas e médias propriedades rurais, cuja atividade principal da população liga-se ao setor primário. O PL, representando o liberalismo tradicional das lutas políticas e revoluções do passado, tem seus bastiões eleitorais nas regiões de pecuária e grandes latifúndios (grifo nosso). Finalmente, a distribuição geográfica de votos dos da terceira força permite definir a natureza partidos circunscrita da penetração partidária do PRP e do PDC: os pontos de maior concentração localizam-se na parte norte, em regiões associadas à imigração italiana e alemã, e com altos índices de prática religiosa comparando-se com as regiões mais descrestianizadas do sul. (TRINDADE, 1975, p. 169) ²³

²³ TRINDADE, Héglio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1974). Em:

Dessa forma, verificamos que o PL novamente mantém uma votação constante e estável, que varia entre 10 e 12% dos votos, tanto para os cargos majoritários quanto para os cargos proporcionais. Sua principal força eleitoral se mantém nas regiões de latifúndios, principalmente a Campanha, onde sua densidade eleitoral ultrapassa os 20% dos votos e em alguns municípios a casa dos 30%²⁴.

Outra característica importante que observamos novamente no PL foi sua coerência político-ideológica, tanto no discurso de campanha quanto na composição das alianças eleitorais, pois sempre se manteve coerente com seu liberalismo político e com sua plataforma antivarguista, anticomunista e antifascista, além de defensor intransigente da liberdade e da democracia. Apesar de apoiar no plano federal a candidatura do udenista Eduardo Gomes em aliança com o PRP, resistiu em participar de uma coligação em nível estadual que incluísse o PRP (Integralista), além de deixar claro suas divergências históricas com os integrantes do PSD (muitos tinham vínculos com o Estado Novo e outros eram dissidentes do PL), lançou candidato próprio ao governo do Estado.

4.4 AS ELEIÇÕES DE 1954

As eleições de 1954 ocorreram para os cargos de governador, duas vagas para o Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Apesar de não haver a coincidência com a eleição presidencial, como ocorreu em 1950, essa eleição esteve muito relacionada com o governo Vargas e os impactos da crise nacional provocada pelo suicídio do Presidente, em 24 de agosto de 1954.

Assim, a partir da reforma ministerial de meados de 1953, o governo Vargas rumou em direção a um projeto esquerdizante de radicalização nacionalista, antiimperialista e popular. O Presidente chamou para o Ministério do Trabalho João Goulart, para servir de ponte entre o governo e o movimento sindical, especialmente no momento de alto custo de vida e de eclosão de várias greves²⁵, em busca de melhorias salariais e aumento do salário

LAMOUNIER, B. e CARDOSO F. H. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

²⁴ Maiores informações das eleições de 1950, ver NOLL, Maria Izabel e TRINDADE, Hélgio, op. cit.

²⁵ Para as mobilizações do movimento sindical nesse período, ver MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise*

mínimo. Jango

não só inaugurou um estilo de relação entre Estado e sindicato como também contribuí para aproximar o PTB do movimento sindical, conversando, negociando, concedendo e dialogando com os trabalhadores. Diante de greves, não mais chamava a polícia para espancar grevistas, mas sim os empresários a fim de, sentados a uma mesa, negociarem as reivindicações da categoria (...). (FERREIRA, 2006, p. 31).

Além disso, Jango convocou o Congresso da Previdência, onde cerca de 1200 representantes de entidades sindicais, vindo de diversos Estados, discutiam a proposta do Ministério do Trabalho para que eles participassem da administração das autarquias da Previdência Social. A proposta, inédita e ousada, permitiu que, a partir daí dirigentes sindicais, sobretudo do PTB e do PCB, passassem também a gerir os recursos da Previdência, ao lado de representantes do governo e dos empresários. (FERREIRA, 2006, p. 31).

O governo neste contexto pressionado pelo movimento grevista, concedeu via Ministério do Trabalho, em fevereiro de 1954, um aumento de 100% para o salário mínimo, fato que desencadeou uma forte oposição dos setores conservadores ao governo, especialmente nos meios empresariais, que afirmavam que o ministro do Trabalho em função de sua nova maneira de se relacionar com o movimento sindical não controlava greves e ainda as estimulavam, além de dizerem que não tinham condições de suportar o aumento proposto pelo governo. Ainda fomentavam a idéia de que uma possível República Sindicalista como na Argentina peronista, seriam instaladas no Brasil. Em função disso, João Goulart não resistiu às pressões e saiu do governo, apesar dos protestos do movimento sindical.

Na frente externa, Vargas teve que enfrentar o endurecimento das relações com os Estados Unidos, pois os republicanos com o governo Eisenhower estavam decididos a “reavaliar o alto nível de assistência pública assumido na política externa de Truman” (SKIDMORE, 1969, p. 152), principalmente em relação aos países que desenvolviam políticas nacionalistas, populistas e estatistas, pois os republicanos defendiam o papel predominante na iniciativa privada e os governos estrangeiros deveriam se enquadrar em um projeto que viabilizasse os investimentos privados norte-americanos.

Além disso tudo, essa fase final do governo Vargas é marcada também pela aproximação do PTB com o PCB, via movimento sindical e Ministério do Trabalho. Sobre

isso, Jorge Ferreira afirma: “Jango tinha interesse em se aproximar dos comunistas. A nova orientação do PCB no plano sindical atendeu às suas expectativas. A aliança de trabalhistas e comunistas, a partir daí não parou de se fortalecer” (FERREIRA, 2006, p. 32).

Devido a essa conjuntura, a oposição liderada pela UDN, que formava um bloco parlamentar com o PL passou a intensificar os ataques ao governo. O grupo parlamentar UDN-PL, conhecido como a “banda de música”, atacava e insultava sistematicamente o governo Vargas apoiado em setores da imprensa e do militares, com denúncias de infiltração de comunistas no governo e, sobretudo, de corrupção, em que inventaram a expressão “mar de lama”, para desqualificar o governo. O desfecho dessa crise política²⁶ como todos nós sabemos, foi o suicídio de Vargas e a revolta popular que se sucedeu em várias capitais contra os opositores do presidente, fato que desencadeou um medo da radicalização que influenciou de forma determinante no processo eleitoral, sobretudo no Rio Grande do Sul.

É nesse contexto de intensa radicalização política, forte pressão externa e interna sobre o governo Vargas e os acontecimentos que se sucederam após o suicídio do presidente, que se desenvolveu o processo eleitoral e as articulações políticas para formação de alianças eleitorais para as eleições de 1954.

O Rio Grande do Sul estava totalmente envolvido nesses acontecimentos, pois o governo do Estado era aliado incondicional do Vargas, tanto é que o Secretário Estadual do Interior e Justiça, João Goulart, foi chamado por Vargas para dirigir o PTB nacional e depois foi nomeado para o Ministério do Trabalho, de onde acabou se envolvendo diretamente na crise política que se sucedeu. Dessa forma, no plano político a oposição a Vargas era, em muitos casos, oposição também ao governo do Estado, que sustentava as políticas levadas a cabo pelo Presidente.

Portanto, é dentro dessa conjuntura que se processou a formação do quadro de alianças de 1954, entretanto, devemos buscar nas eleições de 1951 para prefeito da capital a origem do sistema de aliança para a eleição de 1954, pois nessa eleição pela primeira vez os três grandes partidos de tendência liberal-conservadora e antivarguista aliam-se para derrotar o candidato petebista Leonel Brizola e o conseguem.

²⁶ Maiores detalhes sobre a crise política de 1954 ver BODEA, p.106-125 e FERREIRA, p. 27- 43, op. cit.

Nessas eleições de 1954 os três grandes partidos liberais-conservadores (UDN, PSD e PL) repetem a aliança de 1951. Isso só foi possível porque o PSB estava totalmente desgetulizado e o candidato indicado pelo PSD para ao cargo de governador, Ildo Meneghetti, tinha derrotado Brizola nas eleições para prefeito da capital em 1951 e não tinha vínculos com o Estado Novo, fato que agradou os libertadores. Além disso, o PRP, que sempre foi alvo das críticas do PL em função de sua origem integralista/fascista e antidemocrática, resolveu lançar candidato próprio, o deputado federal Wolfram Metzler. Assim, pela primeira vez não haveria entraves ideológicos, facilitando a aliança no campo liberal-conservador. Dessa forma, PSD, UDN, PL e o recém-fundado PDC se aliaram, formando a Frente Democrática que também se repetiu em 1958 e 1962. Para uma das vagas para o Senado foi indicado pelo PL Armando Câmara, respeitado intelectual católico e membro ativo da LEC, de formação extremamente conservadora, antivarguista e anticomunista. À outra vaga para ao Senado foi indicado o deputado Daniel Krieger, da UDN, muito vinculado a Flores da Cunha.

O PTB lançou para o governo do Estado o ideólogo do trabalhismo, o ex-senador Alberto Pasqualini, considerado por muitos um esquerdista reformador muito avançado para a sua época, muitas vezes taxado de comunista, fato que inviabilizou a aliança com o PRP, pois suas bases muito conservadoras na região colonial não aceitavam tal aliança, levando o PRP a lançar candidato próprio. Para as duas vagas para o Senado foram lançados o ex-ministro João Goulart e o deputado federal Ruy Ramos. O PTB teve apenas o apoio informal do PCB, que se aproximou dos trabalhistas devido à conjuntura nacional, no entanto, esse apoio era sempre negado pelos trabalhistas.

O PTB ficou isolado, pois o PSB aliado em 1950 e 1951 também lançou candidatura própria, aproveitando-se do descontentamento do deputado petebista José Diogo Brochado da Rocha, que foi preterido por Pasqualini, abandonou o PTB e com o apoio de Ademar de Barros, que queria fortalecer o PSP no Rio Grande do Sul, tendo em vista as eleições presidenciais em 1955, lançou-se candidato ao governo do Estado.

A campanha eleitoral de 1954, como indicamos inicialmente, também não pode ser compreendida em termos estritamente regionais. Conteúdo programático, debate ideológico e alianças eleitorais, estiveram por assim dizer, sobre determinadas pelos acontecimentos e discussões levadas a efeito em âmbito nacional. (CANEPA, 1999, p. 233).

Dessa forma, a campanha da Frente Democrática foi nucleada em torno da oposição ao Governo Vargas. Essa oposição a Vargas, que se estende ao governo Dornelles no âmbito estadual, é assumida pelos representantes dos três partidos coligados na frente e não tanto pelo candidato Meneghetti. (CANEPA, 1999, p. 187).

Nesse sentido ao analisarmos o resumo do programa do candidato da Frente Democrática publicada no *Correio do Povo*²⁷, permitem-nos identificar o conteúdo central da campanha, em que percebemos que há uma ênfase muito grande na crítica ao governo Vargas (burocratismo, empreguismo, exagero de estadismo, demagogia e estímulo à agitação social, etc.). Da mesma forma, constata-se uma atenção especial para o setor agropecuário, base da nossa economia e uma das bandeiras do PL, o qual sempre foi muito vinculado às áreas de latifúndios ligados à pecuária. Assim, há referência de fomento à produção rural, prometendo mudanças nos impostos territoriais e exportação, maior e melhor amparo técnico ao homem do campo por meio da desburocratização dos órgãos estatais, financiamento prioritário do Banrisul para a agropecuária, e ação de uma polícia rural montada. Além disso, também há um apelo para os investimentos privados e uma crítica ao exagero de estadismo.

A campanha foi polarizada entre os candidatos do PTB e da FD. Já falamos anteriormente que ela se desenvolveu em um clima de grande radicalização política, pois o PTB também respondia aos ataques que o governo Vargas sofria, radicalizando ainda mais seu discurso nacionalista, antiimperialista e populista. O processo eleitoral radicalizou-se ainda mais após o suicídio de Vargas, o qual gerou uma onda de protestos, greves e quebra-quebra, em que as sedes do PL, UDN e PSD foram invadidas, saqueadas e incendiadas pelos manifestantes getulistas.

Desse momento em diante, acirrou-se a disputa e as manifestações ganharam um caráter fortemente ideológico. A FD apelou para um discurso extremamente conservador que enfatizava a “defesa da ordem e tranqüilidade, da propriedade privada, da família e da religião” (...). A reaproximação *post-mortem* entre o PC e Vargas foi também amplamente explorada pelos partidos liberal-conservadores” (BODEA, 1992, p. 121).

²⁷ O programa do candidato da FD publicado no *Correio do Povo* está na íntegra em CANEPA, op. cit., p. 187-190.

O anticomunismo exacerbado da FD pode ser constatado no seguinte “a pedido” que estamparam os principais jornais do dia 29 de setembro.

(...) De uma parte, os comunistas, uma semana antes do pleito retiraram a candidatura do desembargador Sampaio e passaram a apoiar, escancaradamente, os dois principais candidatos do PTB – Pasqualini e João Goulart. É preciso acentuar que a posição tomada pelos comunistas foi perfeitamente lógica, pois desde a morte de Sr. Vargas os trabalhistas passaram a adotar a mesma linha de política. E até os mesmos slogans e chavões inalteravelmente usados pelos agentes de Prestes, em sua luta a favor do imperialismo soviético. (BODEA, 1992, p. 122).

Outra estratégia que foi utilizada pela FD, foi usar o discurso religioso de cunho católico²⁸, até porque Armando Câmara, candidato ao Senado pelo PL, era membro ativo da LEC, pois os excessos de radicalismo não eram bem vistos pelo clero católico. Nesse sentido, Miguel Bodea expõe o seguinte:

A oratória radical e inflamada de Ruy Ramos e do deputado Brizola, que pecavam ainda pelo fato – aliás, bem explorado pela FD e pela Liga Eleitoral Católica – de serem protestantes e não católicos, aliada à intransigência doutrinária do agnóstico Pasqualini e ao apoio agressivo do PC aos seus ex-rivais trabalhistas produziu um beack-lash político no eleitorado indecisos, que acabou aderindo às teses de “ordem e tranquilidade” defendidas pela Frente Democrática com o beneplácito de amplos setores do clero católico. (BODEA, 1992, p. 123).

Portanto, é nesse clima de exacerbação ideológica e as críticas ao comportamento de Jango enquanto ministro e sua aproximação com os comunistas que marcaram o período final da campanha.

A FD saiu-se vitoriosa, pois soube explorar bem as conseqüências provocadas pela morte de Vargas. Sobre esse fato Bodea expõe o seguinte:

Mas ocorria também o efeito contrário os quebra-quebras e a fúria popular de 24 de agosto, semearam o pânico na pacata classe média da capital e assustaram os pequenos e médios proprietários do campo. Os partidos liberal-conservadores souberam explorar habilmente o medo da classe média gaúcha, responsabilizando diretamente o PTB pelo incidente de 24 de agosto. (BODEA, 1992, p. 121)

Não foi uma simples vitória da FD, pois venceram as eleições para governador e também para as duas vagas para o Senado, derrotando ninguém mais do que o maior ideólogo dos trabalhistas e o herdeiro político de Vargas, ou seja, Pasqualini e João Goulart, respectivamente.

²⁸ Sobre a participação do clero católico no processo eleitoral do período, ver RODHEGERO, op. cit.

Abaixo estão os resultados das eleições de 1954.

Tabela 12 – Eleições para governador do Rio Grande do Sul em 03/10/1954

Candidatos	Partidos	Votos	%
Ildo Meneghetti	PSD – UDN – PL	386.821	46,17
Alberto Pasqualini	PTB	356.183	42,51
Wolfram Metzler	PRP	71.110	8,48
José Diogo Brochado da Rocha	PSP	7.396	0,88
J. Pereira Sampaio*	PSB	73	0,00
Branços	-	11.010	1,38
Nulos		5.162	0,61
Total		837.755	100

*A candidatura de J. P. Sampaio foi retirada ao final da campanha.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 70).

Tabela 13 – Eleições para senador do Rio Grande do Sul em 03/10/1950

Candidatos	Partidos	Votos	%
Armando Câmara	PL – UDN – PSD	402.438	27,01 (48,02)
Daniel Krieger	UDN – PL – PSD	383.010	22,85 (45,70)
João Goulart	PTB	346.198	20,66 (41,32)
Ruy Ramos	PTB	299.188	17,85 (35,70)
Nestor Rodrigues	PRP	60.814	3,62 (7,24)
Tarso Corrêa	PSP	6.892	0,42 (0,84)
Total		1.498.540*	
Votos nominais		749.270	
Branços		82.348	9,84
Nulos		6.137	0,75
Total		837.755	100

*Cada eleitor sufragava dois votos.

** O número no parêntese corresponde ao percentual sem a divisão por dois.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 73).

Tabela 14 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 03/10/1954

Partidos	Votos	%	Cadeiras
PTB	338.892	40,45	11
PSD	232.007	27,69	7
PL	93.811	11,19	3
PRP	70.346	8,39	2
UDN	39.117	4,68	1
PSB	15.728	1,88	0
PSP	10.785	1,29	0
PDC	4.518	0,54	0
Branços	25.794	3,08	-
Nulos	6.757	0,81	-
Total	837.755	100	24

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 79).

Tabela 15 – Eleições para a Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul em 03/10/1950

Partidos	Voto	%	Cadeiras
PTB	312.957	37,35	23
PSD	206.928	24,70	15
PL	107.209	12,79	7
PRP	61.218	7,30	4
UDN	52.739	6,29	3
PSP	30.048	3,58	2
PSB	23.664	2,82	1
PDC	11.370	1,36	0
PR	2.045	0,24	0
Branco	19.554	2,33	-
Nulos	10.023	1,13	-
Total	837.755	100	55

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 82).

O PL além de eleger um Senador, também ampliou suas bancadas, passando de dois para três deputados federais e de seis para sete deputados estaduais, fato que não aconteceu com seus aliados, pois a UDN e o PSD perderam cadeiras tanto na Assembléia Legislativa quanto na Câmara Federal. Os libertadores obtiveram quase 13% dos votos para a Assembléia Legislativa e 11,2% para Câmara Federal, ultrapassando um pouco o índice das eleições anteriores que giravam em torno de 10%, nesse sentido, essa pequena avaliação não afeta a estabilidade eleitoral do partido. Geograficamente, o PL continua sendo forte nos municípios da Campanha e de outras regiões onde há o predomínio do latifúndio pastoril, que atinge votação superior a 25% dos votos e em alguns casos acima de 30% dos votos.

Observamos também, que o PL continuou com sua coerência ideológica, pois se aliou somente com partidos do seu campo ideológico, ou seja, liberais, anticomunistas e antigetulistas, fato que ficou evidente nos discursos de campanha em um momento de intensa radicalização política, principalmente após a morte de Vargas.

4.5 AS ELEIÇÕES DE 1955

As eleições de 1955 ocorreram apenas para os cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República, não havendo concomitância com eleições de nível estadual.

Como já vimos anteriormente, o PL mostrou até aqui uma grande coerência ideológica para a formação de alianças eleitorais e também nos discursos e nas plataformas de campanha. Desse modo, nas eleições presidenciais de 1955 não foram diferentes. Por isso, o partido apoiou as candidaturas do militar antigetulista Juarez Távora e do senador Milton Campos, ambos da UDN, para os cargos de Presidente e vice-presidente da República respectivamente. Inclusive o líder do PL no Congresso, deputado Raul Pilla, participou ativamente das articulações políticas para a formação da aliança, que envolvia o PL, a UDN, o PDC e dissidentes do PSD. Também é importante falar que em nível federal o PL mantinha uma sólida aliança com a UDN no Congresso Nacional, formando um bloco parlamentar da qual Pilla foi vice-líder em 1956. Além disso, “Pilla participou das articulações promovidas pelo Clube da Lanterna, organização civil que congregava diversos parlamentares, sobretudo da UDN, fundada em 1953, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Carlos Lacerda, para combater o governo do então Presidente Vargas” (FGV, *CPDOC*, 1984, p. 2721).

Assim sendo, o caminho natural do PL não poderia ser outro, pois do outro lado havia as candidaturas de Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) para Presidente e vice-presidente respectivamente, os quais representavam a continuidade do getulismo. Juscelino, mesmo não sendo do PTB, era getulista declarado, até porque nas eleições de 1950 apoiou Getúlio Vargas abertamente, apesar de o PSD lançar candidato próprio à Presidência naquele ano e ainda o candidato ser de seu Estado, Minas Gerais. Já João Goulart era o herdeiro político de Getúlio Vargas e inimigo mortal dos libertadores no Rio Grande do Sul. Além disso, essa chapa recebeu o apoio declarado dos comunistas.

Além dessas candidaturas, concorreu também a o líder máximo do PRP, o integralista Plínio Salgado, da qual os libertadores tinham diferenças ideológicas muito grandes, fato que, inclusive, levou os libertadores a não participar de coligações em outras eleições que o PRP fazia parte. Outro candidato que surgiu também foi o ex-governador e ex-interventor de São

Paulo durante o Estado Novo, Ademar de Barros (PSP), que também tinha ligações com Getúlio, inclusive o tinha apoiado nas eleições de 1950. Dessa forma, dentro desse espectro político, o PL não tinha alternativa a não ser apoiar os candidatos da UDN.

As eleições transcorreram em um clima muito intenso, pois setores da UDN, liderados por Carlos Lacerda, além de setores das Forças Armadas defendiam um golpe militar para suspender as eleições, com o objetivo de evitar a volta dos getulistas ao poder, para moralizar o regime democrático, contaminado pelo comunismo, pela demagogia petebista e pela corrupção²⁹. Ainda sobre a suspensão das eleições, o PL, por meio de Raul Pilla, posicionou-se a favor dessa medida, entretanto, sugeriu em discurso na Câmara Federal, em 12 de maio de 1955, de forma oportunista, a adoção do regime parlamentar para resolver a crise política³⁰.

Nesse sentido, apesar de que houvesse setores da sociedade civil que se mobilizaram em defesa da ordem legal,

os grupos civis-militares interessados no rompimento institucional continuaram suas investidas. Os ataques em setembro voltaram-se fundamentalmente contra João Goulart. Carlos Lacerda denunciou que Jango estaria contrabandeando armas da Argentina para formar brigadas de choque de trabalhadores. Uma suposta carta do Deputado peronista Antônio Brandi comprovaria a denúncia, garantiu Lacerda. Conhecida como Carta Brandi, o episódio agravou ainda mais a crise política no país. Somente depois das eleições descobriu-se que tudo não passava de uma farsa montada para desmoralizar João Goulart. (FERREIRA, 2006, p. 47)

Apesar de tudo isso, as eleições transcorreram normalmente e a aliança JK-Jango (PSD-PTB) saiu-se vitoriosa. Os grupos políticos antigetulistas foram derrotados inclusive no Rio Grande do Sul.

Abaixo seguem os resultados eleitorais da eleição de 1955 no Rio Grande do Sul:

²⁹ Sobre isso ver FERREIRA, op. cit., p. 45.

³⁰ Ver discurso na íntegra em PILLA, op. cit., p. 301-310.

Tabela 16 – Eleições para Presidente da República no Rio Grande do Sul em 03/10/1955

Partido	Candidato	Votos	%
PSD-PTB	Juscelino Kubitschek de Oliveira	329.562	36,48
UDN PDC*	Juarez Távora	302.595	33,49
PSP	Adhemar de Barros	175.185	19,39
PRP	Plínio Salgado	66.109	7,32
Branços		10.705	1,18
Nulos		19.252	2,14
Total		903.408	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 86).

*O PL apoiou a coligação UDN-PDC.

Tabela 17 – Eleições para vice-presidente da República no Estado do Rio Grande do Sul em 03/10/1955

Partido	Candidato	Voto	%
PSD-PTB	João Belchior Marques Goulart	423.484	46,87
UDN PDC*	Milton Campos	382.105	42,29
PSP	Danton Coelho	27.376	3,04
Branços		53.450	5,92
Nulos		16.993	1,88
Total		903.408	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 90).

*O PL apoiou a coligação UDN-PDC.

No Rio Grande do Sul, apesar do apoio do PSD regional, a candidatura da UDN, o qual era dissidente em relação à direção partidária nacional, os candidatos Juarez Távora e Milton Campos foram derrotados por pequena margem de votos (3% e 4%, respectivamente), pois caso o PSD do Rio Grande do Sul não apoiasse os candidatos da UDN, a diferença seria muito maior. Na maioria dos municípios, o PL tinha concentrado a sua força eleitoral (geralmente Campanha e regiões de latifúndios pastoril) nos candidatos da coligação UDN-PDC-PL foram vitoriosos ou perderam por pouca margem, fato que evidencia mais uma vez a fidelidade das bases libertadora. São exemplos disso os municípios de Caçapava do Sul, Pinheiro Machado, Piratini, São Sepé, Jaguari, etc. ³¹.

Já com relação às alianças políticas e o tom da campanha eleitoral, novamente o PL mostrou sua coerência política ideológica, pois coligou-se somente com partidos liberais, anti-getulista e anticomunistas, sendo que o discurso de campanha seguiu por essa linha.

³¹ Para ver maiores detalhes da eleição de 1955, ver NOLL e TRINDADE, op. cit.

4.6 AS ELEIÇÕES DE 1958

Diferentemente do que aconteceu nas eleições de 1950, quando houve a concomitância das eleições presidenciais e para governador em que havia a candidatura presidencial de Vargas, ou em 1954, quando o país passava por uma grave crise política que se completou com o suicídio de Vargas, e o clima de instabilidade que se seguiu depois desse fato, as eleições de 1958, para governador do Estado, e uma vaga para o Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, são em certo sentido mais estadualizadas. Contribuem para isso o momento de relativa estabilidade política no plano federal vivida em decorrência do governo JK e também pela distância em relação às eleições para a presidência, que ocorreram somente em 1960.

O PL, que já fazia parte da FD em 1954, manteve-se aliado ao PSD (dissidente e totalmente desgetulizado com relação à aliança PSD-PTB nacional) e à UDN, até porque ambos os partidos governavam o Estado conjuntamente, sendo que o PL ocupava a Secretaria da Agricultura. Nesse sentido, o caminho natural à manutenção dessa aliança, pois todos os partidos eram declarados liberais, antivarguistas e anticomunistas. Assim, a FD lançou o líder do PSD na Assembléia Legislativa, Peracchi Barcellos, para o Governo do Estado e o veterano libertador, Carlos de Brito Velho para a vaga ao Senado.

O PTB não quis cometer o mesmo erro de 1954, quando concorreu praticamente sozinho, fato que levou os petebistas a sofrerem uma derrota histórica, por isso os dirigentes do PTB procuraram ampliar o leque de alianças, procurando apoio em partidos ideologicamente contrários ao seu programa, como é o caso do PRP. Além desse apoio, o PTB conquistou o apoio do PSP e também do PCB, esse último sempre rejeitado publicamente pelos petebistas, pois prejudicaria a aliança com o PRP, que era forte nas regiões coloniais e contava com simpatia do clero conservador dessas regiões³². Dessa forma, o PTB lançou o prefeito da capital, Leonel Brizola, para o governo do Estado, e para a vaga ao Senado, o economista Guido Mondin.

³² Para ver com mais detalhes a relação entre o clero católico das regiões coloniais com o PRP, ver RODEGHERO, op. cit.

Os demais partidos tiveram comportamentos diversos. O PDC recém-fundado decidiu não apoiar ninguém para os cargos majoritários, investindo somente na eleição para o Legislativo e liberando seus filiados para a eleição majoritária. O PSB apoiou os candidatos da FD e lançou seu principal candidato à Assembléia Legislativa, o jornalista Cândido Norberto, pela legenda do PL. Os comunistas concorriam ao legislativo pelo PR e lançaram Gabriel Pedro Moacyr para o Senado por este partido, pois para eles seria difícil apoiar um partido de inspiração fascista como o PRP para o Senado, além de manterem o apoio a Brizola, no entanto, rechaçados pelos trabalhistas.

A campanha da FD de maneira geral teve mesmo tom da campanha de 1954. Sobre isso Mercedes Canepa afirma o seguinte:

Em linhas gerais pode-se dizer que a campanha da Frente Democrática girou em torno dos seguintes temas principais: 1) Continuidade da administração Ildo Meneghetti e valorização das obras por este realizadas; 2) Ênfase no modo honesto de agir da Frente Democrática em contraposição ao modo de agir dos opositores; 3) Críticas às alianças PTB-PRP e ao apoio dos comunistas ao candidato do PTB; 4) Atribuição de culpa à política do governo da União como explicação para os problemas do Rio Grande; 5) Apelo anticomunista clássico e valorização da família e da fé cristã (agora ainda mais necessários uma vez que estes são temas também muito vinculados ao PRP, desta feita aliado do PTB); 6) A busca de apoio dirigida à população em geral. (CANEPA, 1999, p. 260)

Nesse sentido, é interessante observar as declarações dadas ao *Correio do Povo* pelo candidato ao Senado, Brito Velho (PL), quando analisa as diferenças que possuem com os adversários:

Estabelecido... que a diversificação entre a FD e o PTB não se faz, essencialmente, no plano de programas, há de procurar-se a separação no plano da encarnação das idéias. Como são elas vividas pelos homens de um e outro grupo, qual o método de sua divulgação... qual a técnica usada na abordagem do povo. Ora considerando com a maior objetividade, percebe-se, logo, a nota dominante na maneira de ser e na ação dos dirigentes locais do PTB, partilhada por seus companheiros do PRP, a “demagogia”. Demagogia que se caracteriza pelo ataque à sensibilidade, à afetividade, ao mundo das emoções populares e um concomitante desinteresse... por tudo que diz com a inteligência do homem do povo... (BRITO VELHO, CP: 13.04.58, p. 35)³³

Nessa entrevista Brito Velho também acusa o PRP de totalitário e antidemocrático em função de sua origem integralista, afirmando o seguinte:

³³ CANEPA, op. cit., p. 263.

Agora sim, tranqüilamente, sem receio de torcer a verdade, posso afirmar que o dirigente máximo de Partido de Representação Popular e, naturalmente, seus seguidores apresentam-se falsamente, como democratas, devendo ser classificados entre os totalitários da direita. (BRITO VELHO, *CP*: 13.04.1958, p.35)³⁴

Ainda nessa entrevista, o candidato libertador ao Senado pela FD ataca a defesa que Brizola faz de legalização do PCB, dizendo o seguinte: “(...) sou absolutamente contrário ao funcionamento do Partido Comunista, por se me afigurar com vocação suicida a sociedade democrática que permite, em seu seio, a existência de forças que tenham como finalidade, exatamente a sua destruição” (BRITO VELHO, *CP*: 03.04.58, p. 35)³⁵

A questão do comunismo e a relação dele com o PTB e Brizola teve certa relevância no processo eleitoral, e, como exemplo disso, temos além das declarações do candidato libertador ao Senado Brito Velho, temos também as declarações do radialista e candidato a deputado estadual pelo PSD, Naio Lopes, sobre o tema, que ilustram muito bem isso. Após sua palestra radiofônica, a mesma foi publicada em vários jornais do Estado, como podemos ver a seguir:

Eu não disse que os comunistas apoiado o Sr. Leonel Brizola, nem afirmei que tivesse ele quaisquer compromisso com o Partido Comunista. O que disse é que o Partido Trabalhista é um processo de que está servindo o comunismo, principalmente aqui, dentro da mentalidade que avassalou e dominou neste Estado, pois ele, o PTB gaúcho, está sendo um fator de desagregação social, pela maneira e pelos processos que adota em sua técnica de penetração de massas. (LOPES, *CP*, 22.07.58)³⁶

Mais adiante na campanha, o mesmo volta a afirmar:

Tanto temos de considerar os perigos da esquerda, quanto os perigos da direita: tanto devemos estar preocupados, ao examinarmos a técnica política do PTB gaúcho, com aqueles métodos que levam a um clima comunitisante, como devemos estar preocupados, com o sentido de agressividade que o PTB dá em sua luta, com os recursos de violência de que se vale, como seus processos de facciosismo e corrupção, que levam a um estilo de concepção nazi-fascista-peronista. (LOPES, *CP*, 07.09.1958, p. 31)³⁷

Além da ênfase no discurso anticomunista, com forte conteúdo ideológico e a demagogia petebista, a FD com relação às questões econômicas, procurava responsabilizar o

³⁴ CANEPA, op. cit., p. 264.

³⁵ CANEPA, op. cit., p. 265.

³⁶ CANEPA, op. cit., p. 266.

³⁷ CANEPA, op. cit., p. 266.

governo federal por todos os problemas que a economia do Rio Grande do Sul vinha passando. Apesar de sinais de crise no nosso modelo econômico (já discutido no capítulo 2), a FD mantém a defesa desse modelo, atribuindo unicamente à crise gaúcha o modelo econômico que JK (também discutido no capítulo 2) implantou no país. Sobre esse tema, Meneghetti afirmou o seguinte em entrevista ao *CP*:

Em realidade as questões que são formuladas não assumem o relevo nem a gravidade que se lhes pretende emprestar, embora seja justa uma preocupação sobre o equacionamento da economia rio-grandense dentro do esquema nacional. (...) estamos diante de um problema que não é de produção, mas tão-somente de distribuição, fugindo, portanto da órbita de medidas do governo estadual e das possibilidades mercantis dos produtores. (MENEGHETTI, *CP*, 09.03.1958, p. 2)³⁸

Essas questões até aqui levantadas sobre a Campanha e o programa da FD foram novamente reafirmadas no lançamento do programa da frente, em 14 de setembro, em Santa Maria. Novamente foram enfatizados, a crítica ao governo JK-Jango, especialmente na área econômica, elogios ao modelo econômico gaúcho e da promessa de maiores apoios técnicos e financeiros para a agropecuária, críticas ao comunismo soviético, aos fascistas e demagogia petebista que se apropria indevida e monopoliticamente dos ideais de justiça social para ludibriar o povo e conquistar o poder, além disso, apela para um discurso cristão, tendo em vista a forte penetração do PRP nas zonas coloniais onde tem o apoio do clero católico³⁹.

Nesse sentido, podemos observar que a campanha da FD segue as mesmas características de 1954, onde além do teor anticomunista e antipetebista, também se percebe uma clara vinculação com os setores agrários, apesar de ainda não estar em discussão o tema da reforma agrária no Estado, mas está clara a relevância que se dá a esse setor no programa da frente.

Portanto, mais uma vez o PL mostrou uma grande coerência ideológica, pois novamente coligou-se com partidos do mesmo campo político, ou seja, liberais, anticomunista e antipetebista-varguista. Além do mais, os discursos e o programa da campanha, como vimos, estão bem dentro desse perfil, inclusive e principalmente do candidato libertador ao Senado. A única ressalva que se faz sobre esse aspecto foi a inclusão do socialista Cândido Norberto como candidato a deputado estadual pelo PL, entretanto, o mesmo era radicalmente

³⁸ CANEPA, op. cit., p. 267.

³⁹ No programa da FD lançado em Santa Maria também há referências de temas como habitação, educação, infraestrutura, etc. CANEPA, op. cit., p. 269-273.

antipetebista e já tinha apoiado a FD em 1954. Esse episódio ainda não está bem explicado e foge ao objetivo desse trabalho, mas presume-se que isso tenha ocorrido porque o PSB temia não atingir o coeficiente eleitoral para a eleição de deputado estadual.

As eleições transcorreram dentro da normalidade e tiveram os seguintes resultados:

Tabela 18 – Eleições para governador do Rio Grande do Sul em 03.10.1958

Candidatos	Partidos	Votos	%
Leonel de Moura Brizola	PTB – PRP – PSP	670.003	55,18
Walter Peracchi Barcellos	PSD – UDN – PL (PSB)	500.944	41,20
Branços		23.293	1,91
Nulos		19.854	1,63
Total		1.214.094	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 96).

Tabela 19 – Eleições para senador do Rio Grande do Sul em 03.10.1958

Candidatos	Partidos	Votos	%
Guido Fernando Mondin	PTB – PRP – PSP	617.385	50,08
Carlos de Brito Velho	PSD – UDN – PL (PSB)	494.316	40,71
Gabriel Pedro Moacyr	PR	21.237	1,74
Branços		48.449	3,99
Nulos		32.707	2,69
Total		1.214.094	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 100).

Tabela 20 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 03.10.1958

Partidos	Votos	%	Cadeiras
PTB	602.925	49,66	14
PSD	288.287	23,74	7
PL	120.912	9,95	2
PRP	63.932	5,26	1
UDN	49.182	4,04	0
PDC	20.835	1,71	0
PSP	1.694	0,13	0
Branços	54.843	4,51	-
Nulos	11.484	0,99	-
Total	1.214.094	100	24

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 112).

Tabela 21 – Eleições para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 03.10.1958

Partidos	Votos	%	Cadeiras
PTB	480.866	39,60	24
PSD	272.779	22,46	13
PL	145.441	11,97	7
PRP	71.958	5,92	3
UDN	67.726	5,57	3
PSP	55.466	4,56	2
PDC	39.10	3,22	2
PR	22.595	1,86	1
Branços	40.651	3,34	-
Nulos	17.509	1,50	-
Total	1.214.094	100	55

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 112).

Ao analisar os resultados eleitorais, constata-se que houve uma ampla vitória da coligação PTB-PRP-PSP, que venceu por larga margem, principalmente para o cargo de governador, onde Brizola venceu por uma diferença de 14 pontos percentuais. Para o Senado, Guido Mondin, do PRP e apoiado pelo PTB, venceu por uma diferença de 10 pontos percentuais. O PTB ampliou suas bancadas na Assembléia Legislativa (ganhou uma cadeira) e na Câmara Federal (ganhou três cadeiras).

Acredita-se que a vitória de Brizola deveu-se por alguns motivos, como por exemplo:

- 1) A aliança com o PRP permitiu ao PTB penetrar nas zonas coloniais, impedido que a influência religiosa fosse monopólio dos partidos conservadores;
- 2) A estabilidade política do governo JK anulava o discurso alarmista e anticomunista do perigo vermelho iminente feito pela FD;
- 3) O discurso desenvolvimentista de JK e sua popularidade anularam os efeitos das críticas que FD fazia, vinculando o PTB ao governo federal⁴⁰.

Com relação ao PL, o mesmo manteve o número de deputados estaduais (sete) e perdeu uma cadeira na Câmara Federal (tinha três elegeu dois). Apesar de ter reduzido um pouco sua votação nas duas eleições proporcionais se comparadas às eleições de 1954, de 12,79% para 11,97% para a Assembléia Legislativa e de 11,19% para 9,95% para a Câmara Federal, podemos concluir que essa pequena redução não altera a característica de

⁴⁰ Para ver maiores detalhes sobre as causas da vitória de Brizola em 1958, ver CANEPA, op. cit., p. 279-280.

estabilidade eleitoral que a legenda vinha recebendo desde 1945, que oscila em torno dos 10% dos votos um pouco para mais ou um pouco para menos. Outro fato que também deve ser analisado é a continuidade da manutenção das bases eleitorais do PL, que continua sendo o partido mais forte ou o segundo mais forte nos municípios da campanha ou de regiões de grandes latifúndios pastoris, quando alcança votações superiores a 25% e em alguns casos a 30%⁴¹.

4.7 ELEIÇÕES DE 1960

As eleições em 1960 ocorreram somente para os cargos de Presidente e vice-presidente da República, não havendo concomitância com outras eleições em outros níveis.

Como já vimos anteriormente, o PL nesse período mostrou-se muito coerente ideologicamente no processo de coligações eleitorais como também na elaboração dos discursos e das plataformas de campanha, tanto em nível nacional quanto em nível estadual. Nesse sentido, os libertadores nas eleições presidenciais de 1960 atuaram da mesma forma, ou seja, procuraram se aliar novamente a partidos do seu espectro político. Dessa forma, apoiou o lançamento da candidatura presidencial do ex-governador paulista, Jânio Quadros (PDC) e de Milton Campos (UDN) para vice-presidente. Já vimos também que as relações do PL com a UDN, especialmente em nível nacional, eram imensas, tanto é que Raul Pilla chegou a ser vice-líder do bloco parlamentar UDN-PL no Congresso, além de fazer parte do grupo udenista conhecido com “Banda de Música”, que explorava enfaticamente as denúncias de corrupção e infiltração comunista nos governos da coligação PSD-PTB. Assim, o caminho natural do PL era o apoio então à coligação PDC-UDN, a qual lançou Jânio Quadros à presidência com um discurso extremamente moralista, cujo símbolo de sua campanha era a vassoura. Parece-me que o discurso anticomunista clássico nessa eleição foi deixado um pouco de lado, tendo em vista o perfil também conservador do marechal Lott, da coligação PSD-PTB.

Apesar de algumas posições mais à esquerda de Jânio Quadros, como o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e de apoiar uma política externa

⁴¹ NOLL e TRINDADE, op. cit.

independente (bandeiras do PTB), os partidos liberais-conservadores mantiveram o apoio, para enfim chegar ao poder pela primeira vez e desbancarem o getulismo do poder.

No campo governista (PSD-PTB), foi lançado o marechal Lott para presidente e para vice-presidente novamente João Goulart. Essa aliança não empolgou as esquerdas, devido às posições conservadoras de Lott, como o não-reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e seu anticomunismo declarado⁴². A outra candidatura que foi lançada foi o ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, pelo PSP.

A campanha foi marcada pelas críticas de Jânio ao governo de JK em função da elevada inflação que causa o alto custo de vida aos trabalhadores e pelas denúncias de corrupção, que empolgaram parte da classe trabalhadora e setores da classe média conservadora e moralista vinculada à UDN. Além disso, a falta de carisma de Lott e suas posições conservadoras que não empolgaram as esquerdas facilitaram a vitória de Jânio Quadros. Entretanto, para vice-presidente, venceu João Goulart, que derrotou Milton Campos da UDN e o dissidente trabalhista Fernando Ferrari. No Rio Grande do Sul, Jânio Quadros também se saiu vitorioso, pois o PSD regional estava rompido com a direção nacional do partido, porque desde o final da década de 1940 o PSD já estava em um processo de desgetulização, em que o PTB era o principal adversário regional. Para a vice-presidência, o dissidente trabalhista foi o vencedor.

No entanto, podemos perceber que nos municípios nos quais os libertadores tinham sua principal força eleitoral (campanha e outras regiões dominadas pelo latifúndio pastoril) Jânio Quadro venceu e Milton Campos teve seu melhor desempenho, acima de 20% dos votos, visto que obteve apenas 11,36% dos votos do Estado, comprovando mais uma vez a fidelidade das bases eleitorais libertadoras. São exemplos desses municípios Canguçu, Dom Pedrito, Caçapava do Sul, Herval do Sul, Lavras do Sul, etc. ⁴³.

Abaixo, os resultados eleitorais dessa eleição no Rio Grande do Sul:

⁴² Sobre isso ver FERREIRA, op. cit., p. 70.

⁴³ Para maiores detalhes sobre as eleições de 1960 no Estado, ver NOLL e TRINDADE, op. cit.

Tabela 22 – Eleições para Presidente da República no Rio Grande do Sul em 03.10.1960

Partidos	Candidato	Votos	%
PDC-UDN	Jânio da Silva Quadros	541.331	42,84
PSD-PTB	Henrique Teixeira Lott	431.497	34,15
PSP	Ademar de Barros	214.963	17,02
Branços	-	33.501	2,66
Nulos	-	42.159	3,33
Total		1.263.451	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 118).

Tabela 23 – Eleições para vice-presidente da República no Rio Grande do Sul em 03.10.1960

Partido	Candidatos	Votos	%
MTR	Fernando Ferrari	557.425	44,12
PTB-PSD	João Belchior Marque Goulart	472.902	37,42
UDN	Milton Campos	143.509	11,36
Branços		56.929	4,51
Nulos		32.686	2,59
Total		1.263.451	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 122).

4.8 AS ELEIÇÕES DE 1962

As eleições de 1962 ocorreram para os cargos de governador, duas vagas para o Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, sendo realizadas em plena urgência casuística do regime parlamentarista e num período de grande mobilização da sociedade e radicalização política, tanto em nível estadual quanto em nível nacional.

Essa radicalização política e a intensa mobilização da sociedade em nível nacional são resultados das mudanças sociais e econômicas decorrentes do modelo e desenvolvimento econômico adotado principalmente pelo governo JK⁴⁴, mas também pela crise política provocada pela renúncia do Jânio Quadros e a ascensão de Jango com seu projeto de Reforma de Base.

As mudanças no plano econômico se dão pela internacionalização do mercado interno,

⁴⁴ A bibliografia a esse respeito é muito extensa e indicaremos algumas dentre elas, que nos parecem dar conta da temática em questão, como: FLORESTAN, Fernandes. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; SINGER, Paul. *Evolução da Economia Brasileira: 1955-1975*. Em: *A crise do "milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

pois o capital multinacional torna-se hegemônico, controlando a maior parte da produção industrial, alterando a estrutura de classes no interior da classe dominante e sua relação com o Estado (o Estado deveria funcionar para facilitar a acumulação monopolista), fato que provocou reflexos na política e na ideologia nacionalista de então⁴⁵.

Nesse processo, foram sendo construídas novas alianças e estratégias políticas, no interior da sociedade e da classe política, quer a esquerda quer a direita. De um lado organizaram-se camponeses em prol da reforma agrária, de outro, articulavam-se no Congresso Nacional os proprietários de terra, fazendo pressão via suas associações de classe. Também havia mobilizações do operariado sob a liderança do PTB e dos comunistas, assim como havia articulação dos empresários em torno de suas associações de classe e entidades paralelas financiadas internacionalmente, como o IBAD e IPES, os quais patrocinavam parlamentares opositores ao governo Jango e também o movimento estudantil anticomunista para fazer contraponto à UNE, que organizava os estudantes em favor das Reformas de Bases. Inclusive no interior da Igreja Católica e das Forças Armadas surgiram forças progressistas, da mesma forma que setores reacionários dessas instituições se articulavam junto a outras forças conservadoras da sociedade. No interior da classe política são criados novos partidos (PDC, MTR, etc.) como também multiplicam-se as alianças políticas e no Congresso Nacional formam-se organizações suprapartidárias, com relações fora do parlamento, como Aliança Democrática Parlamentar (ADP) à direita, e à esquerda, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Frente de Mobilização Popular (FMP)⁴⁶.

Nesse sentido, é nesse clima de intensa mobilização social e de radicalização das posições políticas, no momento de sucessivas crises decorrentes das quedas de gabinetes de um regime parlamentarista casuístico, com um único objetivo de retirar poderes presidenciais de Jango, que se mostrava muito mais progressista e reformista que o Congresso Nacional, ao defender as Reformas de Bases, que se processaram as eleições de 1962. Associada a essa conjuntura, havia ainda a antecipação do plebiscito para a restituição dos poderes presidenciais.

⁴⁵ MARANHÃO, Ricardo. *O estado e a política populista no Brasil (1954-1964)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Em: GOMES, Ângela Maria de Castro et al. 3. ed. *O Brasil republicano*. v. 3: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

⁴⁶ Sobre esse contexto exposto ver *O Brasil republicano*, v. 3, op. cit.

Quanto à conjuntura estadual, ela é tão ou mais radicalizada que a conjuntura nacional, em função das medidas tomadas pelo governador Brizola, com o objetivo de superar a crise do tradicional modelo da economia rio-grandense e de seu alinhamento com o projeto nacionalista-reformista defendidos pelo presidente Jango. Dessa forma, Brizola realizou encampações de empresas estrangeiras, desapropriação de terras e assentamentos rurais, investimentos em indústrias de base, diversificando nossa economia. Além disso, aprofundou as relações com os movimentos sociais do campo (Master) e com o sindicato dos trabalhadores urbanos, apostando em uma política de mobilização para efetivar suas propostas⁴⁷. Além disso, após o episódio da legalidade, quando conquistou projeção nacional, passou também a disputar a hegemonia dentro do PTB em nível nacional, defendendo as Reformas de Base ensaiadas regionalmente em seu governo, com destaque para a reforma agrária. Sobre isso Mercedes Canepa afirma o seguinte: “O PTB de Brizola, afinado ao Grupo Compacto do PTB no Congresso Nacional, não só apoiava as reformas de base como contribuiu abertamente com as forças que lutam para pressionar o presidente da República à esquerda” (CANEPA, 1999, p. 321).

Portanto, as políticas implementadas por Brizola definem uma nova estrutura do embate político no Estado, tornando-se o ponto de inflexão na política gaúcha. Sobre isso Suely Bastos expõe o seguinte:

A estratégia industrializante centraliza-se na instalação de um pólo industrial de indústrias dinâmicas, sem desconsiderar o crescimento das indústrias tradicionais ligadas ao fornecimento regional de matérias-primas, mas submetendo-se ao primeiro. As diferenças com o PSD cristalizam-se claramente nesse primeiro nível, mas, o mais importante é o nível que diz respeito à forma de integração das classes subordinadas. A radicalização deste acaba por implicar profundas alterações na forma de intervenção do governo estadual. Se, antes, ela se limitou às arenas distributivas e regulatória, com Brizola ela passa a atuar na arena redistributivista. O significado de tais alterações na natureza da intervenção do governo estadual reside, principalmente, num deslocamento da clivagem regional/nacional enquanto norteadora da resolução do problema industrial para uma clivagem classes dominantes/dominadas no plano nacional. Neste período, a questão regional, portanto, só pode ser entendida enquanto questão nacional: trata-se, em suma, da manutenção ou não dos princípios orientadores da modernização conservadora, pois a intervenção brizolista inicia um ataque à sua principal garantia, ou o que parece ser a sua principal garantia política: o latifúndio. (BASTOS, 1980, p. 76-77)

⁴⁷ Sobre a política mobilizatória de Brizola e suas relações com os movimentos sociais, ver ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. Porto Alegre, 1980. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Ver também BASTOS, Suely. *Partidos políticos e cisão partidária no Rio Grande do Sul*. Brasília, 1978/93. Dissertação de Mestrado - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1993.

Portanto, é dentro desse contexto de intensa radicalização e mobilização social, quer na esfera estadual quer na esfera nacional, onde a questão das Reformas de Base, especialmente a agrária, e, a pressão social em torno dela, definem as coligações partidárias para a disputa do pleito.

Dessa forma, o PL, um partido vinculado historicamente à oligarquia agropastoril, especialmente na região da Campanha, onde constituiu sua principal base eleitoral, teve que se posicionar politicamente no pleito. Assim, como o sistema de propriedade e o modelo histórico da economia gaúcha estavam ameaçados pela ação governamental apoiadas na mobilização social, tornava-se prioritário derrotar a candidatura do PTB por tudo o que ela representava. Por isso, aceitaram compor uma ampla aliança de centro-direita que incluía até mesmo adversários históricos, como o PRP de origem integralista/fascista, esquecendo-se de suas divergências e apegando-se em suas posições comuns contrárias ao comunismo e a agitação social das classes populares. Portanto, o momento político exigia que o PL esquecesse suas divergências ideológicas, com o PRP, para que se viabilizasse a formação de uma ampla frente anti-PTB.

Após um longo período de negociação entre os partidos da frente anti-PTB, onde tentaram atrair inclusive os dissidentes trabalhistas do MTR, porém sem sucesso, o nome de consenso tirado para concorrer a governador foi do ex-governador Ildo Meneghetti (PSD) e para as duas vagas para o Senado, a frente apoiou a reeleição dos senadores Mem de Sá (PL) e Daniel Krieger (UDN). Dessa forma, formou-se a Ação Democrática Popular (ADP), composta pelo PSD, PL, UDN, PRP, PDC e PSP.

O PTB concorreu sozinho, com o apoio informal do PCB, lançando para concorrer ao governo do Estado o deputado federal Egidio Michaelson e para o Senado os deputados Mariano de Freitas Beck e Antônio Brochado da Rocha. Ainda lançou-se para concorrer ao governo do Estado o dissidente trabalhista Fernando Ferrari pelo MTR, ao qual não lançou candidato ao Senado.

A campanha da ADP se desenvolveu em função da conjuntura exposta anteriormente, pode ser resumida basicamente de duas maneiras: 1) por via do ataque à corrupção e a partidarização dos órgãos da administração pública; e 2) estigmatizando como “baderna” as ações decorrentes da mobilização dos setores populares, que, segundo

afirmavam, acabariam criando um ambiente propício à penetração do comunismo, ao qual serviriam, seja na condição de “inocente úteis” seja como elementos já cooptados à aquelas idéias. Nesse ambiente, conforme defendiam, não haveria clima para a realização de reformas sérias. (CANEPA, 1999, p. 394)

Nesse sentido, é interessante analisar o trecho a seguir da primeira manifestação da ADP divulgada logo após a definição da aliança. Esse documento dá o tom da campanha da coligação:

Os partidos (...) ao assentarem a união de suas forças, (...) reafirmam a decisão de lutar (...) e assim procedem plenamente conscientes da gravidade do momento (...); da insegurança em que se encontram os que desejam trabalhar e construir a grandeza da Pátria; da instabilidade política que ameaça as instituições democráticas, agravadas constantemente pela exploração demagógica e irresponsável de quantos na subversão da ordem e na convulsão social, encontram oportunidade para empalmar ou nele perpetuar-se; do perigo que ameaça substituir os valores que informam a concepção cristã da vida pelo comunismo materialista, que, não raro e na sua ação se conjuga com aqueles que a, pretexto de combatê-lo assumem posições extremadas, por igual nefastas.

Unem os partidos democráticos, nesta hora, as suas forças, não apenas, em face do negativismo imperante, dos desmandos administrativos, da imoralidade pública, da onda extremista de esquerda que tumultua a vida nacional, e da insegurança política e social; mas, sobre tudo porque desejam levar ao povo rio-grandense uma mensagem positiva (...). (ADP, CP, 05.04.1962, p. 7)⁴⁸

O documento acima ainda fala sobre medidas a serem tomadas em várias áreas (segurança, agricultura, educação, infra-estrutura, etc.) e percebe-se também nesse documento, bem como no restante dos manifestos da campanha uma sinalização dos partidos conservadores, aos quais estariam também preocupados com as reforma e as questões sociais. No entanto, dentro da lei e da ordem, pois o ambiente de agitação social por reformas, difícil seria não incorporá-los ao programa eleitoral. Entretanto, faz-se necessário definir e questionar quais reformas, de que intensidade, de que forma e por quem seriam realizadas.

Com relação à reforma agrária, que foi uma das questões centrais dessa campanha e que dividiu as forças políticas, a ADP se posicionou a favor, entretanto, não mencionou em seu programa apoio para modificar o artigo 141 da Constituição, que viabilizaria as desapropriações por interesse social, e nem poderia, pois a ADP tinha o apoio explícito da Farsul, que era radicalmente contrária qualquer mudança desse artigo. Assim a proposta reformista da ADP tinha pouco alcance, pois não propunha meios e instrumentos para mexer

⁴⁸ CANEPA, op. cit., p. 331.

nos grandes latifúndios. A seguir está a proposta de reforma agrária da ADP, publicada no *Correio do Povo*:

O candidato do Rio Grande do Sul é pela Reforma Agrária.

A diferença é simples, porém grande: os outros falam em reforma agrária, mas estando no governo, não a fazem. Ildo Meneghetti pretende realizar a reforma agrária imediatamente nas seguintes bases: 1) política agrária clara e definida; 2) recursos a quem tem terra e não tem meios para plantá-la; 3) salário compatível para o assalariado agrícola; 4) financiamento e largo prazo para quem deseja comprar terras; 5) tornar produtivas as terras improdutivas, seja através de impostos progressivos, seja através de uma desapropriação razoável e legal; 6) aproveitamento das terras pertencentes ao Estado e nas quais cabem quase todos os sem terras do Rio Grande.

Pelo estímulo a produção agrícola barateamento dos gêneros, incentivando-se as cooperativas para eliminar a intermediação onerosa. (Esquema discurso, *CP*, 08.05.62, p. 17)⁴⁹

Percebe-se também, que a ADP faz menções em seu programa de propostas historicamente defendidas pelos trabalhistas, como a justiça social, a preocupação em melhorar a distribuição de renda e da terra. Já na área econômica, são propostas medidas nacionalistas como o controle sob o capital estrangeiro e os abusos do poder econômico, no entanto, não dizem como vão efetivar essas propostas. Parece-me que essas propostas são incorporadas no programa em função de que elas, como a reforma agrária, são intensamente discutidas no interior da sociedade e assimiladas pela mesma, tornando-se difícil não incorporá-las ao programa, ainda mais em um Estado com grande penetração do trabalhismo, por isso, seria importante disputar o tipo de projeto reformista.

Assim sendo, apesar da ênfase dada nos discursos às reformas pelos candidatos, inclusive pela ADP, devemos levar em consideração que as candidaturas recebiam respaldos de vários segmentos, grupos e classes sociais, os quais sinalizam os limites do projeto reformista de cada candidatura. Nesse sentido, devemos lembrar que entidades patronais como a Farsul e Fiergs, setores conservadores da Igreja e da imprensa apoiavam explicitamente a ADP, fato que indica o real alcance das propostas reformistas desta coligação partidária.

Além disso, tudo, constatou-se também que a ADP se diferenciava do governo Brizola nas estratégias para superar a crise da economia gaúcha, pois Brizola procurou diversificar nossa economia criando um parque industrial diversificado. Já, nos discursos da ADP

⁴⁹ CANEPA, op. cit., p. 336.

percebe-se que há uma ênfase no resgate e na reafirmação no modelo tradicional da economia gaúcha (tema visto no segundo capítulo), com propostas de apoio técnico e creditícios para a agropecuária e indústrias locais que processavam a matéria-prima do setor primário. Para viabilizar isso, Meneghetti buscava recursos da Aliança para o Progresso (Financiamento dos Estados Unidos) e criticava Brizola por questionar essa ajuda norte-americana. Outro ponto criticado pela ADP eram os exageros estatistas do PTB e a defesa da livre iniciativa como melhor caminho para alcançar o progresso⁵⁰.

Portanto, ao analisarmos a campanha como um todo, observamos que a coligação da qual o PL fazia parte, em função do contexto de intensa mobilização social por reformas, empurraram a candidatura da ADP mais para o centro do espectro político, pois são aceitos por ela reformas, no entanto, de caráter mais limitado. Contudo, a crítica clássica, a demagogia petebista sobre os direitos sociais e a justiça social, ao clima de desordem e agitação que ameaçavam o regime democrático, ao perigo comunista que ameaçava a civilização cristã livre e democrática e a corrupção através de um discurso moralista, se mantiveram com grande intensidade. Além disso, são mantidas também as defesas do modelo tradicional da nossa economia, bem como o discurso liberal que enfatiza a valorização da iniciativa privada e o combate aos excessos da intervenção estatal.

Apesar de o PL aceitar a coligação como o PRP e também concordar com uma proposta de campanha mais centrista, em que há uma defesa moderada das reformas, não evidencia que o partido perdeu sua coerência ideológica, pois deve se relacionar tudo isso à conjuntura social política econômica do momento.

Dessa forma, aproveitando-se da ampla coligação e da divisão do campo trabalhista, o candidato da ADP Ildo Meneghetti saiu-se vitorioso com pequena margem de votos (2%) sobre o candidato ao PTB, chegando o candidato do MTR em terceiro lugar. Para a eleição para o Senado os dois candidatos da ADP, Mem de Sá (PL) e Daniel Krieger (UDN) também por pequena margem são eleitos. Logo abaixo estão os resultados eleitorais desse pleito:

⁵⁰ Para ver mais detalhes sobre o programa da ADP, ver CANEPA, op. cit., p. 339-341.

Tabela 24 – Eleições para governador do Rio Grande do Sul em 07.10.1962

Candidatos	Partidos	Votos	%
Ildo Meneghetti	ADP	502.356	37,10
Egydio Michaelsen	PTB	480.131	35,46
Fernando Ferrari	MTR	290.384	21,45
Branços		41.510	3,08
Nulos		39.316	2,91
Total		1.353.697	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 128).

*ADP: Ação Democrática Popular – PSD- PL-PRP-PDC-UDN.

Tabela 25 – Eleições para senador do Rio Grande do Sul em 07.10.1962

Candidato	Partido	Votos	%
Mem de Sá	ADP	572.334	21,13
Daniel Krieger	ADP	567.882	20,97
Antônio Brochado da Rocha	PTB	539.665	19,93
José Mariano de F. Beck	PTB	513.601	18,97
Branços		461 480	17,04
Nulos		52432	1,93
Total		2.707.394	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 132).

Tabela 26 – Eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 07.10.1962

Partidos	Votos	%	Cadeiras
PTB	554.518	40,96	14
PSD	286.378	21,15	7
ADP(-PSD)	286.155	21,13	7
MTR	66.882	4,94	1
Branços	134.296	9,92	-
Nulos	25.468	1,90	-
Total	1.353.697	100	29

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 136).

Tabela 27 – Eleições para a Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul em 07.10.1962

Partidos	Votos	%	Cadeiras
PTB	481.690	35,58	23
PSD	236.527	17,45	11
PL	125.614	9,27	6
MTR	102.294	7,55	4
PDC	90.749	6,70	4
PRP	79.071	5,84	3
UDN	63.488	4,68	3
ARS	33.135	2,46	1
PSP	21.242	1,56	0
Branços	90.412	6,69	-
Nulos	29.520	2,20	-
Total	1.353.697	100	55

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (apud NOLL e TRINDADE, 1995, p. 140).

Nas eleições para Assembléia Legislativa o PL teve sua votação diminuída em relação a 1958, caindo de 11,97% para 9,27%, perdendo uma cadeira em relação à última eleição, elegendo assim seis representantes. Uma das razões desse fato foi a maior dispersão eleitoral em função do surgimento de outras legendas como o MTR e PDC, sendo que Cândido Norberto, eleito pela legenda do PL em 1958, elegeu-se agora pelo MTR. Em função dessa maior dispersão eleitoral, outros partidos maiores como o PTB e o PSD também perderam cadeiras. Para a Câmara Federal, o PL aumentou uma cadeira elegendo três deputados, no entanto, não foi possível identificar a votação da legenda, pois o PL concorreu coligado com outros partidos.

Assim sendo, podemos observar que apesar da pequena queda na votação proporcional, o PL obteve nessas eleições um desempenho que ficou dentro daquela margem tradicional do partido, isto é, em torno de 10%, deixando claro que houve uma relativa estabilidade eleitoral em todo o período analisado. Quanto às suas bases eleitorais, mais uma vez o maior desempenho do partido, quando obtém índices superiores a 25% e em alguns casos superiores a 30% para a eleição proporcional, são os municípios da campanha ou municípios em que há a predominância de latifúndios pastoris. Nesses municípios (Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguari, Piratini, Pinheiro Machado, etc.), geralmente os candidatos da ADP para os cargos majoritários são vitoriosos ou obtêm votações muito boas, mostrando novamente a fidelidade das bases libertadoras⁵¹.

Da mesma forma, nas eleições municipais em que historicamente há um forte componente local na disputa eleitoral, onde as questões ideológicas de fundo muitas vezes são secundarizadas, no entanto, ao analisarmos as coligações partidárias no período, identificamos que a polarização entre o PTB e o campo liberal-conservador formado principalmente por PSD, UDN e PL, verificada em nível estadual e nacional, mantém-se com grande intensidade na disputa municipal. Isto pode ser comprovado pelos estudos feitos por Hégio Trindade sobre as eleições municipais no período 1951-1963, conforme afirma:

Os dados gerais mostram que do somatório das 398 coligações referentes as quatro eleições locais do período, 290 são coligações anti-PTB e 62 são nucleadas em torno do PTB. Dois terços das coligações analisadas, pois, pertencem a partido anti-petebistas. Observa-se por outro lado, um pequeno número de coligações incongruentes: apenas 37 coligações figuram em tal categoria e 9 são consideradas espúrias(...). Portanto, o elemento principal da hipótese parece suficientemente

⁵¹ NOLL e TRINDADE, op. cit.

comprovado, ficando evidente a polarização PTB e anti-PTB ao nível dos padrões de coligações locais, uma vez que das 398 coligações, 352 constituem-se dentro do padrão PTB ou anti-PTB e somente 46 são incongruentes ou espúrias. (TRINDADE, 1975, p.161-162)

Também foi constatado, a partir da análise dos resultados eleitorais em 75 municípios do ano de 1947, eleição não analisada por Héglio Trindade, que o PL nesse pleito coligou-se em torno de 25 municípios com o PTB e em torno de 5 com o PRP, duas vezes com ambos os partidos contra o PSD. Esses partidos, apesar de serem adversários ideológicos do PL no período em questão, nesse momento específico deve-se levar em consideração que o partido dominante no Estado era o PSD, que representava o getulismo e as forças o Estado Novo (vale lembrar que Getúlio se elegeu senador pelo PSD). O PTB ainda é um partido em estruturação e muito fraco e na maioria dessas coligações o adversário em comum era o PSD. Além disso, o sistema partidário em nosso Estado ainda estava em uma fase de organização e estruturação e os conteúdos ideológicos, especialmente em nível municipal, ainda não estavam bem claros. Ainda assim, a maioria das coligações do PL se efetivou com a UDN, antigetulista como ele.

Dessa forma, verificamos que à medida que o sistema partidário vai se consolidando e os partidos vão se estruturando e se definindo ideologicamente, as coligações, como mostrou Héglio Trindade, mesmo na esfera municipal, seguem em grande medida as orientações políticas no plano estadual e federal. Nesse sentido, praticamente não se verifica mais coligações do PL com o PTB em nível municipal a partir de 1951. Já com o PRP, apenas após a conjuntura de 1962, quando se formou a grande frente anti-PTB que PL e PRP se coligam. Assim sendo, podemos afirmar que mesmo em nível municipal o PL manteve sua coerência político-ideológica, com os níveis estadual e federal.

Portanto, podemos então afirmar que em todo o período analisado o Partido Libertador manteve, nos diversos processos eleitorais, uma coerência político-ideológica muito grande com relação às coligações partidárias, pois sempre se coligou com partidos de orientação liberal, anticomunista, antifascista e anti-petebista. A exceção à regra foi a eleição de 1962, que em função da conjuntura política aceitou a composição com o PRP.

Com relação aos discursos de campanha, também houve uma coerência bastante grande, pois manteve a linha anticomunista, antifascista e antipetebista, a defesa de setor

agropecuário, o alinhamento com os Estados Unidos, o liberalismo econômico e a defesa da ordem contara a agitação social. No entanto, nas eleições de 1962 percebe-se uma leve tendência assumida pelo PL, como pelos demais partidos conservadores, de apoiar reformas sociais e econômicas moderadas em função da pressão exercida pelos movimentos sociais.

Também podemos constatar que o PL manteve-se como um partido essencialmente regional, ou seja, circunscrito principalmente à região da campanha e nos municípios onde predominavam os latifúndios pastoris, pois desses locais provinha a maior parte de seus votos.

5 A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO DE 1959 A AGOSTO DE 1961

De acordo com o apresentado ao longo deste trabalho, consideramos como um dos elementos fundamentais para a compreensão do perfil ideológico dos partidos a prática política efetiva dos mesmos, especialmente na função governativa, nos embates eleitorais e na atuação no parlamento.

Nesse sentido, este capítulo e o próximo procurarão analisar a atuação parlamentar do PL por meio dos discursos proferidos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, pelos deputados estaduais do partido, no período de fevereiro de 1959 a abril 1964, período esse que compreende o início do governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul até o movimento político-militar de 1964, que provocou a queda do presidente João Goulart.

O período escolhido para a análise da atuação parlamentar do PL deveu-se, principalmente, ao fato de que foi nesse período que houve uma intensa radicalização política e uma grande mobilização social de vários setores da sociedade, em função do projeto reformista de caráter redistributivo⁵² assumido pelo governador Brizola e pelo presidente Jango, especialmente com relação as políticas para o campo.

A análise desse período possibilita-nos identificar com mais clareza o perfil político-ideológico do PL, pois o projeto reformista redistributivista defendido por Brizola em nível estadual e, mais tarde, por Jango na esfera federal, desestabilizava a prática política estabelecida até então, em especial por questionar os latifúndios e pela forma não mais subalterna de incorporar as massas populares no jogo político.

Dessa forma, os partidos, em função do clima de radicalização política que se estabeleceu, acabaram tendo que fazer opções mais nítidas sobre “o que” e “quem” representar nesse contexto. Assim, é quanto ao tipo de industrialização a ser seguido pelo Rio

⁵² SOUZA, op. cit., p. 55.

Grande do Sul, a forma como os grupos sociais subalternos do campo e da cidade deveriam estar integrados ao processo político e, sobretudo, a questão da Reforma Agrária, é que os partidos gaúchos começaram a se distinguir uns dos outros. Essa distinção tornou-se mais explícita a partir dos governos Brizola, no Rio grande do Sul, e do presidente João Goulart, em nível nacional. Anteriormente não havia diferenças fundamentais na definição de políticas públicas, mas a partir dos governos Brizola e Jango esta questão passou a ser colocada de forma mais clara.

Portanto, é nesse período que podemos identificar com mais clareza, sobretudo o conservadorismo do PL, além de outros aspectos do seu perfil ideológico. Isso será possível em função de sua reação articulada contra qualquer possibilidade de mudanças nas estruturas sociais e econômicas no Estado e no País.

Assim sendo, para proceder ao exame dos discursos, dividiremos os mesmos em dois capítulos. O primeiro, corresponderá ao início do governo Brizola, do mês de fevereiro de 1959 até a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, e seu desenlace, o Movimento da Legalidade. O segundo capítulo inicia com os desdobramentos do Movimento da Legalidade até a deposição do presidente Jango em abril de 1964. Essa divisão se faz necessária porque no primeiro período não havia ainda um clima tão grande de radicalização político-ideológica e de intensa mobilização social estabelecida, pois as medidas reformistas ainda não tinham sido implementadas tanto em nível estadual quanto federal. O que estava em jogo no momento era o modelo de desenvolvimento econômico pretendido pelo governo Brizola, que procurava diversificar não só a matriz econômica do Estado⁵³ como também denunciava os reflexos negativos da política cambial e do Plano de Metas do governo JK, que prejudicava a agropecuária gaúcha⁵⁴.

⁵³ Para maiores informações sobre o modelo de industrialização pretendido por Brizola ver BASTOS, Suely. *Partidos políticos e cisão no Rio Grande do Sul*. Brasília, 1978. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, p.76, 77; CANEPA, op. cit., p. 81.

⁵⁴ Para ver os efeitos negativos sobre o modelo de governo econômico implantado por JK na economia do Rio Grande do Sul, consultar: SINGER, Paul. *Evolução da economia brasileira: 1955-1975*. In: SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; CANEPA, op. cit., p. 84-86.

5.1 A CONJUNTURA POLÍTICA DO PERÍODO ENTRE FEVEREIRO DE 1959 A AGOSTO DE 1961

Diante do exposto, é necessário tecer uma breve contextualização política do período a ser analisado, para facilitar a compreensão das categorias de discursos temáticos, os quais variam de acordo com as mudanças da conjuntura política.

O ano de 1959 marca o início do governo Brizola e suas primeiras ações administrativas para recuperar as finanças políticas do Estado e implementar seus programas de governo, bem como as suas primeiras ações para superar a crise econômica que atinge a economia gaúcha. Entre essas medidas podemos citar o apoio à diversificação da nossa economia, a encampação da CEEE e o aumento dos impostos estaduais.

Também tivemos as eleições municipais, em que se repetiram as alianças das eleições de 1958, fato que contribui para acentuar ainda mais o clima de rivalidade política entre o PTB e a Frente Democrática (aliança de partidos conservadores anti-getulistas, anti-petebistas e anti-comunistas que o PL participava juntamente com o PSD e UDN).

Em nível nacional, os efeitos negativos do modelo econômico implementado por JK sobre a economia gaúcha passaram a ser sentidos com maior intensidade, acentuando o clima de disputa política, ainda mais porque Jango era vice-presidente e o PTB ocupava cargos importantes na administração federal e eram cobrados por isso. Além disso, já ocorriam também as articulações políticas para a eleição presidencial de 1960.

Em 1960 temos então as eleições presidenciais vencidas por Jânio Quadros e a continuidade das ações político-administrativas de Brizola para recuperar as finanças públicas do Estado e para recuperar economicamente o Rio Grande do Sul.

No ano de 1961, além da continuidade do governo Brizola, temos em nível nacional o governo Jânio Quadros, que foi apoiado pelo PL e pela UDN, sendo o primeiro presidente eleito fora da aliança PSD-PTB, cujo mandato foi efêmero em função de sua renúncia prematura.

5.2 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 1959

Antes de dar início à análise dos discursos, é importante lembrar a metodologia empregada para isso. Primeiramente, foram pesquisadas todas as intervenções em plenário, em um total de 640 discursos. Depois de fichados esses discursos realizados no plenário eles foram categorizados a partir da identificação de eixos temáticos considerados mais relevantes, os quais estão relacionados com o contexto e com a incidência que são referidos. Esses eixos temáticos foram nominados de discursos temáticos. Assim, os 640 discursos em plenário foram decompostos e deram origem a 863 temas, os quais foram agrupados dentro de cada categoria de discurso temático.

Ainda com relação à metodologia, é importante destacar que um discurso realizado em plenário poderá dar origem a mais de um tipo de discurso temático, bem como a diversos temas, os quais serão agrupados quando estiverem devidamente relacionados aos discursos temáticos.

Nesse ano de 1959 identificamos 471 temas, que correspondem a 55% do total, os quais referem-se a categoria de discurso temático sobre o Governo Brizola, ou relativos à sua atuação política no cenário estadual e nacional.

Na seqüência, mostraremos a lista de temas em ordem decrescente de relevância sobre o discurso temático referente ao governo Brizola:

1. Incompetência político-administrativa – 112
2. Autoritarismo – 57
3. Partidarização da máquina pública com objetivos político-eleitorais – 56
4. Corrupção – 50
5. Encampação da CEEE – 40
6. Crítica ao aumento de impostos – 35
7. Apoio às reivindicações dos servidores – 32
8. Contradições do discurso brizolista com a prática do governo – 31

9. Crítica à excessiva interferência de Brizola nas eleições municipais – 15
10. Co-responsabilidade de Brizola e do PTB com o governo JK e com a crise provocada no Rio Grande do Sul – 13
11. Críticas ideológicas (agitador, estimulador de conflitos e ligação com os comunistas) – 12
12. Hostilidade e falta de apoio ao setor agropecuário – 11
13. Elogios ao governo – 7

Ao analisarmos a relação de temas sobre a categoria de discurso temático referentes ao governo Brizola, percebemos que quase todos foram extremamente críticos ao governador. Apenas identificamos 7 temas que não criticavam o governo Brizola.

Os temas que mais se repetiram foram aqueles que faziam críticas à gestão administrativa do Estado, como a incompetência político-administrativa (excesso de gastos desnecessários, não-atendimento às reivindicações locais, má gestão financeira), o apoio às reivindicações dos servidores em função do arrocho salarial ou ao atraso de salários. Ou, ainda, a crítica ao aumento de impostos praticados pelo governo no final do ano, para cobrir o déficit público e seus impactos socioeconômicos. Esses temas (1, 6, 7...) somados totalizam 179. A seguir, citaremos alguns discursos que abordam esses temas e que julgamos serem os que melhor ilustram os mesmos⁵⁵.

O ilustre Vice-Líder petebista, Sr. Milton Dutra, rebelou-se contra um telegrama subscrito pelo Presidente da Associação Rural de Livramento, Sr. Romagueira de Oliveira.

Que diz, entretanto, esse despacho? Protesta Dr. Romagueira de Oliveira contra os gastos perdulários do Governo, e tem o mais legítimo de assim fazê-lo. Registra que em uma época de dificuldades gerais é indefensável a atuação do Sr. Governador do Estado, gastando somas altíssimas na reforma do Palácio, que inclusive só em telefones foram de Cr\$ 17.000.000,00; insurge-se contra as viagens quinzenais do Sr. Governador ao Rio de Janeiro onde vai fazer política, participando de comícios em prol da candidatura General Lott; insurge-se o Dr. Romagueira de Oliveira contra a criação de Secretarias de Estados, que não fazem nada, (...) – enquanto o Sr. Governador anunciava há pouco que iria à Europa buscar capitais! Contra tudo isso protestou um homem que trabalha e produz. (...) o cidadão que assistiu o Governador do Estado ocupar semanalmente horas e horas um estação de rádio, Sr. Presidente, gastando, não se sabe de onde, dezenas e dezenas de milhares de cruzeiros! O Governador do estado fala todas as semanas duas e até três horas e não há quem ignore que cada hora custa Cr\$ 80.000,00. (...) Com essa soma fabulosa seria

⁵⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar: AALRGS: Gastal, mar. 1959, p. 371; Gastal, abr. 1959, p. 232 e 503; Brossard, maio 1959, p. 32-33; Marcantônio maio 1959, p. 58; Gastal mar. 1959, p. 116, 271 e 299; Brossard jun. 1959, p. 212-213, 451-456, 459-451 a 461; Gastal, jul. 1959, p. 433, Brossard, ago. 1959, p. 95; Gastal, set. 1959, p. 275-278; Gastal, out. 1959, p. 5; Gastal, nov. 1959, p. 108 e 177.

possível fazer muito coisa de útil em favor do povo. Mas, essa soma astronômica, até hoje não justificada e não explicada nas suas origens, é gasta para que o Governador do Estado faça a mais torpe demagogia, usando desse meio de difusão inclusive para ameaçar, para denegrir, para insultar. Governador que tem esse procedimento, Sr. Presidente, só merece críticas. (BROSSARD, *Anais da AL*, set. 1959, p. 72)

Quando do aumento dos impostos, do brutal aumento de impostos exigido pelo Governador depois das eleições municipais e nas derradeiras horas da passada Sessão Legislativa, insistente e documentalmente mostramos que o Governo levaria o Rio Grande ao aniquilamento, impondo uma pressão tributária que não só afastaria novas indústrias do Rio Grande, senão também que baniria indústrias aqui estabelecidas, algumas de grande relevo no mapa econômico rio-grandense, aumentaria o desemprego, elevaria os preços, diminuiria o consumo, faria crescer o custo de produção, tornaria gravosos os produtos rio-grandenses, que não poderiam competir com os similares de outros Estados. Cansamos de repetir isso (...). Mas foi tudo em vão (...). (BROSSARD, *Anais da AL*, maio 1960, p. 25)

O fechamento do Frigorífico Swift já me impressionou muitíssimo, como naturalmente, já deve ter impressionado a todos os Srs. Deputados, porque é muito significativo, muito expressivo, o fato de uma empresa cerrar as suas portas (...). Infelizmente Sr. Presidente, os fatos vão dando razão a algumas das minhas previsões feitas ao longo desse ano de 1959 e dos anteriores. Estamos colhendo os frutos de uma política econômico-financeira desvairada, completamente anárquica e irresponsável. Estão aí os resultados dessa política. Quando nos últimos dias da Sessão Legislativa de 1959 se discutia, nessa Assembléia, os aumentos de impostos, disse eu, (...) que se criava no Rio Grande do Sul uma situação impossível para as atividades industriais (...). É uma empresa grande e forte que fecha suas portas neste momento (...), mais duas indústrias no Rio Grande do Sul fecharão suas portas, duas indústrias antigas, conceituadas: o frigorífico Anselme e uma fábrica da firma Reinghantz, creio que a pioneira da indústria têxtil. (BROSSARD, *Anais da AL*, jan. 1960, p. 45)

Ainda sou obrigado a utilizar-me da inscrição que hoje disponho (...) para chamar a atenção do Líder do Governo para um problema bastante simples no quadro geral da Administração Pública, mas de infinita importância para algumas moças, para algumas professoras que concentram seus esforços no serviço de orientação e educação especial, que são as professoras especializadas para surdos-mudos e que, desde abril, não recebem os seus vencimentos.

(...) Infelizmente até agora, as professoras não receberam seus vencimentos, continuam passando necessidades, como é fácil imaginar, porque há meses não recebem o salário que fazem jús. (...) E, o que é mais grave, Sr. Presidente, essas professoras foram censuradas porque trouxeram ao conhecimento de deputados a difícil situação que se encontram. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, jul. 1959, p. 628)

Outro tema relacionado ao governo Brizola eram as críticas dirigidas ao governador como sendo autoritário. Isso está relacionado com a forma com que Brizola se dirigia à oposição, não respondendo aos pedidos de informação além de perseguir politicamente os opositores. Sobre esse tema temos o seguinte discurso⁵⁶:

⁵⁶ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em: AALGRS: Brossard, fev. 1959, p. 220; Brossard, abr. 1959, p. 253; Norberto, abr. 1959, p. 476; Brossard, maio 1959, p. 33; Norberto, jun. 1959, p. 20 e 33; Brossard, jun. 1959, p. 213; Marcantônio, ago. 1959, p. 282; Brossard, set. 1959, p. 321 e Borges, set. 1959, p. 344.

O “Nacional” de Passo Fundo, Sr. Presidente, diz apenas isto, que é a confirmação eloqüentíssima das muitas denúncias formuladas neste plenário: “Está causando verdadeiro alarme público a perseguição política que se opera nessa cidade, com uma remoção indiscriminada em quase todas as repartições públicas do Estado, à semelhança do que vem ocorrendo em todo o Estado. Persegue-se o infeliz funcionário porque fez política contrária e, até, porque não fez nenhuma política beneficiando a atual situação governamental. Ocorre nessa repartição, um ambiente de terror. Existem, até, elementos especialmente destacados para denunciar os funcionários, como se tivéssemos uma “GESTAPO”; todos os que não rezam pela cartilha são eliminados sem qualquer consideração, de nada valendo apelo de misericórdia”. (BROSSARD, *Anais da AL*, jun. 1959, p. 108)

Na seqüência, o tema mais abordado, 56 vezes, refere-se às acusações de partidarização da máquina pública com objetivos político-eleitorais. Nesse tema, são incluídos o excesso de empreguismo de cabos eleitorais na administração estadual e o uso da estrutura estatal para fazer campanha eleitoral para o PTB. Abaixo, seguem os discursos sobre esse tema⁵⁷:

Em data de 9 deste mês, da localidade de Serrilho, Município do meu torrão natal, Dom Pedrito, estou eu recebendo uma missiva (...) da professora, que assina, Madalena Borba, a qual eu terei a oportunidade de ler pelo menos alguns trechos (...):

“O objetivo desta é levar a seu conhecimento que meu assunto na superintendência Normal foi resolvido negativamente, isto é, não fui nomeada e sim contratada outra candidata.

Não estou ofendida de não ter sido nomeada, mas sim sentindo a desmoralização para a nossa classe, nossas Escolas Normais. Então, para que servem os diplomas? Melhor seria fecharem as Faculdades, Escolas Normais e acompanhamos em massa a um partido que consegue tudo sem ao menos saber qual o grau de instrução da pessoa que se apresenta candidata.” (GODOY, *Anais da ALRS*, jun. 1959, p. 327)

Um dos temas mais abordados, 50 vezes, foi o das acusações de corrupção no governo, que enfatizavam principalmente a relação promíscua entre o governo e algumas empresas privadas, desvio de dinheiro público e o excesso de privilégios e gastos de membros do governo. Sobre esse tema temos o seguinte discurso⁵⁸:

Desde o dia 10 de agosto que se encontrava à mesa de V. Ex.a. O pedido de uma Comissão de Inquérito, subscrito por 30 Srs. Deputados, portanto mais da metade dos componentes desta Assembléia, para investigar fatos relacionados com o abate de gado por parte do Instituto de Carnes. Queria, aliás observar que agora o Presidente do Frigosul, já é também Presidente do Instituto de Carnes. (BROSSARD, *Anais da AL*, agosto de 1959, p. 426)

⁵⁷ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Gastal, fev. 1959, p. 156; Galant, abr. 1959, 253-254; Brossard, jun. 1959, p. 108; Castanheira, jun. 1959, p. 306; Castanheira, ago. 1959, p. 284; Marcantônio, set. 1959, p. 142; Norberto, out. 1959, p. 384; Brossard, nov. 1959, p. 11; Gastal, nov. 1959, p. 124-128.

⁵⁸ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em: AALRS: Norberto, mar. 1959, p. 211 e 213; Gastal, abr. 1959, p. 405; Gastal, ago. 1959, p. 292; Brossard, ago. 1959, p. 426, 560 e 584.

Se o Instituto de Carnes tiver capacidade para atender às solicitações do mercado, terá de abater 5, 6 ou 7 vezes mais do que o ano de 1958, isto é, será forçado a abater 170.000, 180.000 rezes, senão mais. E nesse caso, Sr. Presidente, o Frigosul terá a exclusividade no abate (...), a um preço altamente desvantajoso para o Instituto de Carnes, para o Estado e para o consumidor?

Se isso acontecer, volto a asseverar, o Frigosul poderá livrar-se da concordata que está, mas quem vai tirá-lo da concordata será o Governo do Estado, dando a ele um privilégio injustificável. Será isso o maior escândalo administrativo da história do Rio Grande do Sul. (BROSSARD, *Anais da AL*, agosto de 1959, p. 560).

Nesse ano de 1959, o governador Brizola efetivou a encampação da Companhia Multinacional de Energia Elétrica e fundou a CEEE. Em função desse fato, identificamos 40 vezes o tema referente à encampação da companhia. Os libertadores defenderam a encampação, porém discordaram do processo e dos métodos realizados por Brizola, pois haveria prejuízos econômicos para o Estado, como possíveis indenizações na justiça ou o estremecimento das relações diplomáticas com os Estados Unidos, que poderia suspender as importações de carne. Também acusavam o PTB de fazer promoção política da encampação e de usar recursos da CEEE para a campanha política municipal, pois o candidato a prefeito de Porto Alegre pelo PTB era o presidente da CEEE, o deputado Wilson Vargas. Além disso, acusavam o PTB de querer adonar-se do projeto da encampação, desconsiderando que o processo iniciou no governo Meneghetti. Sobre esse tema temos o seguinte discurso⁵⁹:

Ultimamente apareceram volantes nesta capital e, posteriormente, publicações na imprensa dando a entender que só deve a população porto-alegrense votar em um dos candidatos desta cidade à Prefeitura Municipal, para que a encampação da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense seja ratificada pelo voto popular. Seria segundo essas publicações, um voto de confiança à medida do atual governo do Estado, com relação à empresa concessionária, até então, do serviço de fornecimento de luz e força para essa capital e para a vizinha cidade de Canoas. (...) não há de ser com mistificações dessa ordem que a democracia atingirá os seus verdadeiros objetivos. A história da encampação da CEERG já está suficientemente, contada ao povo do Rio Grande do Sul. Falta contá-la, porém, ao resto do Brasil, ao resto do Brasil que a está recebendo deformada, como se fosse ela fruto único e exclusivo do atual governo do Estado. (...) porque nenhum cidadão de Porto Alegre, que se preocupe com o andamento da coisa pública, deixará de saber que a encampação da CEERG vinha, de há muito tempo, sendo preparada, tendo no governo passado recebido impulso que, afinal, veio se concretizar no atual governo. Só não se concretizou no governo passado porque o respectivo expediente dormiu nos escaninhos do Governo Federal, dos quais foi exumada a pouco, (...). (GASTAL, *Anais da ALRS*, set. 1959, p. 436)

O próximo tema a ser examinado está relacionado com as críticas que os libertadores faziam ao governo Brizola, em que analisavam as contradições entre o discurso nacionalista/populista do governador e sua prática efetiva no governo. Nesse sentido,

⁵⁹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Gastal, maio 1959, p. 164; Norberto, maio 1959, p. 250, 266 e 328; Norberto, abr. 1959 p. 517; Brossard, jun. 1959, p. 285 a 288; Norberto, set. 1959, p. 245-248.

argumentavam que Brizola, bem como os líderes trabalhistas em geral, agitava as massas com discursos sobre direitos sociais, melhores condições de vida para o povo e o combate aos poderosos e às multinacionais que exploravam o povo, mas, na prática, quando governaram aumentaram o custo de vida, arrocharam servidores públicos e mantinham relações promíscuas ou submissas com as empresas estrangeiras. Sobre esse tema temos 31 discursos identificados, como os que seguem logo abaixo⁶⁰:

Aliás, Sr. Presidente, isto é tão evidente que o Sr. Leonel Brizola, na sua carta, diz que assim não teremos força nem autoridade. Realmente, não tem autoridade os que exploram o povo de maneira como o petebismo nem explorando o povo rio-grandense e brasileiro, acendendo nas almas dos menos favorecidos a mais ridentes esperanças para, depois, cristá-las cruelmente – quase que diria dolorosamente – porque são conscientes das mistificações que fazem para a conquista do poder, que exercem da maneira como reconhece o próprio Governador rio-grandense, de modo não a favorecer o homem médio, não a beneficiar o homem comum, mas apenas a interessara uma parcela restrita do povo brasileiro. (BROSSARD, *Anais da ALRGS*, jul. 1959, p. 628-631)

Como no ano de 1959 houve eleições municipais, identificamos um tema que critica a interferência excessiva de Brizola nesse processo eleitoral, pois o governador deixou de se comportar como um magistrado. Esse tema foi repetido 15 vezes nos discursos⁶¹.

O modelo de desenvolvimento econômico implantado por JK no país concentrava recursos no centro e no sudeste do país, além disso, havia um processo inflacionário que prejudicava a todos, especialmente o Rio Grande do Sul, que tinha seus produtos de exportação tabelados. Outro fator que prejudicava a economia gaúcha era a política cambial que privilegiava o setor industrial, mas dificultava as exportações de produtos primários e a importação de insumos indispensáveis para o setor. Em função disso, identificamos um tema sobre o governo Brizola que questionava o discurso oposicionista do mesmo em relação ao governo federal, pois o PTB era aliado incondicional ao Presidente JK, ocupando inclusive ministérios e tinha a presença no governo do vice-presidente João Goulart. Esse tema foi identificado em 13 discursos, como os que seguem agora:

Assisti, ontem, parte da chamada “Passeata da Fome”, promovida por trabalhadores e estudantes desta capital, com o objetivo de fazer sentir, nas ruas de Porto Alegre, a sua desconformidade, e mais do que isso, o seu protesto contra o insuportável encarecimento do custo de vida.

⁶⁰ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRGS.

⁶¹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRGS: Norberto, ago. 1959, p. 453; Marcantônio, set. 1959, p. 142; Norberto, set. 1959, p. 420 e 524; Gastal, set. 1959, p. 534.

E vimos (...), o governador do Estado subir no caminhão que conduzia os líderes da passeata e associar-se às reivindicações do povo (...).

Quero registrar a atitude, evidentemente incoerente do Sr. Governador do Estado, porque a verdade é que o governo do Estado do Rio Grande do Sul também faz parte do governo central, do governo federal, do tão criticado, do tão acusado governo federal.

O Sr. Governador do Rio Grande do Sul também integra o governo federal, pois participa de um partido que o elegeu, e que lá mantém dois Ministros de Estado, vários outros titulares de cargos importantes e, acima de tudo, a pessoa do Sr. vice-presidente da República, portanto, o próprio presidente do Partido Trabalhista. (GALANT, *Anais da ALRS*, set. 1959, p. 394)

Como já foi visto, o PL era um partido com fortes vínculos com a zona rural, especialmente com as regiões de pecuária na metade sul do Estado. Nesse sentido, identificamos um tema sobre o governo Brizola que trata da hostilidade do governador ou a falta de apoio do mesmo para a agropecuária. Esse tema foi identificado em 11 discursos, como o exemplo que segue abaixo⁶²:

Cuidei, naquela oportunidade de examinar o problema da carne e dos reflexos que já está provocando na pecuária rio-grandense. Depois de examinar as dificuldades porque está passando a população local, em fase da crise da carne, anunciei que prosseguiria no exame do mesmo assunto, especificamente para demonstrar que são improcedentes as críticas que já se fazem aos criadores rio-grandenses, por causa das aflições vem passando o povo, em face da escassez de carne nos açougues de Porto Alegre. Já temos lido, realmente, através de vários pronunciamentos divulgados pela imprensa local, algumas críticas e acusações aos produtores rurais da nossa terra, provocadas principalmente, pela crise do precioso alimento na Capital do Estado e m outras cidades do Rio Grane do Sul. (GALANT, *Anais da ALRS*, abr. 1959, p. 450-451).

Igualmente abordado, o PL era um partido conservador, anticomunista e avesso às mobilizações sociais. Nesse sentido, identificamos um tema que faz críticas essencialmente ideológicas ao governador Brizola, criticando-o por ter ligações com os comunistas ou por ser agitador e estimulador de conflitos sociais. Sobre esse tema, constatamos a sua presença em 12 discursos como o que segue abaixo⁶³:

(...) se contra o “Banco do Rio Grande do Sul” não se houvesse esboçado, com sinais ameaçadores, uma onda que está a ameaçar-lhe o nome, o conceito, a segurança e também em suas conseqüências, a idoneidade. Os jornais já noticiaram, Sr. Presidente, que funcionários seus reuniram-se com a finalidade de promover a destituição da diretoria, que outra coisa não é e que em outra coisa não importa a tentativa, ainda que rotulada de outra maneira (...). A meia centena não atinge o número daqueles que se vêm organizando e manifestando em uma espécie de

⁶² Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, abr. 1959, p. 145-146; Marcantônio, jun. 1959, p. 14-17; Borges, ago. 1959, p. 15; Brossard, ago. 1959, p. 20-23; Norberto, set. 1959, p. 303; Marcantônio, abr. 1959, p. 516; Galant, nov. 1959, p. 387; Norberto, out. 1959, p. 52; Pereira, out. 1959, p. 184.

⁶³ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, set. 1959, p. 33, Brossard, nov. 1959, p. 221.

subsovietização, com a finalidade declarada de renovar, pela destituição, a diretoria e os órgãos centrais do conceituado estabelecimento creditício. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, fev. 1959, p. 257)

Identificamos, por último, um tema sobre o governador Brizola que faz elogios à administração estadual⁶⁴. Foram 7 vezes que esse tema se repetiu, sendo que 3 estão relacionados à aprovação apresentada pelo governo para superar a crise de abastecimento de carne em Porto Alegre. Houve também um agradecimento à Secretaria de Agricultura pelo envio de sementes de trigo para regiões atingidas pelas cheias. Além disso, houve três elogios para o governo pelo envio de outra proposta mais moderada para a Assembléia Legislativa sobre aumento de impostos, tendo em vista que a primeira proposta foi rejeitada.

A segunda categoria de discurso temático é aquela que fala sobre temas diversos sem conotação político-ideológica. Nessa categoria de discurso temático estão 22% dos temas, nos quais os mesmos estão relacionados com os assuntos que tratam de criação de municípios e comarcas, questões regimentares da Assembléia Legislativa, reivindicações locais, homenagens, pesares, tradicionalismo, futebol, etc. Os temas dessa categoria de discurso temático não serão analisados porque não estão vinculados à disputa político-ideológica.

A seguir, temos a categoria de discurso temático que defende os interesses agropecuários, agroindustriais e dos proprietários rurais. Essa categoria de discurso temático teve 102 temas, que correspondem a 12% do total, e foram assim distribuídos em ordem decrescente:

1. Pedidos de mais apoio para o setor (crédito, assistência técnica, isenção de impostos, aumento de verbas no orçamento, etc.)⁶⁵ – 45
2. Reivindicações ou defesa dos interesses vinculados à pecuária⁶⁶ – 28
3. Críticas às ações do governo JK para o setor (política cambial e falta de apoio)⁶⁷ – 16
4. Críticas às ações do governo Brizola para o setor – 9

⁶⁴ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Castanheira, maio 1959, p. 162; Gстал, jun. 1959, p. 378; Norberto, jul. 1959, p. 347.

⁶⁵ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Galant, mar. 1959, p. 128; Galant, out. 1959, p. 147; Gстал, nov. 1959, p. 403.

⁶⁶ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Galant, mar. 1959, p. 231; Galant, abr. 1959, p. 359; Marcantônio, mar. 1959, p. 44; Marcantônio, jun. 1959, p. 54 e 199.

⁶⁷ Sessão vista no governo JK.

5. Críticas às desapropriações de terras realizadas pelo governo JK para o Exército⁶⁸ – 2
6. Reforma agrária sem desapropriação de propriedades privadas⁶⁹ – 1

Os temas dessa categoria de discurso temático que se referem aos governos Brizola e JK serão vistos nos exemplos de discursos dos mesmos quando nos referirmos a seus respectivos governos. Como exemplo de uma medida de apoio para o setor, temos o seguinte discurso:

A emenda nº 39, por mim apresentada, tem como objetivo aumentar de Cr\$ 7 500 000, 00 para Cr\$ 10 000 000,00 a verba referente ao material que precisa ser adquirido para a fábrica de vacinas (...).

Daí a importância, o interesse da Emenda que apresentei que visa a dar uma verba mais substancial a serviços de grande significação da Secretaria da Agricultura, como seja, o de combater a peste suína e a aftosa. Sabem V. Ex.as. que são estes os grandes males que afetam os nossos rebanhos, que os dizimam em grande quantidade todos os anos. Por isso se justifica aparelhar o Departamento da Produção Animal da Secretaria da Agricultura, dos recursos indispensáveis à realização dos seus objetivos e do combate à peste suína e à aftosa; a peste suína que ataca os rebanhos suínos no Rio Grande do Sul, e aftosa que ataca os rebanhos bovinos. (GALANT, *Anais da ALRS*, dez. 1959, p. 396)

A seguir, temos exemplo de discurso que enfatiza a importância da pecuária para a economia do Rio Grande do Sul e a defesa dos pecuaristas, considerados vítimas da crise:

Enquanto a agricultura se alastrou, a pecuária se restringia, enquanto a produção agrícola do Rio Grande, embora tenha melhorado muito em qualidade, estacionou, regrediu quantitativamente e a melhora qualitativa não foi suficiente para acompanhar essa diminuição numérica, e os resultados estão aí. (...) De forma lapidar focou a matéria o editorialista do *Correio do Povo*, de Laje, cujos períodos finais vou reproduzir:

“Se é certo que devemos fomentar a agricultura e a indústria, não menos certo é que se torna imperativo não só preservar como ampliar a pecuária no Rio Grande do Sul. Sem se pretender represar a quase monocultura gadeira do passado, a verdade é que, com a valorização da carne no mercado nacional e internacional, está a impor-se uma política econômica de amparo e estímulo, por todos os meios, a pecuária. Excluído no sentido de afastar a agricultura das áreas que devem ficar reservadas à criação, e de não se financiar aquela onde ela seja contra-indicada. Acentua-se: de se dar o máximo de apoio, prestígio e força à pecuária sul-rio-grandense, à qual cumpre reconhecer-se tocar um papel de vital significado na economia do Estado e do país, um papel de bem maior importância do que lhe vem sendo atribuída”. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, set. 1959, p. 73)

A seguir, temos a categoria de discurso temático que se refere ao governo JK-Jango⁷⁰,

⁶⁸ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Galant, maio 1959, p. 223-226, 247.

⁶⁹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, ago. 1959, p. 537.

que corresponde a 7% do total ou 57 temas. Logo abaixo temos, em ordem decrescente, a relação de temas dessa categoria de discursos temáticos:

1. Críticas ao processo inflacionário – 18
2. Crítica à incompetência administrativa – 17
3. Crítica à falta de apoio à agropecuária – 9
4. Crítica à política cambial que atinge a agropecuária – 7
5. Crítica à corrupção – 6

Os discursos que citaremos agora abordam essas temáticas, que criticam a política econômica do governo federal, pois a mesma prejudicaria a população e, sobretudo, a agropecuária.

(...) Terá autoridade o governo da República para falar sobre qualquer planejamento que tenda minorar o sofrimento das classes assalariadas do Brasil? Terá autoridade para tratar do problema, um governo que vem, sistematicamente, por uma série de medidas, as mais impopulares, as mais odiosas, trabalhando, ora sim, para que a vida suba cada vez mais.

Aí está, Sr. Presidente, o problema dos fretes que são majorados escandalosamente, quer sejam fretes marítimos, como rodoviários, ferroviários e hidroviários.

Aí está, Sr. Presidente, a gasolina, passando em menos de dois anos, de Cr\$ 6,00, em média, para mais de Cr\$ 10,00, já se anunciando um novo aumento que anda pela casa dos 25%.

Aí está, Sr. Presidente, toda a tarifa postal e telefônica, aumentando desnecessariamente. (GASTAL, *Anais da ALRS*, mar. 1959, p. 234)

(...) Acima de tudo, porém, senhores deputados, o que mais aberra neste, pois é esta malfadada política cambial suicida, instituída com a Instrução nº 70, chamada “Plano Aranha”, e que vem vindo até nós sempre aperfeiçoada, mas aperfeiçoada no sentido de mais extorquir da nação brasileira.

Naquela oportunidade, o povo brasileiro só aceitou a Instrução nº 70 porque se informava à Nação que a medida tomada sob o mais rigoroso sigilo, e até sorrateiramente, drenaria para a agricultura e para a pecuária consideráveis somas resultantes dos ágios. Mas nem isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem contribuído para que essa política seja desculpada pelo povo naquilo que ela traz de malefícios. Nem isto, porque nunca se aplicou (e o Rio Grande do Sul aí está a dizer) nenhuma parcela de ágios em favor da atividade primária da agricultura e da criação. (GASTAL, *Anais da ALRS*, mar. 1959, p. 234-235)

(...) Efetivamente, o Rio Grande do Sul paga vultosas importâncias correspondentes aos ágios a que está abrigado para aquisição das divisas de câmbio, indispensável às suas compras no exterior. Para os ágios para importar, mas não recebe, praticamente, quase nada das bonificações empregadas pelo governo, a título de subsídio para os exportadores. E não recebe esse subsídio porque quase toda a produção agropecuária do nosso Estado é destinada ao consumo, a alimentação da população brasileira.

⁷⁰ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Gastal, mar. 1959, p. 234; Gastal, abr. 1959, p. 120; Brossard, maio 1959, p. 384; Brossard, jun. 1959, p. 423-427; Brossard, ago. 1959, p. 383; Brossard, ago. 1959, p. 444 e 584; Brossard, set. 1959, p. 84, Galant, set. 1959, p. 394.

Sendo as bonificações pagas apenas aos exportadores, é lógico que o nosso Estado, tendo a sua produção consumida no País, não participa dos benefícios das bonificações.

Assim, a política de incremento das exportações rio-grandenses deve ser defendida com todo o empenho, especialmente pelos rio-grandenses, deve a ser considerada como obra prejudicial profundamente nefasta aos legítimos interesses do nosso Estado esta de querer restringir as exportações rio-grandenses. (GALANT, *Anais da ALRS*, abr. 1959, p. 451)

Na seqüência, analisaremos a categoria de discurso temático que aborda temas de caráter ideológico, os quais enfatizam o anticomunismo, antifascismo, críticas a subversão e agitação social, a defesa do parlamentarismo, da democracia liberal e do liberalismo econômico e do alinhamento aos Estados Unidos. Nessa categoria de discurso temático obteve-se 39 temas ou 4,5% do total.

Segue abaixo a lista dos temas por ordem decrescente:

1. Demagogia petebista⁷¹ – 12
2. Brizola e sua relação com a subversão e com os comunistas⁷² – 12
3. Getúlio Vargas e sua relação com o fascismo ou com a demagogia⁷³ – 9
4. Origem maragata do PL e sua relação com a luta democrática⁷⁴ – 2
5. Parlamentarismo⁷⁵ – 1
6. Crítica aos excessos do movimento sindical⁷⁶ – 1
7. Necessidade de colaboração entre as classes para solução dos problemas – 1
8. Alinhamento com os Estados Unidos⁷⁷ – 1

Agora citaremos alguns discursos que ilustram esses temas acima expostos:

⁷¹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, ago. 1959, p. 444; Brossard, set. 1959, p. 84.

⁷² Já foi citado anteriormente.

⁷³ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, set. 1959, p. 419; Norberto, mar. 1959, p. 240; Brossard, ago. 1959, p. 413.

⁷⁴ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Godoy, out. 1959, p. 330; Gastal, fev. 1959, p. 69.

⁷⁵ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, set. 1959, p. 460.

⁷⁶ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, nov. 1959, p. 457.

⁷⁷ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, jun. 1959, p. 285-288.

Pelo menos em fins do ano passado, quando, a pedido meu nobre deputado Ferreira Weimann incluía nos Anais da Assembléia uma manifestação do Episcopado rio-grandense, desse eu, naquela oportunidade, que o governo que tínhamos o governo populista, (...) o governo Jucelino-Jango, estava conduzindo o País a uma revolução social. E, há dias, quando aqui, por duas sessões me demorei na análise da inflação brasileira (...), disse eu que o governo que procedia daquela forma, conduzia o País para a subversão social.

A minha interpretação é que se trata de um partido que quer ou que pretende resolver problemas grandes, problemas que desafiam as maiores sumidades do Universo, com gritos, com rádio, com propaganda, com mistificações, com Cofaps, com aumentos do salário mínimo (...). E assim que o Partido Trabalhista que de trabalhista não tem nada e que nem de partido tem, que esta organização eleitoral costuma enfrentar os grandes problemas da nossa terra. Esta a gravidade: ao mesmo tempo em que se emitem mais dois bilhões de cruzeiros por mês, ilegalmente, a produção do Brasil cai (...), pois bem, o petebismo tem procurado governar e tem governado, se é que de governo merece o nome – com gritos, com incompetência, e irresponsabilidade. Problemas de alta envergadura, Sr. Presidente, exigem cientistas. Quando eu disse que problemas dessa envergadura não se resolvem com gritos, com pelegos, não se resolvem, inclusive, com delinquentes colocados em altas funções governamentais (...).

Tenho dito, Sr. Presidente, e volto a dizer, que a irresponsabilidade, que a incompetência de muitos governantes tem agravado de maneira brutal as condições de vida do nosso povo, o que nos conduzirá à subversão social. Isto tenho dito e estou impressionado com isto. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, jun. 1959, p. 424-425)

Identificamos também uma categoria de discurso temático que aborda temas essencialmente de natureza política. Temos alguns temas que falam das rivalidades políticas municipais em função das eleições municipais, elogios ao governador Meneghetti e sua comparação ao governo Brizola, a exploração da crise no interior do PTB com as dissidências de Fernando Ferrari e Loureiro da Silva e elogios ao candidato presidencial Jânio Quadros. Foram 36 temas ou 4% do total, que estão relacionados com essa categoria de discurso temático.

Abaixo segue a lista de temas em ordem decrescente:

1. Defesa do governo Meneghetti⁷⁸ – 20
2. Dissidências dentro do PTB – 7
3. Disputas políticas municipais (PTB e FD) – 7
4. Elogio a Jânio Quadros⁷⁹ – 2

Temos também uma categoria de discurso temático que trata de temas que reivindicam melhoria da infra-estrutura, principalmente para a metade sul, como estradas, ferrovias e energia elétrica. Foram 10 temas, em torno de 1% do total⁸⁰.

⁷⁸ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Norberto, jun. 1959, p. 291-293; Norberto, abr. 1959, p. 442; Galant, abr. 1959, p. 462 e 530.

⁷⁹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Marcantônio, set. 1959, p. 35; Brossard, ago. 1959, p. 413.

Ainda temos alguns temas que se referem ao discurso temático, que trata de ações na área social como ajuda aos necessitados, hospitais e orfanatos, sempre dentro de uma lógica assistencial. Foram identificados 10 temas, ou 1% do total⁸¹.

Antes de finalizar esse ano, identificamos uma categoria de discurso temático que trata de temas que estão relacionados com a preocupação, com a eficiência, a transparência e a moralização do setor público. Geralmente abordam temas que buscam coibir a corrupção e os gastos desnecessários de dinheiro público. Sobre esse tema foram levantados pela pesquisa 8 temas, ou 1% do total.

Para finalizar, temos ainda 3 discursos do deputado Cândido Norberto que defende idéias nacionalistas-estatistas, contrários ao programa do PL.

5.3 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NO ANO DE 1960

Nesse ano identificamos 493 intervenções em plenário, que deram origem a 736 temas. Novamente, como no ano de 1959, a categoria de discurso temático que se refere ao governo Brizola foi a que recebeu o maior número de temas, geralmente constituído de críticas ao governo. Foram 313 temas de discursos que correspondem a 43% do total.

Abaixo a lista dos temas referentes à categoria de discurso temático sobre o governo Brizola:

1. Incompetência político-administrativa – 89
2. Corrupção – 65
3. Partidarização da máquina pública com objetivos político-eleitorais – 37
4. Autoritarismo – 30
5. Crítica ao aumento dos impostos – 28

⁸⁰ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Gastal, fev. 1959, p. 206, 147-149; Brossard, maio 1959, p. 32-33; Galant, jul. 1959, p. 493.

⁸¹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Godoy, jul. 1959, p. 402; Gastal, jun. 1959, p. 206-208; Borges, jul. 1959, p. 495; Brossard, ago. 1959, p. 329; Marcantônio, ago. 1959, p. 111.

6. Defesa das reivindicações dos servidores – 18
7. Hostilidade ou falta de apoio ao setor agropecuário – 18
8. Co-responsável pela crise que atinge o país e o Rio Grande do Sul provocada pelo governo JK-Jango – 13
9. Agitador, subversivo e ligação com os comunistas – 10
10. Contradições entre a prática e o discurso do governador Brizola – 5
11. Elogios à administração – 2

Novamente, os temas mais repetidos, com 135 vezes, foram aqueles que tratam de questões sobre problemas administrativos (itens a, e, f), como vemos no seguinte discurso:

Na elaboração do Orçamento se encontra a cada instante estas terríveis realidades, diante das quais os governos têm se mostrado impotentes e, mais do que isso, em certos casos quase que solidários, numa triste demonstração de irresponsabilidade e incapacidade.

Para o atendimento de dispensas que se destinaram à satisfação das necessidades fundamentais da sociedade não há dinheiro, não há recursos, não há verba, o Orçamento não contempla com meios para sua satisfação. Já no que tange às despesas de pessoal vão elas absorvendo a maior parte da dispensa do Estado. Até quando? Não sei. O que sei é que isto está sucedendo aos nossos olhos.

(...) Volto a lembrar o que sucedeu a coisa de 2 ou 3 dias, quando esta casa aprovou projeto originário da Bancada Governista, que estendeu à Polícia Civil as vantagens da famosíssima “Lei Praieira” e é dessa forma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as despesas com pessoal vêm tomando conta por inteiro do Orçamento do Estado. E é dessa forma que o Estado tem pessoal e não tem serviços, como se o pessoal não fosse apenas um instrumento para realização dos serviços públicos. (BROSSARD, *Anais da AL*, nov. 1960, p. 474)

A seguir, temos o tema corrupção, com a incidência de 65 vezes⁸².

(...) basta considerar que a verba para ajuda de custo e diária, em 1958, atingiu efetivamente a cifra de Cr\$ 649 000,00.

No exercício de 1959, o primeiro da administração do sr. Brizola, era segundo o orçamento, de Cr\$ 600 000,00. Mas em verdade, o governo gasta Cr\$ 1 375 180,00, mais do que o dobro orçado (...). Para o ano de 1960, a despesa para ajuda de custo de diárias foi orçado em 1 milhão de cruzeiros e, agora, o governo pede mais meio milhão. (...) Quer-me parecer que isso é demais, quer me parecer que há exagero, de parte do governo nessas despesas. (...) Há dias o nobre deputado Ary Delgado fez aqui uma séria denúncia que não foi contestada por ninguém a respeito das despesas realizadas neste particular.

Vou mostrar à Assembléia com base em dados existentes no Tribunal de Contas o que o governo tem feito em relação à verba de Eventuais.

(...) Quer isto dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que na conta de rubrica “Eventuais” não são feitas apenas aquelas despesas não previstas, não classificadas segundo a padronização estabelecida pelo Decreto nº 10 580, mas despesas de toda a

⁸² Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, abr. 1960, p. 81; Oliveira, maio 1960, p. 13; Brossard, maio 1960, p. 114 e 404; Brossard, jun. 1960, p. 283; Brossard, ago. 1960, p. 93, 103 e 370; Norberto, dez. 1960, p. 65; Brossard, dez. 1960, p. 338 e 472.

ordem correm por conta da verba “Eventuais”, do Palácio do Governo. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, ago. 1960, p. 370-371).

Na seqüência, temos 37 vezes de incidência, temos o tema partidarização da máquina pública⁸³.

Hoje pela manhã, fui informado de que as delegações do interior, da Mocidade Trabalhista, que vêm participar do Congresso que se realizará nos dias próximos, estão hospedadas na Escola Profissional Padre Cacique.

Por certo que esse fato não se constitui uma atitude muito recomendável e nem muito digna do governo do Estado.

Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sinto que está comprovada a tese do iminente deputado Milton Dutra: que o Partido Trabalhista Brasileiro é o partido oficial e, portanto, deve gozar de todos os favores do governo, inclusive de suas despesas sejam financiadas pelos cofres públicos.

Fica aqui, Sr. Presidente, mais uma denúncia contra esse Partido que não está sabendo honrar as tradições rio-grandenses e que está fazendo uso dos cofres públicos para o partidarismo, para o facciosismo. (...) dizem que o Estado não tem verba sequer para seus servidores, no entanto hospeda, oficialmente, trabalhista que vem do interior do Estado. (MARCANTÔNIO, *Anais da AL*, ago. 1960, p. 263)

(...) agora funcionários categorizados do IRGA estão exercendo pressão sobre os comerciantes de arroz para obter dinheiro em favor da candidatura do Sr. João Goulart. Foi constituído um chamado “Comitê da Produção Pró-Jango”, sob a presidência do próprio presidente do IRGA, que vem sangrando os comerciantes de arroz, que todo mundo sabe, necessariamente precisam ter relações com a autarquia. (BROSSARD, *Anais da AL*, set. 1960, p. 9)

Sr. Presidente. Um dos setores da administração pública estadual que mais tem sofrido a lamentável, a nefasta interferência na política partidária é indiscutivelmente, a Comissão Estadual de Energia Elétrica.

Precisamente na última campanha municipal, os serviços da CEEE serviram de meio e instrumento para propaganda do candidato oficial. (...)

Esta Autarquia, aliás, vai merecer a ampla atenção da oposição nessa Casa, porque devemos lutar com todas as nossas armas, a fim de impedir que a CEEE entre também no mesmo caminho dos outros setores do governo que há muito tempo foram totalmente dominados pela política partidária. (GALANT, *Anais da ALRS*, abr. 1960, p. 109-110)

Continuando nessa ordem, agora veremos o tema sobre o autoritarismo do governador, que foi repetido 30 vezes⁸⁴.

(...) o Poder Legislativo requereu informações sobre certas despesas do Plano de Obras e passados dez meses ainda não obteve resposta. É um desprezo ostensivo e arrogante às prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo de parte do governo que, assim, persiste no seu propósito de governar discriminária e arbitrariamente,

⁸³ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Marcantônio, abr. 1960, p. 98; Galant, abr. 1960, p. 109; Marcantônio, maio 1960, p. 4; Galant, jul. 1960, p. 68; Brossard, jul. 1960, p. 138; Norberto, ago. 1960, p. 39; Brossard, set. 1960, p. 9; Norberto, set. 1960, p. 18.

⁸⁴ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, ago. 1960, p. 169; Marcantônio, abr. 1960, p. 113; Brossard, nov. 1960, p. 512; Marcantônio, maio 1960, p. 36; Brossard, maio 1960, p. 204; Brossard, maio 1960, p. 355; Brossard, nov. 1960, p. 310-311; Norberto, nov. 1960, p. 286.

sem prestar contas a quem quer que seja e sem sequer prestar informações acerca do que gasta, de como gasta e de quanto gasta (...). (BROSSARD, *Anais da AL*, nov. 1960, p. 499).

O próximo tema a ser analisado é a hostilidade ou a falta de apoio ao setor agropecuário, que teve a incidência de 13 vezes⁸⁵.

(...) Temos, agora, a Taxa de Desenvolvimento Agrícola, que foi criada em dezembro do ano passado, quando houve o aumento geral dos impostos. Essa taxa é de 2% sobre os impostos que deve ser empregada especificamente, em pesquisa e fomento da atividade agropecuária do Estado. O citado tributo está calculado em 220 milhões de cruzeiros, e até hoje não se sabe de nenhum plano, de nenhuma iniciativa da Secretaria da Agricultura no sentido de seu emprego. De acordo com as informações que tenho recebido, o governo do Estado está empregando esse tributo para cobrir os prejuízos que o Instituto de Carnes vem tendo no mercado de Porto Alegre. E isso é muito grave (...). A verdade é essa, até hoje ninguém sabe de nenhuma iniciativa por parte da Secretaria de Agricultura para o emprego desse tributo (...).

Pelo que sei, até hoje não foi entregue um só centil da arrecadação da Taxa de Desenvolvimento para o órgão encarregado de sua aplicação, como também não sei de nenhum interesse da Secretaria de Agricultura ou do Sr. Secretário para emprego desse tributo.

(...) Encerro, aqui, as considerações que vinha fazendo, no intuito de chamar a atenção dos poderes públicos para esses problemas da fronteira oeste do nosso Estado, problemas que dizem respeito não só como o progresso das cidades localizadas naquela faixa, como com o desenvolvimento econômico-rural do Rio Grande do Sul.

Acho que as palavras aqui proferidas entorno desse tema não serão em demasia. Vem declinando de tal forma a atividade agropecuária no Rio Grande do Sul, por incúria dos poderes públicos, que é do nosso dever insistir nestes temas, para que assim possamos contribuir para a recuperação e o progresso dessa riqueza tradicional da nossa terra. (GALANT, *Anais da ALRS*, ago. 1960, p. 65-66)

Sr. Presidente. Srs. Deputados. Somente a título de pilhéria pode se dizer que o governo não tem responsabilidade na nova lei que aumentou o Imposto Territorial.

(...) Fosse a lei isenta de defeitos, fosse a lei escoimada de errarias, fosse a lei ajustada a realidade política, social e econômica do Rio Grande, estes entendimentos entre a Secretaria da Fazenda e o Governador e a Farsul não teriam cabimento. (...) o próprio governo, se está agindo com honestidade, reconhece que a lei é prejudicial ao Rio Grande, inclusive porque vai determinar o aumento muito maior na arrecadação federal do Imposto de Renda, o que nesta hora notadamente representaria mais uma sangria na economia gaúcha. Tudo isto foi ponderado em fins do ano passado, ao apagar das luzes da passada sessão legislativa, mas os representantes governistas foram absolutamente surdos, insensíveis a todas as considerações que partiram do lado de cada, às vezes madrugada a dentro. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, maio 1960, p. 349-350)

⁸⁵ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, jan. 1960, p. 60, 261 e 268, Galant, maio 1960, p. 69; Brossard Comissão Representativa, jan. 1960, p. 4; Marcantônio Comissão Representativa, jan. 1960, p. 43; Brossard maio 1960, p. 204; Brossard, jul. 1960, p. 67; Brossard, ago. 1960, p. 250 e 356; Marcantônio, nov. 1960, p. 470.

Em seguida, o próximo tema co-responsabiliza o governador Brizola ao governo JK pela crise que se abate no país e em nosso Estado. Sobre esse tema foram identificados 13 discursos, como os que seguem abaixo⁸⁶:

Tenho ouvido e lido, ultimamente, constantes ataques ao governo federal, por parte do Governador do Estado e de deputados do PTB nessa casa, ataques estes motivados pelo mau tratamento que a União vem dando aos interesses do Rio Grande do Sul, o Sr. Governador do Estado, chegou ao ponto de anunciar que ou consegue uma melhoria de tratamento para o Rio Grande do Sul, ou renunciará ao seu cargo (...).

Entretanto, Sr. Presidente, há referências apenas ao governo federal. Mas quem é o governo federal? Será uma identidade abstrata? Viverá na estratosfera? Existirá em completo desconhecimento, uma vez que é tratado como identidade abstrata? Ora, nós bem sabemos que não. Não vive na estratosfera. Não é identidade abstrata. O governo federal é a Presidência da República: é o Sr. Juscelino Kubitschek, o governo federal é o vice-presidente da República: é Sr. João Goulart. O governo federal são os ministros de Estado, entre os quais dois pertencentes ao PTB.

Por isso é que não se fazem referências aos nomes dos governantes, por isso que as críticas são dirigidas ao governo federal. (GALANT, *Anais da ALRS*, abr. 1960, p. 114)

O próximo tema está relacionado à vinculação do governo Brizola com as esquerdas revolucionárias e com a subversão, constituindo um discurso marcadamente ideológico. Sobre esse tema foram identificados 10 discursos, como os que seguem⁸⁷:

A greve dos empregados de empresas distribuidoras de combustível é obra de um membro do governo do Estado, é obra do secretário do Trabalho, aquele professor cujo cátedra ninguém até hoje conseguiu saber é e cuja escola também contínua sendo ignorada (...).

O que não se justifica, Sr. Presidente, é que um elemento do governo promova, instigue, estimule manifestação paredista desta natureza e que os empregados das empresas que estão em dia com seus compromissos e que queiram trabalhar, não possam fazê-lo em virtude de ameaça que lhes foi feita por certos grupos dirigentes da greve, notadamente vermelhos, companheiros, por sinal do secretário do Trabalho em cuja Secretaria existe um ninho de comunistas (...). (BROSSARD, *Anais da ALRS*, out. 1960, p. 112)

Por último, temos o tema que analisa as contradições entre o discurso nacionalista-populista e a prática efetiva do governador Brizola. Sobre esse tema foram identificados 5 discursos, como os abaixo⁸⁸:

⁸⁶ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, jan. 1960 p. 257; Galant, abr. 1960, p. 114; Brossard, jun.1960, p. 291; Marcantônio, maio 1960, p. 291; Brossard, jul. 1960, p. 16.

⁸⁷ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, jan. 1960, p. 257, 261-268; Brossard, ago. 1960, p. 169.

⁸⁸ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, jul. 1960, p. 270.

Dois dias depois o mesmo jornal advertiu a opinião pública e o governo, de que metade das atuais linhas automáticas da Companhia Telefônica Nacional foi instalada em 1927 e que não há esperança de melhoria nos serviços. Não obstante, Sr. Presidente, os preços dos telefones foram aumentados, como era de esperar-se deste governo. Pelo Decreto nº 11204, de 17 de março de 1960, decretado imediatamente após o requerimento formulado por essa Companhia Telefônica Nacional, que, como se sabe, de nacional só tem o nome, apressava-se o governo petebista-populista-nacionalista em atender às solicitações da empresa e sacrificar mais uma vez a população gaúcha.

Como se vê, Sr. Presidente, o governo do Sr. Leonel Brizola é atenciosíssimo para com a Companhia Telefônica Nacional. É pedir o aumento e o aumento é decretado. (BROSSARD, *Anais da AL*, abr. 1960, p. 50)

Houve também dois elogios ao governo estadual referentes a questões político-administrativas⁸⁹.

A segunda maior categoria de discurso temático está relacionada com a diversidade de temas sem conotação político-ideológica. São aqueles temas que tratam de questões locais, votos de pesar, homenagens, questões regimentares da Assembléia Legislativa, criação de comarcas, assuntos sobre trânsito, etc. foram identificados 149 temas, que correspondem a 20% do total.

Como no ano de 1960 ocorreram as eleições presidenciais, constatamos que houve um aumento dos temas da categoria de discurso temático referentes ao governo JK-Jango, todos eles constituíam-se de críticas ao governo. A intensidade desse tema aumentou de 7%, em 1959, para 12,5%, em 1960, sendo que esses temas tiveram a incidência de 91 vezes⁹⁰.

Na seqüência, a lista de temas da categoria de discurso temático referente ao governo JK-Jango:

1. Corrupção – 20
2. Incompetência político-administrativa – 20
3. Falta de investimentos federais no Rio Grande do Sul – 17
4. Inflação – 15
5. Hostilidade ou falta de apoio para a agropecuária – 8

⁸⁹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Norberto, maio 1960, p. 424.

⁹⁰ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, jan. 1960, p. 132; Brossard, jan. 1960, p. 152-158; Galant, abr. 1960, p. 82; Brossard, abr. 1960, p. 142; Marcantônio, maio 1960, p. 291; Brossard, maio 1960, p. 404; Oliveira, jun. 1960, p. 6; Galant, jun. 1960, p. 19; Brossard, jul. 1960, p. 12, 21 e 41; Galant, jul. 1960, p. 221; Brossard, ago. 1960, p. 11; Brossard, ago. 1960, p. 169; Brossard, ago. p. 221; Brossard, set. 1960, p. 106; Brossard, dez. 1960, p. 5 e 85.

6. Uso da máquina pública com fins político-eleitorais – 6
7. Política cambial – 2
8. Agitação social-clima revolucionário – 2
9. Perseguição política – 1

Citaremos alguns discursos que contemplam os temas acima expostos que ilustram as dificuldades (política cambial, tabelamento de preços, falta de investimentos federais no Rio Grande do Sul) que a administração federal impunha sobre a economia do Rio Grande do Sul, baseada principalmente na agropecuária.

(...) Depois da seca de 1957, a Associação Rural de Uruguaiana apontou ao governo as providências necessárias para reparar os prejuízos sofridos com aquela estiagem. Essa entidade da classe ruralista liderou, no Rio Grande do Sul, um movimento destinado a importar cinquenta mil vaquilhonas da República Argentina e que estavam à nossa disposição por preços razoáveis, por preços acessíveis. Necessita-se, apenas, que a CACEX fornecesse a licença indispensável à importação daquele gado. (...) nem sequer pediram empréstimo do governo para realizar aquela transação, mas não houve forças humanas que arrancassem do governo federal a licença para a realização dessa importação (...). (GALANT, *Anais da ALRS*, ago. 1960, p. 64)

Um país que não produz o suficiente para que seu povo se alimente, evidentemente está com sua economia avariada, tanto mais quando a sua indústria não permite que ele troque os produtos manufaturados por alimentos. Estes fatos, penso eu, deveriam impressionar os responsáveis pela administração pública brasileira (...). Existe uma dissintonia entre o trabalhador urbano e o trabalhador rural. Os produtos do campo, sejam eles provenientes da agricultura ou da pecuária, encontram preços, mais ou menos limitados, quando não tabelados, ao passo que os produtos manufaturados, os produtos industriais que a população dos Campos é obrigada a consumir, são pagos a preços vigentes de mercado e, quando importados, à base da moeda internacional de conversão. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, jan. 1960, p. 132)

Nesta Casa já se ouviram muitos pronunciamentos condenando a conduta do governo da República com relação aos mais altos interesses do Rio Grande do Sul. Mas, geralmente, essas vozes da oposição, tidas como suspeitas, muitas vezes. Agora, porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é um membro do governo, ilustre figura da bancada do PTB, que na Câmara dos Deputados, traça um quadro verdadeiramente trágico da situação em que se encontra o nosso Estado. E a culpa por essas calamidades que afetam o Rio Grande é atribuída integralmente pela representação petebista do Estado ao governo da República.

(...) Reclamava, na oportunidade, contra a quase-paralisação de duas rodovias federais que cortam o território do Rio Grande e desmandam à fronteira do Uruguai ou da Argentina. Os referidos trechos finais das rodovias ferroviárias em Jaguarão e Uruguaiana. (...) Destinavam-se principalmente ao transporte e à circulação de enorme produção cerealista e agrícola do Rio Grande do Sul.

É o caso de perguntar-se ao presidente da República, por que o rio Grande do Sul ficou completamente abandonado no quinquênio do governo que está por ultimar-se? (GALANT, *Anais da ALRS*, jul. 1960, p. 221)

Além disso, temos denúncias de corrupção no governo federal, como mostra o

seguinte discurso:

Muito tem sido dito, nesta Casa, muito tem sido dito, na imprensa e em todas as Casas Legislativas da nação, a respeito da falência da Previdência Social no nosso país.

A situação de descalabro a que estão reduzidos os Institutos de Previdência é realmente alarmante e depõe eloqüentemente contra aqueles que têm a responsabilidade da sua administração e da sua manutenção – e quero aqui fixar especialmente a posição do PTB (...).

(...) a Previdência Social no Brasil não se acha sob administração Pública, não se acha administração do governo, mas está entregue à discricção de um partido político. Entendo que a Previdência Social deve ser entregue a elementos capazes, a elementos de competência, para administrarem os Institutos e sem as interferências da política partidária (...).

Vou, hoje, entretanto, dizer duas palavras sobre um ou dois desses episódios que impressionaram, como impressionaram, qualquer pessoa normal. O primeiro ainda se refere ao doloroso episódio Mario Pinotti. O ex.: ministro da Saúde do governo do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, que levantou dos cofres públicos quantia estimada em dois bilhões de cruzeiros, um bilhão do Ministério e um bilhão da Legião Brasileira de Assistência. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, nov. 1960, p. 147)

A próxima categoria de discurso temático que analisaremos será a que trata das reivindicações para a agropecuária. Foram 91 os temas relacionados a essa categoria de discurso temático ou 12% do total, que se manteve estável em relação ao período anterior⁹¹.

Esta é a lista de temas dessa categoria temática, em ordem decrescente:

1. Pedidos de mais apoio para o setor (crédito, assistência técnica) – 30
2. Reivindicações ou defesa dos interesses vinculados à pecuária – 24
3. Críticas às ações prejudiciais à agropecuária do governo Brizola – 18
4. Críticas às ações prejudiciais à agropecuária do governo JK – 10
5. Contra a reforma agrária que altere o art. 141 da Constituição – 2

Agora citaremos alguns discursos que ilustram esses temas acima:

Agora, a parte do deputado Seno Ludwig aflora que este Projeto diz com uma região. É exato que diz com uma região, tanto que será artigo 1º se diz que, “será isento de pagamento de Impostos de Venda e Consignação, pelo prazo de dez anos, contados da data de funcionamento, toda a indústria de fiação de lã que se instalar na área compreendida pela faixa da Fronteira no Rio Grande do Sul”.

⁹¹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Marcantônio, jan. 1960, p. 91; Galant, jan. 1960, p. 188; Borges, jan. 1960, p. 226; Brossard, jan. 1960, p. 211; Brossard, jul. 1960, p. 49 e 149; Brossard, out. 1960, p. 18 e 48; Fett, nov. 1960, p. 362; Galant, nov. 1960, p. 394; Fett, nov. 1960, p. 404; Marcantônio, nov. 1960, p. 408; Brossard, dez. 1960, p. 117.

Ora, está aí a delimitação de uma área geográfica a ser socorrida pela iniciativa. Então vamos analisar a razão pela qual se pretende localizar precisamente na chamada “Faixa de Fronteira” e se pretende incrementar por via da isenção tributária, essas indústrias de fiação de lã”. (GASTAL, *Anais da ALRS*, jan. 1960, p. 131)

Quero, pois, neste instante, congratular-me com as classes rurais rio-grandenses, pelo sucesso da Exposição recentemente realizada no Parque do Menino Deus. No ato de inauguração da aludida exposição, foram proferidos dois discursos de alta relevância. Um deles foi pronunciado pelo Sr. Oscar Fontoura, que falou em nome da Farsul, abordando num trabalho substancioso, praticamente todos os problemas do ruralismo rio-grandense, desde o melhoramento das raças até a Reforma Agrária. Os ruralistas do Rio Grande (...) vêm dar seu ponto de vista sobre tão transcendente matéria (...). Antes de mais nada, em nosso país, não se deveria falar em reforma agrária, porque essa expressão dá a entender que há aqui um sistema agrário organizado que urge reformar quando realmente nada existe que mereça ser reformado. Portanto, o ruralismo gaúcho entende que há isso sim, urgente necessidade de uma Lei Agrária que venha estabelecer novos métodos de trabalho para os homens do campo, estabelecendo prerrogativas e obrigações que ainda não existem em nosso meio.

Reconhecemos a função social da terra, que deve ser convenientemente utilizada com o objetivo fundamental do interesse da coletividade, e somos contrários à existência de latifúndios, resguardados à sombra de um direito contrário à concepção cristã da propriedade. Sobra-nos autoridade moral para assim pensar porque no Rio Grande do Sul não existem latifúndios no sentido econômico da expressão de uma maneira geral pode-se afirmar que neste Estado, todas as propriedades rurais estão sendo aproveitadas, dentro das possibilidades que dispõem seus donos. E se esse aproveitamento ainda não é o ideal para uma produção maior e mais econômica, é porque faltam nos agricultores condições fundamentais para isso e que independem da sua vontade ou do seu esforço.

A escassez de crédito, a quase total ausência de assistência técnica, a precariedade dos transportes e as restrições ao livre comércio, bastariam, se outros fatores adversos não existissem, para justificar as condições atuais do trabalho rural. (GALANT, *Anais da ALRS*, ago. 1960, p. 327)

Em função da campanha presidencial, construímos uma categoria específica de discurso temático que trata sobre esse assunto. Nesse sentido, foram identificados 32 temas sobre essa categoria de discurso temático ou 4,5% do total. A seguir, a lista de temas encontrados em ordem decrescente⁹²:

1. Críticas às candidaturas de Lott e Jango (continuísmo) – 14
2. Apoio à candidatura Jânio Quadros – 13
3. Críticas à campanha caluniosa contra Jânio realizada pelo PTB – 5

Seguem alguns discursos ou temas aos itens acima referentes:

⁹² Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, jul. 1960, p. 250; Brossard, jun. 1960, p. 236; Brossard, out. 1960, p. 267.

Quanto as promessas formuladas pelo deputado Jânio Quadros, em todos os recantos do Rio Grande do Sul, tenho a certeza, empregará todos os esforços para concretizá-los. Mas, se por eventualidade, não chegar a cumprir tudo o que prometeu, nós ficaremos satisfeitos que ele imprima uma moralidade administrativa, nesta Nação, que faça com que a vassoura funcione e limpe das repartições públicas essa roubalheira que se encontra em todos os recantos da nossa Pátria. Fazendo isso (...) ficará consagrado nos fastos da nossa História. (CASTANHEIRA, *AALRS*, jul. 1960, p. 204)

Na seqüência, temos a categoria de discurso temático que aborda temas de caráter essencialmente ideológicos, a partir da forma como o PL vê os acontecimentos que estão ocorrendo no País. Sobre essa categoria temática foram encontrados 28 temas, que correspondem a 3,5% do total.

Lista de temas em ordem decrescente dessa categoria de discurso temático:

1. Brizola e suas relações com os comunistas e a subversão⁹³ – 10
2. Defesa do liberalismo econômico (antiestatização, desoneração da carga tributária) ⁹⁴ – 7
3. Valorização das instituições democráticas (Parlamento e justiça)⁹⁵ – 2
4. JK-Jango, crise social que estimula a agitação e a subversão⁹⁶ – 2
5. Defesa da reforma agrária segundo a proposta da Farsul⁹⁷ – 2
6. Crítica à agitação nos meios rurais realizados por Milton Serres (futuro líder Master) ⁹⁸ – 2
7. Fuga de agricultores do Rio Grande do Sul causada não pela falta de terras, mas pelo aumento de impostos estaduais⁹⁹ – 2
8. Críticas ao passado ditatorial de Vargas – 1

Seguem alguns exemplos dos discursos referenciados:

⁹³ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em *AALRS*: Brossard, jan. 1960, p. 261 e 268.

⁹⁴ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em *AALRS*: Brossard, jan. 1960, p. 152 e 158; Brossard, dez. 1960, p. 443 e 486; Brossard, jul. 1960, p. 138.

⁹⁵ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em *AALRS*: Brossard, nov. 1960, p. 175 e 498.

⁹⁶ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em *AALRS*: Brossard, ago. 1960, p. 12 e 16.

⁹⁷ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em *AALRS*: Galant, ago. 1960, p. 327-328.

⁹⁸ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em *AALRS*: Brossard, maio 1960, p. 369.

⁹⁹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em *AALRS*: Marcantônio, out. 1960, p. 59 e 218.

Graças à Justiça, a bancada do PL hoje está completa. É natural, portanto, que à justiça seja endereçada uma palavra, especialmente pelo PL que desde a sua fundação tem como um dos pontos mais altos do seu programa a dignificação da justiça.

Quando Assis Brasil cuidou de sintetizar o fundamental, o substancial do programa ideológico do PL, o fez desta forma: “Educação a Riqueza, Representação e Justiça” (...) queria dizer em nome de meu partido, à justiça do Rio Grande apresentando, com estas palavras, as homenagens, o respeito do PL, daquele que desde o seu nascimento, pôs entre seus lemas fundamentais, a Justiça”. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, nov. 1960, p. 175)

(...) Vejo aqui, agora, o problema dos telefones do Estado do Rio Grande do Sul, equacionado pelo governo através do Projeto nº 157, já se vê, fora de preconceitos, sem prejuízos e, devo dizer, que não me parece boa a solução proposta pelo governo. Mais do que isso, parece-me que a solução é má. Ando impressionado com uma certa mentalidade generalizada nos dias atuais, segundo a qual, o Estado de qualquer forma e a qualquer preço, deva intervir em todos os setores. Não desconheço que as soluções socialistas – já nem falo nas totalitárias – justificam esta crescente e absorvente influência do Estado na vida econômica da Nação.

(...) Depois eu pergunto: até quando o Estado, empiricamente, vai continuar e sublinho o advérbio empiricamente, vai continuar estatizando Este miserável Estado que estatizou mal o leite em Porto Alegre, este miserável Estado que mantém mal o serviço de marchantearia em Porto Alegre, etc., etc., etc., se não conseguia resolver problemas bem simples, deveria ele, a custa de grandes inversões, prosseguir na tarefa de estatizar serviços e mais serviços? Ao meu juízo a resposta deve ser negativa. E ainda há um outra pergunta, que também considero de fundamental importância neste estado do Rio Grande do Sul (...) este Estado, que diz que tem uma economia rural, agropecuária que fez, até hoje, em benefício desta riqueza do Rio Grande? Positivamente, se o Estado tem recursos, e recursos abundantes, da ordem de bilhões, para investirem uma sociedade de economia mista na esperança de solucionar o problema telefônico do Rio Grande, convenhamos que ele deve dedicar algumas coisas parecida para as riquezas reais do Rio Grande, para aquilo que é fundamental na Economia do Rio Grande, e o Estado não fez isto. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, dez. 1960, p. 443-446).

A próxima categoria de discurso temático que veremos será aquela que trata sobre a preocupação que os libertadores tinham com a moralização, a transparência e a eficiência do setor público. Geralmente são propostas de controle sobre os gastos públicos, contratação de servidores via concurso, controle sobre os administradores públicos e excessos de vantagens para os servidores públicos. Foram encontrados 28 temas sobre essa categoria de discurso temático, que correspondem a 3,5% do total¹⁰⁰.

Devido à redução de investimentos federais do governo JK no Rio Grande do Sul, constatou-se a preocupação dos libertadores em reivindicar obras e investimentos de infraestrutura e energia junto ao governo federal. Foram 17 temas encontrados sobre essa categoria de discurso temático ou 2,5% do total. A principal reivindicação foi a criação de uma refinaria de petróleo no Estado, em que os libertadores cobravam ações mais enérgicas de Brizola

¹⁰⁰ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Marcantônio, nov. 1960, p. 80; Brossard, jan. 1960, p. 227; Gastal, jan. 1960, p. 190 e 196; Brossard, nov. 1960, p. 299; Brossard, ago. 1960, p. 247.

nesse sentido¹⁰¹.

Temos, ainda, a categoria de discurso temático que trata sobre a área social. Geralmente, são projetos de ajuda a entidades filantrópicas que cuidam de hospitais, asilos, abrigos de menores, bolsas de estudo, etc. Sobre essa categoria foram encontrados 12 discursos ou 1,5% do total¹⁰².

Há, também, uma categoria de discurso temático que está relacionada com questões de natureza política local e regional. Foram identificados 10 temas sobre essa categoria ou 1,5% do total. Logo abaixo seguem os temas:

1. Críticas ao presidente da Assembléia Legislativa, Afonso Anschau (PRP) pela forma de conduzir os trabalhos – 4
2. Defesa do governo Meneghetti – 3
3. Rivalidades políticas municipais (PTB x FD) – 3

Por último, temos as contradições do deputado Cândido Norberto em relação ao projeto ideológico do PL, onde o mesmo defende uma política nacionalista e estatizante, contrário ao programa liberal do partido. Nesse sentido, ele questionava a transformação da CEEE em empresa de economia mista, pois a queria toda ela estatal. Foram encontrados 10 temas ou 1,5% do total¹⁰³.

¹⁰¹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Marcantônio, jun. 1960, p. 180 e 208; Galant, jul. 1960, p. 19; Brossard, abr. 1960, p. 117; Brossard, maio 1960, p. 475; Oliveira, jun. 1960, p. 6; Brossard, jun. 1960, p. 114; Galant, abr. 1960, p. 82.

¹⁰² Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, ago. 1960, p. 274; Brossard, nov. 1960, p. 338.

¹⁰³ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Norberto, jun. 1960, p. 285; Norberto, jul. 1960, p. 228 e 247; Norberto, ago. 1960, p. 69.

5.4 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL DE JANEIRO A AGOSTO DE 1961

Nesse ano identificamos 337 intervenções em plenário, que originaram 507 temas, os quais foram categorizados e distribuídos por discursos temáticos.

Nesse ano, a maioria dos temas não serão transcritos, somente faremos indicação de rodapé, pois os mesmos já foram contemplados nos anos anteriores. Os que julgamos mais relevantes serão transcritos.

A categoria de discurso temático que novamente recebeu o maior número de temas foi aquela referente ao governo Brizola. Essa categoria teve 225 temas ou 44,5% do total. Quase todos os temas são críticas ao governador e suas ações políticas, com exceção de 5.

Abaixo a lista de temas da categoria de discursos temáticos sobre o governador Brizola:

1. Corrupção – 70
2. Incompetência político-administrativa – 51
3. Apoio às reivindicações dos servidores – 21
4. Falta de apoio ou hostilidade para a agropecuária – 19
5. Autoritarismo – 19
6. Partidarização da máquina pública – 18
7. Contradições entre o discurso e a prática do governo Brizola – 10
8. Críticas ao aumento de impostos – 8
9. Co-responsabilidade de Brizola e do PTB com a crise provocada pelo governo JK – 3
10. Elogios – 5
11. Relação com os comunistas – 1

O tema mais abordado, 70 vezes, foram as acusações de corrupção no governo, que enfatizam a relação promíscua entre o governo e algumas empresas privadas, o desvio de

dinheiro público e o excesso de gastos e privilégios dos membros do governo¹⁰⁴.

A seguir, apresentamos os temas que fazem críticas à gestão administrativa do Estado, como a incompetência político-administrativa (excesso de gastos, promessas não cumpridas, má gestão financeira), ao aumento de impostos e seus impactos socioeconômicos e as reivindicações dos servidores em função dos atrasos de salário e arrocho salarial. São 84 temas no total¹⁰⁵.

Após, temos o tema que trata da falta de apoio ou hostilidade do governo do Estado para com a agropecuária. Foram 19 temas identificados sobre isso. Geralmente são reclamações dos vetos a projetos de isenção de impostos, falta de investimentos e de assistência técnica para o setor¹⁰⁶.

A seguir temos os temas que tratam do autoritarismo do governador, 19 no total, geralmente relacionados à sua truculência em se relacionar com a oposição e a imprensa, além da perseguição política aos servidores públicos que fazem oposição ao PTB¹⁰⁷.

Há também os temas que tratam da partidarização da máquina pública. Foram 18 temas encontrados¹⁰⁸.

O próximo tema questiona o discurso brizolista-petebista sobre o capital estrangeiro e sobre os direitos sociais e sua prática de governo, que contradiz o discurso. Foram identificados 10 temas sobre isso¹⁰⁹.

Temos ainda o tema que procura co-responsabilizar Brizola à crise social e econômica

¹⁰⁴ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, maio 1961, p. 451; Fogliato, jun. 1961, p. 170; Norberto, jun. 1961, p. 207; Brossard, jun. 1961, p. 355; Brossard, ago. 1961, p. 420.

¹⁰⁵ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Norberto, jun. 1961, p. 128; Brossard, jun. 1961, p. 325; Brossard, ago. 1961, p. 207.

¹⁰⁶ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, jan. 1961, p. 52; Brossard, jun. 1961, p. 116; Brossard, jan. 1961, p. 85.

¹⁰⁷ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, jun. 1961, p. 36; Marcantônio, jul. 1961, p. 334.

¹⁰⁸ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Marcantônio, jun. 1961, p. 445 e 469; Brossard, jul. 1961, p. 346; Galant, jul. 1961, p. 527; Castanheira, ago. 1961, p. 193; Brossard, ago. 1961, p. 250.

¹⁰⁹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Marcantônio, jul. 1961, p. 166; Brossard, ago. 1961, p. 11.

patrocinadas pelo governo JK, em função de que o PTB fazia parte do governo com vários ministérios e ainda tinha o vice-presidente Jango no Governo¹¹⁰.

Dentre os temas críticos ao governo, identificamos somente um tema que relacionava Brizola aos comunistas ou à subversão.

Por fim, identificamos 5 temas que elogiam Brizola. Três por receber bem o Presidente Jânio Quadros, um pelo apoio dado ao combate à febre aftosa e uma em função do atendimento de uma demanda local referente à saúde pública¹¹¹.

Novamente, a segunda maior categoria de discursos temáticos foi a de temas diversos sem conotação político-ideológica. Foram 109 temas identificados ou 21,5% do total, índice que se manteve estável em todo o período. Fazem parte dessa categoria dos discursos temáticos os temas que tratam de assuntos regimentais da Assembléia Legislativa, emancipações de municípios, e reivindicações locais, homenagens, pesares, assuntos sobre trânsito e outros.

A próxima categoria de discursos temáticos a ser examinada é a que aborda os temas relativos à defesa dos interesses da agropecuária, agroindústria e dos proprietários rurais. Foram 60 temas identificados ou 12% do total, que se distribuem da seguinte forma¹¹²:

1. Reivindicações de crédito, assistência técnica e isenções de impostos para o setor – 23
2. Críticas à hostilidade ou pouco apoio dado para a agropecuária pelo governo Brizola – 19
3. Reivindicações específicas para a pecuária – 11
4. Elogios a reivindicações atendidas pelo governo Jânio – 3
5. Defesa de projetos de isenções para os proprietários – 4

¹¹⁰ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, abr. 1961, p. 102.

¹¹¹ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Marcantônio, jul. 1961, p. 523.

¹¹² Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Norberto, abr. 1961, p. 54; Norberto, abr. 1961, p. 85; Brossard, abr. 1961, p. 116; Galant, maio 1961, p. 373; Silveira, maio 1961, p. 434; Blessmann, jun. 1961, p. 164; Marcantônio, jun. 1961, p. 172, 207, 254 e 383; Galant, jun. 1961, p. 400; Galant, jul. 1961, p. 325; Brossard, jul. 1961, p. 431; Marcantônio, ago. 1961, p. 232, Galant, ago. 1961, p. 271.

Na seqüência, analisaremos a categoria de discurso temático que contempla os assuntos que tratam de questões de natureza ideológica¹¹³. Foram 29 temas identificados que correspondem a 6% do total. Esses temas estão relacionados com o posicionamento dos libertadores frente aos acontecimentos da conjuntura do momento. A seguir está a lista de temas em ordem decrescente:

1. Herança maragata e a história de luta pela democracia – 9
2. Liberalismo econômico (antiestatização) – 8
3. Anticomunismo (críticas a Cuba e ao Leste Europeu) – 5
4. Crítica à censura à imprensa feita por Jânio – 2
5. Defesa ao Parlamentarismo – 1
6. Vargas e a ditadura fascista do Estado Novo – 1
7. Relações de Brizola com os comunistas – 1
8. Alinhamento com os Estados Unidos – 1
9. Defesa da harmonia entre as classes, relacionado à ótica cristã – 1

Vejamos agora alguns discursos que ilustram os temas acima expostos:

(...) Sr. Presidente, do meu discurso, para dar como lido, para que faça parte dos Anais da Casa, um notável artigo do professor José Fernando Carneiro, sobre o nazismo e o Estado Novo na zona colonial, certamente do mais alto interesse histórico, ideológico e político.

Nazismo e Estado Novo na Zona Colonial

(...) Porque era notório o nazofilismo dos dirigentes da causa pública no Brasil. Esses homens tudo fizeram para atrelar o Brasil ao destino, que se lhes afigurava glorioso, das potências do Eixo e sentido que isso não lhes era possível, quiseram que o Brasil, pelo menos, mantivesse no conflito uma posição de estrita neutralidade.

Como a memória de muita gente é fraca, convém refrescá-la, numa digressão necessária, a nosso ver, evocando algumas atitudes do então ditador e de seus auxiliares imediatos ilustrativos de preferência assinalada, preferência, diga-se desde já, aberrante da generalidade do sentimento nacional que afinal acabou por se impor. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, jul. 1961, p. 444)

Não faz muito o episódio do rompimento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA, deu margem a uma nota do governo Brasileiro que foi uma das coisas mais tristes, mais lamentáveis e mais vergonhosas da nossa história diplomática. O Brasil não tinha que dar nota alguma. Apressou-se o Sr. Horácio Lafer em dar nota ridícula e vergonhosa em assunto que o Brasil não o está obrigado a pronunciar-se, não devia mesmo, pronunciar-se. O ministro Horácio Lafer divulgou uma nota, a respeito da qual o menos que se pode dizer é que foi redigida em estilo colegial, dizendo que o

¹¹³ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, abr. 1961, p. 126; Brossard, maio 1961, p. 529; Brossard, jul. 1961, p. 366; Brossard, jul. 1961, p. 444; Marcantônio, ago. 1961, p. 232 e 234; Brossard, ago. 1961, p. 504.

rompimento de relações entre os dois países era um assunto sério e grave (...). Notou, depois, que os EUA estavam ressentidos pela série de insultos e ofensas recebidos e outras coisas desse tipo (...). O Brasil não estava obrigado e não devia, mesmo, exprimir-se e quando o fizesse, não deveria fazer nesses termos. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, fev. 1961, p. 76-77)

(...) o agravamento da crise de Berlim, com a exasperação da antiga e persistente tensão que se verifica na antiga capital alemã. (...) o mundo assiste à crise de Berlim atingir a um dos seus pontos máximos, a uma das suas fases mais agudas e ameaçadas. (...) é que o bom sucesso da Conferência de Punta del Este surge quando a liberdade sangra nas ruas de Berlim, e não é apenas a liberdade dos alemães, mas a liberdade de todos os povos. (BROSSARD, *AALRS*, ago. 1961, p. 299)

Agora veremos os temas relacionados com a categoria de discurso temático sobre o governo Jânio Quadros¹¹⁴. Foram encontrados 32 temas que correspondem a 6% do total. É importante lembrar que o PL apoiava Jânio Quadros na campanha presidencial; por isso, a maioria dos temas, com exceção de três, foi identificada pela pesquisa como de apoio ao governo. Abaixo segue a relação dos temas:

1. Apoio à campanha contra a corrupção – 9
2. Defesa do governo em relação às críticas que recebia da imprensa e do PTB – 7
3. Agradecimento pelos investimentos no Rio Grande do Sul – 4
4. Agradecimento pelo atendimento de reivindicações à agropecuária – 3
5. Crítica à campanha eleitoral de baixo nível feita pelo PTB – 2
6. Crítica a Jânio Quadros referente à tentativa de censurar a imprensa – 2
7. Crítica administrativa a Jânio – 1
8. Defesa do presidente com relação à campanha para desestabilizar seu governo – 1
9. Defesa da política econômica do governo – 1
10. Defesa da Política Externa Independente – 1
11. Apoio às críticas que Jânio fez à política econômica de JK – 1

Apesar de já ter passado o governo JK-Jango, mesmo assim foram identificados 26 temas referentes a ele ou 5% do total. Todos os temas encontrados constituíram-se de críticas

¹¹⁴ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Castanheira, fev. 1961, p. 72; Brossard, mar. 1961, p. 112; Brossard, jun. 1961, p. 61; Galant, jul. 1961, p. 92; Brossard, jul. 1961, p. 204; Brossard, ago. 1961, p. 85; Marcantônio, ago. 1961, p. 232 e 234; Brossard, ago. 1961, p. 463.

ao governo¹¹⁵, como pode ser visto na lista de temas que segue logo abaixo:

1. Inflação – 9
2. Incompetência administrativa – 7
3. Corrupção – 7
4. Questionamento ao nacionalismo do governo – 2
5. Autoritarismo – 1

A próxima categoria de discurso temático é aquela relacionada com as ações em prol da moralização, da transparência e da eficiência do setor público. Sobre esse discurso temático foram encontrados 19 temas que corresponde a 4% do total¹¹⁶. Geralmente, os temas estão relacionados com a preocupação de conter e fiscalizar os gastos públicos.

Temos ainda a categoria de discurso temático que trata sobre as ações na área social, geralmente associadas ao auxílio a entidades assistenciais, hospitais, orfanatos, pedidos de bolsa de estudo, etc., de caráter eminentemente assistencialista¹¹⁷. Sobre isso foram identificados 12 temas ou 2,5% do total.

Outra categoria de discurso temático que identificamos é aquela que está relacionada com a divergência ideológica do deputado Cândido Norberto¹¹⁸ com o partido. Sobre isso encontramos 10 temas ou 2% do total, como os que seguem abaixo:

1. Contra a transformação da CEEE em empresa de economia mista – 7
2. Apoio explícito a Reforma Agrária e crítica aos latifundiários – 2
3. Elogio ao Governo Brizola por garantir a segurança de Luís Carlos Prestes no Rio Grande do Sul – 1

Por fim, temos a categoria de discurso temático que trata de assuntos vinculados a

¹¹⁵ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Norberto, abr. 1961, p. 111; Brossard, abr. 1961, p. 112; Fett, jul. 1961, p. 333; Brossard, ago. 1961, p. 85.

¹¹⁶ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Galant, jun. 1961, p. 99; Blesmann, jun. 1961, p. 266; Brossard, jul. 1961, p. 195, 374 e 377; Brossard, ago. 1961, p. 454.

¹¹⁷ Sobre esse tema ver mais alguns discursos em AALRS: Brossard, mar. 1961, p. 107.

¹¹⁸ Ver mais alguns discursos sobre esse tema em: AALRS – Norberto maio 1961, p. 436.

questões de natureza política de pouca relevância. Sobre isso temos identificados 9 temas, ou 2% do total.

1. Discussão pessoal entre deputados – 6
2. Questões políticas municipais (PTB X FD) – 3

5.5 SÍNTESE GERAL DAS CATEGORIAS DE DISCURSOS TEMÁTICOS ENTRE FEVEREIRO DE 1959 A AGOSTO 1961

Para termos uma noção mais clara de como se comportou a bancada estadual do PL no período em questão, procuramos fazer uma síntese geral dos discursos temáticos e expô-los num gráfico que segue logo abaixo:

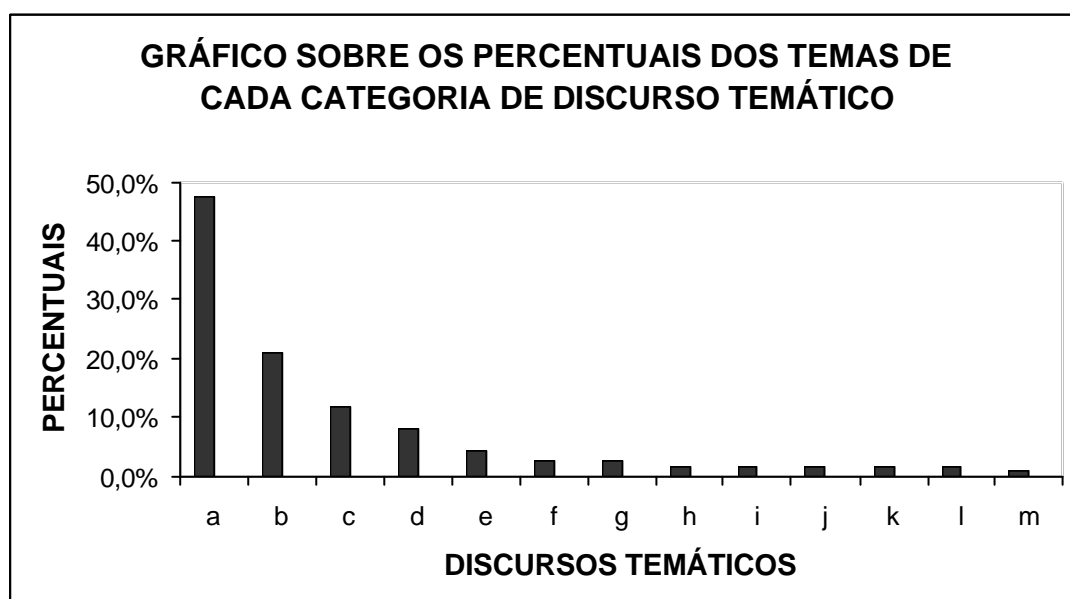


Gráfico 1- Representação de percentuais dos discursos temáticos.

Fonte: Pesquisa do autor.

Tabela 28 – Percentuais dos temas por categoria de discurso temático.

TEMAS		PERCENTUAL	
Governo Brizola	A	47,5	
Temas sem conotação político-ideológico	B	21	
Reivindicações para a agropecuária	C	12	
Governo JK-Jango	D	8,0	
Temas de conteúdo ideológico	E	4,5	
Rivalidades políticas locais	F	2,5	
Ações moralizadoras do setor público	G	2,5	
Encampação da CEEE	H	1,5	
Reivindicações para a área social	I	1,5	
Eleições nacionais de 1960	J	1,5	
Governo Jânio Quadros	K	1,50	
Reivindicações de infra-estrutura	L	1,50	
Contradições ideológicas do deputado Norberto	M	1,0	

Fonte: Pesquisa do autor

É importante salientar que somando os percentuais dos diversos discursos temáticos chega-se a um valor um pouco superior a 100%. Isso ocorre, porque alguns temas pertencem a mais de um a categoria de discurso temático. Assim, para proceder ao cálculo deve-se sempre somar o total de temas por discurso temático e calculá-lo sobre o nº total de temas que é 2118. Para facilitar a compreensão, citaremos um exemplo: poderemos ter um tema que critique Brizola em função do abandono que relegou a pecuária em seu governo, no entanto, esse tema também pertence à categoria de discurso temático referente às Reivindicações para a Agropecuária. Assim, esse tema é calculado duas vezes sobre o total de temas que é 2118, uma vez para cada discurso temático.

Em função da grande incidência de temas críticos ao governo Brizola, logo verificamos que o PL fazia oposição sistemática a este governo, pois dos 1010 temas (47,5% dos totais dos temas), apenas 14 não eram críticos ao governo. A quase totalidade dos temas era crítica ao governo Brizola ou a sua atuação no cenário político nacional. Outro detalhe importante a ser observado, é que a grande maioria dos temas abordados é de caráter político-administrativo, ou seja, discordância sobre encaminhamentos, projetos ou soluções para os problemas administrativos, econômicos ou sociais propostos pelo governo, ou ainda, críticas ao comportamento ético do governador e dos membros do governo. Os temas que criticam o governo estadual por razões de natureza política – ideológica são em número muito reduzido, 23 (2,5%) de um total de 1010 temas, confirmando a idéia de que a oposição do PL nesse período é muito mais político-administrativa e de natureza econômica sobre as estratégias de desenvolvimento do estado do que ideológica, pois a política mobilizatória e a definição pela Reforma Agrária empreendidas pelo governador ocorrerá somente a partir do Movimento pela

Legalidade, o qual aconteceu no final de agosto de 1961, e que será visto no próximo capítulo.

Assim sendo, após uma longa análise das fontes documentais desse período inicial da atuação da bancada libertadora na ALRS, acreditamos ser possível afirmar que no geral o PL manteve sua coerência político-ideológica. Apesar de apoiar a encampação da CEEE, com algumas reservas quanto ao método empregado, fato que contraria seu discurso liberal em economia, esse apoio deu-se em função dos péssimos serviços prestados pela multinacional, a qual engessava o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Outro fato que poderia desabonar essa coerência ideológica seriam os excessos estatizantes do deputado Cândido Norberto, que tinha suas origens do PSB e sempre se declarou socialista e não liberal, fato que provocará o rompimento deste deputado com o PL no início de 1962. Além disso, não foram identificadas críticas a Jânio Quadros em relação à PEI (Política Externa Independente) e a condecoração a Che Guevara. No entanto, apesar desses pequenos desvios político-ideológicos, o comportamento geral da bancada estadual do PL manteve-se fiel às suas bases sociais e econômicas e aos seus princípios ideológicos.

Isso pode ser comprovado pelo teor dos discursos, principalmente aqueles que criticam os governos Brizola e JK-Jango. A maioria dos temas, como vimos anteriormente, não é de caráter ideológico, até porque nesse momento ainda não tínhamos chegado ao período de maior radicalização política e mobilização social, quando essas questões vieram mais à tona. Assim, esse período é caracterizado essencialmente pelas críticas às questões político-administrativas e financeiras além da conduta ética de membros de ambos os governos e dos próprios governantes.

Entretanto, acreditamos que esse comportamento oposicionista vai além das questões de natureza ideológica, ética e administrativa, também está diretamente relacionado aos modelos de desenvolvimento econômico implementados em nível nacional e regional, por JK e Brizola respectivamente, que contrariavam ou não privilegiavam os interesses econômicos vinculados a agropecuária, a qual os libertadores estavam diretamente ligados, sobretudo a pecuária, pois tinham sua base social e política nas regiões de grandes latifúndios pastoris, e especialmente no metade sul do Rio Grande do Sul. Essa vinculação ao setor agrário ficou muito evidente, pois foi a terceira maior categoria de discurso temático, com 12% do total dos temas. Com relação ao governo JK, a quarta maior categoria de discurso temático com 8% do total, em que todos os temas eram críticos ao governo, identificamos na política cambial a

causa maior das críticas, pois a mesma prejudicava as exportações gaúchas e também penalizava as importações necessárias para a agropecuária e a agroindústria, em função da falta de divisas e dos ágios cambiais. Além disso, havia o tabelamento de preços que atingia 13 dos principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul (o nº de produtos tabelados eram ao todo 17) ¹¹⁹ em um período de inflação em elevação, onde os insumos agrícolas subiam de preços, inviabilizando o setor primário. Ainda criticavam a política de restrição de crédito imposta pelo governo federal para a agropecuária e agroindústria e obras de infraestrutura no Rio Grande do Sul, pois os setores privilegiados com crédito eram as indústrias de bens de consumo duráveis, como a automobilística, e, as regiões Sudeste e Centro-Oeste com obras de infra-estrutura.

As divergências com o governo Brizola nesse período estão em grande parte relacionadas às ações políticas e ao modelo de desenvolvimento econômico implementados pelo governador contrário aos interesses da agropecuária. A primeira e maior divergência é com relação à priorização dos investimentos públicos para diversificar o parque industrial gaúcho, porém, para isso se efetivar era necessário investir para superar os gargalos que estrangulavam a economia gaúcha, principalmente a energia elétrica e as telecomunicações (a primeira apoiada e a segunda não pelo PL), assim, esses serviços foram encampados e estatizados pelo governador e logo a seguir foram investidos somas vultosas na viabilização da Refinaria de Petróleo, na Aços Finos Piratini, na indústria de geradores e transmissores de energia (CESA) e na Indústria de Tratores. Todos esses investimentos eram em setores que não processavam a nossa matéria-prima local e por isso recebeu severas críticas do ruralismo gaúcho, inclusive do PL (ver discurso de Norberto, Comissão Representativa, jan. 1961, p. 54).

Além do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo Brizola, que fugia do modelo clássico da nossa economia, o governador entrou em choque com o ruralismo gaúcho e também com o PL, por ser o mesmo representante em grande parte desse movimento. Isso aconteceu porque várias ações políticas do governador afrontavam radicalmente os interesses das classes proprietárias do campo.

Um dos primeiros confrontos pontuais que ocorreu com as classes rurais, foi o caso da

¹¹⁹ CANEPA, op. cit., p. 84-86.

crise do abastecimento de carne de Porto Alegre. Brizola proibiu a exportação de carne para fora do Estado e ameaçou confiscar o gado no pasto, pois acreditava que os pecuaristas estavam escondendo o gado para elevar o preço da carne. Nesse sentido foram identificados vários discursos inocentando os pecuaristas, os quais já foram transcritos no trabalho.

Ainda no ano de 1959, o Governador elevou uma série de impostos e taxas, que atingiam diretamente os proprietários rurais e a economia agrária do Rio Grande do Sul. O primeiro foi o aumento do imposto de vendas e consignação (similar ao atual ICMS), depois vieram os aumentos dos Impostos de Transmissão de Propriedades Inter-vivos e Imposto de Transmissão Causa-Mortis. E para finalizar, o qual gerou uma grande gritaria nos setores rurais, veio o aumento progressivo do Imposto Territorial Rural.

Além disso, Brizola vetou vários projetos de isenções de impostos que beneficiavam os produtores rurais. Podemos citar como exemplo o projeto nº 107/59 de Heitor Galant (julho de 1959, p. 411-443) que isentava de impostos de vendas e consignação a compra de reprodutores em feiras patrocinadas pelas associações rurais. Também podemos citar como exemplo o veto dado ao projeto nº 67/60 de Brossard, que estabelecia a isenção de impostos de venda e consignação por pequenos proprietários rurais – inferiores a 25 ha). No entanto, esse projeto não estabelecia o valor da produção e nem o valor do imóvel e a quantidade produzida, isso estimularia a sonegação segundo o governo. Além desse, temos o projeto nº 7/60, o qual foi vetado, pois mudaria a incidência do imposto de transmissão de imóveis, permitindo que as partes contratantes pudessem estabelecer os preços que quisessem para o valor dos imóveis, não tendo o governo condições de fiscalização sobre essa operação. Outro projeto vetado foi o de nº 141/60, que modificava a tabela e as disposições legais para a cobrança do Imposto de Transmissão Causa-Mortis. Esse projeto defendia que o cálculo do imposto seria feito sobre o valor dos bens na época da abertura do processo, assim, processos que duravam anos teriam o valor da propriedade avaliados abaixo do valor em função da inflação (p. 6-7, jan. 1961). Temos ainda, o veto ao projeto de Galant nº 70/61 (jul. 1961, p. 325-326) que dispensa os juros de mora sobre as heranças onde não foi pago o Imposto de transmissão Causa-Mortis.

Ainda temos, como já vimos, as constantes críticas de abandono ou hostilidade do governador ao setor primário e aos proprietários rurais. Em função disso tudo, acreditamos que podemos afirmar que o Partido Libertador desencadeou uma oposição sistemática nesse

período, especialmente em relação ao governo Brizola, pois além das questões de natureza ideológica, teve os interesses econômicos dos grupos sociais que representava seriamente contrariados pelas políticas levadas a cabo pelo governador Leonel Brizola.

6 ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 1961 A ABRIL DE 1964

Esse capítulo também analisará os discursos dos deputados estaduais do PL realizados no plenário na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, sendo o mesmo dividido em duas partes. O primeiro, analisa os discursos entre setembro de 1961 a janeiro de 1963, período que compreende os desdobramentos no Movimento da Legalidade até o fim do Governo Brizola. O segundo, aborda o início do Governo Meneghetti, em fevereiro de 1963, até as primeiras conseqüências provocadas pelo Golpe Militar durante o mês de abril de 1964.

6.1 A CONJUNTURA POLÍTICA DO PERÍODO ENTRE SETEMBRO DE 1961 A JANEIRO DE 1963

Este período tem início com os desdobramentos do Movimento pela Legalidade liderado pelo governador Brizola. A partir desse momento, houve um maior aprofundamento da política mobilizatória empreendida pelo governador e também uma maior aproximação com as esquerdas. Essa política mobilizatória do governo Brizola estreitou suas relações com os movimentos sindical e estudantil, além disso, a luta dos movimentos sociais do campo (Master) pela reforma agrária foi encampada pelo governador.

O governador gaúcho passou a liderar a mobilização contra o regime parlamentarista para restabelecer os poderes presidenciais de João Goulart, além de defender as reformas de base em nível nacional, as quais foram ensaiadas em seu governo no Rio Grande do Sul. Isso tudo contribuiu para projetar Brizola como uma grande liderança nacional, passando então a disputar o comando nacional do PTB.

Ainda temos a experiência do regime parlamentarista e as sucessivas crises e quedas de gabinetes, além das reclamações do governo Goulart sobre a perda de seus poderes, o que o impedia a viabilização das reformas de base, levando-o a apoiar a mobilização pelo retorno do presidencialismo.

O período final dessa conjuntura abrange as eleições para governador para sucessão de Brizola e um dos pontos mais polêmicos desse processo eleitoral foi a questão da reforma agrária tentada por Brizola e que dividiu claramente os partidos políticos nesse período.

Cabe destacar que esse período, que compreende o Movimento da Legalidade até o término do governo Brizola e o retorno do presidencialismo, caracterizou-se por uma conjuntura política muito radicalizada e de intensa mobilização social, fato que provocou, como veremos ao longo do capítulo, mudanças no comportamento da bancada estadual do PL na Assembléia Legislativa, em relação ao período anterior considerado.

Foram levantadas pela pesquisa 633 intervenções em plenário, as quais deram origem a 990 temas, pois os discursos realizados em plenário são multitemáticos e também se referem a mais de uma categoria de discurso temático. Assim, o percentual obtido por cada categoria de discurso temático é calculado a partir da repetição dos temas em relação a ela. Nesse período, os múltiplos temas estão agrupados em 12 categorias de discursos temáticos. O percentual obtido em cada uma dessas categorias de discurso temático é calculado em função do número total de temas identificados, nesse caso 990. Muitos temas foram contabilizados em mais de uma categoria de discurso temático, como por exemplo: um discurso pode abordar a relação do governo Brizola com os comunistas. Assim, o tema desse discurso pode ser relacionado como sendo de cunho ideológico ligado à Conjuntura Nacional, como também referente ao governo Brizola. Dessa forma, o mesmo tema foi considerado duas vezes, uma para cada categoria de discurso temático.

Tabela 29 – Identificação das categorias de discursos temáticos e seus respectivos percentuais

Discursos		Percentual
Governo Leonel Brizola	A	36
Diversos sem conotação ideológica explícita	B	19
Conjuntura política nacional (ideológicos)	C	18
Setor agropecuário	D	10
Governo João Goulart	E	10
Área social	F	4
Eficiência e moralização do setor público	G	3
Divergências de Cândido Norberto com o PL	H	1,50
Defesa do governo Jânio Quadros	I	1
Críticas ao governo JK	J	1
Defesa da candidatura Meneghetti	K	0,50
Antivarquismo	L	0,50

Fonte: Pesquisa do autor

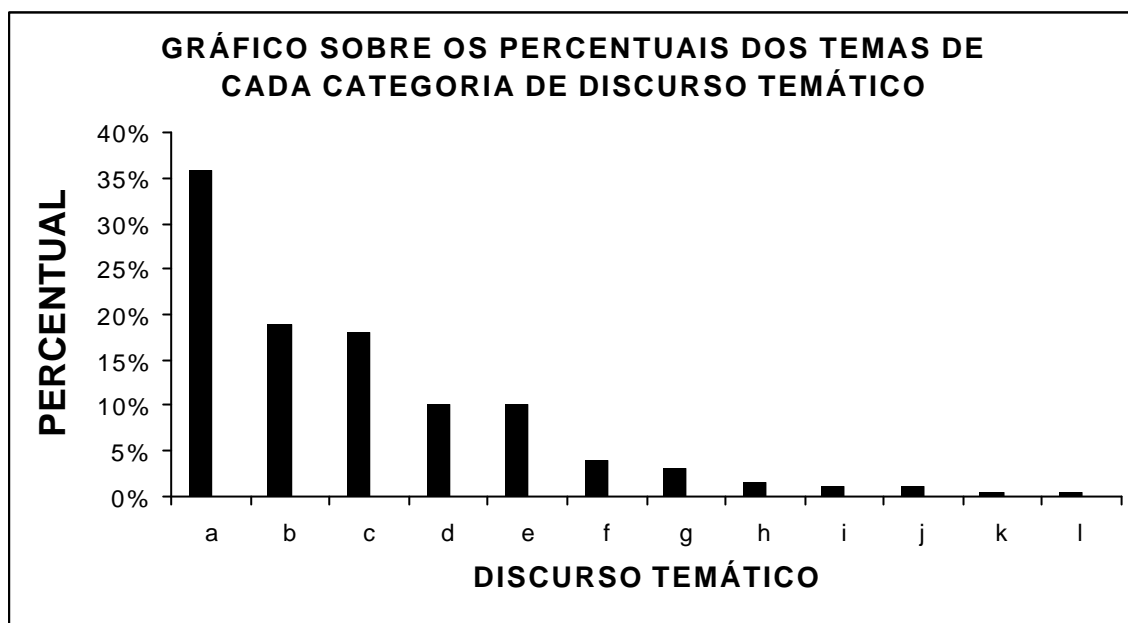


Gráfico 2 – Representação de percentuais dos discursos temáticos.

Fonte: Pesquisa do autor.

6.2 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE SETEMBRO DE 1961 A JANEIRO DE 1963

Como no período anterior, o que domina expressivamente a atenção dos representantes do PL é a atuação do governador Leonel Brizola, tanto no cenário político estadual quanto no nacional. Por isso, a primeira categoria de discurso temático identificado foi novamente o Governo Brizola, no qual foram contabilizados 354 temas de um total de 990, que corresponde a 36% do total. Abaixo segue a relação dos temas em destaque no exame dessa categoria de discurso temático, indicando a recorrência numérica no universo analisado.

1. Incompetência político-administrativa – 57
2. Corrupção – 47
3. Subversivo e agitador que articula golpe contra a democracia – 37
4. Autoritário/Totalitarismo – 34
5. Apoio às reivindicações dos servidores – 31
6. Uso da máquina pública com objetivos político-eleitorais – 27
7. Relação com os comunistas – 21
8. Brizola e sua campanha contra o parlamentarismo – 19

9. Ações do governo que prejudicam a agropecuária – 16
10. Contra as desapropriações de terras – 15
11. Estímulo à agitação na área rural – 14
12. Mau funcionamento da CEEE e CRT – 13
13. Perseguição política ao funcionalismo – 7
14. Contradição entre os discursos nacionalista/populista à prática de governo – 6
15. Exageros de legalidade/desqualificação da legalidade – 6
16. Crítica ao aumento de impostos – 3
17. Elogio ao projeto de isenção de impostos para imprensas que vêm de fora – 1

Essa categoria de discurso temático – governo Brizola – teve, no período aqui examinado, sua presença reduzida em relação ao período anterior (47,5% para 36%) quando examinamos a mesma categoria de discurso temático. Em contrapartida, aumentaram os discursos referentes aos temas relacionados à conjuntura política nacional, ocorrendo, muitas vezes, o imbricamento desses dois discursos temáticos que tentamos individualizar na pesquisa.

Outra observação importante diz respeito à mudança no teor dos discursos. Os mesmos passaram a ter um conteúdo ideológico mais definido, aparecendo mais identificados com os debates da política nacional. Os discursos que criticavam a gestão administrativa, a corrupção no governo ou o abandono da agropecuária continuaram a ser a maioria, até porque o ano de 1962 foi um ano eleitoral; contudo, chamaram atenção para a postura do governador especialmente frente aos acontecimentos relacionados à conjuntura nacional, pois o mesmo passou a articular contra o parlamentarismo. Além disso, aproximou-se dos sindicatos e dos movimentos sociais do campo para implementar um projeto de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Assim, para um partido liberal, parlamentarista, conservador e vinculado aos grandes proprietários rurais como o PL, isso representava uma ameaça.

Dentre os discursos que criticavam o Governador Brizola, os temas referentes a questão da agitação social e política e de sua ligação com os comunistas mobilizou destacadamente os parlamentares libertadores¹²⁰. Denunciavam a infiltração comunista, a

¹²⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant, nov. 1961, p. 75; Brossard, nov. 1961, p. 179; Brossard, out. 1961, p. 206; Marcantônio, set. 1961, p. 51; Brossard, set. 1961, p. 204; Brossard, set. 1961, p. 340.

agitação das massas, e a oposição ao parlamentarismo.

(...) Venho à tribuna hoje fazer uma grande denúncia, endereçando-a, de forma especial, ao povo rio-grandense (...). Quero dizer (...) que o governador do Estado está vivamente empenhado em promover uma generalizada subversão d ordem. Os contatos que S. Ex.a tem mantido com Prefeitos de sua grei partidária e com outros elementos de sua confiança resumem-se nesta palavra de ordem: “fazer, promover toda a agitação possível, em todos os municípios. (...) e está a mostrar que os propósitos do Sr. Leonel Brizola, neste momento e daqui para o futuro, estão em conflito com a ordem pública, com a legalidade constitucional e com o sistema democrático. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, set. 1961, p. 215)

Outro trecho também bastante expressivo:

É por isso, Sr. Presidente, que na última sessão denunciei daqui os propósitos notórios, do Sr. governador, de promover a desordem no País, a começar pelo Rio Grande. Ele está convicto de que, possuindo rádios, é capaz de neutralizar e dominar as Forças Armadas. De outro lado, a farta, indiscriminada e descriteriosa distribuição de armas nos dias que antecederam a solução constitucional da crise política brasileira, que evidenciou os propósitos desordeiros do Sr. Leonel Brizola. A isto deve-se somar a sua palavra de ordem aos prefeitos de sua grei e a outros elementos de sua confiança, segundo a qual deve ser promovida a maior desordem e a qualquer pretexto em toda a parte. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, set. 1961, p. 228-229)

Na perspectiva do PL, os políticos ligados ao PTB pouco contribuíam para solucionar a crise política, ao contrário, incrementam a agitação subversiva para derrubar o parlamentarismo¹²¹.

Outro tema muito enfatizado pelo PL foi a relação do governo Brizola com a mobilização no meio rural, o apoio do governador ao Master e a infiltração comunista no movimento camponês¹²². Sobre esse tema destacamos:

Recebo, neste momento, um maço de jornais da serra (...), acompanhando um relatório que se faz com u m amigo e companheiro de Ibirubá.

Pelo que diz o relatório e pelo que informa o jornal, tenho notícia de um movimento, como outros que se vêm verificando em certos lugares do nosso Estado, denominado de “agricultores sem-terra” (...).

Lá, como parece que em todos os lugares está presente o dedo dos mais conhecidos, mais caracterizados, mas identificados elementos comunistas locais, além destes elementos prestativos, como se sabe, em tais emergências, nota-se lá, como nos demais lugares onde ocorrências idênticas se verificaram, a presença de elementos

¹²¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, set. 1961, p. 31; Brossard, set. 1961, p. 95; Brossard, set. 1961, p. 228; Brossard, set. 1961, p. 298.

¹²² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant Sessão Extraordinária já, 1962, p. 174 e 187; Brossard, maio 1962, p. 453.

oficiais de elementos do governo a incentivar, a dirigir, a orientar e até fornecer os recursos imprescindíveis para que a concentração possa ser feita.

(...) É uma reforma agrária *sui generis*, essa que se quer fazer porque se faz com agitadores e não com técnicos, agrônomos, veterinários, economistas e assistentes sociais.

(...) E é desta forma iníqua que o governo prossegue, o mesmo que enche a boca com a Reforma Agrária, mas que, em verdade, não pratica nenhum ato em nenhum dos setores que lhe seria dado praticar, no sentido de melhorar, em alguma coisa, a situação ora existentes em nosso meio.

(...) Por isso, Sr. Presidente, todo vez que ouço o governador falar em Reforma Agrária não posso sopitar a revolta que me causa, porque vejo fundamentalmente que, em tais pronunciamentos a insinceridade mais requintada para ludibriar para mistificar a pobre gente do Rio Grande do Sul. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, out. 1961, p. 453)

Outro aspecto que assumiu a crítica ao governador refere-se ao caráter subversivo de suas atitudes, consideradas pelos políticos do PL como antidemocráticas. As agitações pelas reformas de base, a campanha contra o parlamentarismo, a vinculação com os comunistas são vistos com profunda desconfiança pelos libertadores que denunciam a preparação de uma revolução¹²³.

(...) o governo do Estado está empenhado em promover a desordem e propagar a subversão. Li um trecho da moção aprovada pela Assembléia Extraordinária da Farsul, na qual o governador é denunciado, formalmente, de tal atitude subversiva. Comentei a entrevista circunstanciada e objetiva de um prefeito, do Prefeito de Giruá, que, inclusive, a declinar nomes de servidores públicos estaduais que, naquele município, estão, pura e simplesmente, promovendo a desordem e explorando a boa fé de pobres agricultores. (...) Dizia o “Correio do Povo” que, verdadeiramente, há muita coisa por fazer no campo, mas somente demagogos mal intencionados pedem preferir afirmativas tão distanciadas da verdade, como as pronunciadas por um credenciado da verdade, como as pronunciadas por um credenciado elemento de confiança do governo em conferência que fizera a estudantes (...).

(...) Quem proferiu esta conferência na Faculdade de Arquitetura foi o Dr. Paulo Schiling, reconhecido líder comunista.

(...) O governador do Estado está empenhado em um movimento subversivo, antidemocrático, para a conquista do poder – disse eu isso, daqui desta tribuna desde o ano passado. E os fatos estão comprovando, dia-a-dia, a exatidão da denúncia. E as suas ligações com elementos notoriamente comunistas, interessados em uma agitação subversiva, são outro fato de notoriedade inconcussa. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, maio 1962, p. 127-130)

Outros discursos questionavam as desapropriações de terras realizadas por Brizola no Rio Grande do Sul, associando a luta pela reforma agrária à subversão e aos interesses

¹²³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, out. 1961, p. 152, 226, e 334-336; Brossard, nov. 1961, p. 166 e 606; Brossard, dez. 1961, p. 7; Marcantônio, Sessão Extraordinária jan. 1961, p. 1; Brossard, abr. 1962, p. 94; Marcantônio, maio 1962, p. 445; Marcantônio, jun. 1962, p. 74; Brossard, jun. 1962, p. 186; Brossard, jul. 1962, p. 43; Brossard, ago. 1962, p. 196, 200 e 210; Brossard, set. 1962, p. 3, 7, 24, 27 e 41.

eleitorais, enfatizam a utilização dos camponeses como massa de manobra para fazer uma revolução e instalar uma ditadura¹²⁴. Nas palavras dos parlamentares:

E agora, Sr. Presidente, o governo do Estado criou o Instituto da Reforma Agrária. O governo sequer preenche as suas Secretarias de Estado, de caráter permanente, com funcionamento específico, sequer isto atende e cria mais um Instituto, o Instituto da Reforma Agrária, com finalidade, no meu entender, eminentemente demagógico, de vez que a Reforma Agrária não deve ser procedida pelo Poder Executivo, mas sim pelo Poder Legislativo. E é esta casa quem deve legislar sobre a Reforma Agrária e não o Poder Executivo. (...) portanto, essa é mais uma iniciativa com caráter demagógico do governador do Estado, ao lado de tantas outras com que procura despistar a opinião pública rio-grandense em razão do seu fracasso na Administração. (MARCANTÔNIO, *Anais da ALRS*, nov. 1961, p. 182)

Encontramos ainda dentro da categoria de discurso temático Governo Brizola uma série de intervenções que enfatizam os conflitos entre o governador e a imprensa, em função das críticas que constantemente eram publicadas contra o governo. A defesa da liberdade de imprensa é a tônica na fala dos parlamentares libertadores, pois acusavam o governador de tentar silenciar ou censurar a imprensa¹²⁵.

(...) Volto a abordar um tema que reputo da mais alta importância política e social. (...) o problema relacionado com a imprensa; a liberdade de imprensa, com as relações da imprensa com os governos (...). Ultimamente, este assunto tem se tornado palpitante, notadamente entre nós, desde quando o governador do Rio Grande se investiu no poder discricionário de julgar a imprensa, de sobre ela procurar lançar a sua rede de dominação, de incompatibilizá-la até com a opinião pública rio-grandense.

Pois bem. O fato certo, incontestável, é que a imprensa rio-grandense, de um modo geral, guardou sempre uma neutralidade que poderia ser acimada de exagerada, referentemente a problemas de natureza política e especialmente, a pessoas que exercem atividades políticas.

Nem isto a levou, entretanto, da fúria, da tendência absorvente e totalitária que caracteriza toda a atividade do governador. Foi ela de tal monta, atingiu ela proporções tais que forçou, abrigou, determinou, coagiu, impôs aos jornais rio-grandenses certos pronunciamentos que ainda há bem pouco tempo seriam inconcebíveis. (...) É que o governador do Rio Grande com sua inclinação iniludivelmente totalitário, caudilhesca, de um personalismo absorvente, cada vez mais absorvente e dominador, não podendo, embora o tentasse, dominar a imprensa, veio a fazer com que a imprensa, em defesa das suas prerrogativas, dos seus direitos, das suas responsabilidades para com o público, se externa-se como o vem fazendo. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, ago. 1962, p. 176-177).

Com relação às demais categorias de discursos temáticos, é preciso destacar o fato de que o ano 1962 configurou-se como um ano eleitoral, o que acentuou a atuação de oposição

¹²⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, Sessão Extraordinária jan. 1962, p. 200; Marcantônio, maio 1962, p. 207; Brossard, jul. 1962, p. 178; Galant, Sessão Extraordinária já, 1962, p. 174 e 187.

¹²⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, jul. 1962, p. 317; Brossard, jul. 1962, p. 100; Brossard, jul. 1962, p. 113; Brossard, jul. 1962, p. 178; Brossard, ago. 1962, p. 220, 251 e 287.

exercida pelo Partido Libertador. A crítica, a denúncia, o ataque ao governo foram constantes nos pronunciamentos dos parlamentares. No tema corrupção, os libertadores exploraram principalmente as denúncias de que o DAER teria feito contratos superfaturados para a construção das Estradas da Produção¹²⁶. As denúncias de uso da máquina pública com objetivos eleitorais para beneficiar os candidatos do PTB também foram uma freqüentes¹²⁷ ou, ainda, as críticas à incompetência político-administrativa¹²⁸, especialmente relacionadas ao excesso de gastos, o mau uso do dinheiro público, ao não-atendimento de reivindicações locais ou setoriais, e também ao mau funcionamento de empresas públicas ou autarquias.

Ainda relacionado a esses temas, mas com outra conotação, temos também o apoio dado às reivindicações de servidores públicos por melhores salários e aos atrasos constantes dos salários¹²⁹.

Em função de o PL ter um vínculo muito grande com o setor primário continuaram sendo constantes às reclamações do partido em relação ao abandono ou a hostilidade que o governo estadual praticava em relação à agropecuária¹³⁰.

Esse conjunto de discursos não será exemplificado, pois segue a mesma linha dos discursos do período anterior, no exame dos quais foram destacados.

Nesse momento temos o aprofundamento da nacionalização do debate político, levado a cabo principalmente pelas ações do governo Brizola após o Movimento da Legalidade, em que alcançou projeção nacional e passou a disputar o comando do PTB nacional e a influência no governo federal. Nesse sentido, desenvolveu-se um clima de grande radicalização política

¹²⁶ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1961, p. 212; Norberto, dez 1961, p. 99; Marcantônio, jun. 1962, p. 107; Norberto, ago. 1961, p. 14; Brossard, nov. 1961, p. 84.

¹²⁷ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Castanheira, out. 1961, p. 297; Marcantônio, nov. 1961, p. 162; Norberto, dez. 1961, p. 74; Castanheira, ago. 1962, p. 65; Marcantônio, ago. 1962, p. 116; Brossard, Comissão Representativa, abr. 1962, p. 205.

¹²⁸ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, dez. 1961, p. 148; Brossard, dez 1962, p. 69; Simões, dez. 1962, p. 103.

¹²⁹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, Sessão Extraordinária, jan. 1962, p. 96; Brossard, abr. 1962, p. 73; Marcantônio, maio 1962, p. 388; Brossard, jun. 1962, p. 55; Marcantônio, nov. 1962, p. 186; Borges, dez. 1962, p. 215.

¹³⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1961, p. 267 e 316; Fett, dez. 1961, p. 34; Fett, maio 1962, p. 497; Marcantônio, jul. 1962, p. 275; Brossard, ago. 1962, p. 268; Marcantônio, dez. 1962, p. 149; Penetti, dez. 1962, p. 303.

e de intensa mobilização social não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o País, também motivado em grande parte pelas ações políticas de Brizola no cenário político nacional. Assim, o governador passou a comandar a luta contra o parlamentarismo denunciando que era um golpe contra o presidente, aproximou-se dos movimentos do campo e da cidade e dos comunistas, estimulando junto ao governo federal a radicalização da política nacionalista.

Essa intensificação da nacionalização do debate político também aparece refletida nos discursos do PL na Assembléia Legislativa, fazendo com que em torno de 19% dos temas dos discursos (180 de um total de 990) estivessem relacionados com essa conjuntura nacional. Examinamos como um discurso temático configurado em certa unidade a Conjuntura Nacional, de modo a demarcar a posição e a visão do PL. Esses discursos possuíam um forte conteúdo ideológico, geralmente falavam do clima de agitação social e revolucionária que ameaçava a democracia, patrocinada pelos comunistas com o apoio do Presidente João Goulart e do governador Brizola, os quais queriam implantar uma ditadura totalitária comunista no país. Da mesma forma, há uma defesa do regime democrático liberal, em que o PL buscava em suas origens maragatas e na luta pela liberdade, pela democracia, e contra a tirania as justificativas da sua ação política. Em função do contexto da Guerra Fria, temos também a defesa do alinhamento com os Estados Unidos e dos princípios do liberalismo econômico e as críticas contumazes aos regimes comunistas, sempre relacionados ao totalitarismo.

A seguir estão listados os temas identificadores dessa categoria de discurso temático denominado aqui de Conjuntura Nacional, que estão arrolados em ordem decrescente de incidência:

1. Anticomunismo (crítica aos regimes comunistas totalitários e a infiltração comunista no País) – 42
2. Defesa do parlamentarismo – 26
3. Liberalismo econômico (excessos de estilizações e encampações) – 21
4. Contrário à antecipação do plebiscito e ao próprio plebiscito (democracia direta) – 12
5. Crise social e inflação, preparação do totalitarismo – 11
6. Apelo para a resolução da crise dentro dos marcos do regime democrático – 11
7. Herança maragata de luta pela democracia – 11

8. Perigo totalitário – 11
9. Priorização do combate da inflação e da corrupção e não das reformas de base – 9
10. Infiltração comunista nos movimentos camponeses – 8
11. Relação entre democracia e cristianismo – 5
12. Discussão sobre reforma agrária relacionada a não alteração do artigo 141 – 5
13. Crítica à campanha contra o Legislativo que estaria relacionado ao movimento totalitário – 4
14. Defesa da Aliança para o Progresso e do alinhamento com os Estados Unidos – 3
15. Defesa do capital estrangeiro – 2

Destacamos alguns discursos de cunho ideológico, que ilustram essa conjuntura política nacional de intensa mobilização social e radicalização política.

O anticomunismo e a denúncia do perigo totalitário, a crítica aos países comunistas, com destaque especial para Cuba e a infiltração comunista no país são temas recorrentes¹³¹. A título de exemplo transcrevemos:

Eu disse que o Muro de Berlim é uma ofensa à civilização: disse eu que ele mostra que, nesta altura do século 20, os instintos bestiais por vezes se sobrepõem aos sentimentos nobres, aos sentimentos de solidariedade humana, aos sentimentos de respeito à personalidade humana.

Um dos nossos jornais de há dois dias estampava notícias procedente de Berlim em a certa altura diz assim: “A atual tensão se acentuou com a morte a tiros, de um operário de apenas 18 anos, Peter Fechter, que tentava saltar o muro (...), para fugir para o lado ocidental”.

Mais um ser humano foi assassinado, no Muro de Berlim, pelos selvagens asedadas do soviétismo (...). Isto naturalmente não toca à sensibilidade do governador do Rio Grande, que afirma que o Muro de Berlim não lhe interessa. Foi o que disse em discurso na cidade de Santos. Isto precisa ser posto em realce. Impõe-se que seja mostrado ao povo rio-grandense, porque o povo rio-grandense, como o povo brasileiro acompanha vivamente o “drama de Berlim”, que não é o drama de Berlim, que não é drama da Alemanha, mas que é drama da humanidade que quer viver sob o signo da liberdade e da democracia.

Esta pobre humanidade aviltada pelo totalitarismo moscovita, como pelo totalitarismo franquista, como pelo totalitarismo salazarista, como pelo totalitarismo fidelista, e por todos os totalitarismos que degradam a Humanidade. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, ago. 1962, p. 235)

Também merecem destaque os discursos que defendem o parlamentarismo, muitas vezes associados à história do PL de lutas pela democracia, pela liberdade e pelo próprio parlamentarismo, na qual acreditam ser um regime político superior ao presidencialismo, que

¹³¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, set. 1961, p. 340; Brossard, ago. 1962, p. 251 e 279; Brossard, set. 1962, p. 6; Brossard, Comissão Representativa, jan. 1963, p. 15.

salvará a democracia ameaçada pela subversão comunista, como mostra o discurso que segue¹³².

Soldado disciplinado de um partido que sempre lutou pela liberdade e pelos princípios da democracia, a minha presença nesta tribuna, naquele momento em que os alicerces da democracia estavam como que ruindo a não ser a honra que me foi concedida de permanecer por alguns dias no convívio dos ilustres representantes do povo a minha presença. Srs. Deputados, nada mais significava do que a fidelidade por mim demonstrada, ao meu partido durante mais de trinta e oito ano, e agora que foi implantado, em nosso País, o sistema parlamentarista, e agora, que nós temos a certeza de que além de muitos requisitos para a melhoria do nosso País, nesse sistema onde não se escolhem cargos nesse sistema que durante longos anos o eminente chefe do Partido Libertador, com o seu idealismo são e desinteressado, vinha doutrinando, mostrando as vantagens nele existentes, eu me sinto feliz, Srs. Deputados, por ver a implantação deste sistema, com ele evitando o derramamento de sangue entre irmãos, com ele evitando o regime ditatorial. Com esse sistema havemos de avançar, havemos de lutar por um Brasil melhor, mais forte, mais independente política e economicamente, para a grandeza deste povo, aliviando-se com motivos justificáveis e honestos a situação deste povo sofredor e setenta e poucos anos de erros acumulados no regime presidencialista. (HIPÓLITO, *Anais da ALRS*, set. 1961, p. 26)

O caráter histórico do partido libertador, suas tradições e lutas, bem como a contribuição que representa para o pensamento político brasileiro é enfatizado em várias passagens.

Aqueles que conhecem a nossa história política sabem que o Rio Grande se deve a contribuição mais rica no quadro do pensamento político brasileiro. No Rio Grande tem nascido alguns dos renovadores de pensamento político do nosso País e dele tem saído algumas dos reformadores das nossas instituições políticas. Neste particular é conhecida a continuidade e a assiduidade deles no que diz respeito à organização democrática dos poderes políticos (...). Bastaria rememorar a luta insana que foi preciso manter para que se instituisse entre nós o voto secreto, a representação proporcional, a Justiça Eleitoral (...), estas três medidas demandam lutas heróicas, reclamaram energias de gerações, instituídas com o Código de Assis Brasil (...) foram destruídas todas elas com o golpe ditatorial e fascista de 10 de novembro de 1937. (...) a adoção de sistema parlamentar verificado há um ano e cuja destruição foi a idéia fixa dos que assumiram o poder logo após o juramento Constitucional, tal como o voto secreto, a representação proporcional e a justiça eleitoral, passou a ser objeto das mais violentas agressões e deformação de parte daqueles que não tímram por cumprir lealmente as leis da República. Ninguém pode prever nesta altura o que será das instituições políticas brasileiras nos próximos anos. Mas, fora de dúvida, o que, à medida em que a democracia se realizar em nosso país, há de fundir-se com a sorte dela, também a sorte do sistema parlamentar de governo.

Enquanto não se atinja a plenitude e a perfeição de mais moderno, do mais sensível, do mais dúctil sistema de governo democrático que o engenho e a sabedoria humana souberam realizar, tem o Partido Libertador procurado minorar o grosseiro sistema político que, instituído com a República, fez a sua infelicidade, a sua desgraça e a sua ruína. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, nov. 1962, p. 341-342)

¹³² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, jul. 1962, p. 52 e 57; Galant, set. 1961, p. 55; Brossard, set. 1961, p. 245; Galant, jul. 1962, p. 322; Brossard, ago. 1962, p. 174.

Ainda relacionados a essa última categoria de discurso temático, poderíamos citar os discursos que abordam a contrariedade do PL à antecipação do plebiscito sobre o regime de governo. Essa contrariedade demonstra os princípios ideológicos do PL sobre a democracia representativa e sua crítica à democracia direta, o que aparece no pequeno trecho transcrito¹³³.

(...) é preciso revalidar o Parlamentarismo dizem, mediante o plebiscito. Os legalistas, Sr. Presidente, querem proceder contra a Lei! É preciso, Sr. Presidente, é cumprir a Lei. A Lei manda fazer plebiscito para a reforma da Constituição? Não manda.

Até hoje, Sr. Presidente, todas as reformas feitas no Brasil não foram plebiscitadas. A independência depois de proclamada não foi plebiscitada; a maioria de D. Pedro II não foi plebiscitada; a abolição da escravatura, não foi plebiscitada; a proclamação da República não foi plebiscitada; o presidencialismo não foi plebiscitado (...).

(...) no dia 7 de outubro não vai haver eleições? O povo não vai escolher novos representantes? Pois bem; se os representantes populares quiserem restabelecer o presidencialismo, que restabelecem. Que restabeçam e nós seremos obrigados a nos conformar, entristecidos porque terá sido um regresso, a uma involução de uma fórmula democrática mais eficiente para uma menos aperfeiçoadas, mais grosseira, mais elementar, mais primária, mas a maioria terá devido assim, e, paciência. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, jul. 1962, p. 123)

Há vários discursos que procuram enfatizar a importância do regime democrático para a solução dos graves problemas nacionais e a necessidade de defendê-lo das ameaças subversivas, que querem acabar com a democracia para instalarem uma ditadura comunista¹³⁴. Segue um pequeno trecho que ilustra essa temática:

É que enquanto o País, quase inteiro, exceção feita a escassos grupos, sofre padecimento inevitáveis de tal situação, germens de agitação social progridem livremente, encontrando o melhor dos ambientes para a sua proliferação.

Creio que estou sendo muito modesto ao falar em germens, porque não se trata mais disto, trata-se, em verdade, de uma poderosa rede, de uma poderosa organização que atua calculadamente e continuamente na destruição da Democracia.

(...) Não é hora de se dividirem os democratas em virtude dos seus pontos de divergência, em virtude das suas peculiaridades (...). Mas a hora é exatamente de reunir os elementos comuns não apenas para constituir um dique à avançada, à arremessada tipicamente totalitária e subversiva, mas de modificar profunda e honestamente o que precisa e precisa urgentemente ser modificado. Em todos os lugares, em todos os países hoje dominados pela tirania comunista pelo totalitarismo marxista, em todos os países foi a desunião, foi a desorganização inorgânica das correntes democráticas que permitiu, que serviu de acesso, que forneceu a gazua para a ascensão de grupos minoritários totalitários ao poder. E com o acesso de

¹³³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant, jul. 1962, p. 66; Brossard, ago. 1962, p. 89-90; Brossard, ago. 1962, p. 92.

¹³⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant, jul. 1962, p. 66; Brossard, ago. 1962, p. 89-90; Brossard, ago. 1962, p. 92.

grupos totalitários ao poder, a destruição dos restos de democracia antes existentes está o nosso país em situação muito semelhante a de muitos países hoje dominadas pelo comunismo.

(...) os partidos democráticos, se não forem capazes de uma união num plano superior, de uma ação orgânica e construtiva não seremos capazes, não estaremos habilitados a superar a difícil, a intranquilha, a pesada atmosfera que caracteriza (...) não apenas o Rio Grande.

São estas as palavras, Sr. Presidente, eu entendi a dizer (...) para procede como a fidelidade e a lealdade à liberdade e à democracia estão a exigir. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, dez. 1961, p. 7-9)

A fragilização das instituições é denunciada como uma estratégia política, conforme o discurso abaixo revela.

Temos assistido, nestes últimos tempos, inclusive nesta Casa, a uma verdadeira investida contra o Poder Legislativo Federal, contra o Congresso Nacional. Tem-se a impressão de que há uma campanha organizada de Norte a Sul do País, com o objetivo de desmoralizar-se, desacredita-se o Parlamento Nacional e, com isso, ferir-se de morte a instituição democrática que o Parlamento representa.

Uma democracia subsiste quando os poderes constituídos são prestigiados e especialmente quando são respeitados (...).

(...) Não é muito lógico que na mesma época em que se enaltece a Carta Democrática do Estado haja entre nós também a preocupação de desprestigiar o Congresso Nacional. Ora, essa preocupação só pode partir de quem esteja diretamente interessado em enfraquecer a democracia, com propósitos evidentes. Quanto mais desmoralizadas as instituições democráticas, menos valor têm os próprios dispositivos constitucionais e as leis vigentes na país. (GALANT, *Anais da ALRS*, jul. 1962, p. 212 e 215)

Boa parte dos discursos sobre a ameaça ao regime democrático e a necessidade de defendê-lo estão inseridos nos discursos que criticam Brizola e Jango pelas suas relações com os grupos subversivos, os quais já foram destacados, com relação a Brizola, ou serão destacados a seguir, com relação a Jango.

O PL marcou posição em relação às Reformas de Base, pois afirmava que o PTB e seus aliados governavam desde 1930 e nunca fizeram reformas para beneficiar o povo e para resolver os problemas da nação, pelo contrário, só agravaram os problemas sociais e econômicos. Nesse sentido, afirmavam os libertadores, que o PTB só faz agitação pelas reformas com objetivos de se manterem no poder, mas, na realidade, não querem fazê-las. Além disso, afirmaram também que as verdadeiras reformas que deveriam ser feitas eram o combate à inflação e à corrupção, pois elas provam a instabilidade social, a qual bem manipulada conduz ao caminho de uma revolução para a instalação de um regime totalitário comunista ou fascista¹³⁵.

¹³⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, Comissão Representativa, dez.

Ainda com relação a categoria de discurso temático - conjuntura política nacional -, cabe referir que alguns discursos tratam da questão da reforma agrária articulada dentro do Congresso Nacional. O PL tratou desse assunto a partir dos interesses da FARSUL¹³⁶, ou seja, reforma agrária desde que não houvesse alteração no art. 141 da Constituição, que tratava sobre as desapropriações e as respectivas indenizações. Nesse sentido o PL apresentou um estudo sobre terras através do deputado federal Carlos de Brito Velho¹³⁷, que estava em sintonia com as propostas da Farsul, com a ênfase no crédito e no apoio técnico e não nas desapropriações, além de afirmar que o fracionamento das propriedades na Campanha seria um desastre econômico. Esse tema também ganhou repercussão em 1963, como teremos oportunidade de expor.

Constatamos também que os libertadores nos ataques a Brizola-Jango e aos comunistas estreitaram relações com a cúpula da Igreja Católica, sobretudo D. Vicente Scherer. Várias palestras ou entrevistas do Cardeal foram usados em seus discursos na Assembléia Legislativa para atacar seus adversários. Além disso, argumentavam, a partir das palavras de D. Vicente Scherer, que a democracia era inspirada no cristianismo e na doutrina social da Igreja, ao contrário do comunismo, que era ateu e escravizava os homens, tirando-lhes inclusive a liberdade de culto e suas propriedades. As palestras de D. Vicente Scherer eram muito utilizadas também para combater a influência comunista nas áreas rurais em função das mobilizações pela reforma agrária, tanto é que ele foi um dos líderes da fundação da Frente Agrária Gaúcha¹³⁸.

Outros discursos sobre essa temática em questão já foram discutidos no período anterior, como a alinhamento aos Estados Unidos¹³⁹ na política externa, a defesa do capital estrangeiro¹⁴⁰ e as críticas aos excessos estatizantes do PTB dentro de uma proposta liberal em economia¹⁴¹. Em função disso, não transcreveremos nenhum dos discursos.

1961, p. 30; Brossard, out. 1961, p. 101; Brossard, jun. 1962, p. 151; Brossard, jun. 1962, p. 229.

¹³⁶ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, out. 1961, p. 47; Brossard, abr. 1962, p. 96-99.

¹³⁷ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, out. 1961, p. 40-55.

¹³⁸ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, Comissão Representativa, jan. 1962, p. 98; Brossard, out. 1961, p. 171 e 278; Brossard, nov. 1961, p. 209.

¹³⁹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, abr. 1962, p. 238.

¹⁴⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant, dez. 1961, p. 218 e jul. 1962, p. 245.

¹⁴¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, dez 1961, p. 49, 51 e 58; Brossard,

Passaremos a examinar a categoria de discurso temático que se refere ao Governo Federal, no caso, ao Governo João Goulart. Foram identificados 93 temas, que representam mais ou menos 10% do total, mantendo o mesmo índice de período anterior. Entretanto, como ocorreu com o Governo Brizola, houve uma ampliação significativa dos discursos onde há temas de caráter ideológico. Como exemplo desses discursos, teríamos o apoio dado por Jango à subversão para acabar com o parlamentarismo ou para implantar as reformas de base. Além disso, o Presidente nesses discursos aparece constantemente ligado aos comunistas, pois os mesmos eram protegidos pelo governo para provocar a subversão e a agitação com o objetivo de desestabilizar o regime democrático e implantar uma ditadura totalitária comunista. Os discursos críticos ao governo Jango que abordam os temas relativos às questões político-administrativas, gestão financeira, corrupção e o abandono do setor agropecuário ainda são maioria com 54 discursos, contra 39 daqueles relacionados às questões ideológicas.

Daremos ênfase maior àqueles discursos relacionados à conjuntura política nacional, em que os mesmos apresentam um forte conteúdo ideológico e que aumentaram de forma significativa em relação ao governo JK. Muitas vezes, os discursos que enfatizam os problemas administrativos estão relacionados às reformas de base e ao plebiscito, como veremos mais adiante, pois os libertadores acusavam o governo de provocar agitação para desviar a atenção do povo para os reais problemas da nação.

Abaixo a relação de temas sobre a categoria de discurso temático identificado na pesquisa como governo João Goulart:

1. Corrupção – 16
2. Incompetência político-administrativa que gera o déficit público e a inflação – 15
3. Estímulo à subversão – 10
4. Articulação contra o parlamentarismo – 10
5. Partidarização da máquina pública – 9
6. Tentativa de controle sobre a imprensa relacionada ao totalitarismo – 8
7. Ações que prejudicam a agropecuária ou abandono da mesma – 8
8. Infiltração comunista no governo – 5

9. Agitação em torno das reformas de base – 5
10. Crítica pela não-aceitação de Auro Moura como Primeiro Ministro – 3
11. Abandono do Rio Grande do Sul em obras federais – 2
12. Jango seria mais negociador e não tão radical como Brizola – 1

O primeiro tema que será abordado é a tentativa do presidente João Goulart de tentar controlar a imprensa, onde é feita uma alusão ao DIP do Estado Novo. Segundo os libertadores, esse fato evidenciava o caráter totalitário do Governo Federal.¹⁴²

Srs. Deputados. Encontrei, nos jornais de hoje, notas que de certo modo se relacionam com os discursos que fiz nas últimas sessões. Uma, do *Jornal do Dia*, intitulada “Novo DIP”, a respeito dos projetos tendentes a garrotar a imprensa, o rádio e a televisão, o *Jornal do Dia*, em editorial de primeira página, faz grave e oportuna advertência com a qual me congratulo, pois que está na hora dos órgãos de imprensa escrita, falada e televisionada procurarem esclarecer a opinião pública sobre o que está sendo tramado contra a liberdade e a democracia em nosso país. Mas, nos referidos discursos, Sr. Presidente, teve ocasião de mostrar alguns paradoxos gritantes da administração pública federal (...). (BROSSARD, *Anais da ALRS*, nov. 1962, p. 213).

A seguir, destacaremos os discursos que procuram mostrar que o presidente Jango está unicamente empenhado em provocar agitação e subversão para antecipar o plebiscito e acabar com o parlamentarismo para instalar uma ditadura¹⁴³.

Isto é o que o governo está fazendo num País que chega à exaustão pelas loucuras, pelos verdadeiras estroinices em matéria financeira, em matéria social, em matéria econômica, o que, e, síntese, quer dizer matéria política, que abrange a tudo isto, a financeira, a econômica e a social. O governo, que ora está preocupado unicamente com o plebiscito, como peça de um processo maior, mais profundo, mais amplo no sentido do estabelecimento da ditadura em nosso País, promove a dissensão no seio das Forças Armadas com iniciativas, com atos desta ordem. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, dez. 1962, p. 148).

Nessa mesma linha, temos os discursos que associam Jango aos comunistas, nos quais os mesmos estariam articulados para implantarem uma ditadura comunista no país¹⁴⁴.

Somente não vê o movimento golpista, o movimento de força, quem não quer vê-lo e aqui no Rio Grande, particularmente, Sr. Presidente, a pressão se exerce em todos os sentidos e em todos os setores. Ainda ontem, na ARI, o guante totalitário, que

¹⁴² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1962, p. 249, 317 e 384.

¹⁴³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant, jul. 1962, p. 203; Brossard, jun. 1962, p. 219; Brossard, ago. 1962, p. 5; Brossard, nov. 1962, p. 189.

¹⁴⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant, ago. 1962, p. 198; Brossard, dez. 1962, p.102; Brossard, ago. 1962, p. 182.

tem a sua sede no Palácio do governo, se fez sentir (...). (BROSSARD, *Anais da ALRS*, jul. 1962, p. 91).

Outro assunto temático de cunho ideológico relacionado ao governo Jango seriam as acusações de que o mesmo não teria interesse em fazer as ditas reformas de base, apenas estaria interessado em agitar as massas para chegar ao poder e implantar uma ditadura totalitária. Nesse sentido, temos o seguinte discurso:

O fato, Sr. Presidente, é que, agora, todo mundo clama por reforma de base – agora não, desde muito – e o que é mais espantoso é que aqueles que mais gritam enchendo a boca, tomando conta do teatro, são os responsáveis pelo atual estado de coisas, mas que falam como se não tivessem nada, absolutamente nada com o que se fez neste País nos últimos 30 anos.

(...) reformas de base, mas que estando no governo e dispondo de todo o poder que o governo tem, não reformam coisa alguma. Mas não reformam é dizer pouco, não reformam e não querem reformar porque não passam de sibaritas do poder.

De tudo isto a que conclusão se chega, Sr. Presidente? É que somente por milagre o nosso País, a nossa gente não será tragada por um terremoto revolucionário, porque, para a instalação de uma ditadura, o governo tem desenvolvido todos os esforços possíveis, e a presença de elementos subversores, atuando livremente em nosso País, vamos convir, nele encontram, todos os elementos para o bom êxito da sua missão. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, jun. 1962, p. 229).

Os discursos relacionados à incompetência político-administrativa¹⁴⁵, à corrupção¹⁴⁶, à partidarização da máquina pública¹⁴⁷ e às críticas, tais como, o abandono ao setor agropecuário¹⁴⁸, como já tratamos e exemplificamos os mesmos anteriormente, somente serão feitas indicações de nota de rodapé.

Agora veremos os discursos do PL relacionados com os interesses do setor primário. Essa categoria de discurso temático – setor agropecuário – recebeu em torno de 10% do total dos discursos examinados nesse período. Geralmente, como antes, esses discursos tratam de projetos de isenções de impostos para os proprietários rurais ou para as atividades econômicas vinculadas à agropecuária e à agroindústria, reivindicações de mais créditos e assistência técnica para o setor primário junto aos governos estadual e federal, bem como as críticas às atitudes e ações dos governos que prejudicavam o setor.

¹⁴⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, abr. 1962, p. 275; Galant, jun. 1962, p. 58; Brossard, jun. 1962, p. 229; Brossard, ago. 1962, p. 161; Brossard, nov. 1962, p. 188 e 213.

¹⁴⁶ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brum, dez. 1961, p. 51 e 83.

¹⁴⁷ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, jul. 1962, p. 82; Brossard, ago. 1962, p. 161.

¹⁴⁸ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1962, p. 267 e 316; Brossard, ago. 1962, p. 61.

Nesse sentido, identificamos alguns discursos que consideramos mais importantes, como a defesa e o apoio para a industrialização baseada nas matérias-primas locais¹⁴⁹. Outro discurso importante foi o realizado por Heitor Galant¹⁵⁰ ao defender seu projeto nº 189/60, que regulava a alteração das lotações para os efeitos de pagamento da taxa de cooperação. Esse projeto propunha a ampliação do prazo para seis meses para o proprietário alterar o nº de cabeças de gado para efeito de cobrança da referida taxa, além disso, propunha reduzir a multa de dez para duas vezes sobre o valor do tributo sonegado. O projeto foi vetado, mas o veto foi derrubado. Além desse projeto, tivemos outro importante também de Heitor Galant¹⁵¹, que dispensava os juros de mora incidentes sobre o imposto de transmissão *causa-mortis*, assim os herdeiros não precisariam pagar os impostos devidos pelo falecido proprietário. Temos também o pedido de Adão Fett¹⁵² de incentivos fiscais para uma fábrica de óleo de soja e para o setor avícola e de suínos. Outro importante projeto apresentado por Brossard e Galant foi o de nº 67/60¹⁵³, que propunha isentar os pequenos produtores rurais do Imposto de Renda e consignações de primeira venda de sua produção. No entanto, esse projeto não estabelecia o valor produzido e a quantidade de terras, somente estabelecia que o trabalho deveria ser familiar e não com trabalho assalariado, o que poderia beneficiar os grandes proprietários que, na maioria das vezes, não registravam os seus empregados. O governo apoiou o projeto, mas com emendas que definiram o limite de propriedade e o valor produzido. Os discursos em defesa da pecuária também foram uma constante sempre no sentido de cobrar mais atenção das autoridades ou projetos de auxílio para a atividade¹⁵⁴ ou, ainda, o pedido de aumento de verbas no orçamento para o setor como exemplo os serviços de combate à febre aftosa¹⁵⁵.

Os discursos relacionados com a categoria de discurso temático – área social – foram 4% do total ou 38 discursos. A maior parte deles trata de assuntos ligados à área educacional, como, por exemplo, o projeto de Getúlio Marcantônio nº 69/62, que dá preferência para a

¹⁴⁹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, set. 1961, p. 92; Galant, nov. 1961, p. 35-36.

¹⁵⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant, out. 1961, p. 124.

¹⁵¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant, dez. 1962, p. 194 e 196.

¹⁵² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Fett, ago. 1962, p. 28.

¹⁵³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, maio 1962, p. 453; Sessão Extraordinária de jan. de 1962, p. 203 e 207.

¹⁵⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, ago. 1962, p. 287; Galant, jun. 1962, p. 204; Marcantônio, nov. 1962, p. 149 e 175.

¹⁵⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, dez. 1961, p. 118.

vaga nas escolas públicas a alunos carentes¹⁵⁶. Nesse sentido, ainda relacionado ao setor educacional, foram constantes as reclamações de atraso das bolsas de estudo para alunos de graduação¹⁵⁷. Além dessa preocupação com a área educacional, também identificamos reivindicações a respeito de mais verbas para a área de assistência social¹⁵⁸.

Os temas da categoria de discurso temático relacionado à área social aumentaram em relação ao período anterior, pois o índice subiu de 2,5% para 4% do total. De certa forma o PL, em função da conjuntura política de grande mobilização social, passou a assumir uma agenda social mais significativa, para não ser taxado apenas como um partido de fazendeiros, como sempre fora estigmatizado.

Já a categoria de discurso temático sobre a eficiência, moralização e transparência do setor público somou um total de 30 temas, ou 3% do total, mantendo-se estável em relação ao período anterior. Esses discursos tratam geralmente de projetos que buscam a contenção e a transparência dos gastos públicos considerados desnecessários nos três poderes ou propondo ações e cobranças mais enérgicas para a fiscalização dos mesmos. Como exemplo disso, podemos citar o Projeto de Lei nº 193/61, de autoria de Paulo Brossard¹⁵⁹, que visa a controlar, moralizar e fiscalizar os gastos das autarquias, responsabilizando com mais vigor os administradores das mesmas. Também podemos citar como exemplo a defesa dos concursos públicos para o ingresso no serviço público para acabar com o excesso de nomeações sem critérios ou com critérios políticos¹⁶⁰ ou, ainda, o apoio ao projeto que exige registro público dos bens das pessoas que ocupam cargos públicos¹⁶¹.

Ainda há discursos de caráter essencialmente político. Nesse sentido, identificou-se algumas categorias de discurso temático como a defesa de Meneghetti, em função de ele ser o candidato a governador apoiado pelos libertadores, com 4 discursos. Também tivemos a

¹⁵⁶ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, set. 1961, p. 345; dez. 1961, p. 271, 274-275; maio 1962, p. 489; nov. 1962, p. 219 e dez. 1962, p. 318.

¹⁵⁷ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, Comissão Representativa, mar. 1962, p. 134, 148 e 185; jul. 1962, p. 162; maio 1962, p. 485 e 461; Marcantônio, jun. 1962, p. 111 e maio 1962, p. 505.

¹⁵⁸ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1961, p. 599 e nov. 1962, p. 291, 293 e 295.

¹⁵⁹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, dez. 1962, p. 198.

¹⁶⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Borges, Solano, jul. 1962, p. 296.

¹⁶¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, dez. 1961, p. 45.

ocorrência de 9 discursos elogiando a obra moralizadora de Jânio Quadros¹⁶², 8 discursos denunciando a corrupção, a inflação ou o abandono em investimentos no Rio Grande do Sul do governador JK¹⁶³ e 5 discursos relacionando Vargas ao fascismo e ao Estado Novo¹⁶⁴.

Esse período também é marcado pelo afastamento do deputado Cândido Norberto (ex-PSB que usou o PL para eleger-se) do partido, fato que se concretizou em maio de 1962, quando anunciou sua saída oficial e sua filiação ao MTR. A trajetória desse deputado dentro do PL caracterizou-se pelas críticas contundentes sobre corrupção, especialmente ao governador Brizola e o apoio à industrialização com base nas nossas matérias-primas locais, as quais estavam em sintonia com os demais deputados do partido. No entanto, esse deputado mostrou-se sempre defensor da estatização de vários serviços e empresas, fato que contrariava o discurso liberal e anti-estatizante do PL. À medida que a conjuntura política se radicalizava, ele gradualmente foi se aproximando dos grupos reformistas e do próprio PTB, pois passou a fazer críticas à Farsul e sua postura contra a reforma agrária, ao candidato Meneghetti que estaria a serviço da Farsul e era apoiado pelo PL e também a histeria anticomunista de Carlos Lacerda, aliado político do PL. Da mesma forma, passou a defender a reforma agrária do governo Brizola, as reformas de base e um discurso nacionalista e anti-americano. Dessa forma, os conflitos dentro do partido foram inevitáveis e sua saída foi uma consequência natural. Sobre esse fato foram encontrados em torno de 15 discursos¹⁶⁵.

Para finalizar a análise desse período, lembramos que ainda identificamos discursos com temas diversos, que não possuem conotação político-ideológica, em que se encontram aqueles discursos que tratam de questões regimentais da Assembléia Legislativa, emancipações de municípios, criação de comarcas, assuntos salariais do Judiciário, homenagens e votos de pesar, reivindicações locais, assuntos diversos como transporte, tradicionalismo, meio ambiente. Nessa categoria de discurso temático encontramos 191 temas, ou 19% do total.

¹⁶² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1961, p. 415; Brossard, Comissão Representativa, dez. 1961, p. 30. Esse tema é encontrado nos Anais da AALRS: Brossard, abr. 1962, p. 275; Galant, jun. 1962, p. 58.

¹⁶³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, jun. 1962, p. 229; Norberto, set. 1961, p. 133; Brum, nov. 1961, p. 602.

¹⁶⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, out. 1961, p. 171; Brossard, ago. 1962, p. 174 e 251.

¹⁶⁵ Sobre os discursos de Cândido Norberto que contrariam a ideologia e o programa do PL podemos citar Anais da AALRS: set. 1961, p. 133; out. 1961, p. 205; nov. 1961, p. 400; maio 1962, p. 217 e 375.

6.3 A CONJUNTURA POLÍTICA DO PERÍODO ENTRE FEVEREIRO DE 1963 A ABRIL DE 1964

Esse período inicia já sob um clima de intensa mobilização social e radicalização política, conseqüência das ações políticas do governador Brizola que apostou na aproximação com os movimentos populares do campo e da cidade e na mobilização dos mesmos para respaldarem suas políticas, especialmente a reforma agrária e sua política nacionalista. Da mesma forma, o Presidente Jango, com o apoio de Brizola e dos setores populares mobilizados por ele, iniciaram a pressão social e política para restabelecer os poderes presidenciais e para pressionar o Congresso para aprovar as reformas de base. Associado a isso, o Rio Grande do Sul passou por um processo eleitoral extremamente radicalizado, com a vitória das forças liberais-conservadoras (ADP), que elegeram o ex-governador Ildo Meneghetti para o cargo de governador, o qual não compactuava com a política levada a cabo em nível federal.

No plano federal, o Presidente Jango, da mesma forma que tinha feito Brizola, aproximou-se ainda mais dos movimentos sociais e dos partidos e grupos de esquerda, para pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base, fato que provocou a intensificação do processo de radicalização política e de mobilização social.

Essa pressão social pelas reformas de base, com destaque especial para a reforma agrária, como já discutimos em capítulos anteriores, abalava as estruturas do pacto de dominação que existia no país, entre os diversos setores da elite brasileira, ou seja, ameaçava o latifúndio e fazia com que as massas populares deixassem de ser atores apenas coadjuvantes no jogo político. Esse processo levará os diversos setores da elite política e econômica a se unirem e desfecharem o golpe que derrubou o presidente João Goulart do poder.

Portanto, é dentro desse contexto que analisaremos o comportamento da bancada estadual do Partido Libertador nesse período.

6.4 A ATUAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE FEVEREIRO DE 1963 A ABRIL DE 1964

Nesse período foram encontradas 365 intervenções em Plenário de parlamentares do PL, o que deu origem a 626 temas, pois, como já foi mencionado, os discursos em Plenário apresentam diversos temas e categorias de discurso temático, os quais são importantes para caracterizar a atuação do partido. Perceber a recorrência em que esses temas eram abordados foi o que procuramos indicar numericamente.

Os temas mais recorrentes e relevantes levantadas pela pesquisa documental para compreensão da conjuntura e conseqüentemente da atuação do PL foram classificadas de discursos temáticos, como indicam o Gráfico 3 e a Tabela 30 a seguir.

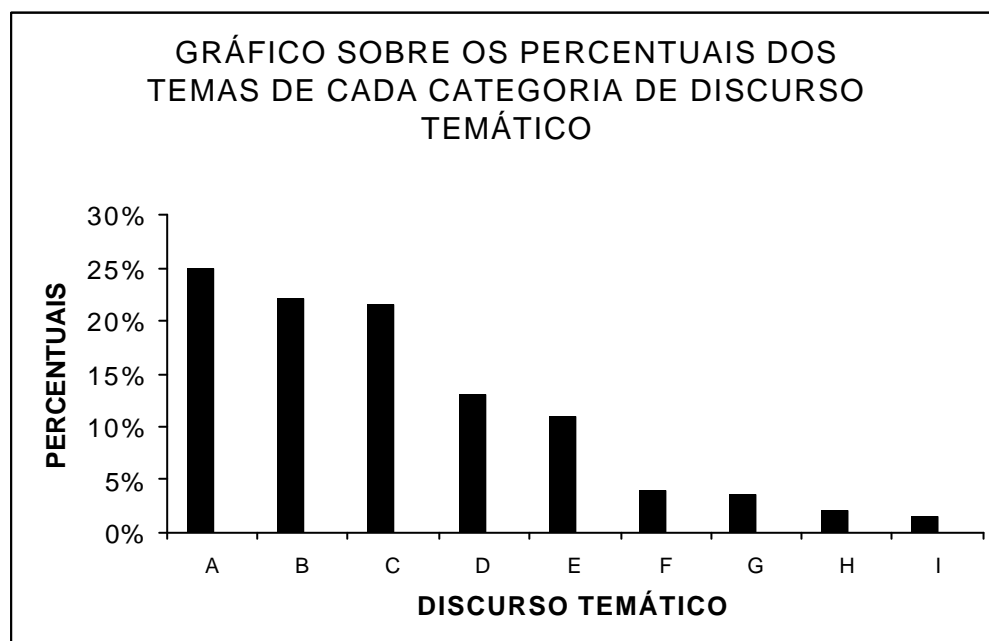


Gráfico 3 – Ocorrências de discursos temáticos em percentual.

Fonte: Pesquisa do autor.

Tabela 30 – Percentuais dos temas por categoria de discurso temático

Categorias de discurso temático		<i>Percentual</i>
Governo João Goulart	A	25
Diversos sem conotação político-ideológica explícita	B	22
Conjuntura política nacional	C	21,50
Governo Meneghetti	D	13
Defesa dos interesses agropecuários	E	11
Apoio ao golpe de 1964	F	4
Leonel Brizola	G	3,50
Moralização e eficiência do setor público	H	2
Área social	I	1,50

Fonte: Pesquisa do autor.

Na seqüência exemplificamos cada categoria de discurso temático e dessa forma iniciamos os destaques pelo governo do Presidente João Goulart.

À primeira vista, logo constatamos que houve um aumento significativo dos discursos referentes ao governo federal, que nos períodos anteriores giravam em torno de 10%, subindo para 25% neste momento. Acreditamos que isso se explica devido à nacionalização de debate político em torno da crise social e das reformas de base propostas pelo Presidente Jango, em que os interesses sociais, econômicos e políticos que os libertadores representavam estavam sendo ameaçados, com destaque especial para a questão da reforma agrária. Associado a isso, temos no Rio Grande do Sul um governo se não aliado pelo menos não hostil aos interesses que o PL representava. Assim, o alvo principal dos discursos eram seus adversários políticos como o Presidente Jango, o ex-governador Brizola e os movimentos sociais que lutavam pelas reformas de base.

Os temas principais que foram abordados em relação à categoria de discurso temático - Governo Jango são:

1. Partidarização da máquina pública – 23
2. Incompetência administrativa, especialmente em relação à inflação – 23
3. Apoio à subversão – 20
4. Corrupção – 16
5. Pretensão de implantar uma ditadura – 15
6. Infiltração comunista no governo – 13
7. Não há interesse em fazer reformas, apenas agitação para dar o golpe e implantar uma ditadura – 12

8. Perseguição política – 9
9. Não há interesse de fazer reforma agrária, somente agitação com fins políticos, pois na prática Jango só aumentou seus latifúndios particulares – 8
10. Pressão política contra Carlos Lacerda – 8
11. Vocação totalitária, pois houve a tentativa de calar a imprensa – 6
12. Crise social e econômica propositada para estimular a agitação e dar o golpe – 4
13. Crítica ao comício de 13 de março de 1964, pois a Constituição foi rasgada e o golpe é eminente – 3
14. Críticas ao Ministério do Trabalho que inviabilizou a Indústria Naval em função dos altos salários concedidos aos operários – 3
15. Ações governamentais que prejudicam a agropecuária – 2
16. Atraso ou falta de verbas para obras no Rio Grande do Sul – 1
17. Contradições do discurso nacionalista – 1

Se somarmos os discursos, contabilizaremos 167, sendo 98 críticas ao governo Jango de caráter ideológico relacionadas ao contexto sociopolítico do momento, o que corresponde a 51% do total, levemente superior aos 42% do período anterior. Os 69 discursos restantes criticam o governo por questões político-administrativas¹⁶⁶, corrupção¹⁶⁷, partidarização da máquina pública¹⁶⁸, abandono da agropecuária¹⁶⁹, como já havia aparecido, que não diferem dos períodos anteriores, com exceção daqueles que questionavam o governo por incompetência administrativa, pois, às vezes, esses discursos relacionavam-se à idéia de que a crise seria proposital para estimular a agitação social pelas reformas de base, desviando a atenção do povo dos reais problemas do país.

Como já comentamos anteriormente, os discursos críticos ao Governo Jango, de caráter ideológico, estão diretamente ligados à defesa pelo Presidente da República das reformas de base, com destaque especial para a reforma agrária. Também há uma tentativa em

¹⁶⁶ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1963, p. 91; Brossard, jun. 1963, p. 438; Brossard, ago. 1963, p. 128; Brossard, ago. 1963, p. 339; Brossard, out. 1963, p. 297.

¹⁶⁷ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, dez. 1963, p. 261; Severo, ago. 1963, p. 414.

¹⁷⁹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, out. 1963, p. 282.

grande parte dos discursos de associar a crise social econômica à incompetência e à corrupção dos sucessivos governos da aliança populista. Nesse sentido, não haveria necessidade de reformas, apenas de medidas administrativas para combater a inflação e o déficit público, reduzindo despesas e o intervencionismo estatal na economia. Da mesma forma, esses discursos enfatizam que o governo não tinha interesse em reformas estruturais, pois sempre tivera maioria e nunca reformou nada, tendo interesse apenas de manipular as massas populares com objetivos políticos e de se perpetuarem no poder, desviando a atenção dos reais problemas do país, transferindo os mesmos para o Congresso, às multinacionais e à burguesia nacional.

À medida que as propostas de reformas de base são apoiadas pelos movimentos sociais, em que os mesmos passam a pressionar o Congresso Nacional para a sua aprovação, os discursos também se radicalizam. O teor desses discursos passa a enfatizar a subversão da ordem democrática e a infiltração comunista na sociedade e no governo, o qual tinha o propósito de desfechar um golpe totalitário comunista para acabar com a democracia e a civilização cristã. Nesse sentido, a anarquia e a subversão eram incentivadas pelo governo com esse objetivo. Seguidamente era lembrado o passado fascista dos dirigentes políticos do governo, em função de suas relações com Vargas e o Estado Novo. Além disso, esses discursos relacionavam e, ao mesmo tempo, confundem fascismo, nazismo e comunismo, ora acusando o governo e seus aliados de fascista ora de totalitários marxistas, no entanto, sempre os associando ao totalitarismo e às lideranças totalitárias como Mussolini, Hitler, Stálin, Perón e Fidel, que em seus países acabaram com o regime democrático a partir das mesmas técnicas e táticas usadas pelo governo federal e seus aliados principais, como Brizola. A seguir alguns discursos que ilustram esse contexto¹⁷⁰:

Os jornais de hoje, publicam uma entrevista que o ex. governador do Rio Grande, Sr. Deputado Leonel Brizola vem de conceder a um jornal da Venezuela, entrevista essa concedida no Rio de Janeiro, na casa de um magnata, numa suntuosa mansão, onde o deputado populista há muito comprometido com a campanha antidemocrática no Brasil prega sem reboços o estabelecimento da mais caracterizada tirania, do totalitarismo mais acabado, da ditadura mais superlativa. Basta dizer que no entender do novo caudilho as relações comerciais com os demais países, importação e exportação, seriam exercidas em caráter monopolístico pelo Estado.

A propriedade dos jornais seria vetada a particulares, de jornais, de rádios, de televisões. (...) Anuncia o ex-governador do Rio Grande que pretende chegar ao

¹⁷⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, dez. 1963, p. 288; Brossard, out. 1963, p. 17; Severo, out. 1963, p. 346; Severo, st. 1963, p. 406; Severo, set. 1963, p. 290; Brossard, set. 1963, p. 151; Brossard, ago. 1963, p. 418; Brossard, Sessão Extraordinária, jul. 1963, p. 34; Severo, Sessão Extraordinária, jul. 1963, p. 44; Severo, ago. 1963, p. 14; Severo, set. 1963, p. 87.

poder, no Brasil, para a implantação deste regime totalitário, desde regime ditatorial, através de processos revolucionários, através de meios não previstos na Constituição, contrários a ele.

(...) Isso poderá parecer uma gabolice, isso poderá parecer uma manifestação de megalomania política, mas em outros países acorreram feitos semelhantes e quem, por exemplo, se põe a reconstituir a história do nazismo, vou encontrar o início do movimento que causou à humanidade crimes inomináveis, eu enlutam a sua história da humanidade, vai encontrar, também manifestações, juízos, proposições, que não poderiam ser levadas a sério e que, não obstante vieram sinistramente a concretizar-se.

As idéias do Sr. Brizola, relativas à imprensa, por exemplo, não chegam a oferecer originalidade. Hitler pensava o mesmo, Srs. Deputados; Mussolini pensava da mesma forma. Os países dominados pela ditadura comunista também têm o regime preconizado pelo Sr. Brizola. Suas idéias são velhas. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, nov. 1963, p. 36).

De um lado as forças populares se mobilizaram e pressionaram o Congresso Nacional e o próprio Poder Executivo, por outro, também havia a intensificação da pressão das forças conservadoras contra o projeto de reforma agrária enviada ao Congresso pelo governo. A mobilização social e a radicalização política chegavam ao extremo, inclusive dentro das forças armadas. Goulart pressionado por todos os lados, decretou o estado de sítio, que foi visto pelos libertadores como uma tentativa de golpe para calar a oposição, especialmente Carlos Lacerda. Esses feitos desencadearam forte reação dos libertadores na Assembléia Legislativa, como exemplificamos a seguir¹⁸¹.

Há alguns dias, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o governo da República dirigiu-se ao Congresso Nacional solicitando um caráter de urgência, fosse decretado o Estado de Sítio. (...) pedia o governo, entretanto, a suspensão de direitos e garantias m medidas maior do que podia fazê-lo, em extensão maior do que caberia nas hipóteses de guerra externa e guerra civil.

Pretendeu o governo da República que até o *habeas corpus* e o mandato de segurança (...) ficassem suspensos. (...) Ao mesmo tempo em que o governo pedia a decretação do estado de sítio, era posta em execução uma caçada ao governador do Estado da Guanabara (...).

(...) Hoje, parece que o governo da República quer repetir aquela famosa operação, voltando, entretanto os seus olhos para um governo mais do que legítimo, mais do que popular, mais do que democrático, escolhido livremente, vencendo as resistências do oficialismo em plena Capital do Brasil, no Estado d Guanabara, visa destruir um governo que se vem notabilizando pelas suas extraordinárias realizações em todos os setores, em todos os campos, em todos os distritos da administração pública. A idéia fixa do governo da República é destruir – e insisto no verbo – é destruir o governador da Guanabara, de qualquer maneira, até na sua vida, até pelo crime, numa reprodução do crime da rua Toneleiros, de tantas e tamanhas conseqüências na história do Brasil, na vida do nosso País. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, out. 1963, p. 504-506).

¹⁸¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1963, p. 178; Brossard, out. 1963, p. 12; Severo, out. 1963, p. 186; Brossard, out. 1963, p. 439.

A problemática nas Forças Armadas também foi explorada pelos libertadores, conclamando a uma atitude antes que tal instituição fosse destruída, conforme ilustra o discurso abaixo:

O Ministro da Marinha, falando dia 24 no auditório, Almirante Marques de Leão, afirmava que a autoridade naval não permitirá, em caso algum, que idéias subversivas sejam propagadas a bordo de nossas unidades de guerra e quartéis. Assim dizia, assim falava o Ministro da Marinha há uma semana perante todos os almirantes que servem no Rio de Janeiro, Entretanto, um grupo de marinheiros amotinou-se e, assistindo pessoalmente por conhecidos elementos vermelhos terminou por demitir o Ministro da Marinha. Iludam-se os que querem iludir-se. O Ministro da marinha foi demitido por um grupo de marinheiros, envolvido por elementos estranhos aos seus quadros, segundo as palavras do ex. Ministro da Marinha. Entre os amotinados encontravam-se conhecidos elementos vermelhos. O governo que levou a inquietação, a insegurança, o desestímulo a quase todos os setores da vida nacional, entrou agora a desagregar e destruir também, as Forças Armadas (...).

Hoje não se pode mais ler no Brasil e sobreviver, e chegar ao fim do mês, e subsistir já constitui uma façanha homérica. O governo Goulart, em dois anos e meio, emitiu mais do que todos os governos brasileiros até a sua posse. Agora, o governo cuida de destruir a imprensa, a rádio, a aviação. Para tanto, para destruir a imprensa, a radio, a aviação civil é preciso, primeiro, destruir as forças armadas.

Até quando a imensa maioria do povo brasileiro vai assistir a ação predatória, à ação destruidora de uma minoria fanatizada e fanática que dá o colorido e domina o governo do Sr. Goulart? Até quando? Até que se veja a parede ensanguentado as ruas ou um muro como e de Berlim separando os brasileiros? (BROSSARD, *Anais da ALRS*, mar. 1964, p. 134).

Para finalizar esse contexto relacionado ao governo João Goulart, apontamos o discurso sobre o comício de 13 de março de 1964, que foi visto pelos libertadores como o início do processo golpista, em função do desrespeito à Constituição defendido naquele comício. O discurso abaixo reflete, indiretamente, e defende a reação das forças democráticas para dar um basta ao que ocorria¹⁸².

(...) Constitui o Palácio Presidencial a sede de dois grupos: o grupo da corrupção e o grupo da subversão; o grupo dos Caillard e o grupo dos vermelhos, que ocupam a Casa Civil e a Casa Militar. (...) Não sei qual dos dois dominou o Presidente da República. Sei que o Presidente da República serve a ambos.

(...) O resultado (...), é que a Nação está convulsa e subvertida pelo governo da República. (...) A desordem, Sr. Presidente, gerada pelo Palácio do Planalto, a agressão às instituições democráticas, dirigida pelos dominadores desta República, chegou ao ponto, entretanto, é preciso dizer um BASTA. Foi o que disse, é o que diz ainda hoje a imprensa do Rio Grande (...) os dominadores atuais do País também querem dominar, como Perón dominou na Argentina, como Mussolini dominou na Itália, como Hitler dominou na Alemanha e como na Rússia, domina o dono das Rússias. Agora, Sr. Presidente, a máscara já caiu dos totalitários crioulos e eles defendem já a plenos pulmões a tirania sobre a imprensa, como a tirania sobre as

¹⁸² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, mar. 1964, p. 13; Castanheira, mar. 1964, p. 13.

consciências; a imprensa do Rio Grande, Sr. Presidente, que ainda existe, que não se filia, como o “neoperono-castrismo”, à manifestação capitaneada pelo Presidente da República e por outros associados na destruição dos restos de democracia em nossa Pátria, mostrando que o governo da República se colocou aberta e frontalmente contra a Constituição e as leis, a democracia e a liberdade. São as mais altas autoridades da República que preferem agravos contra o regime institucional brasileiro. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, mar. 1964, p. 40-43)

No plenário os libertadores apresentavam a sua visão sobre o momento político destacando o confronto entre as forças democráticas e as forças totalitárias. Contraditoriamente, o golpe acabou sendo urdido e apoiado por essas forças que se apresentavam como defensoras da democracia.

Examinaremos a seguir uma nova categoria de discurso temático identificada para esse período. Trata-se de uma série de temas relacionados com a Conjuntura Política Nacional que é de cunho essencialmente ideológico. Sobre essa categoria de discurso temático foram identificados 114 discursos, ou 21% de total. Essa categoria de discurso, em linhas gerais, mantém o mesmo perfil do período anterior, no entanto, com um teor mais radicalizado, devido ao próprio processo político em vigor. Esse grupo de discursos está intimamente relacionado com as conseqüências geradas pelas políticas implementadas pelo governo Jango, por isso, de modo geral enfatizam com mais veemência a subversão patrocinada pelos movimentos sociais, o perigo comunista, a defesa do regime democrático em função da ameaça totalitária, o clima revolucionário, etc. Como esses discursos estão relacionados com o Governo Jango, muitos deles acabam sendo contemplados nos próprios discursos críticos ao governo.

Abaixo segue a relação de temas dessa categoria de discurso temático:

1. Defesa de Carlos Lacerda em função da pressão política que recebia do governo Jango e dos grupos de esquerda – 17
2. Defesa do regime democrático e críticas aos regimes totalitários – 16
3. Anticomunismo (infiltração comunistas, críticas aos países comunistas) – 13
4. Resgate das heranças maragatas de luta pela liberdade e pela democracia – 12
5. Defesa da reforma agrária que respeita a propriedade privada – 10
6. Comparação entre nazi-fascismo e comunismo (totalitarismo) – 10
7. Defesa do Parlamentarismo – 7
8. Defesa do alinhamento com os Estados Unidos e da democracia americana – 6

9. Crítica à demagogia do PTB que provoca agitação e subversão – 6
10. Defesa do liberalismo econômico (antiestatização e intervenção) – 5
11. Relação entre o PTB, Vargas e o Estado Novo totalitário – 5
12. Contra a pressão do Executivo e dos movimentos sociais sobre o Congresso e o Judiciário em função das reformas de base – 4
13. Críticas aos grupos subversivos (CGT e ligas camponesas) para desestabilizar a democracia – 4
14. Relação entre democracia e o cristianismo – 3
15. Preocupação em harmonizar capital e trabalho – 3
16. Críticas às greves políticas – 3
17. Críticas à aliança PSD-PTB que governa o país desde 1930 e que provocara apenas o caos social e ditaduras – 3
18. Antes das reformas de base são necessárias reformas administrativas para combater a inflação – 2

A partir deste momento citaremos alguns discursos que consideramos ser os que melhor representam esse contexto extremamente radicalizado política e ideologicamente. A maior parte dos temas dessa categoria de discurso temático está diretamente relacionada com o Governo Goulart e, por isso, muitos dos temas já foram contemplados. O risco que estava correndo a democracia foi a tônica em muitos pronunciamentos.

Em função das votações no Congresso Nacional das reformas de base e a mobilização social em torno delas, os libertadores não aceitaram sob hipótese alguma a pressão social sobre o Judiciário e principalmente sobre o Parlamento, pois, segundo eles, seguidores fiéis do liberalismo e do parlamentarismo, o Legislativo era o principal dos poderes, porque a sociedade ali está representada e dessa forma teria a função legal de representá-la de forma soberana e independente, sem nenhum tipo de coação. Sobre isso, temos o seguinte discurso¹⁷¹.

(...) A Bancada do Partido Libertador, proclama a necessidade da realização de todas aquelas reformas, na nossa estrutura política, econômica e social, que está a exigir a realidade brasileira. Assim entendo, no entanto, repele o Partido Libertador toda a coação sobre o Congresso Nacional, muito especialmente aquelas procedentes de forças que não são órgãos de expressão política da vontade do povo. O pensamento

¹⁷¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, mar. 1964, p. 4; Severo, ago. 1963, p. 243.

do povo há de expressar-se nesta como em outras matéria, através dos Partidos políticos. (...) Também entende a Bancada do Partido Libertador que essas reformas estruturais devem passar pelo crivo e pela meditação, do Congresso Nacional, órgão legítimo da manifestação da vontade do povo brasileiro. Repudiamos, portanto, qualquer medida que representa um atropelo na realização dessas reformas. (SEVERO, *Anais da ALRS*, maio 1963, p. 258).

Uma característica dos discursos do PL ao longo de todo o período examinado são as referências constantes que fazem ao seu passado de lutas pela liberdade e pela democracia, relacionadas às conquistas democráticas que o PL ajudou a construir, com a ameaça que o regime democrático estava correndo. Nesses discursos, há sempre uma homenagem aos grandes líderes dos libertadores, como Assis Brasil e Gaspar Silveira Martins e suas contribuições teóricas para o sistema político¹⁷².

(...) Silveira Martins formou uma verdadeira Escola Cívica – o Partido Federalista que mais tarde seus adeptos, com exceções, com a clarividência de Assis Brasil, incorporaram-se ao Partido Libertador.

Enquanto a doutrina pregada por Silveira Martins – a democracia liberal, doutrinariamente foi superada pela democracia social, tendo como paradigma a própria doutrina social da Igreja, as encíclicas papais e acima de tudo as necessidades humanas, oriundas principalmente dos conflitos entre o capital e o trabalho, doutrina que incorporou-se ao programa do Partido Libertador, a pregada por Júlio de Castilhos, além de outros fatos cujas conseqüências estamos dolorosamente vivendo, trouxe o Estado Novo ao qual nos furtamos de comentar. (BELTRÃO, *Anais da ALRS*, ago. 1963, p. 69).

Como já foi bastante discutido anteriormente, a questão da reforma agrária neste momento era um dos temas mais polêmicos nas discussões no Congresso Nacional e na sociedade. Inicialmente, os libertadores fecharam questão sobre o tema a partir das propostas da Farsul¹⁷³, como foi visto no período anterior em alguns pronunciamentos, sobretudo no ano de 1962. As propostas da Farsul se resumiam em desapropriar apenas terras públicas, nenhuma alteração no art. 141 da Constituição, que tratava sobre as desapropriações e indenizações e ênfase do apoio técnico e creditício para os proprietários.

No ano de 1963 foi enviado ao Congresso Nacional um projeto sobre reforma agrária do governo federal, no qual foi proposta alteração do art. 141 da Constituição, abrindo a probabilidade de indenização aos proprietários por meio do pagamento de títulos da dívida pública, mas a partir dos valores declarados no Imposto Territorial e com correção máxima de 30% da inflação do período.

¹⁷² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, jun. 1963, p. 391; Brossard, ago. 1963, p. 424; Brossard, dez. 1963, p. 209.

¹⁷³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, maio 1962, p. 96.

A pressão social sobre o Congresso intensificou-se para a aprovação do referido projeto, além disso a reforma agrária, tornou-se um tema bastante aceito pela sociedade. Nesse sentido, o PL, por meio do deputado federal gaúcho Carlos de Brito Velho, elaborou outro projeto¹⁷⁴ sobre a reforma agrária para se contrapor ao do governo, no qual os libertadores aceitavam, enfim, a alteração do art. 141 da Constituição. Segundo esse projeto, a indenização aos proprietários com títulos da dívida pública teria que ser reajustada integralmente pela inflação. Além disso, retirava do Executivo a função de desapropriar, passando para um Conselho que teria seus membros eleitos pelo Senado Federal. Sobre esse tema identificamos o seguinte discurso¹⁷⁵:

Sr. Presidente. Pessoalmente sou favorável à alteração da Carta Magna, para que se possa realizar a reforma agrária, nos termos em que foi proposta na Câmara dos Deputados pelo eminente Professor Carlos de Brito Velho, devidamente fundamentada. (MARCANTÔNIO, *Anais da ALRS*, maio 1963, p. 525).

No Congresso, o projeto do governo foi rejeitado em função da recusa da UDN e de parte do PSD em aceitarem qualquer alteração no art. 141. Presume-se que o PL tenha acompanhado a UDN, pois compunham um bloco parlamentar. Assim, sepultou-se de vez a alteração do referido artigo constitucional.

Apesar dessa aparência reformista, encontramos outros discursos que negam qualquer alteração na Constituição para fazer a reforma agrária, como, por exemplo, o discurso de Raul Pilla no Congresso¹⁷⁶ e o de Brossard na Assembléia Legislativa, que seguem logo abaixo:

Mas o que se nota é que o governo quer não é reforma agrária, nunca foi reforma agrária, tanto assim que não tem sequer um esboço de política rural. Quer a reforma da constituição, como se reforma agrária implicasse, necessariamente, em reforma da Constituição, o que é uma inverdade, o que é um embuste, o que é uma mistificação. Há muitas maneiras de fazer reforma agrária, mas até hoje, em nenhuma parte do mundo, creio eu, foi necessário reformar a constituição para fazer reforma agrária. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, ago. 1963, p. 418).

(...) E ultimamente, à sombra da reforma agrária, o que se quer (...), é a reforma da Constituição! Pois bem. Insisto em dizer que sem tocar em uma vírgula da Constituição seria possível realizar uma verdadeira reforma agrária, uma autêntica

¹⁷⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Severo, maio 1963, p. 258-259.

¹⁷⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Severo, maio 1963, p. 258; Severo, abr. 1963, p. 479; Marcantônio, abr. 1963, p. 245 e 194.

¹⁷⁶ Esse tema é encontrado no discurso proferido na Câmara dos Deputados em 18 de junho de 1963. In: PILLA, Raul. *Discursos parlamentares*. Sel. e intr. de Geraldo Guedes com a colab. de Antônio Carlos Pojo. Brasília, Câmara dos Deputados, 1980. p. 470 e 481.

reforma agrária. Pasta olhar para municípios do Rio Grande onde existe vizinhança de Porto Alegre, onde não existe uma só propriedade a ser repartida, para que evidenciando fique que muita coisa pode ser feita e deve ser feita mesmo, sem a redistribuição ou distribuição, sequer, de um palmo de terra (...). (BROSSARD, *Anais da ALRS*, out. 1963, p. 464).

Encontramos também outros discursos que continuavam a enfatizar que o problema agrário no País se constitui, antes de tudo, na falta de apoio do governo aos pequenos agricultores, que por isso abandonam suas terras ou migram para outros Estados como ocorria no Rio Grande do Sul. Em nenhum momento é questionado que a fuga de agricultores do estado está relacionada à grande quantidade de filhos nas zonas coloniais, fato que inviabilizava o minifúndio. Dessa forma, tornava-se mais urgente a reforma agrária para contemplar esses agricultores. Sobre isso temos o seguinte discurso¹⁷⁷.

(...) Sr. Presidente, a duplicidade de ação, a centralidade de atitudes e a paradoxal maneira de o Presidente da República encarar os fatos desta Nação, que, de um lado, iludindo o eleitorado católico, flanqueando a boa fé dos seus líderes neste País, e, de outro lado, sub-repticiamente, subterraneamente, colocando nos postos chaves da República elementos de reconhecida ideologia comunizante e esquerdista.

(...) Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.a, a transcrição deste documento nos Anais desta Casa, para que sirva de exemplo e ao mesmo tempo de alerta à opinião pública nacional, da maneira dúbia, da maneira paradoxal com que está agindo o Presidente da República, nos dias atuais, comprometendo a nossa democracia, as nossas instituições democráticas e a nossa concepção cristã da vida. (CASTANHEIRA, *Anais da ALRS*, ago. 1963, p. 58).

Outra característica dos discursos identificados pela pesquisa foi a tentativa de colocar como a mesma coisa o nazismo, o fascismo e o comunismo, pois todos eram caracterizados como totalitários. Em relação ao Brasil, por um lado procuravam explorar as vinculações do PTB, com Vargas e com o Estado Novo fascista, por outro exploravam as relações dos petebistas com os comunistas. Nesse sentido, os libertadores conseguiam usar esse discurso antitotalitário tanto para o comunismo quanto para o nazi-fascismo. Assim, identificamos alguns discursos dessa temática, dos quais sempre estão relacionados também a luta pela preservação da democracia¹⁷⁸.

(...) Serão idéias retrógradas as idéias como a liberdade, a democracia, o bem-estar social, a ordem sob as garantias individuais, o respeito à individualidade humana? Estas idéias podem ser retrógradas aqueles que adoram o estado arquipotente, o estado unipartidário, o estado totalitário, o estado que é dono da verdade, que é dono

¹⁷⁷ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, set. 1963, p. 224.

¹⁷⁸ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1963, p. 36.

da ciência, da filosofia, do corpo e do espírito dos seus súditos, como o Estado Russo.

Para nós, democratas, idéias que digam com a liberdade, com a democracia, com o bem-estar social, com a garantia da lei, com o direito de divergir, com o direito de dissentir, não são retrógradas. E a existência desta Casa, desta Assembléia, a própria presença do ilustre Deputado nesta Casa é a demonstração mais alta, mais evidente de que estas idéias não são retrógradas, mas são conquistas definitivas do espírito humano que se não degradou na ditadura, que se não escravizou no totalitarismo. O totalitarismo que ensangüentou a humanidade faz pouco tempo, faz alguns anos, o totalitarismo nazista aliado ao comunista, o totalitarismo fascista, ele também julgou essas idéias velhas, idéias sepultadas, idéias definitivamente arquivadas. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, mar. 1964, p. 159).

Ao mesmo tempo em que enaltecem suas raízes, os libertadores também exploraram intensamente o passado ditatorial de Vargas, pois o mesmo seria o mentor das lideranças trabalhistas como Jango e Brizola, que nesse momento ameaçavam o regime democrático. Nesse sentido, são constantes os discursos que relacionam o totalitarismo a Vargas e também às principais lideranças do trabalhismo, que, à semelhança de 1937, estimulava a subversão com o objetivo de desfechar um golpe totalitário contra a democracia.

Lá pelos anos de 1936, 1937, o Sr. Getúlio Vargas, por exemplo, estimulava dois grupos, o da direita e o da esquerda a fim de que com o agravamento dos conflitos entre os extremismos, como se dizia naquela época, ele pudesse fazer o eu fez, um golpe de Estado para instalar uma ditadura no país. O seu sucessor não estará procedendo da mesma forma? (BROSSARD, *Anais da ALRS*, ago. 1963, p. 419).

Também identificamos alguns discursos que procuram relacionar a luta pela democracia aos valores cristãos de liberdade e dignidade humana. Nesse sentido, há uma aproximação do PL com as altas cúpulas conservadoras da Igreja Católica, como D. Vicente Scherer, ferrenho anticomunista. Essa aproximação já tinha sido identificada no período anterior, quando das críticas de infiltração comunista na legalidade e no Master. Da mesma forma, percebemos isso neste momento, como aparece no seguinte discurso¹⁷⁹:

O meu objetivo ao ocupar a tribuna (...) registrar o extraordinário acontecimento que foi a concentração realizada Domingo à tarde, no centro da nossa capital, e que foi o coroamento da campanha chamada Rosário em família.

Foi efetivamente um fato, que creio sem antecedentes na vida social de Porto Alegre. Não apenas na sua vida religiosa, mas em termos mais amplos, na sua vida social. Foi uma concentração majestosa de fé, do espírito cristão e daquilo que está implícito na fé e no espírito cristão: a fidelidade aos valores ternos, as verdade eternas e, por conseguinte, à liberdade humana. A concentração humana (...) que se verificou no Largo da Prefeitura, e que se espalhou pelas ruas e avenidas próximas, valeu como uma impressionante afirmação de fé de confiança nos valores morais, nas verdades cristãs. E isto, Sr. Presidente, tem um significado especialíssimo quando o nosso país vem sendo objeto de uma campanha, inicialmente solerte, e já

¹⁷⁹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Castanheira, ago. 1963, p. 58.

agora acintosa, de destruição, de desmoralização, de aviltamento dos valores cristãos, dos valores morais, dos princípios que foram semeados por Cristo. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, dez. 1963, p. 288).

Os libertadores também fizeram intervenções lamentando o fim do parlamentarismo¹⁸⁰, pois, segundo eles, o regime presidencial era a fonte de todos os problemas nacionais, tanto políticos quanto sociais e econômicos. Também identificamos alguns discursos que defendiam o alinhamento político com os Estados Unidos, os recursos financeiros da Aliança para o Progresso ou ainda viam no regime democrático norte-americano e na luta dos Estados Unidos pela democracia no mundo as grandes referências a serem seguidas pela humanidade¹⁸¹.

Outros discursos procuravam afirmar que os excessos estatizantes, o déficit público que gerava inflação e o empreguismo na máquina pública, eram os grandes causadores dos problemas socioeconômicos brasileiros, concluindo, então, que não adiantariam as reformas de base, sendo necessário em primeiro lugar reduzir o tamanho do Estado, dentro de uma perspectiva liberal, para resolver a crise. Esses discursos também estavam relacionados com a idéia de que o governo usava as reformas de base apenas para agitar e desviar a atenção para os reais problemas da nação, para poderem dar o golpe e se perpetuarem no poder¹⁸².

Além desses temas, temos também a preocupação com o conflito de classes, por isso houve alguns discursos que defendiam a necessidade de acabar com a luta de classe, procurando harmonizar as mesmas. Nesse sentido, identificamos discursos que falam de exemplos de empresas que proporcionavam aos operários uma participação nos lucros ou, ainda, discursos que enfatizam a necessidade, enfim, de se fazerem reformas sociais dentro da lei e da ordem para acabar com as tensões sociais¹⁸³.

As constantes defesas de Lacerda, fosse das investidas do governo federal, fosse das

¹⁸⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, ago. 1963, p. 424; Brossard, nov. 1963, p. 96.

¹⁸¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1963, p. 121; Brossard, ago. 1963, p. 419.

¹⁸² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, ago. 1963, p. 329; Marcantônio, ago. 1963, p. 333; Brossard, out. 1963, p. 289; Brossard, out. 1963, p. 297; Brossard, abr. 1964, p. 64.

¹⁸³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, abr. 1963, p. 385; Marcantônio, abr. 1963, p. 583.

pressões que recebia dos grupos de esquerda¹⁸⁴, foi outro assunto muito enfatizado, fato que evidenciava o oposicionismo radical do PL em relação ao governo. Essa aproximação com Lacerda chegou inclusive ao ponto de lançá-lo candidato à presidência do País¹⁸⁵.

Por fim, não poderiam faltar os discursos de caráter nitidamente anticomunista¹⁸⁶ que foi uma constante em todo o período analisado, mas isso ocorreu a partir do final de 1961 com mais intensidade. Em geral, esses discursos consistem em críticas aos países ditos comunistas como Cuba, China, Rússia e Alemanha Oriental, principalmente. Criticam a falta de liberdade religiosa e política e o confisco das propriedades privadas. Também foi abordada a infiltração comunista no governo, nos movimentos sociais e, ainda, a relação muito próxima de dirigentes petebistas com os comunistas, como Brizola. A maioria desses temas foi contemplada nos discursos sobre Jango, Brizola ou sobre a conjuntura nacional.

A próxima categoria de discurso temático refere-se ao governo Meneghetti. Nesse sentido, foram identificados 79 discursos que correspondem a 13% do total.

Listamos abaixo a relação dos temas destacados no discurso temático governo Meneghetti, igualmente em ordem decrescente:

1. Críticas à proposta orçamentária para 1964 ou por não haver estratégia para combater o déficit fiscal ou pela pressão para votar com urgência sem o devido tempo para discussão – 23
2. Crítica ao projeto de reforma tributária que elevava os impostos de forma geral e também porque atingia o setor pecuário – 18
3. Afirmação da relação independente do PL ao governo, mas não hostil – 9
4. Incompetência político-administrativa – 6
5. Crítica a Meneghetti por ser muito amistoso com Jango – 4

¹⁸⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, jul. 1963, p. 34; Brossard, ago. 1963, p. 145; Borges, set. 1963, p. 173; Severo, ago. 1963, p. 14; Brossard, ago. 1963, p. 222; Brossard, out. 1963, p. 439.

¹⁸⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, mar. 1964, p. 40; Brossard, mar. 1964, p. 43.

¹⁸⁶ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Severo, abr. 1963, p. 110; Brossard, jul. 1963, p. 34; Castanheira, ago. 1963, p. 58; Brossard, ago. 1963, p. 271; Severo, ago. 1963, p. 354; Severo, set. 1963, p. 87; Brossard, set. 1963, p. 151; Brossard, set. 1963, p. 164; Brossard, set. 1963, p. 406; Severo, out. 1963, p. 39; Brossard, nov. 1963, p. 187.

6. Crítica ao grupo palaciano que é contra o governo – 4
7. Apoio ao governo em questões administrativas – 3
8. Crítica a Meneghetti pela omissão no momento do golpe – 3
9. Razões do rompimento da aliança política com Meneghetti – 3
10. Apoio às reivindicações dos servidores públicos – 2
11. Elogio à repressão ao Master – 1
12. Autoritário em relação à Assembléia Legislativa – 1
13. Partidarização da máquina pública – 1
14. Elogio às críticas de Meneghetti à subversão – 1

Antes de apresentarmos de modo mais detalhado esse discurso temático, devemos lembrar que o PL apoiou a Candidatura Meneghetti nas eleições para o governo do Estado, em 1962. Entretanto, no início de 1963, a aliança foi rompida, fato inclusive que será analisado nos discursos. Dessa forma, o PL tornou-se um partido opositor, porém bem diferente da oposição que fazia ao governo Brizola.

No exame dessa categoria de discurso temático procuramos agrupar os temas em cinco grupos apenas. O primeiro grupo agrega os itens *a*, *b*, *e*, *i*, *l* e *m*, que concentram críticas político-administrativas ao governo, ou seja, discordam das políticas implementadas por Meneghetti para administrar o Estado. A maior parte desses discursos critica a proposta orçamentária do Estado para o ano de 1964, pois indica como o governo combaterá o déficit ou pelo envio atrasado da proposta da Assembléia Legislativa, em regime de urgência e com pouco tempo para discutir a proposta¹⁸⁷.

Nessa categoria ainda temos os discursos contrários à denominada Reforma Tributária do governo, que consistia num aumento geral de impostos¹⁸⁸. Além disso, nesse projeto o governo atentou contra os interesses dos pecuaristas, ao estabelecer critérios mais rígidos sobre o cálculo do imposto sobre o gado. O PL, como já vimos, que tinha fortes vínculos com as regiões onde predominava o latifúndio pastoril, tentou de todas as formas evitar a aprovação desse projeto, inclusive contando com o apoio da Farsul. No entanto, conseguiu

¹⁸⁷ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1963, p. 128 e 198; Brossard, nov. 1963, p. 137; Severo, nov. 1963, p. 128 e 198; Brossard, out. 1963, p. 398; Brossard, nov. 1963, p. 73 e 84; Severo, nov. 1963, p. 81.

¹⁸⁸ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1963, p. 125, 128, 201 e 209; Severo, nov. 1963, p. 248 e 258; Brossard, dez. 1963, p. 11, 19 e 22; Brossard, dez. 1963, p. 205 e 256.

apresentar apenas algumas emendas para tentar diminuir os efeitos do projeto sobre os pecuaristas¹⁸⁹.

As demais críticas eram relativas às questões administrativas e pontuais, como os débitos do Instituto de Carne junto aos pecuaristas¹⁹⁰.

O segundo grupo é formado por aqueles temas que representam críticas à conduta política do governador sobre questões do seu governo ou em relação à sua atuação na conjuntura política nacional. Sobre esse tema são 14 discursos englobando os itens *e, f, h e i*. Temos discursos sobre as razões do rompimento do PL com o governo, que estaria relacionado aos desacertos dos cargos e à forma como o chamado grupo palaciano, que controlava efetivamente o governo, dirigia as negociações para a composição do secretariado, em que os partidos aliados não estavam sendo respeitados¹⁹¹. Ainda sobre o chamado grupo palaciano, pesavam críticas sobre a conduta geral do governo, como em relação à Assembléia legislativa e, principalmente, no famoso caso em que setores do governo estadual denunciaram um suposto movimento revolucionário que estaria sendo articulado pelo governo federal e Brizola para desestabilizar o regime democrático e desfechar um golpe totalitário. A denúncia foi feita e não foi investigada, até mesmo membros do primeiro escalão do governo não sabiam do episódio¹⁹².

Ainda sobre esse segundo grupo de discursos do governo Meneghetti, temos críticas pesadas ao comportamento do governador em razão de sua relação muito amistosa com Jango no momento da crise política vivida pelo País, especialmente após as tentativas de Jango intervir na Guanabara. Sobre esse episódio destacamos o seguinte discurso:

(...) Mas quero aproveitar minha presença na tribuna para dizer também ao governador do Rio Grande do Sul que o Rio Grande falhou neste momento, por culpa sua. O Rio Grande tinha de dizer uma palavra ao País diante do fato desta natureza, infelizmente, ao Rio Grande nada disse [...] não foi capaz de articular uma

¹⁸⁹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, nov. 1963, p. 153 e 270 e 298; Marcantônio, nov. 1963, p. 281; Severo, nov. 1963, p. 226, 274 e 296.

¹⁹⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Severo, abr. 1963, p. 528; Severo, out. 1963, p. 308.

¹⁹¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, dez. 1963, p. 44; Cardoso, mar. 1963, p. 77; Galant, mar. 1963, p. 149.

¹⁹² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, dez. 1963, p. 44 e 144; Severo, dez. 1963, p. 50.

frase, uma palavra para condenar um procedimento tão incompatível com o convívio civil, com o convívio civilizado! Mais uma vez o governador do Rio Grande permaneceu indiferente diante de problemas que diziam respeito a todos nós, a todos nós brasileiros. E o Rio Grande poderia ter dito uma palavra serena, superior, inspirada no bom senso, no patriotismo, na generosidade de sentimentos que tanto tem caracterizado a vida de alguns maiores homens públicos do nosso País e do nosso Estado, daqui saídos. Porque isto que aconteceu não é apenas um atentado contra o governador Carlos Lacerda, não é um atentado contra o governador apenas, é uma agressão a todos os Estados, a todos os brasileiros! Por isto mesmo a palavra do Rio Grande, pelo seu governador, devia ser dita, tinha de ser dita, e ele teria contribuído, de alguma forma, para a reparação que se impõe em face de um procedimento abusivo, inequivocamente criminoso de certas autoridades investidas de poder, neste País. E a terra encontrada simpática acolhida.

Por isto, deploro, Sr. Presidente, a omissão do Rio Grande e debito-a ao governador do Estado, que deixou de cumprir um dever, algo que considero dever inerente ao seu cargo. (BROSSARD, *Anais da ALRS*, out. 1963, p. 506).

Ainda temos relacionadas a esta categoria as críticas ao governo Meneghetti sobre sua omissão nos momentos derradeiros do movimento revolucionário realizado pelas forças armadas, em que teria transferido o governo para o interior, fugindo de suas responsabilidades com o movimento¹⁹³. Além disso, há críticas ao governo, pois estaria titubeando na repressão aos simpatizantes do governo deposto, como pode ser observado no seguinte discurso:

Mas, já que se fala em expurgo, Sr. Presidente, quando foi que os jornais publicaram e, antes dos jornais, as rádios e a televisão publicaram a relação dos expurgados? Os jornais divulgaram a relação no domingo, as rádios e televisão, no sábado à noite. Faz duas semanas, faz mais de uma semana. E, agora, depois de uma semana, dez dias passados, fica-se sabendo que o expurgo não era expurgo, mas era projeto de expurgo! Não, Sr. Presidente, assim não, assim, por amor de Deus, não, porque ninguém pode levar a sério uma revolução invertebrada, uma revolução moluscular, que era expurga, ora não expurga e, depois de expurgar, passados dez dias, diz que expurgo não houve, e abre prazo de oito dias para a apresentação de defesa! Mas, defesa contra uma alegação ou imputações que se não conhece. por amor de Deus, assim, não! (BROSSARD, *Anais da ALRS*, abr. 1964, p. 493)

O terceiro grupo de discursos sobre o governo Meneghetti compõe-se daqueles, 9 no total, que tratam da relação do PL com o governo, em que fica clara a mágoa pelo rompimento da aliança, mas da mesma forma os libertadores deixam claro também que serão oposição, porém não-sistemática e hostil ao governo¹⁹⁴.

Por fim, ainda temos finalmente 5 discursos que fazem elogios ao governo, três são referentes a medidas administrativas, um sobre uma carta que o governador mandou para publicação na imprensa criticando a agitação subversiva que ameaça a democracia¹⁹⁵ e uma

¹⁹³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, abr. 1964, p. 491.

¹⁹⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Cardoso, mar. 1963, p. 77.

¹⁹⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Castanheira, dez. 1963, p. 224.

apoiando a repressão imposta ao Master. Este último está citado no discurso que segue logo abaixo:

(...) Ainda no decorrer do governo anterior já no fim de seu mandato, tivemos a oportunidade de verificar em vários municípios rio-grandenses, a começar pela de Soledade, em que o Presidente do PTB, Sr. Saul Westphalem, que era na oportunidade o diretor da Inspetoria d terras e Colonização naquele município era um dos elementos agitadores que incursinava e agitava os agricultores a invadir as propriedades privadas e o mesmo fenômeno, o mesmo episódio tenta se repetir atualmente, mas o governo do Estado está aparelhado para reprimir esses abusos e essas falcatuas. Portanto, nesta oportunidade, desejo, em meu nome e em nome dos eleitores que em mim votaram, hipotecar inteira solidariedade no governo do Estado pela medida feliz, pela medida adequada em manter a ordem no rio Grande do Sul, em conservar intacta a propriedade particular e privada (...). (CASTANHEIRA, *Anais da ALRS*, ago. 1963, p. 5)

A próxima categoria de discurso temático examinada trata dos interesses do setor agropecuário e também dos proprietários rurais. Sobre esse tema identificamos 56 discursos, ou 9% do total, percentual este que se manteve estável com poucas variações por todo o período pesquisado.

Esses discursos geralmente cobram do governo melhorias para a agropecuária, como maior crédito, infra-estrutura e assistência técnica ou ainda projetos de isenções de impostos o para o setor. Sobre esse ponto foram 33 discursos. Também identificamos 11 discursos que criticam os governos Jango, Brizola e Meneghetti por terem adotado medidas prejudiciais ao setor. Além desses, foram constatados 10 discursos sobre o projeto de reforma agrária defendidos pelos libertadores (projeto do deputado federal Brito Velho) ou contrários à proposta governamental, e, por fim, dois projetos que defendiam a isenção fiscal para os proprietários rurais.

Acreditamos que alguns projetos e ações em prol do setor agropecuário merecem ser brevemente referidos para evidenciar essa característica marcante do PL em todo o período analisado. Uma das formas de atuação consistia em pressionar o governo federal para aumentar a liberação de verbas para o financiamento das safras de arroz¹⁹⁶, trigo e também seguro agrícola¹⁹⁷ ou o pedido de ajuda para o governo estadual para a obtenção de crédito ou

¹⁹⁶ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Castanheira, ago. 1963, p. 115.

¹⁹⁷ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Castanheira, out. 1963, p. 351.

assistência técnica para a agropecuária, como financiamento para a industrialização do leite¹⁹⁸.

Além dessas ações, merecem destaque também os projetos de isenção de impostos para o setor ou para os proprietários rurais. Nesse sentido, temos o projeto de Heitor Galant¹⁹⁹, que busca facilitar a vida dos pequenos agricultores para obterem a isenção de impostos na primeira venda de seus produtos, dessa forma propõe o deputado que não seja considerado o valor produzido pelo produtor rural. Assim, também facilita a sonegação, pois grandes produtores também poderiam beneficiar-se da isenção.

Outro projeto importante seria aquele defendido pelos deputados Brossard²⁰⁰ e Castanheira²⁰¹ que procura isentar os proprietários herdeiros dos juros de mora de Imposto de Transmissão de Propriedade *Causa Mortis*.

Também merece atenção o projeto de Getúlio Marcantônio²⁰² que procura isentar de impostos a Associação Rural de São Gabriel, pois ela fazia um trabalho muito importante para a pecuária relacionado ao cultivo de mudas para melhorar as pastagens. Além disso, esse deputado estava muito empenhado na aprovação do Projeto nº 128/63, que procurava qualificar o serviço estadual de combate à febre aftosa e à brucelose, doenças que atingiam o gado²⁰³.

Para finalizar essa categoria de discurso temático é importante destacar as emendas apresentadas pelo deputado Honório Severo²⁰⁴ ao projeto do Governo do Estado nº 299/63, que era considerado excessivamente penalizador à pecuária, pois aumentava a tributação e a fiscalização sobre a mesma.

Outro tema muito importante na atuação do PL e que configurou um discurso temático foi o golpe militar de 1964. Na seqüência, iremos examinar os temas, revelando a forma como

¹⁹⁸ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, set. 1963, p. 147.

¹⁹⁹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Galant, abr. 1963, p. 104.

²⁰⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, dez. 1963, p. 134.

²⁰¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Castanheira, dez. 1963, p. 132.

²⁰² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, out. 1963, p. 454.

²⁰³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, dez. 1963, p. 339.

²⁰⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Severo, dez. 1963, p. 226 e 296.

se comportou a bancada estadual do PL frente ao golpe militar de 1964. Nesse sentido, foram contabilizados 24 discursos, ou 4% do total.

Os discursos estão quantificados em ordem decrescente e possuem os seguintes temas:

1. Apoio incondicional ao golpe militar – 11
2. Elogio ao novo governo revolucionário pelas suas primeiras realizações – 6
3. Apoio aos expurgos de simpatizantes do governo anterior, especialmente no serviço público – 4
4. Necessidade de o governo revolucionário resolver os problemas sociais – 2
5. Que a revolução evolua para o parlamentarismo – 1

Ao analisarmos os temas dos discursos acima percebemos que o apoio ao golpe e ao novo governo foi incondicional. A razão para esse apoio alegado pelos libertadores foi que a intervenção das Forças Armadas ocorreu para salvar o regime democrático e os cristãos do país do comunismo totalitário e da corrupção. Nesse sentido, continuam argumentando que foi o ex-Presidente Jango que quebrou a ordem legal, ao encaminhar por decreto, sem passar pelo Congresso Nacional, modificações fundamentais na Constituição, como a desapropriação de imóveis rurais entre outros.

Isso consistia mexer no sagrado direito de propriedade, tese fundamental do ideário liberal burguês, que fundamenta o Estado Democrático de Direito. Além disso, argumentavam ainda que Jango e seus aliados estavam pregando o fechamento do Congresso e o estabelecimento de um regime plebiscitário. Isso tudo, contraria todo o ideário liberal defendido pelo PL e pode ser constatado no discurso abaixo²⁰⁵:

O acontecimento que surgiu, desenvolveu-se e atingiu o seu vitorioso desenlace, não foi senão o resultado lógico, necessário e quase que diria fatal de 2 e meio anos de contínua pregação subversiva que, de uns tempos para cá, da pregação chegou à própria ação subversiva.

Foi a democracia golpeada, Sr. Presidente? Não tenho dúvidas em dizer que o que ocorreu foi um fato revolucionário. Não foi, evidentemente, obviamente uma solução legal. Claro que não foi. Mas também não hesito em asseverar que foi um fato que resultou da ação legal, da ação subversiva, da ação revolucionária de um governo que se demitiu dos seus deveres constitucionais e legais e que, nos últimos tempos em plena praça pública., deixando cair a máscara, pregou abertamente o

²⁰⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, abr. 1964, p. 327; Marcantônio, abr. 1964, p. 77; Castanheira, abr. 1964, p. 18.

golpe revolucionário, com o fechamento do Congresso e com a revogação da ordem institucional.

Faz vinte dias (...) que, no glorioso Estado da Guanabara, e o governo da República, mancomunado com os cabecilhas mais, conhecidos e identificados da pregação revolucionário e totalitário um nosso país (...), que o próprio Presidente da República, esquecido do seu juramento constitucional, passou a capitanear abertamente a marcha da desordem, da subversão, do totalitarismo, postulando abertamente o fechamento do Congresso (...). A lei e a Constituição passaram a ser objeto de escárnio governamental (...), pregavam, pura e simplesmente a revogação da ordem constitucional no Brasil (...). (BROSSARD, *Anais da ALRS*, abr. 1964, p. 203-204).

Além do apoio ao movimento golpista, os libertadores apoiaram as primeiras ações do novo governo, tanto no campo administrativo para debater a inflação e organizar a economia²⁰⁶ quanto para perseguir os simpatizantes do governo deposto, especialmente dentro do serviço público²⁰⁷.

Com referência aos temas sobre a atuação de Brizola no cenário político estadual e nacional, que configurou-se num discurso temático, foram identificados 22, ou 3,5% do total. Na seqüência está a lista dos temas em ordem decrescente:

1. Agitação subversiva em torno das reformas com o objetivo para dar o golpe totalitário – 9
2. Corrupção para financiar sua campanha subversiva – 4
3. Incompetência administrativa quando era governador – 4
4. Totalitário em função de sua relação com a imprensa – 2
5. Partidarização da máquina pública quando era governador – 1
6. Perseguição política quando era governador – 1
7. Ações prejudiciais à agropecuária quando era governador – 1

Ao analisarmos os discursos percebemos que a maioria são críticas ideológicas ao ex-governador do Rio Grande do Sul (itens a, b, d), devido à sua atuação destacada no cenário político nacional, em defesa das reformas de base, sobretudo a agrária. Continuavam acusando Leonel Brizola de estimular a agitação para criar um clima de instabilidade para desfechar junto com Jango um golpe totalitário similar aos que os nazi-fascistas fizeram. Ainda sobre essas críticas ideológicas, ele era acusado de desviar dinheiro de estatais para

²⁰⁶ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, abr. 1964, p. 272.

²⁰⁷ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, abr. 1964, p. 327; Cardoso, abr. 1964, p. 373 e 460.

iniciar sua agitação subversiva²⁰⁸. As demais críticas a Brizola são referentes ao seu governo no Rio Grande do Sul, em que são enfatizadas questões político-administrativas, portanto, não estão vinculadas ao cenário político nacional extremamente radicalizado.

A próxima categoria de discursos examinada está relacionada com as ações ou projetos específicos que visam à moralização, à transparência e eficiência do setor público. Sobre essa temática identificamos 12 discursos, ou 2% do total.

Para deixar mais clara a atuação do PL nessa questão, comentaremos algumas ações desenvolvidas pelo partido na Assembléia Legislativa. Identificaremos principalmente alguns discursos que questionam os exageros de projetos emancipacionistas, em que várias localidades não tinham condições legais para emancipação, mas havia interesses políticos locais em jogo²⁰⁹. Também verificamos a cobrança sobre o governador Meneghetti para que o mesmo fiscalize e aplique a lei para os casos de servidores que recebem salários maiores que o próprio governador²¹⁰. Além desses, encontramos também críticas ao governo do Estado, pois o mesmo dispensou concurso público para contratar servidores públicos²¹¹.

Portanto, esses discursos estão relacionados a ações que fiscalizam o setor público como um todo, buscando a racionalização dos gastos e a eficiência do setor. Geralmente, esses discursos não estão vinculados à disputa político-partidária, entretanto, não quer dizer que o discurso moralista sobre corrupção não seja usado, pelo contrário, é muito utilizado no processo político para atingir os adversários. No entanto, essa categoria de discurso propõe ações concretas para moralizar o setor público e torná-lo eficiente.

Outra questão importante, que vinha crescendo dentro do PL, e que nesse momento tornou-se mais explícita, é a sua preocupação maior com as questões sociais, pois os libertadores mostraram-se preocupados com novas situações que poderiam surgir contra o

²⁰⁸ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, Comissão Representativa, jan. 1963, p. 32; Marcantônio, abr. 1963, p. 245; Castanheira, ago. 1963, p. 289; Castanheira, set. 1963, p. 195.

²⁰⁹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, jun. 1963, p. 166; Brossard, ago. 1963, p. 122.

²¹⁰ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, set. 1963, 77; Brossard, ago. 1963, p. 126.

²¹¹ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Brossard, dez. 1963, p. 201.

regime democrático²¹², caso os problemas sociais não fossem resolvidos pelo novo governo revolucionário. Nesse sentido, identificamos 10 temas sobre essa categoria de discurso temático, que corresponde a 1,5% do total.

Os discursos que tratam dessa temática reivindicam melhor atendimento ou solução por parte do Estado para problemas relacionados aos mendigos²¹³ e menores²¹⁴ de rua. Temos também a defesa do projeto que defende a preferência para a matrícula nas escolas públicas para alunos de família de baixa renda²¹⁵.

No entanto, em alguns discursos que tratam de atendimento a demanda específicas na área social, constatamos que começaram a ter uma preocupação maior com as questões sociais de uma forma mais ampla. Nesse sentido, esses discursos apontam para a necessidade de se resolverem os problemas sociais, pois, caso contrário, todo o regime democrático será atingido pela agitação social e a subversão, que bem manipuladas poderiam resultar regimes totalitários. Essa preocupação também já foi vista quando analisamos os discursos referentes ao golpe militar de 1964. Sobre esse tema selecionamos dois discursos que ilustram bem o que foi exposto:

Muitas alterações estão exigir a Constituição brasileira, e entre elas a mais urgente é por uma ordem social mais justa e mais humana, onde se alcance as classes menos favorecidas uma soma de poder moral e espiritual para que o homem possa realmente viver consoante a sua posição de pessoa humana. (...) Entendo que o nosso país, está, a cada dia que passa mais consciente desta situação de injustiça social e que há de alcançar, nos dias vindouros uma mais equânime para todos. (MARCANTÔNIO, *Anais da ALRS*, abr. 1963, p. 230)

(...) que o trabalho seja realmente a mais autentica e a mis verdadeira fonte de aquisição de bens e de riqueza, que a sociedade reconheça nele todo o mérito que tem como conquista de bens e de riqueza; desejando, Sr. Presidente, que nos dias futuros os homens possam ter na sua casa, no seu lar, os bens indispensáveis para a sua família, o conforto condigno com a condição de ser humano; que os filhos possam alcançar a escola e da escola o título, que, Sr. Presidente, se apaguem as favelas, que todas as casas possam ter remédios, possa, ter médico para assistir a família; que a justiça social não seja apenas motivo de demagogia e de comícios, mas que seja uma conquista do povo brasileiro, uma conquista real para que a nossa sociedade não caia nas mãos da tirania, com a supressão da liberdade, com o espezinhamento. (MARCANTÔNIO, *Anais da ALRS*, abr. 1963, p. 583)

²¹² Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, abr. 1964, p. 126 e 302; Cardoso, abr. 1964, p. 277.

²¹³ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, abr. 1963, p. 554.

²¹⁴ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Beltrão, ago. 1963, p. 120.

²¹⁵ Para ver mais alguns discursos sobre esse tema consultar AALRS: Marcantônio, maio 1963, p. 241.

Nesse sentido, temos a impressão que o PL passou a assumir uma agenda social mais consistente, causada principalmente pela mobilização social, fato que levou o partido a colocar também no centro de sua ação política as demandas sociais, caso contrário seu discurso enfatizando apenas a defesa da democracia e da liberdade contra a ameaça totalitária marxista cairia no vazio.

Enfim, para finalizarmos a análise dos discursos de todo o período, constatamos que a categoria de discursos que não está relacionada com as questões político-ideológicas manteve uma estabilidade ao longo de todo o período, pois novamente alcançou 20% do total, ou 136 discursos. Como antes, os temas desses discursos são as questões regimentares da Assembléia Legislativa, questões emancipacionistas, homenagens e pesares, questões sobre o Judiciário, trânsito, tradicionalismo, etc.

Portanto, depois de uma longa análise dos discursos deste período, que vai de setembro de 1961 a abril de 1964, podemos constatar em primeiro lugar, que os discursos de caráter ideológico tiveram um crescimento muito grande sobre o período de fevereiro de 1959 a agosto de 1961. Nesse sentido, isso está relacionado com a conjuntura política nacional que se radicalizou intensamente após o movimento da legalidade, com a posse de João Goulart na Presidência e da projeção nacional de Leonel Brizola, em função da liderança do Movimento de Legalidade e das ações reformistas implementadas em seu governo, o qual passou a disputar o comando do PTB nacional, influenciando diretamente nas decisões do presidente Jango, que contribuíram para a radicalização do processo político.

Assim, no período de fevereiro de 1959 a agosto de 1961, a atuação dos deputados do PL na Assembléia Legislativa foi marcada principalmente pelas críticas ao modelo de desenvolvimento econômico implantado nos níveis estadual e federal, que prejudicava ou não priorizada as atividades agropecuárias e agroindustriais vinculadas ao nosso modelo histórico de desenvolvimento econômico. Já no período subsequente, setembro de 1961 a abril de 1964, o conteúdo dos discursos deixou de lado em grande parte essas críticas relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico, para assumirem uma posição ideológica mais conservadora no aspecto social, devido ao teor crítico em relação às pressões exercidas pelo movimento social para a concretização das reformas de base e também pela vinculação desses movimentos aos governantes do PTB comprometidos com as reformas. Além disso, os mesmos eram relacionados de forma sistemática a doutrina totalitária fascista ou comunista.

Isso tudo pode ser constatado pelo levantamento dos percentuais relativos aos assuntos temáticos dos discursos entre os dois períodos, sendo que no primeiro período os discursos ideológicos chegavam em torno de 5% e agora no segundo período ultrapassam a casa dos 40%.

Nesse sentido, acreditamos que a postura oposicionista do PL tanto em relação a Brizola quanto em relação a JK e depois a Jango, está associada, em um primeiro momento, às divergências ao modelo de desenvolvimento econômico que não priorizava o setor agropecuário, do qual os libertadores estavam diretamente vinculados. Porém, em um segundo momento, esse oposicionismo ganha contornos mais radicalizados dentro de um contexto de disputa político-ideológica, pois as reformas de cunho redistributivista alicerçadas na mobilização social para efetivá-las dava sinais de uma possível alteração num sistema histórico de sujeição das massas populares, especialmente a camponesa, além de tentar mexer no sistema de grande propriedade que, historicamente, dominou o país, ao tentarem viabilizar a reforma agrária através da mudança do art. 141 da Constituição.

Desta forma, todo o discurso ideológico liberal e anticomunista usado para atacar os governos reformistas estão associados à tentativa de lutar até o limite para inviabilizar qualquer mudança da estrutura social e econômica do nosso país, e, sobretudo, do nosso Estado, evidenciando assim o conservadorismo desse partido.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a atuação do Partido Libertador no período de 1945 a 1964 e revelar seu perfil político-ideológico por meio do exame dos discursos na Assembléia Legislativa e dos processos eleitorais no período em questão. A atuação no Parlamento ocorreu em um momento específico de crise social e política, em que havia uma intensa mobilização social e uma grande radicalização política, fato que nos permitiu verificar com mais clareza o que e quem os partidos representavam naquele momento, pois os mesmos precisavam tomar posições claras frente aos acontecimentos.

Inicialmente, buscamos as origens do Partido Libertador para compreendermos melhor seu projeto político ideológico. Verificamos, então, que seu passado revolucionário e suas principais lideranças foram algo constantemente lembrados pelos deputados estaduais do partido em seus discursos, mostrando, assim, a importância da herança maragata, praticamente sendo o mito fundador do partido. Isso é tão importante que na própria refundação do partido, em 1945, o programa do antigo Partido Federalista foi reeditado, para que constasse no programa do partido o Parlamentarismo.

As bandeiras federalistas de luta pela liberdade e pela democracia contra a tirania e a ditadura foram uma constante em todo o período analisado, criticando o Estado Novo e principalmente nos momentos que antecederam ao golpe de 1964, quando sempre se colocaram como os defensores do regime democrático contra o “totalitarismo marxista”.

Na primeira fase do PL, que vai de sua fundação em 1928 até a extinção dos partidos com o Estado Novo, em 1937, o partido apresentou um programa em que ficavam claros os princípios liberais do partido, como a defesa da independência dos poderes e de um sistema de votação transparente que garantisse a representação proporcional, o voto secreto, a limitação dos poderes do executivo, etc. Além disso, no programa como na declaração de princípios, constavam vários artigos que tratavam sobre as questões sociais, como o direito dos trabalhadores e a difusão da propriedade, e a preocupação de construir uma sociedade mais justa socialmente.

No entanto, a prática política desse período, enfatizava apenas as teses liberais, as quais eram sintetizadas no lema do partido proposto por Assis Brasil, “Representação e Justiça”. Isso pode ser constatado no engajamento na Revolução de 1930, no apoio a Revolta Constitucionalista de 1932, na campanha política para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933. Segundo Trindade, em todas essas campanhas cívicas não constava na agenda política do partido as questões sociais, somente as discussões sobre as teses liberais sobre regime ou formas de governo.

Esse abandono das questões sociais também pode ser comprovado a partir do relato que Hélió Trindade fez, quando analisou o Jornal do Partido *O Estado do Rio Grande* nesse período. Além disso, o partido sofreu dissidências pelo grupo liderado por Bruno Mendonça Lima (futuro fundador do PSB), que estava justamente insatisfeito com a pouca atenção dada pelo partido às questões sociais.

O golpe do Estado Novo dividiu o partido, fazendo com que uma ala liderada por Raul Pilla se mantivesse na oposição no governo ditatorial. A outra ala, liderada por Walter Jobim, Alberto Pasqualini e Oscar Fontoura aderiram ao novo regime.

Com o fim do Estado Novo e a redemocratização, Raul Pilla liderou a refundação do Partido, apesar das dificuldades impostas pela nova lei eleitoral à fundação de partidos essencialmente regionais. Mesmo assim, o trabalho incansável de Pilla fez com que o PL fosse refundado. O partido que emergiu após o Estado Novo, era um partido mais coeso ideologicamente, pois os grupos de esquerda já tinham abandonado o partido antes da instalação da ditadura estadonovista e aqueles que aderiram ao Estado Novo acabaram migrando para o PSD ou para o PTB. Assim, o PL tornou-se um partido genuinamente liberal no que tange às questões econômicas e políticas, elitista e conservador no que se refere às transformações sócio-econômicas. O projeto trabalhista foi sempre considerado pelos parlamentares do PL como fruto da demagogia varguista-petebista com o propósito de manipular as massas com objetivos político-eleitorais. O anticomunismo foi outro traço característico da atuação do PL, intensificando-se na medida em que aumentavam as pressões sociais em apoio ao governo Jango para implementação das reformas de base.

É importante salientar que o partido que ressurgiu em 1945 era visceralmente anti-varguista, e contra tudo o que ele representava, como o intervencionismo estatal, a ditadura

fascista que extinguiu os partidos, que fechou o congresso e calou a imprensa, além da demagogia em torno dos direitos sociais e trabalhistas. No Rio Grande do Sul, o PL inclusive suplantou a UDN como referência de partido de oposição a Vargas e ao PTB. Portanto, foram esses pressupostos ideológicos que nortearam o PL na sua atuação no processo eleitoral e no parlamento.

Durante o período entre 1945 a 1964, o PL atuou como um braço auxiliar da UDN em nível nacional. Ambos partidos no Congresso Nacional formavam um bloco parlamentar, em que o PL ocupou por algumas vezes a vice-liderança desse bloco, com os deputados Raul Pilla, Carlos de Brito Velho e o senador Mem de Sá.

Também constatamos que ocorreu uma aproximação muito grande do PL com os setores mais conservadores da UDN liderados pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O próprio Raul Pilla participava de encontros com Lacerda numa entidade chamada Clube da Lanterna, que combatia o governo Vargas. Além disso, nos momentos da agudização da crise no governo Jango, identificamos vários discursos na Assembléia Legislativa, especialmente de Paulo Brossard, que defendia Lacerda dos ataques que recebia do presidente João Goulart e de manifestantes pró-governo. Essa defesa chegou ao ponto de lançá-lo para Presidente da República.

Com relação às eleições do período 1945 a 1964, o PL demonstrou uma grande coerência ideológica, pois em todo o período aliou-se somente com partidos que pertenciam ao seu espectro político, ou seja, partidos anti-varguista, anticomunistas e liberais. Nas eleições nacionais sempre apoiou os candidatos da UDN, negando o apoio para qualquer candidatura do bloco populista (PTB, PSD e PSP) ou de origem fascista, como o PRP e muitos menos para candidaturas comunistas-socialistas. Em nível estadual, somente aceitou coligar-se com o PSD, quando o mesmo estava completamente desgetulizado em 1954, e com o PRP, em 1962, quando havia a necessidade de unir forças e formar uma grande aliança conservadora para derrotar o projeto reformista do PTB.

A coerência ideológica do partido também foi percebida nos discursos de campanha, que variaram de acordo com a conjuntura. Nas eleições de 1945 e 1950 a tônica foram as críticas ao Estado Novo e a Vargas. Em 1954, em função da agitação social provocada com o suicídio de Vargas, enfatizou-se o discurso da ordem e do anticomunismo, em função também

da ligação de Jango com os sindicatos quando Ministro do Trabalho. Em 1962, devido à aproximação de Brizola com as esquerdas e com os movimentos sociais, novamente o discurso de ordem e anticomunista se destacaram. Mas no geral, os discursos se mantiveram dentro do perfil ideológico do Partido Libertador, sempre criticando a demagogia petebista ou a subversão comunista. Além disso, identificou-se também o apelo moralizador anticorrupção e a defesa dos valores cristãos frente à ameaça comunista. Também houve o apoio para as atividades agropecuárias, bem como críticas aos modelos econômicos que prejudicavam ou não priorizavam a agropecuária.

Os resultados eleitorais, especialmente para a Assembléia Legislativa e a Câmara Federal, evidenciaram que o PL estava circunscrito praticamente a zona da Campanha e alguns municípios em que predominava o latifúndio pastoril. Nesses municípios, os libertadores atingiam votações superiores a 30%, enquanto nas demais regiões do Estado seu desempenho dificilmente superava os 5% dos votos. Esses dados revelam que PL era um partido umbilicalmente vinculado aos interesses da classe latifundiária, especialmente da campanha. A bancada estadual que atuou entre 1959 a 1964 excluindo o deputado estadual Cândido Norberto que era de Porto Alegre e Manoel Braga Gastal que vivia em Porto Alegre, mas era de Santa Maria, os demais vinham das regiões de latifúndios, como Paulo Brossard, de Bagé, Heitor Galant, de Alegrete, Francisco Solano Borges, região central (Santa Maria, Jaguari, Santiago), Gudbem Castanheira, de Soledade, Getúlio Marcantônio, de Vacaria, Honório Severo, de Dom Pedito, Dário Beltrão, de Santo Ângelo, Otávio Cardoso e Adão Fett, do vale do Taquari (Estrela, Rio Pardo e Taquari).

Quanto à atuação do PL na Assembléia Legislativa, verificamos que também houve uma coerência política e ideológica do partido. Num primeiro momento (fevereiro 1959 a agosto de 1961), chamou nossa atenção a oposição sistemática ao governo Brizola e ao governo JK, pois mais da metade do total de temas dos discursos constituíam-se de críticas gerais a esses governos. Os temas dos discursos que também se destacaram foram os relacionados com as reivindicações para a agropecuária. Os temas relacionados à questão ideológica ou críticas ideológicas a JK e Brizola tiveram reduzida importância neste período.

Acreditamos que esse comportamento oposicionista, nesse período, estavam relacionados em grande parte aos modelos de desenvolvimento econômico implantados pelo Presidente JK e pelo governador Brizola, que prejudicavam ou não priorizavam o setor

agropecuário e agro-industrial, setores aos quais os libertadores estavam intimamente vinculados, especialmente a pecuária, em função de suas origens, do que por questões de natureza ideológica.

Identificamos, assim, no governo JK, a política cambial que privilegiava o setor industrial de bens de consumo e dificultava as importações de insumos fundamentais para a agropecuária, o tabelamento dos preços dos produtos primários num momento de inflação em elevação e o contingenciamento de verbas para obras de infra-estrutura no Rio Grande do Sul e para o crédito ao setor primário, como as causas principais do oposicionismo do PL a seu governo.

Com relação ao governo Brizola, identificamos no modelo de desenvolvimento econômico que não privilegiava a agropecuária e o setor agroindustrial que processava as matérias-primas locais como uma das causas principais desse oposicionismo, em função do projeto do governo estadual em diversificar a matriz industrial do Estado, dando maior apoio para os setores siderúrgico e metalúrgico.

Na segunda parte da análise sobre os discursos proferidos na Assembléia Legislativa, que corresponde ao período de setembro de 1961 a abril de 1964, verificamos que houve uma mudança bastante significativa no comportamento da bancada estadual do PL. Esse fato está relacionado com as políticas reformistas tentadas pelo governo Brizola em nível estadual e pelo Presidente Jango no plano federal. Além disso, essas políticas reformistas tiveram amplo apoio dos movimentos sociais, os quais foram estimulados pelo governo para pressionarem a sociedade e as instituições democráticas para que aprovassem as reformas, em especial a agrária.

Portanto, a política mobilizatória dos governos petebistas e a defesa das reformas de base, em especial a reforma agrária, do período entre setembro de 1961 a março de 1964, alteraram significativamente o comportamento da bancada estadual do PL. Nesse sentido, percebemos que aumentaram de forma significativa (de mais ou menos 5% para algo em torno de 40%) os discursos marcados pelo forte conteúdo ideológico, se comparados ao período anterior, entre fevereiro de 1959 a agosto de 1968.

Percebemos através dos discursos que houve uma reação articulada do partido,

primeiro em âmbito estadual, durante a segunda fase do governo Brizola, com setores conservadores da igreja, da imprensa e da Farsul. Assim passaram a ser freqüentes nos discursos um forte teor anticomunista, que relacionava a infiltração comunista na legalidade, no Master e no governo do Estado, tudo isso era relacionado com a tentativa do governador em subverter o regime para preparar um golpe totalitário fascista-marxista.

Quando o Presidente Jango retoma seus poderes presidenciais, coincide com a derrota eleitoral do PTB no Rio Grande do Sul e o início do governo Meneghetti, dessa forma houve um deslocamento dos discursos para o cenário nacional, pois o Presidente Jango tentava viabilizar as reformas no Congresso Nacional.

Nesse momento, temos a intensificação da mobilização social pelas reformas, principalmente a agrária, fato que assustou os setores conservadores. Associado a isso, a radicalização da Guerra Fria no continente americano, em função da Revolução Cubana e a Crise dos Mísseis, fez aumentar a presença dos Estados Unidos no continente no combate aos governos de esquerda nacionalistas.

Todo esse contexto de intensa radicalização política e de grande mobilização social foi identificado através dos discursos na Assembléia Legislativa dos deputados libertadores. Assim, passaram a ser freqüentes os discursos relacionados com essa conjuntura em que questionavam a política reformista de Jango e o apoio dado pelo Presidente aos movimentos camponeses e grevistas, os quais legitimavam as políticas governamentais. Dessa forma, os discursos passaram a enfatizar o perigo totalitário comunista, pois o Presidente Jango estaria preparando um golpe contra o regime democrático, tendo em vista que a política reformista se destinava apenas a estimular a subversão para legitimar o golpe.

Novamente, identificou-se através dos discursos, como o PL estava articulado com os setores conservadores da Igreja, sobretudo D. Vicente Scherer, com a imprensa, com a Farsul, com os militares e com as demais lideranças políticas oposicionistas, especialmente Carlos Lacerda, o qual inclusive chegou a ser lançado candidato a Presidente pelo deputado Paulo Brossard.

Assim, à medida que a radicalização política se intensificava, os deputados estaduais do PL passaram inclusive a defender a reação da população e principalmente das forças

armadas, essa última devido ao apoio de Jango ao movimento dos sargentos, para que salvassem o regime democrático da subversão comunista e do totalitarismo. Quando aconteceu o golpe militar houve o apoio unânime da bancada ao mesmo. Nas semanas subseqüentes ao golpe, inclusive, identificamos o apoio às perseguições e aos expurgos feito pelo novo governo e ainda cobravam mais empenho do Governador Meneghetti às ações repressivas que estavam sendo realizadas.

Acreditamos, também, que em função da força da pressão social pelas reformas de caráter redistributivista, os libertadores passaram finalmente a se preocuparem mais com as questões sociais e não apenas de uma forma assistencialista como faziam até então. Isso foi percebido em alguns discursos um pouco antes e também logo após o golpe, em que enfatizavam que o regime democrático liberal deveria resolver as questões sociais, pois caso contrário haveria sempre uma ameaça subversiva para desestabilizar o regime.

Da mesma forma, a pressão social acabou fazendo com que o PL assumisse muito tímida e moderadamente algumas posições reformistas, inclusive no tocante à reforma agrária, mas, no entanto, como vimos de forma dúbia e contraditória.

Um fato importante a ser analisado no discurso histórico do PL em defesa da democracia e da liberdade, na qual eles sempre se debateram, foi o apoio ostensivo ao golpe militar de 1964. No entanto, segundo o que constatamos na pesquisa documental, os libertadores justificaram o golpe afirmando que quem rompeu com o regime constitucional primeiro foi o Presidente Jango ao procurar fazer as reformas na constituição via decreto ou através de plebiscitos, como o que tinha sido anunciado no comício de 13 de março. Assim, o golpe foi considerado por eles como uma revolução para salvar a democracia do totalitarismo marxista. Essa mesma justificativa foi dada pelos libertadores para legitimar a quebra da ordem legal em 1893, 1923 e 1930, na qual argumentavam segundo os princípios do liberalismo lockeano, que quando um governo se torna destrutivo dos direitos naturais das pessoas, como a liberdade e a propriedade, justifica-se a rebelião contra governos ilegítimos. Nesse sentido ideologicamente falando, não podemos considerar o partido contraditório.

Assim sendo, observamos que ao longo do período democrático o PL mostrou-se de certa forma bastante coerente ideologicamente e muito fiel as suas bases sociais tradicionais. São exemplos dessa coerência a defesa dos interesses agropecuários e sua recusa em coligar-

se com partidos de origem fascista como o PRP, a qual se efetivou apenas pela necessidade de derrotar o projeto reformista do PTB no Rio Grande do Sul. Além disso, não se coligou também com partidos populistas e comunistas, mantendo um discurso anticomunista, antivarguista e antipetebista e em defesa da ordem nos momentos de crise social e política mais aguda. Ainda temos sua aversão às mobilizações sociais e a um regime político que conciliasse a democracia representativa com alguns instrumentos de democracia direta. Isso tudo evidencia o seu conservadorismo.

Além disso tudo, constatamos também que o partido era marcadamente elitista, representante em grande parte da oligarquia pastoril da campanha, a qual era defensora intransigente do *status quo*, por isso, combateu juntamente com os demais setores conservadores as reformas de cunho redistributivista alicerçadas na mobilização social para efetivá-las, pois essa política reformista dava sinais de uma possível alteração num sistema histórico de sujeição das massas populares, especialmente a camponesa, além de tentar mexer no sistema de grande propriedade que historicamente dominou o país, ao tentar viabilizar a reforma agrária através da mudança do artigo 141 da Constituição.

Dessa forma, todo o discurso liberal em defesa da democracia, a qual corria riscos devido à ameaça comunista, que foi usado largamente para atacar os governos reformistas, vinculando-os a subversão, está relacionado com a tentativa de lutar até o limite, inclusive apoiando um golpe militar para quebrar o regime constitucional com o objetivo de inviabilizar qualquer mudança na estrutura social e econômica do nosso país, evidenciando assim o conservadorismo do partido.

Entretanto, uma coisa nos intrigou, pois percebemos que a retórica liberal encobria de certa forma um discurso conservador autoritário, o qual é contraditório ao conservadorismo-liberal do partido. Isso está relacionado com a posição assumida por várias lideranças do partido no pós-64, pois quanto o regime se fechou, censurando a imprensa, cassando deputados, fortalecendo excessivamente os poderes do executivo, extinguindo os partidos, enfim, tudo aquilo que sempre combateram, inclusive com armas na mão ao longo de sua história, mesmo assim muitos libertadores permaneceram fiéis ao regime. A impressão que temos é que a semelhança de 1937, o partido dividiu-se. De um lado ficaram aquelas lideranças mais pragmáticas, que como em 1937 aderiram incondicionalmente ao novo regime, inclusive ocupando cargos importantes no governo federal, com o é o caso do senador

Mem de Sá e do deputado Coelho de Souza. Além desses, ainda nesse grupo tivemos outras lideranças que apoiaram o regime e posteriormente entraram na ARENA e ocuparam cargos no governo estadual e ou em outras esferas públicas, com os deputados estaduais, Gudbem Castanheira, Francisco Solano Borges, Manoel Braga Gastal, Octávio Cardoso e Getúlio Marcantônio Heitor Galant. No outro grupo identificamos aqueles libertadores mais ideológicos que apoiaram o golpe com o propósito talvez de realmente salvarem a democracia, porém logo se desencantaram à medida que o regime ia se fechando e contrariando os ideais liberais do partido. Nesse grupo temos os deputados estaduais Paulo Brossard, Honório Severo e Dário Beltrão que logo migraram para o MDB. Além desses temos ainda os deputados federais, Raul Pilla, que encerrou sua atividade política em 1966 desencantado com o regime que ajudou instalar devido, principalmente, ao superpresidencialismo que os militares instalaram no país, que contrariava seus ideais parlamentaristas, e, Carlos de Britto Velho, que em resposta ao AI-5, em 1969, renunciou ao mandato. No entanto, essa problemática ficará quem sabe para uma outra pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ACCURSO, Cláudio et al. Análise do Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. *Boletim da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*, n. 16, 1965.
- BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: UnB, 2001.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BASTOS, Suely. *Partidos políticos e cisão partidária no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1978.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política* (org.) REMOND, RENE. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- BOBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2000.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no RS*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BROSSARD, Paulo. *J.F. de Assis Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2004.
- BUENO, Antônio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 2006.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). 6. ed. In: FAUSTO, Bóris. *III. O Brasil Republicano*. v. 3 "Sociedade e Política (1930-1964)". 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CAMPILONGO, Maria Assunta. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958-1964*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- CARDOSO, Claudira. *Partido de representação popular: política de alianças, e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 1999.
- CARONE, Edgard. *A república liberal II: evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel,

1985b.

CHACON, Valmireh. *História dos partidos brasileiros*. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do presente / Agnès Chauveau, Philippe Tétart*; Tradução Ilka Stern Cohen. São Paulo: Bauru, EDUSC, 1999.

COSTA, Marcus Vinicius; PADOIN, Maria Medianeira. *A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, redes, os projetos e discursos construídos (as) pela elite liberal federalista*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, UFSM, 2006.

COSTA, Maria Amélia Dias da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1983.

COSTA, Rogério Haesbert da. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ECKERT, Cordula. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FÉLIX, LOIVA Otelo. *Colonialismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

FELIZARDO, Joaquim José. *A legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina Cheilub. *Democracia ou reformas - alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FLEISCHER, David. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981. v. 1, v. 2.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906/1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O Ideário de Vargas e As Origens do Estado Desenvolvimentista no Brasil. Porto Alegre: 2004. UFRGS. Publicado nos *Anais do Segundo Congresso Nacional de História Econômica*, México, DF.

FRAGOSO, João. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. In: *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Org. Tarcísio Rodrigues Botelho et al. Goiânia, [s/d].

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Diretor do volume René Gertz – Passo Fundo: Méritos, 2007. - v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Ângela Maria de Castro et al. 3. ed. *O Brasil republicano*. v. 3: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GRENIER, Jean-Yves. A história quantitativa ainda é necessária. In: *Passados Recompostos*. Campos e Canteiros da História. Org. Jean Boutier e Dominique Julia. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HEINZ, Flávio Madureira. *Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição à reforma agrária. 1985-1988*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

_____. Entre a Fazenda e o Plenário: Os Representantes do Patronato Rural na Política Brasileira dos Anos 1940/1960. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, *Anais da XVIII Reunião*, Rio de Janeiro, 1998.

_____. *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HELENA, Heraclides Santa. *Farsul: 70 anos (1927-1997)*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1997.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Estado e planejamento econômico na Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: Terra & poder - história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LEITÃO, Claudia Souza. *A crise dos partidos políticos brasileiros (o dilema da representação política no Estado Intervencionista)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1989.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, J. (org.) *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LIMA, Júnior. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARANHÃO, Ricardo. *O Estado e a política populista no Brasil (1954-1964)*. UNICAMP.

In: BORIS, Fausto. *O Brasil Republicano (III): sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

MARTIN, Carlos Estevan. *Capitalismo de estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MELQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MICELI, Sérgio. Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-30. In: BORIS, Fausto. *O Brasil Republicano (III): sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política* (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54). São Paulo: Polis, 1978.

MOURA, Angelita Lopes de. *Reforma agrária, cubanização/fidelização: a construção do discurso alarmista ao golpe militar de 1964*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, Unisinos, 2004.

NOLL, Maria Isabel. O contexto Político evolucionário de 30 e a Unificação dos Partidos Rio-Grandenses 1928-1930. In: TRINDADE, Hélió (org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

_____. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação de Mestrado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, UFRGS, 1980.

_____. Partidos Políticos no Rio Grande do Sul. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Brasil, transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O preço da liberdade é a eterna vigilância: a UDN no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 2001.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992.

PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.

PASSO, Manoel Caetano de Araújo. *Entre os direitos dos cidadãos e o interesse do estado: representação política no pensamento político de Joaquim Francisco de Assis Brasil*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Rio Grande do Sul: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PILLA, Raul. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.

_____. *Perfis parlamentares 16*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.

PINTO, Paulo Brossard de Souza. *Idéias políticas de Assis Brasil*. Brasília: Senado Federal; Fundação Casa Rui Barbosa, 1990.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do presente / Agnès Chauveau, Philippe Tétart*; Tradução Ilka Stern Cohen. São Paulo: Bauru, EDUSC, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: BORIS, Fausto. *O Brasil Republicano (III): sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Bertrand Brasil 2004.

RODRIGUEZ, Ricardo Velez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brides; Universidade de Caxias do Sul, 1980.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SINGER, Paul. A política das classes dominantes. In: IANNI, Octávio et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. Evolução da economia brasileira: 1955-1975. In: SINGER, Paul. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento. São Paulo: Difel, 1984. In: FAUSTO, Bóris. IV. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOARES, Gláucio A.D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A democracia populista (1945-1964): Realidades e limites. In: Rouquié (org.). *Como renascem as democracias*.

_____. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. *Capitalismo e questão agrária*. Um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil 1946-1964. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1986.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. São Paulo: USP, 1987.

TRINDADE, Hélió. Padrões e Tendências do Comportamento Eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1974). In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F.H. (orgs.). *Os partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e Eleições (1923-1990)*. Porto Alegre: Sulina, 1991.

_____; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: EDURFGRS/Sulina, 1991

_____. (org.). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

_____. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. In. MOTA, Carlos. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac/SP, 2000.

VIANA, Cibilis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimentos – de Getúlio a João Goulart*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

VIZENTINI, Paulo. Brasil contemporâneo: autoritarismo e desenvolvimento. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, *Ciências e Letras*, n. 28, p. 13-41.

WELFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZANFELIZ, Maria Assunta. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.